



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVI Nº 12, QUINTA-FEIRA, 1º DE ABRIL DE 2021



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PODEMOS-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3º Secretária

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PODEMOS-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
- 2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
- 3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
- 4º - (cargo vago)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º Vice-Presidente

Deputado André de Paula (PSD-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º Secretário

Deputado Marília Arraes (PT-PE)

2º Secretário

Deputado Rose Modesto (PSDB-MS)

3º Secretário

Deputado Rosângela Gomes (REPUBLICANOS-RJ)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE)
- 2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
- 3º - Deputado Alexandre Leite (DEM-SP)
- 4º - Deputado Cássio Andrade (PSB-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

José Roberto Leite de Matos

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 6ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA (CN), EM 25 DE MARÇO DE 2021

1.1 – ABERTURA 23

1.2 – ORDEM DO DIA

1.2.1 – Item único

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020, do Presidente da República, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021*. 23

1.2.2 – Questões de Ordem

Suscitada pela Deputada Talíria Petrone e respondida pela Presidência. 23

Suscitada pelo Deputado Afonso Florence e respondida pela Presidência. 25

Suscitada pela Deputada Sâmia Bomfim e respondida pela Presidência. 26

Suscitada pela Deputada Fernanda Melchionna. 27

Suscitada pelo Deputado Alessandro Molon e respondida pela Presidência. 28

1.2.3 – A Presidência responde à questão de ordem suscitada anteriormente pela Deputada Fernanda Melchionna. 29

1.2.4 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Marcel Van Hattem e respondida pela Presidência 59

1.2.5 – Item único (continuação)

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020, do Presidente da República, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021*. Apresentados os **Requerimentos nºs 16 a 21/2021-CN**. 65

1.2.6 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Danilo Cabral e respondida pela Presidência 65



1.2.7 – Item único (continuação)

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020, do Presidente da República, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021. Aprovado o Substitutivo*, após **Requerimentos nºs 22 e 23/2021-CN** (votação nominal) (prejudicado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020). Ao Senado Federal. 67

1.3 – ENCERRAMENTO 91

2 – ATA DA 7ª SESSÃO, DELIBERATIVA REMOTA (CN), EM 25 DE MARÇO DE 2021

2.1 – ABERTURA 95

2.2 – ORDEM DO DIA

2.2.1 – Item único

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020, do Presidente da República, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021*. 95

2.2.2 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Izalci Lucas e respondida pela Presidência 95

2.2.3 – Item único (continuação)

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020, do Presidente da República, que *estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021. Aprovado o Substitutivo* (votação nominal) (prejudicado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020). À sanção. 119

2.3 – ENCERRAMENTO 120

PARTE II**3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DAS 6ª E 7ª SESSÕES**

3.1 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

3.1.1 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020

Declarações de voto 122

Justificativa de ausência 135

Requerimentos nºs 16 a 23/2021-CN 137

Listas de votação 153

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Governo, no Congresso Nacional, de indicação da Deputada Aline Sleutjes como Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional (**Ofício nº 9/2021**). 186



Da Liderança do PSL, na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – <i>Fake News</i> (Ofício nº 63/2021).	187
Das Lideranças da Maioria no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, de indicação do Deputado Aguinaldo Ribeiro como Líder da Maioria no Congresso Nacional (Ofício s/nº/2021).	188
Da Liderança do PTB, na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Ofício nº 32/2021).	189

4.1.2 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 2/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (Republicação) (**Vide item 6**)

Nº 23/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (**Vide item 6**)

Nº 24/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020 (**Vide item 6**)

4.1.3 – Vetos

Veto Parcial nº 11/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 317/2021 (**Mensagem nº 110/2021, do Presidente da República**).

Veto Parcial nº 12/2021, aposto ao Projeto de Lei nº 5191/2020 (**Mensagem nº 111/2021, do Presidente da República**).

PARTE III

5 – DOCUMENTOS DIVERSOS

Carta aberta sobre veto ao Projeto de Lei nº 3477/2020

6 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO

Pareceres nºs 2, 23 e 24/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020.

7 – COMISSÕES MISTAS

8 – COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

9 – COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

12 – COMPOSIÇÃO DA MESA

13 – LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS



Ata da 6ª Sessão, Deliberativa Remota (CN),
em 25 de março de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco e Rodrigo de Castro.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 27 minutos e encerra-se às 20 horas e 21 minutos.)



Presença em plenário

Page 1 of 16

Relação de Presença na Sessão por UF

56a. LEGISLATURA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
SESSÃO CONJUNTA Nº 006 (DEPUTADOS) - 25/03/2021

Presidente da Casa: Rodrigo Pacheco - DEM/MG

Presidiram a Sessão
Rodrigo Pacheco - 15:29

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início: 25/03/2021 13:00

Fim: 25/03/2021 20:22

Total de Deputados presentes: 506

Pendente da inclusão de presenças dos Deputados que fizeram uso da palavra ao microfone durante a sessão.

Parlamentar	Partido	Bloco
Roraima		
Edio Lopes	PL	
Haroldo Cathedral	PSD	
Hiran Gonçalves	PP	
Jhonatan de Jesus	Republican	
Joenia Wapichana	Rede	
Nicoletti	PSL	
Ottaci Nascimento	Solidaried	
Shéridan	PSDB	
Total de Presentes Roraima: 8		
Amapá		
Acácio Favacho	PROS	
Aline Gurgel	Republican	
André Abdon	PP	
Camilo Capiberibe	PSB	
Leda Sadala	Avante	
Luiz Carlos	PSDB	
Professora Marcivania	PCdoB	
Vinicius Gurgel	PL	
Total de Presentes Amapá: 8		
Pará		
Airton Faleiro	PT	
Beto Faro	PT	
Cássio Andrade	PSB	
Celso Sabino	PSDB	
Cristiano Vale	PL	
Delegado Éder Mauro	PSD	
Eduardo Costa	PTB	
Elcione Barbalho	MDB	
Hélio Leite	DEM	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021



Joaquim Passarinho	PSD	
José Priante	MDB	
Júnior Ferrari	PSD	
Nilson Pinto	PSDB	
Olival Marques	DEM	
Paulo Bengtson	PTB	
Vavá Martins	Republican	
Vivi Reis	PSOL	
Total de Presentes Pará: 17		
Amazonas		
Átila Lins	PP	
Bosco Saraiva	Solidaried	
Capitão Alberto Neto	Republican	
Delegado Pablo	PSL	
José Ricardo	PT	
Marcelo Ramos	PL	
Sidney Leite	PSD	
Silas Câmara	Republican	
Total de Presentes Amazonas: 8		
Rondonia		
Coronel Chrisóstomo	PSL	
Expedito Netto	PSD	
Jaqueline Cassol	PP	
Léo Moraes	Podemos	
Lucio Mosquini	MDB	
Mariana Carvalho	PSDB	
Mauro Nazif	PSB	
Silvia Cristina	PDT	
Total de Presentes Rondonia: 8		
Acre		
Alan Rick	DEM	
Dra. Vanda Milani	Solidaried	
Flaviano Melo	MDB	
Jéssica Sales	MDB	
Jesus Sérgio	PDT	
Leo de Brito	PT	
Mara Rocha	PSDB	



Presença em plenário

Page 3 of 16

Perpétua Almeida	PCdoB	
Total de Presentes Acre: 8		
Tocantins		
Carlos Henrique Gaguim	DEM	
Célio Moura	PT	
Dulce Miranda	MDB	
Eli Borges	Solidaried	
Osires Damaso	PSC	
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Tiago Dimas	Solidaried	
Vicentinho Júnior	PL	
Total de Presentes Tocantins: 8		
Maranhão		
Aluisio Mendes	PSC	
André Fufuca	PP	
Bira do Pindaré	PSB	
Cleber Verde	Republican	
Dr. Gonçalo	Republican	
Edilázio Júnior	PSD	
Gastão Vieira	PROS	
Gil Cutrim	Republican	
Hildo Rocha	MDB	
João Marcelo Souza	MDB	
Josimar Maranhãozinho	PL	
Josivaldo JP	Podemos	
Junior Lourenço	PL	
Juscelino Filho	DEM	
Marreca Filho	Patriota	
Pastor Gil	PL	
Pedro Lucas Fernandes	PTB	
Zé Carlos	PT	
Total de Presentes Maranhão: 18		
Ceará		
AJ Albuquerque	PP	
André Figueiredo	PDT	
Aníbal Gomes	DEM	
Capitão Wagner	PROS	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021


Presença em plenário

Page 4 of 16

Célio Studart	PV	
Danilo Forte	PSDB	
Denis Bezerra	PSB	
Domingos Neto	PSD	
Dr. Jaziel	PL	
Eduardo Bismarck	PDT	
Genecias Noronha	Solidaried	
Gorete Pereira	PL	
Heitor Freire	PSL	
Idilvan Alencar	PDT	
José Aírton Félix Cirilo	PT	
José Guimarães	PT	
Júnior Mano	PL	
Leônidas Cristino	PDT	
Moses Rodrigues	MDB	
Pedro Augusto Bezerra	PTB	
Robério Monteiro	PDT	
Vaidon Oliveira	PROS	
Total de Presentes Ceará: 22		
Piauí		
Átila Lira	PP	
Capitão Fábio Abreu	PL	
Flávio Nogueira	PDT	
Iracema Portella	PP	
Júlio Cesar	PSD	
Marcos Aurélio Sampaio	MDB	
Margarete Coelho	PP	
Marina Santos	Solidaried	
Merlong Solano	PT	
Rejane Dias	PT	
Total de Presentes Piauí: 10		
Rio Grande do Norte		
Benes Leocádio	Republican	
Beto Rosado	PP	
Carla Dickson	PROS	
General Girão	PSL	
João Maia	PL	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021



Presença em plenário

Page 5 of 16

Natália Bonavides	PT	
Rafael Motta	PSB	
Walter Alves	MDB	
Total de Presentes Rio Grande do Norte: 8		
Paraíba		
Aguinaldo Ribeiro	PP	
Edna Henrique	PSDB	
Efraim Filho	DEM	
Frei Anastacio Ribeiro	PT	
Gervásio Maia	PSB	
Hugo Motta	Republican	
Julian Lemos	PSL	
Pedro Cunha Lima	PSDB	
Ruy Carneiro	PSDB	
Wellington Roberto	PL	
Wilson Santiago	PTB	
Total de Presentes Paraíba: 11		
Pernambuco		
André de Paula	PSD	
André Ferreira	PSC	
Augusto Coutinho	Solidaried	
Carlos Veras	PT	
Daniel Coelho	Cidadania	
Danilo Cabral	PSB	
Eduardo da Fonte	PP	
Felipe Carreras	PSB	
Fernando Coelho Filho	DEM	
Fernando Monteiro	PP	
Fernando Rodolfo	PL	
Gonzaga Patriota	PSB	
Luciano Bivar	PSL	
Marília Arraes	PT	
Milton Coelho	PSB	
Ossesio Silva	Republican	
Pastor Eurico	Patriota	
Raul Henry	MDB	
Renildo Calheiros	PCdoB	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021


Presença em plenário

Page 6 of 16

Ricardo Teobaldo	Podemos	
Sebastião Oliveira	Avante	
Silvio Costa Filho	Republican	
Tadeu Alencar	PSB	
Túlio Gadêlha	PDT	
Wolney Queiroz	PDT	
Total de Presentes Pernambuco: 25		
Alagoas		
Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	
Marx Beltrão	PSD	
Nivaldo Albuquerque	PTB	
Paulão	PT	
Pedro Vilela	PSDB	
Sergio Toledo	PL	
Severino Pessoa	Republican	
Tereza Nelma	PSDB	
Total de Presentes Alagoas: 8		
Sergipe		
Bosco Costa	PL	
Fábio Henrique	PDT	
Fábio Mitidieri	PSD	
Fabio Reis	MDB	
Gustinho Ribeiro	Solidaried	
João Daniel	PT	
Laercio Oliveira	PP	
Valdevan Noventa	PL	
Total de Presentes Sergipe: 8		
Bahia		
Abílio Santana	PL	
Adolfo Viana	PSDB	
Afonso Florence	PT	
Alex Santana	PDT	
Alice Portugal	PCdoB	
Antonio Brito	PSD	
Arthur Oliveira Maia	DEM	
Bacelar	Podemos	
Cacá Leão	PP	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021


Presença em plenário

Page 7 of 16

Charles Fernandes	PSD	
Claudio Cajado	PP	
Daniel Almeida	PCdoB	
Elmar Nascimento	DEM	
Félix Mendonça Júnior	PDT	
Igor Kannário	DEM	
João Carlos Bacelar	PL	
Jorge Solla	PT	
José Nunes	PSD	
José Rocha	PL	
Joseildo Ramos	PT	
Leur Lomanto Júnior	DEM	
Lídice da Mata	PSB	
Marcelo Nilo	PSB	
Márcio Marinho	Republican	
Mário Negromonte Jr.	PP	
Otto Alencar Filho	PSD	
Pastor Sargento Isidório	Avante	
Paulo Azi	DEM	
Paulo Magalhães	PSD	
Professora Dayane Pimentel	PSL	
Raimundo Costa	PL	
Ronaldo Carletto	PP	
Sérgio Brito	PSD	
Tia Eron	Republican	
Tito	Avante	
Uldurico Junior	PROS	
Valmir Assunção	PT	
Waldenor Pereira	PT	
Zé Neto	PT	
Total de Presentes Bahia: 39		
Minas Gerais		
Aécio Neves	PSDB	
Aelton Freitas	PL	
Alê Silva	PSL	
André Janones	Avante	
Bilac Pinto	DEM	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021


Presença em plenário

Page 8 of 16

Charles Evangelista	PSL	
Delegado Marcelo Freitas	PSL	
Diego Andrade	PSD	
Dimas Fabiano	PP	
Domingos Sávio	PSDB	
Dr. Frederico	Patriota	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Emidinho Madeira	PSB	
Euclydes Pettersen	PSC	
Fábio Ramalho	MDB	
Franco Cartafina	PP	
Fred Costa	Patriota	
Gilberto Abramo	Republican	
Greyce Elias	Avante	
Hercílio Coelho Diniz	MDB	
Igor Timo	Podemos	
Júlio Delgado	PSB	
Junio Amaral	PSL	
Lafayette de Andrada	Republican	
Léo Motta	PSL	
Leonardo Monteiro	PT	
Lincoln Portela	PL	
Lucas Gonzalez	Novo	
Luis Tibé	Avante	
Marcelo Álvaro Antônio	PSL	
Marcelo Aro	PP	
Mário Heringer	PDT	
Mauro Lopes	MDB	
Misael Varella	PSD	
Newton Cardoso Jr	MDB	
Odair Cunha	PT	
Padre João	PT	
Patrus Ananias	PT	
Paulo Abi-Ackel	PSDB	
Paulo Guedes	PT	
Pinheirinho	PP	
Reginaldo Lopes	PT	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021



Presença em plenário

Page 9 of 16

Rodrigo de Castro	PSDB	
Rogério Correia	PT	
Stefano Aguiar	PSD	
Subtenente Gonzaga	PDT	
Tiago Mitraud	Novo	
Vilson da Fetaemg	PSB	
Weliton Prado	PROS	
Zé Silva	Solidaried	
Zé Vitor	PL	
Total de Presentes Minas Gerais: 51		
Espírito Santo		
Amaro Neto	Republican	
Da Vitória	Cidadania	
Dra. Soraya Manato	PSL	
Evair Vieira de Melo	PP	
Felipe Rigoni	PSB	
Helder Salomão	PT	
Lauriete	PSC	
Neucimar Fraga	PSD	
Norma Ayub	DEM	
Ted Conti	PSB	
Total de Presentes Espírito Santo: 10		
Rio de Janeiro		
Alessandro Molon	PSB	
Altineu Côrtes	PL	
Aureo Ribeiro	Solidaried	
Benedita da Silva	PT	
Carlos Jordy	PSL	
Chico D'Angelo	PDT	
Chiquinho Brazão	Avante	
Christino Aureo	PP	
Clarissa Garotinho	PROS	
Daniel Silveira	PSL	
Daniela do Waguinho	MDB	
David Miranda	PSOL	
Delegado Antônio Furtado	PSL	
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.	PP	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021


Presença em plenário

Page 10 of 16

Felício Laterça	PSL	
Flordelis	PSD	
Gelson Azevedo	PL	
Glauber Braga	PSOL	
Gurgel	PSL	
Gutemberg Reis	MDB	
Helio Lopes	PSL	
Hugo Leal	PSD	
Jandira Feghali	PCdoB	
Jorge Braz	Republican	
Juninho do Pneu	DEM	
Lourival Gomes	PSL	
Luiz Antônio Corrêa	PL	
Luiz Lima	PSL	
Major Fabiana	PSL	
Marcelo Calero	Cidadania	
Marcelo Freixo	PSOL	
Márcio Labre	PSL	
Marcos Soares	DEM	
Otávio Leite	PSDB	
Otoni de Paula	PSC	
Paulo Ganime	Novo	
Paulo Ramos	PDT	
Pedro Augusto Palareti	PSD	
Professor Joziel	PSL	
Ricardo da Karol	PSC	
Rodrigo Maia	DEM	
Rosângela Gomes	Republican	
Soraya Santos	PL	
Sóstenes Cavalcante	DEM	
Talíria Petrone	PSOL	
Vinicius Farah	MDB	
Total de Presentes Rio de Janeiro: 46		
São Paulo		
Abou Anni	PSL	
Adriana Ventura	Novo	
Alencar Santana Braga	PT	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021



Presença em plenário

Page 11 of 16

Alex Manente	Cidadania	
Alexandre Frota	PSDB	
Alexandre Leite	DEM	
Alexandre Padilha	PT	
Alexis Fonteyne	Novo	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Jardim	Cidadania	
Baleia Rossi	MDB	
Bozzella	PSL	
Bruna Furlan	PSDB	
Capitão Augusto	PL	
Carla Zambelli	PSL	
Carlos Sampaio	PSDB	
Carlos Zarattini	PT	
Celso Russomanno	Republican	
Cezinha de Madureira	PSD	
Coronel Tadeu	PSL	
David Soares	DEM	
Eduardo Bolsonaro	PSL	
Eduardo Cury	PSDB	
Eli Corrêa Filho	DEM	
Enrico Misasi	PV	
Fausto Pinato	PP	
General Peternelli	PSL	
Geninho Zuliani	DEM	
Gilberto Nascimento	PSC	
Guiga Peixoto	PSL	
Guilherme Derrite	PP	
Herculano Passos	MDB	
Ivan Valente	PSOL	
Jefferson Campos	PSB	
Joice Hasselmann	PSL	
Kim Katagui	DEM	
Luiz Carlos Motta	PL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PSL	
Luiza Erundina	PSOL	
Marcio Alvino	PL	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021



Presença em plenário

Page 12 of 16

Marco Bertaiolli	PSD	
Marcos Pereira	Republican	
Maria Rosas	Republican	
Miguel Lombardi	PL	
Milton Vieira	Republican	
Nilto Tatto	PT	
Orlando Silva	PCdoB	
Paulo Freire Costa	PL	
Paulo Pereira da Silva	Solidaried	
Paulo Teixeira	PT	
Policial Katia Sastre	PL	
Pr. Marco Feliciano	Republican	
Renata Abreu	Podemos	
Ricardo Izar	PP	
Ricardo Silva	PSB	
Roberto Alves	Republican	
Roberto de Lucena	Podemos	
Rodrigo Agostinho	PSB	
Rosana Valle	PSB	
Rui Falcão	PT	
Sâmia Bomfim	PSOL	
Samuel Moreira	PSDB	
Tabata Amaral	PDT	
Tiririca	PL	
Vanderlei Macris	PSDB	
Vicentinho	PT	
Vinicius Carvalho	Republican	
Vinicius Poit	Novo	
Vitor Lippi	PSDB	
Total de Presenças São Paulo: 69		
Mato Grosso		
Carlos Bezerra	MDB	
Dr. Leonardo	Solidaried	
Emanuel Pinheiro Neto	PTB	
José Medeiros	Podemos	
Juarez Costa	MDB	
Nelson Barbudo	PSL	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021


Presença em plenário

Page 13 of 16

Neri Geller	PP	
Professora Rosa Neide	PT	
Total de Presentes Mato Grosso: 8		
Distrito Federal		
Bia Kicis	PSL	
Celina Leão	PP	
Erika Kokay	PT	
Flávia Arruda	PL	
Julio Cesar Ribeiro	Republican	
Luis Miranda	DEM	
Paula Belmonte	Cidadania	
Professor Israel Batista	PV	
Total de Presentes Distrito Federal: 8		
Goiás		
Adriano do Baldy	PP	
Alcides Rodrigues	Patriota	
Célio Silveira	PSDB	
Delegado Waldir	PSL	
Dr. Zacharias Calil	DEM	
Elias Vaz	PSB	
Flávia Moraes	PDT	
Francisco Jr.	PSD	
Glaustin da Fokus	PSC	
João Campos	Republican	
Jose Mario Schreiner	DEM	
José Nelto	Podemos	
Lucas Vergilio	Solidaried	
Magda Mofatto	PL	
Professor Alcides	PP	
Rubens Otoni	PT	
Vitor Hugo	PSL	
Total de Presentes Goiás: 17		
Mato Grosso do Sul		
Beto Pereira	PSDB	
Bia Cavassa	PSDB	
Dagoberto Nogueira	PDT	
Dr. Luiz Ovando	PSL	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021


Presença em plenário

Page 14 of 16

Fábio Trad	PSD	
Loester Trutis	PSL	
Rose Modesto	PSDB	
Vander Loubet	PT	
Total de Presentes Mato Grosso do Sul: 8		
Paraná		
Aliel Machado	PSB	
Aline Sleutjes	PSL	
Aroldo Martins	Republican	
Boca Aberta	PROS	
Christiane de Souza Yared	PL	
Diego Garcia	Podemos	
Felipe Francischini	PSL	
Filipe Barros	PSL	
Giacobo	PL	
Gleisi Hoffmann	PT	
Gustavo Fruet	PDT	
Hermes Parcianello	MDB	
Leandre	PV	
Luciano Ducci	PSB	
Luisa Canziani	PTB	
Luiz Nishimori	PL	
Luizão Goulart	Republican	
Paulo Eduardo Martins	PSC	
Pedro Lupion	DEM	
Reinhold Stephanes Junior	PSD	
Ricardo Barros	PP	
Roman	Patriota	
Rubens Bueno	Cidadania	
Sargento Fahur	PSD	
Sergio Souza	MDB	
Toninho Wandscheer	PROS	
Vermelho	PSD	
Zeca Dirceu	PT	
Total de Presentes Paraná: 28		
Santa Catarina		
Angela Amin	PP	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021


Presença em plenário

Page 15 of 16

Carlos Chiodini	MDB	
Carmen Zanotto	Cidadania	
Caroline de Toni	PSL	
Celso Maldaner	MDB	
Coronel Armando	PSL	
Daniel Freitas	PSL	
Darci de Matos	PSD	
Fabio Schiochet	PSL	
Geovania de Sá	PSDB	
Gilson Marques	Novo	
Hélio Costa	Republican	
Pedro Uczai	PT	
Ricardo Guidi	PSD	
Rodrigo Coelho	PSB	
Rogério Peninha Mendonça	MDB	
Total de Presentes Santa Catarina: 16		
Rio Grande do Sul		
Afonso Hamm	PP	
Afonso Motta	PDT	
Alceu Moreira	MDB	
Bibo Nunes	PSL	
Bohn Gass	PT	
Carlos Gomes	Republican	
Daniel Trzeciak	PSDB	
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	
Fernanda Melchionna	PSOL	
Giovani Cherini	PL	
Giovani Feltes	MDB	
Heitor Schuch	PSB	
Henrique Fontana	PT	
Jerônimo Goergen	PP	
Liziane Bayer	PSB	
Lucas Redecker	PSDB	
Marcel van Hattem	Novo	
Marcelo Brum	PSL	
Marcelo Moraes	PTB	
Márcio Biolchi	MDB	

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021



Presença em plenário

Page 16 of 16

Marcon	PT	
Maria do Rosário	PT	
Marlon Santos	PDT	
Maurício Dziedricki	PTB	
Nereu Crispim	PSL	
Osmar Terra	MDB	
Paulo Pimenta	PT	
Pedro Westphalen	PP	
Pompeo de Mattos	PDT	
Sanderson	PSL	
Santini	PTB	
Total de Presentes Rio Grande do Sul: 31		

CENIN - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraPresenca.asp?numLegislatura=56&...> 25/03/2021



ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Boa tarde a todos.

O sistema acusa a participação de 264 Senhoras e Senhores Deputados nesta sessão do Congresso Nacional.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Nos termos do art. 7º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal que institui o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Declaro aberta a Ordem do Dia.

Consta como único item da pauta o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020.

Passa-se à deliberação da matéria.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Questão ordem, Presidente, com base no art. 66, §§ 4º e 6º, da Constituição Federal, combinados com o art. 106, § 3º, do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra, para uma questão de ordem, à Deputada Talíria Petrone, do PSOL.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Agradeço.

Presidente, o § 6º do art. 66 da Constituição Federal determina que, esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, que é o prazo de 30 dias, o veto tem que ser colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

No mesmo sentido, o § 3º do art. 106 do Regimento Comum determina que, após o esgotamento do prazo constitucional — mais uma vez de 30 dias —, fica sobrestada a pauta das sessões conjuntas do Congresso Nacional para qualquer outra deliberação, até a votação final do veto, Sr. Presidente.

Eu queria que V.Exa. pudesse nos esclarecer por que estamos votando esta matéria importante para o Brasil, o Orçamento, que infelizmente é um orçamento que não está condizente com a realidade brasileira, com os mais de 300 mil mortos no Brasil, com o momento mais agudo da crise sanitária. A destinação de recursos, Sr. Presidente, é de áreas estratégicas, como saúde e educação, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para emendas de Parlamentares destinadas às suas obras nos seus Estados. Isso é uma vergonha!

Ao mesmo tempo, segundo entendimento do Partido Socialismo e Liberdade, estamos violando esses dispositivos legais, já que neste momento há seis vetos pendentes de deliberação, Sr. Presidente, que já extrapolaram o prazo constitucional de 30 dias: os Vetos nºs 56, 35, 50, todos de 2020, e os Vetos nºs 1, 4 e 5, de 2021. Nesse sentido, nós entendemos que está trancada a pauta do Congresso Nacional para qualquer outra deliberação, até que haja a votação final desses vetos.

Sr. Presidente, queremos, sim, votar o Orçamento, não este que está sendo apresentado aqui, não este que infelizmente suplementa um valor absurdo para o Ministério do Desenvolvimento e ignora a crise sanitária aguda que estamos vivendo, que tira dinheiro do seguro-desemprego num momento que estamos tendo 14 milhões de desempregados no Brasil. Queremos votar o Orçamento — outro orçamento e não este. Vamos discutir isso nesta Casa. Mas queremos também que seja cumprido o Regimento.

Ante o exposto, nós solicitamos que não se delibere nada antes de votarmos os seis vetos que neste momento trancam a pauta.



Aguardo, portanto, a resposta da Mesa.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu agradeço à Deputada Talíria Petrone pela sua questão de ordem. Eu responderei imediatamente, Deputada, a sua questão de ordem.

Em resposta aos questionamentos apresentados sobre o sobrestamento da pauta do Congresso Nacional por vetos que estariam aguardando deliberação, a Presidência esclarece o seguinte: as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em face das circunstâncias atuais que envolvem medidas de isolamento social e proibição de aglomerações como forma de combater a propagação da COVID-19, editaram o Ato Conjunto nº 2, de 2020, que prevê deliberação das matérias de competência do Congresso Nacional, separadamente, nas duas Casas, em sessões unicamerais subsequentes.

Dessa forma, considerando que o trancamento de pauta pelos vetos presidenciais se dá nas sessões conjuntas do Congresso Nacional — art. 66, § 4º, da Constituição Federal — e que os projetos de lei de matéria orçamentária, ainda segundo a Constituição Federal, art. 166, precisam ser aprovados pelas duas Casas, mas não necessariamente numa sessão conjunta, não há óbice à apreciação de matérias orçamentárias pelas duas Casas separadamente, mesmo diante da existência de vetos que só trancam as pautas das sessões, como afirmado, conjuntas, nos estritos termos do texto constitucional.

Esse entendimento foi objeto de questões de ordem já respondidas nas sessões dos dias 2 de abril e 13 de maio de 2020. Portanto, esse entendimento está amplamente consolidado, não tendo havido questionamentos nas sessões seguintes, nas quais houve deliberação de PLNs, ainda que houvesse vetos sobrestando a pauta, muito menos a judicialização da matéria, o que, aliás, louvo, por conta dessa desnecessária judicialização da política que corriqueiramente acontece no Brasil.

Por fim, esta Presidência relembra que as atuais circunstâncias são, de fato, excepcionais. Mas o Parlamento está fazendo a sua parte.

Lembro à nobre Deputada Talíria Petrone que o Orçamento já deveria ter sido votado. Há um atraso que não calha para os propósitos do Brasil e dos brasileiros. Neste instante, estamos a promover esta medida que já está, de fato, em débito com a sociedade brasileira. Mesmo com a pandemia e com as medidas de isolamento social, o Congresso deliberou centenas de dispositivos e aprovou diversas matérias orçamentárias. Decerto, há vetos na agenda do Congresso Nacional, mas esta Mesa entende, pelas razões já expostas, que não há óbice, nem legal, nem constitucional, à deliberação das matérias orçamentárias.

Ante o exposto, com o devido respeito à nobre e combativa Deputada Talíria Petrone, eu indefiro a questão de ordem. E acrescento, além do que disse em relação à necessidade da apreciação de um orçamento ainda que tardiamente, que nós temos o compromisso também, Deputada Talíria, esta Presidência, logo que passe o feriado de Semana Santa, de fazer a sessão do Congresso Nacional para termos agilidade na apreciação de todos os vetos, não só desses cinco vetos aos quais V.Exa. se referiu nominalmente ou taxativamente, os vetos pendentes, mas de outros vetos cuja apreciação também é necessária por parte do Congresso Nacional.

À discussão na Câmara dos Deputados, em turno único, do Projeto de Lei nº 28, de 2020, do Congresso Nacional, foram apresentadas 7.148 emendas. O Parecer nº 24, de 2021, da Comissão Mista de Orçamento, tendo como Relator o competente Senador Marcio Bittar, concluiu pela aprovação do projeto na forma do substitutivo.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra, Relator?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Peço a palavra para uma questão ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não.

Tem a palavra o Deputado Afonso Florence, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.)

- Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, formularei a V.Exa. questão de ordem com base no art. 1º da Resolução nº 1, de 2006, e com base no art. 166 da Constituição Federal. Diz respeito ao relatório, ao substitutivo a ser lido pelo eminente Senador Marcio Bittar, a quem quero saudar.

Antes, Presidente, permita-me dizer que eu dispunha também de uma questão de ordem similar à da Deputada Talíria Petrone, que, por economia processual, não vou ler, que se reporta especificamente ao Veto nº 56.

Peço, então, a V.Exas., se for possível, para rezarem uma decisão complementar à da Mesa, que já foi obviamente pela não admissão da questão de ordem, sobre o art. 16 do pacote anticrime, de 2019, que foi retirado da pauta quando da votação no Senado. Então, temos essa pendência. Como ele é de 2019, consideramos que é de natureza distinta.

Dito isso, eu quero ler a minha questão de ordem referente ao voto do Relator.

Formulo a presente questão de ordem, com suporte no art. 1º da Resolução nº 1, de 2006, e do art. 166 da Constituição Federal.

O Relator, por intermédio do relatório apresentado no dia 22 de março último, promoveu alteração na proposta enviada pelo Poder Executivo por intermédio do cancelamento das dotações que geraram remanejamento de 3 bilhões de reais. Esses cortes ocorreram em várias áreas, inclusive na educação.

O complemento do voto apresentado pelo Relator hoje, em 25 de março, trouxe, de forma inusitada, o cancelamento de recursos de despesas obrigatórias, em especial aquelas destinadas ao atendimento de benefícios previdenciários e assistenciais. O procedimento viola a legalidade e o princípio da segurança jurídica, bem como descumpre o item 3 do art. 2º da Instrução Normativa nº 1, de 2017, e o item 4.2 das normas de admissibilidade, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa nº 1, de 2021.

As despesas obrigatórias canceladas encontram-se protegidas pelas diretrizes orçamentárias. A Relatoria somente poderia reduzir tais despesas se comprovasse erro da estimativa acompanhada de memória de cálculo e metodologia.

Ao contrário, todos os elementos que são de domínio público, aumento do salário mínimo, inflação, relatório bimensal de execução orçamentária comprovam que os valores da PLOA 2021 já são insuficientes. Sua redução cria insegurança jurídica e orçamentária aos cidadãos quanto à possibilidade de a União cumprir os seus compromissos, um direito constitucional. Não se pode justificar que tais dotações sejam ajustadas na execução com maior contingenciamento nas discricionárias, quando neste momento já se tem certeza de sua insuficiência. O princípio da universalidade da Lei Orçamentária, que está no art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964, diz que o Orçamento deve contemplar todas as despesas em sua plenitude. Nesse contexto, peço que seja sanado com urgência esse vício material grave.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço, Deputado Afonso Florence.

Vou recolher essa última questão de ordem de V.Exa.

Faço o esclarecimento de que em relação ao Veto nº 56, uma vez ultrapassada a fase da Câmara, ao tocar o Senado Federal houve a retirada de pauta, mas com o compromisso de reinclusão na pauta do Congresso já — quero crer — em abril. Então, daremos a resposta pretendida por V.Exa.

Com a palavra o Relator. *(Pausa.)*

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Questão de ordem, Presidente.



A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - A Deputada Sâmia Bomfim tem uma questão de ordem, e eu tenho outra depois, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Relator.

Na sequência passaremos às questões de ordem. *(Pausa.)*

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Presidente, a nossa questão de ordem precede a leitura do relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma saudação. Quero fazer aqui um registro. Penso que o Congresso Nacional mais uma vez não faltou ao País. Vamos lembrar que há poucas semanas este mesmo Plenário estava aprovando a PEC Emergencial.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Sr. Presidente, a nossa questão de ordem foi ignorada, e o Relator está fazendo a leitura do relatório, sendo que a nossa questão de ordem precede a possibilidade de leitura.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Eu não estou lendo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu peço que respeite a palavra dada ao Relator, por gentileza. Eu vou dar a palavra ao Relator, e, na sequência, eu darei a palavra a V.Exa. para fazer a questão de ordem.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Mas a nossa questão de ordem foi pedida antes, e ela precede a leitura do relatório, porque ela justamente questiona a possibilidade de ser feita a leitura do relatório, que está fora dos prazos regimentais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Uma vez dada a palavra a alguém, nós temos que respeitar a palavra desse alguém, por favor.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Sr. Presidente, se quiser dar a palavra à colega...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Presidente, V.Exa. deu a palavra ao Relator de forma equivocada, porque eu havia pedido a palavra logo no início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O Relator está autorizando. Ele vai interromper a fala dele. A Presidência, então, dá a palavra a V.Exa. para fazer a sua questão de ordem. Mas respeitemos a palavra do orador, por favor.

Na sequência, falará a Deputada Fernanda Melchionna.

Com a palavra V.Exa. para fazer a questão de ordem.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada. Eu estou pedindo para que o Regimento seja cumprido. Eu estou no meu direito. Afinal de contas, a sessão se iniciou, e eu já no começo da sessão pedi para fazer a questão de ordem e assim vou proceder sem nenhum tipo de interrupção.

Questão de ordem com base no art. 33, do Regimento Comum do Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Diz o art. 33, do Regimento Comum do Congresso Nacional: "*Os avulsos das matérias constantes da Ordem do Dia serão distribuídos aos Congressistas com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas*".

Acontece que o item único da pauta da presente sessão não foi distribuído com a devida antecedência e nem poderia, porque o texto que vem a voto nesta sessão acabou de ser aprovado na CMO.

É importante aqui destacar que a distribuição de avulsos com antecedência mínima de 24 horas vem da necessidade de que todos os Parlamentares tenham conhecimento do texto que está sendo apreciado no Plenário. Assim, a simples distribuição do avulso desatualizado, do qual não conste o texto aprovado na data de hoje pela CMO, não supre a obrigatoriedade prevista no referido art. 33.

Dessa forma, eu solicito a V.Exa. que retire o PLN nº 28, de 2020, da pauta e que os avulsos



atualizados com o texto aprovado pela CMO sejam distribuídos com 24 horas de antecedência em relação à discussão da matéria.

Sr. Presidente, durante a reunião da CMO, inclusive o nosso direito de apresentar os nossos requerimentos de obstrução foi de maneira arbitrária desrespeitado pela Presidente da Comissão. E nós, sinceramente, entendemos por que esse expediente também está querendo ser de alguma forma utilizado aqui, talvez passando por cima do nosso direito à questão de ordem.

Afinal de contas, foi construído um acordão, o que é absolutamente escandaloso. Existe uma suplementação na Pasta do Ministério do Desenvolvimento Regional que significa — desculpem-me o termo, vocês podem usar a palavra que for — garantia de emenda para a construção de base parlamentar passando por cima de direitos previdenciários e trabalhistas. Retiraram 7,4 bilhões de reais do abono salarial! São 13 bilhões de reais de rombo, de calote, na Previdência das trabalhadoras e dos trabalhadores! Isso para satisfazer a base de sustentação do Bolsonaro na Câmara, para pagar dívida da votação das Presidências da Câmara e do Senado. Sem contar que há um orçamento para a Defesa cinco vezes maior do que o do SUS, sendo que a nossa guerra deveria ser contra o vírus, e não de fortalecimento dos privilégios daqueles que estão na cúpula das Forças Armadas e que dão inclusive guarida para o discurso golpista do Sr. Jair Bolsonaro.

Por isso, além do Orçamento, isso é um absurdo, ele não pode passar por cima das normas regimentais. Esta é a nossa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa. A questão de ordem de V.Exa. é indeferida pela Presidência à luz do entendimento do art. 33, que diz que os avulsos da matéria constante da Ordem do Dia serão distribuídos aos Congressistas com antecedência mínima de 24 horas. E o entendimento consolidado do Congresso Nacional é de que as matérias são os próprios projetos, e o avulso da matéria em referência ao orçamento foi publicado, efetivamente como recomenda o art. 33, no dia 10 de fevereiro deste ano.

Portanto, não procede a questão de ordem de V.Exa.

Com a palavra a Deputada Fernanda Melchionna, para uma questão de ordem. *(Pausa.)*

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente, quero apenas pedir a palavra para uma questão de ordem, após a Deputada Fernanda Melchionna, se V.Exa. permitir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, Deputado.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Senador Rodrigo Pacheco. A minha questão de ordem é baseada no art. 3º do Ato II do Regimento Comum das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal:

Art. 3º Somente poderão ser pautadas na forma prevista no art. 2º, as matérias urgentes ou relacionadas com a pandemia do Covid-19, que para isso tenham a anuência de 3/5 (três quintos) dos Líderes Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Nós estivemos na Comissão e tanto o PSOL quanto o PT e o PSB encaminharam contrariamente ao relatório. Eles estão neste momento fazendo questões de ordem na sessão conjunta do Congresso Nacional. E essas questões de ordem, com toda a tranquilidade, Presidente Rodrigo Pacheco, são uma lástima para quem é obrigado a fazê-las. Quando começamos a discussão na CMO, nós falamos que queríamos discutir o orçamento e votá-lo no prazo hábil, que está atrasado. Qual não é a nossa surpresa quando vem uma peça orçamentária, e se mantém uma peça orçamentária, em que a maior parte dos investimento vai para o Ministério da Defesa comprar submarinos enquanto as pessoas estão morrendo sem leitos, sem oxigênio, sem vacina, porque o Bolsonaro segue com a guerra errada. Evidentemente que não é a guerra contra a



COVID-19.

Em segundo lugar, Presidente, vem um orçamento que vai calotear os previdenciários aposentados. Faltam 8 bilhões de reais para pagar a Previdência Social, 2 bilhões de reais para pagar o abono, porque o Bolsonaro está caloteando, não quer pagar as parcelas de julho agora, quer começar a pagar a partir de 2021, um orçamento com 39% a menos para a área da saúde, um orçamento que corta o dinheiro da educação e contingencia recursos da ciência e tecnologia. Não podemos admitir que, neste momento da história, a prioridade seja outra — como falou *O Estadão*, que tenham austeridade fiscal seletiva. Nós somos contra a austeridade fiscal do teto, nós somos contra a austeridade fiscal que massacra o sistema público de saúde, mas o que nós temos aqui é uma autoridade seletiva para as áreas sociais e 8 bilhões de investimentos para o Ministério da Defesa — sem falar nas despesas discricionárias, que, sinceramente, na nossa avaliação, totalizam quase 20 bilhões! Aí, podem dizer o que quiser; tem a ver, sim, fazer com as emendas parlamentares, e não com as impositivas, porque aqui ninguém nasceu ontem. Via MDR, constrói-se relação com as bancadas, e o pagamento da fatura de muita coisa.

Nós não aceitamos esta lógica. O PSOL está em obstrução, e os partidos da Oposição, pelo que eu estou vendo — obviamente não tenho a prerrogativa de falar em nome dos outros partidos —, pelo que me conste, não houve acordo para que essa matéria entrasse na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço, Deputada Fernanda.

Com a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC) - Sr. Presidente, estou aqui disciplinadamente esperando, mas tudo bem. Espero mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Já passo a palavra a V.Exa., eminente Relator. Mas foi V.Exa. que havia autorizado a Deputada a fazer a questão de ordem. Depois que passei a palavra para V.Exa., houve o pedido de questão de ordem, e V.Exa. gentilmente cedeu o seu tempo. Então, peço que tenha um pouco mais de paciência.

Vamos ouvir o Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Cumprimento V.Exa.

Sendo esta primeira manifestação no plenário do Congresso sob a Presidência de V.Exa., quero, antes de mais nada, cumprimentá-lo pela eleição e desejar-lhe êxito na importantíssima missão de conduzir o Congresso Nacional nestes próximos 2 anos. Transmito a V.Exa. meus votos de grande sucesso, para o bem do nosso País. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Muito obrigado, Deputado Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, a minha questão de ordem se fundamenta nos arts. 131 e 151 do Regimento Comum do Congresso, assim como no art. 48 do Senado Federal e no art. 66, § 7º, da Constituição Federal.

Na semana passada, sob a Presidência de V.Exa., na primeira sessão do Congresso deste biênio, no dia 17 de março, às 20h11min, nós derrubamos o Veto nº 2, de 2021, que tratava de um dispositivo que se incorporaria à Lei Complementar nº 177, de 2021. Tratava-se de uma parte do PLP nº 135, de 2020, que impedia o contingenciamento de recursos do FNDCT.

Diante da derrubada do veto, o Presidente da República deveria ter promulgado em 48 horas o trecho da lei, porque, tendo sido derrubado o veto, trata-se de lei. E o Presidente da República não o fez. Depois disso, na sequência, como prevê o § 7º do art. 66, caberia ao Presidente do Congresso fazê-lo. E, V.Exa., não o tendo feito, caberia ao Vice-Presidente fazê-lo.

E já se passaram as 48, mais 48, mais 48 horas, e esta lei não foi promulgada.

Eu chamo a atenção de V.Exa. e dos colegas para este fato, porque esta lei dispõe de algo que impede



que se delibere o que se quer deliberar daqui a pouco — um orçamento que prevê contingenciamento de recursos do FNDCT.

E se esta lei não for promulgada antes da nova lei, portanto, da lei orçamentária, caso ela venha a ser aprovada, estaremos incorrendo em uma ilegalidade e também em uma inconstitucionalidade.

Faço essa questão de ordem, pedindo a V.Exa. — ou peça ao Vice-Presidente do Senado para fazê-lo — que determine a promulgação, ainda nesta tarde, para que, quando saia a Lei Orçamentária Anual, seja condizente com a lei que aprovamos, ao derrubarmos o veto, na semana passada.

Esta era a minha questão de ordem.

Muito obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, Senador Alessandro Molon.

Primeiramente, muito obrigado pela sua fala em relação à minha assunção à Presidência. Nós convivemos muito bem, na Câmara dos Deputados, na legislatura passada. V.Exa. é um exemplo de Parlamentar. Quero render minhas homenagens a V.Exa. que, reconhecidamente, é um grande Parlamentar.

A questão de ordem de V.Exa. demonstra a preocupação que também é da Presidência. Já estamos cuidando para evitar que qualquer ilegalidade possa acontecer, inclusive com o compromisso da promulgação referente a esse veto que foi derrubado, ainda hoje, até às 17 horas, de modo, que nós teremos oportunidade de dar seguimento a esta sessão, de garantir a promulgação desse veto, e obviamente de votar a Lei Orçamentária Anual, sob essa premissa.

A sua preocupação procede. A Presidência cuidará para evitar qualquer ilegalidade por V.Exa. apontada.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado.

Em relação à questão de ordem da Deputada Fernanda Melchionna, eu vou invocar os mesmos argumentos lançados na resolução das questões de ordem da Deputada Talíria Petrone, da Deputada Sâmia Bomfim, do Deputado Afonso Florence, acrescentando que o parecer foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento, e fica flagrante a concordância da maioria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, representados na CMO.

Além do que, Líder Eduardo Gomes, estamos muito atrasados com a nossa obrigação constitucional do Congresso Nacional de aprovarmos o Orçamento do Brasil. De modo que todas essas premissas, razões legais, constitucionais, técnicas e fáticas nos recomendam avançar com esta sessão para a aprovação da Lei Orçamentária Anual.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar, para fazer o seu pronunciamento, agradecendo-lhe a paciência.

O SR. MARCIO BITTAR (MDB - AC. Como Relator. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, apenas quero dizer que entendo que o Congresso Nacional não faltou ao País. Era para que, ainda no segundo semestre do ano passado, tivéssemos resolvido o problema de brasileiros que precisam se alimentar, precisam do Estado. Ao mesmo tempo, era preciso aprovar um orçamento que tivesse um pouco mais de robustez, e não corrêssemos o risco de que obras fundamentais, no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, nas regiões mais atrasadas e pobres do Brasil, ficassem paralisadas. Não foi possível aprová-lo no ano passado.

Neste ano — antes tarde do que nunca — recentemente, aprovamos a PEC Emergencial, dando ao Presidente da República a possibilidade de usar 44 bilhões, aprovado pelo Parlamento, para atender milhões de brasileiros que precisam se alimentar. Eu sou a favor das reformas do Estado brasileiro. mas



elas têm um *time*, uma velocidade, que não é a mesma daqueles que precisam se alimentar, a cada dia, e não têm outra forma que não seja o Estado continuar lhes ajudando.

Ao mesmo tempo que dotamos a União de 44 bilhões, fizemos uma economia no valor que está no orçamento do Bolsa Família, para que ao final de 4 meses, ele possa desembocar num programa novo, mais robusto, definitivo, mais inteligente, mais moderno. Agora, veio a peça orçamentária, que enfim hoje foi votada e aprovada na CMO. É claro que ela não vai agradar nunca a ninguém. Mesmo em tempos de vacas gordas, é certo que ela não agradaria. Sempre haveria alguém que acharia que é preciso destinar mais recursos para a saúde, para a educação, para a infraestrutura. Ela foi a peça do possível!

Sr. Presidente, quero ressaltar que fundamentalmente nós estamos garantindo a peça aprovada hoje na CMO, com a ajuda de todo mundo. Mesmo os Parlamentares da Esquerda, da Oposição, que cumpriram a sua meta, que têm pontos de vista diferentes, que se manifestaram, que propuseram votações separadas — é preciso dizer aqui o que o Deputado Cajado disse, eu preciso reconhecer neste momento —, não trabalharam para obstruir a votação. Cada um externou o seu ponto de vista, fez a sua crítica, mas o rito andou, e hoje nós tivemos a aprovação na CMO. Fundamentalmente, estamos conseguindo fazer um orçamento que preserva. No projeto que chegou às minhas mãos, Sr. Presidente, por mais que alguém diga que não, aumentamos o dinheiro para educação e para saúde, garantimos o recurso para a continuidade da pesquisa sobre a vacina brasileira, que vai acontecer ainda este ano, garantimos a continuidade no orçamento de mais de 20 e tantos bilhões para que o Governo Federal continue comprando as vacinas.

Milhões de trabalhadores esparramados pelo País iriam ter que cruzar os braços, se não déssemos um jeito de descobrir uma fonte para conseguir suplementar o orçamento da Infraestrutura, do MDR, da Agricultura. Esses Ministérios, com o orçamento que chegou às nossas mãos, teriam que escolher que obras continuar e que obras teriam que ser paralisadas, o que causaria imenso prejuízo econômico e social para o Brasil.

A peça aprovada, Sr. Presidente, é aquela que foi possível no consenso.

Neste momento, não cabe mais a mim aqui defender item por item. Cabe a mim neste momento, Sr. Presidente, ao ser liderado por V.Exa., como nosso Presidente do Senado e do Congresso Nacional, fazer o meu agradecimento.

Começo pelo meu querido amigo, irmão, Eduardo Gomes, com quem fui Deputado Federal. Eu o sucedi na 1ª Secretaria da Câmara Federal. É um prazer ser Senador junto com S.Exa. Ao Deputado Cajado já agradei na Comissão, mas nunca é demais agradecer a experiência do Cajado, que foi fundamental para a harmonia da Comissão.

Quero ainda dizer da minha alegria de fazer parte dessa Comissão presidida por uma mulher, a Deputada Federal Flávia Arruda, que foi fundamental, ajudou-me demais. Se não fosse ela, provavelmente, talvez, não teríamos concluído esse trabalho hoje. Parabéns, Deputada Flávia Arruda! Foi um prazer ter sido liderado por S.Exa. na Comissão, como Presidente.

Parabenizo o Presidente desta Casa Arthur Lira e V.Exa., Presidente do Senado da República. Entendo que se o Congresso continua cumprindo o seu dever com o País, isso também tem muito a ver com a sua eleição e com a eleição do Deputado Arthur Lira aqui na Câmara dos Deputados.

Isso não significa alinhamento automático. Eu mesmo não sou alinhado automaticamente a nada. Eu sigo a minha consciência. No entanto, o momento mais do que nunca exigia que esses Poderes, o Parlamento brasileiro e o Executivo, tivessem mais do que nunca a tolerância de buscar soluções em comum.

O momento é gravíssimo, o momento é muito grave no Brasil e no mundo, e não vai acabar agora. A crise econômica que vem em seguida é devastadora. Significa muito desemprego, subemprego, mais fome.

Por isso, quero mais uma vez aqui reconhecer a sua eleição no Senado e a eleição do Arthur Lira na



Câmara têm sim, a meu juízo, muito a ver com esse clima mais harmonioso, que fez com que em 1 mês praticamente aprovássemos a PEC Emergencial e hoje, se Deus quiser, aprovaremos o Orçamento.

Parabéns!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente Rodrigo Pacheco, permita-me fazer um adendo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao nobre Senador Marcio Bittar e o parabenizo pelo trabalho desempenhado à frente da Lei Orçamentária Anual.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Sr. Presidente, depois, por gentileza, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Depois falará o Deputado Afonso Florence.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Líderes de todos os partidos, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a Comissão Mista de Orçamento, através de todos os seus Líderes, de todos os partidos, e também, com destaque, a Deputada Flávia Arruda, Presidente daquela Comissão, e o Relator, Senador Marcio Bittar.

Primeiramente, pela forma absolutamente complicada, difícil, arriscada, com que cada Parlamentar, cada Deputado e Deputada, cada Senador e Senadora, com que servidores da Comissão Mista de Orçamento, servidores da Câmara dos Deputados, servidores do Senado Federal, V.Exa., Presidente do Congresso Nacional, o Presidente Arthur Lira e todos os Líderes enfrentaram a necessidade de aprovar o Orçamento da União, num momento absolutamente difícil, difícil para todos os brasileiros, para todos os 5.700 Municípios, para todos os 26 Estados e para o Distrito Federal.

Presidente, também quero dizer que para a acomodação desta sessão do Congresso Nacional, por orientação também de V.Exa., conversei com diversos Líderes, e aqui eu pinço de maneira especial o nosso Líder Alessandro Molon, e Líderes dos partidos de oposição. Está aqui a Deputada Fernanda Melchionna, mas também a nossa Líder do PSOL, e nós fizemos um compromisso, autorizados também por V.Exa., de que na sessão, logo após a Semana Santa, faremos a análise dos vetos remanescentes da sessão passada do Congresso Nacional.

Apenas quero lembrar, Sr. Presidente, que conseguimos avançar bastante em temas sociais importantes. A sessão do Congresso Nacional ocorreu com a participação de Líderes de todos os partidos, e com o absoluto consenso, dentro do possível, cada um ficando mais ou menos chateado, e mais ou menos atendido, satisfeito, foi possível avançar hoje para esta sessão do Orçamento.

Portanto, quero dar o informe específico sobre os recursos para ciência e tecnologia: eles não serão contingenciados, serão liberados logo em seguida à aprovação do Orçamento e a promulgação da derrubada do veto, porque assim quis o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em acordo e em votação. Esse instrumento é inegociável. Então, podem ficar tranquilos com relação a isso.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que este Orçamento que está sendo aprovado agora — peço apenas mais um tempo de Líder — é o que socorre o orçamento que fizemos da pandemia, que fez 1 ano recentemente. É nesse Orçamento que, além do auxílio emergencial e de outras medidas que se leva, através dos recursos dos próprios Ministérios, dos recursos de emendas parlamentares e de emendas de bancadas e de emendas de Comissão, o recurso minimamente necessário para se manter a atividade econômica nos Municípios brasileiros.

Imaginem que nós estamos aqui lutando para conseguir recursos mínimos para que a população



brasileira não sofra com a mazela da fome. E, se nós não estivéssemos hoje aprovando este Orçamento, Sr. Presidente, estaríamos colocando, a partir deste mês, a partir de agora, além da tragédia da pandemia, todos os Municípios e todas as obras nacionais em dificuldade.

O peão de obra não tem partido político. O engenheiro, aquela pessoa que presta atividade econômica nos 5.700 Municípios brasileiros, precisa manter o seu emprego. E uma das maneiras, ou talvez a única maneira de manter esses empregos no interior do Brasil, é aprovando, no dia de hoje, o Orçamento da União, o Orçamento que é, Sr. Presidente, para finalizar as minhas palavras, uma evolução da Resolução nº 1, desde o primeiro momento, da impositividade gradativa do Orçamento, ao relatório da LDO do Deputado Cacá Leão, do Senador Irajá, ao relatório do Deputado Domingos Neto; agora, do Senador Marcio Bittar, também com a colaboração dos partidos da Oposição.

Portanto, pela Liderança do Governo no Congresso Nacional, eu peço aos Líderes compreensão para a manutenção das nossas discussões, dos nossos debates em torno daquilo que foi acertado na sessão do Congresso Nacional, para que nós consigamos, em pouco tempo, realizar aqui a sessão do Congresso, votando os vetos e, quem sabe, Sr. Presidente, abrindo também espaço para as correções deste que é um Orçamento comprimido pelo momento da tragédia da COVID-19 no Brasil, para que coloquemos o Congresso em condições de eventualmente discutir as suas correções ou os detalhes que precisam ser corrigidos. É normal que aconteça isso nos dias em que nós estamos vivendo.

Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer aos Líderes da Oposição, da Situação, e, mais uma vez, em nome da Deputada Flávia Arruda e do Senador Marcio Bittar, agradecer a toda a Comissão Mista de Orçamento, a todos os partidos, que conseguiram em tempo recorde aprovar este Orçamento para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence, pela ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco. Quero saudar o Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo.

Senador, nós estamos num momento da sessão com inúmeras questões de ordem inadmitidas, indeferidas, excepcionados seus recursos pelo Presidente Rodrigo Pacheco, conduzindo com muita habilidade, mas enfrentando situações objetivas de questionamento do processo de tramitação da peça orçamentária, desde o seu mérito até a sua tramitação.

Para economia processual, quero dizer ao Senador Eduardo Gomes que já houve pronunciamento de Lideranças partidárias da Oposição, e nós do PT queremos votar o Orçamento. É verdade, não é este o Orçamento que nós queremos votar. Entretanto, estamos abertos ao diálogo, mas estamos em obstrução, e estamos apontando objetivamente os fatos, para até manter um canal de diálogo.

Aliás, a título de colaboração com a dinâmica da sessão, para sua celeridade — a obstrução é política —, em vez ler toda uma questão de ordem, Senador Rodrigo Pacheco, peço que anexe um adendo à questão de ordem apresentada pela Deputada Sâmia Bomfim, aludindo agora, a partir desta minha iniciativa, ao art. 18 do Regimento Comum, que estabelece que o parecer da Comissão deverá ser publicado no *Diário do Congresso Nacional* e em avulsos destinados à distribuição aos Congressistas. Sem essa publicação, a sessão não poderá ocorrer. Senador Eduardo, para encerrar, ainda com folga de tempo, há questionamento sobre a legalidade do procedimento adotado pelo Senador Marcio Bittar, que anulou dotações de execução obrigatória e as substituiu por discricionárias. Então, esse Orçamento está com muito problema. V.Exa. diz da disposição do Governo, em seu nome, de negociar conosco suplementação na educação e na saúde. Esse é o tema aqui, nós estamos disputando isso.

Eu sei que a Deputada Professora Rosa Neide, que coordena o núcleo da educação, está com agenda marcada com o Deputado Presidente Eduardo Gomes e com as entidades que representam tanto as reitorias



como os movimentos sociais da educação.

Eu acho que o Senador Rodrigo Pacheco e V.Exa., Senador Eduardo Gomes, precisam abrir um diálogo botando na pauta a demanda de garantia da dotação orçamentária mínima para o funcionamento de algumas instituições e a condução pactuada dos próximos PLNs que entrarão em pauta.

Então, está mantido por enquanto o nosso *kit* obstrução. Eu acho que, se o Senador Rodrigo Pacheco quiser (*falha na transmissão*), mas há sobre a mesa inúmeros requerimentos de partidos de oposição. Não falo em nome dos outros partidos.

Queremos votar o Orçamento, mas precisamos ter diálogo. Sabemos que V.Exas. têm maioria para derrotar a obstrução, então temos interesse em conversar. Entretanto, essa conversa pode e precisa ser aberta aqui e agora na sessão, com a habilidosa condução do Senador Rodrigo Pacheco, através dos microfones, com o acompanhamento do País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Deputado Afonso Florence.

A questão de ordem suscitada por V.Exa. foi decidida já pela Presidência, e, com o acréscimo do art. 18, devo afirmar que a interpretação deve ser sistemática. O art. 18 foi concebido na década de 70 e diz que o parecer da Comissão deverá ser publicado no Diário do Congresso Nacional e em avulsos destinados à distribuição aos Congressistas.

Obviamente, atualmente os avulsos são disponibilizados pela Internet, assim como já decidiu a Presidência.

Agradeço a V.Exa. a intervenção.

Está em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, cumprimentando V.Exa., cumprimento os demais Senadores e Senadoras e as Deputadas e os Deputados presentes nesta sessão.

Cumprimento o Senador Marcio Bittar pelo brilhante relatório. Eu sei, Senador, da dificuldade de produzir uma peça orçamentária dessa magnitude com a exiguidade de tempo em que foi feita. V.Exa. superou todas as expectativas, e o seu trabalho realmente foi brilhante.

Quero cumprimentar também a minha querida amiga Deputada Flávia Arruda, que brilhantemente presidiu a Comissão, a primeira mulher, a primeira Deputada a presidir a Comissão de Orçamento.

Deputada Flávia, para nós, que já a conhecíamos e já sabíamos da capacidade que V.Exa. sempre teve, desde que chegou a esta Casa, isso não foi surpresa nenhuma. Num tempo enxuto, numa nova modalidade, num sistema híbrido, V.Exa., como nós dizemos lá na Bahia, deu um *show*. A dupla que V.Exa. fez com o Senador Marcio Bittar, pode ter certeza, está trazendo frutos que serão colhidos pelos brasileiros nesse próximo tempo. Vivendo este momento tão difícil em que vivemos, de pandemia, o relatório produzido pelo Senador Marcio Bittar e presidido na Comissão por V.Exa., pode ter certeza, serve como alento a todo o povo brasileiro.

Queria cumprimentar também o Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes; o Líder do Governo na Comissão, do meu partido, Deputado Claudio Cajado, meu conterrâneo do Estado da Bahia; a Oposição, liderada pelo também conterrâneo Deputado Afonso Florence. Eles abrilhantaram ainda mais o diálogo e fizeram com que o desejo deste Parlamento, Senador Rodrigo Pacheco, fosse transmitido num relatório que chega para trazer o que o povo brasileiro mais deseja neste momento: a tranquilidade e garantia dos recursos para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, garantindo recursos para as vacinas, mas também não deixando de lado os recursos importantes para a retomada da economia com os investimentos de que o Brasil precisa.



Portanto, quero parabenizar o Senador Marcio Bittar pelo relatório e a Deputada Flávia Arruda pela brilhante condução desta Comissão.

Viva o Brasil!

Viva o povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador inscrito é o Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu não posso, de forma nenhuma, nesta tarde, ser a favor desta peça orçamentária. Este é um Orçamento que corta quase 40 bilhões de reais da saúde, justamente em um período em que a pandemia está muito perversa, muito cruel, ceifando vidas das pessoas. Mais de 300 mil pessoas já perderam a vida.

Por outro lado, Sr. Presidente, nós precisamos de um Orçamento que fortaleça o Sistema Único de Saúde, que dê prioridade à saúde. E neste Orçamento, não há prioridade para a saúde; neste Orçamento, há um corte de aproximadamente 40 bilhões de reais.

Como se não bastasse isso, o Orçamento corta os recursos das universidades, da educação. Nós não podemos concordar com isso. Nós temos que fortalecer a educação e criar oportunidades para as pessoas estudarem. Mas é o contrário, o Orçamento prevê justamente cortes nos recursos das universidades, e nós não podemos concordar com isso.

Este é um Orçamento, Sr. Presidente, que corta justamente recursos do seguro-desemprego, em um período em que 15 milhões de brasileiros estão desempregados e há uma crise econômica que vai aumentar o desemprego no País. E nós cortarmos recursos do seguro-desemprego? Ah, nós não podemos aprovar um recurso como esse! Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós precisamos neste momento olhar para as pessoas que mais precisam do poder público. A carestia bateu à porta das pessoas. As pessoas estão desempregadas, outros passando fome. Nem o auxílio emergencial de 600 reais esse Governo Bolsonaro libera para as pessoas. A Semana Santa chegou. Tradicionalmente no Brasil muita gente que é católica tem na Sexta-Feira Santa o costume e a cultura de comer um peixe. Qual é o peixe que as famílias vão comer nesta Semana Santa? Isso tudo porque há um Presidente da República que não tem respeito pelo cidadão brasileiro, que não tem respeito com as pessoas, que não defende da vida.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional não pode ser conivente com essa política de forma nenhuma.

Eu sei que o Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, disse que, para a situação que estamos vivendo no Brasil, o Congresso Nacional tem remédio, e muitas vezes esse remédio é amargo. Vamos aplicar esse remédio amargo a este Presidente Bolsonaro, para salvar o povo brasileiro.

Nós não podemos, Sr. Presidente, diante de uma reunião da qual V.Exa. participou, junto com o Presidente da Câmara e com diversos Ministros, fazer um esforço para construir uma política única liderada por Bolsonaro. Bolsonaro imediatamente diz que tem que ter vacina. Ele só diz que tem que ter vacina porque o Presidente Lula falou isso no discurso. Ele disse que tem que ter vacina, mas ele não abriu mão do que ele diz sobre o tratamento precoce. É esse tipo de Presidente que temos no Brasil.

O Congresso Nacional não pode ser conivente com essa política. É esse esforço para o qual quero chamar todos e todas, chamar esforços para aprovar um Orçamento que tenha a característica de defender a vida, que possa fortalecer o Sistema Único de Saúde, defender o emprego e o trabalho, fortalecer a agricultura familiar. Até agora, Sr. Presidente, não houve um auxílio emergencial, uma política para a agricultura familiar, que é quem produz alimento para o povo brasileiro. Nesse Orçamento não há nem recurso para viabilizar os assentamentos de reforma agrária, as áreas de quilombolas, a infraestrutura importante para agricultura familiar. É esse Orçamento que nós estamos discutindo.

Então, Sr. Presidente, nós não podemos ser a favor desse Orçamento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pode concluir, Deputado Valmir Assunção. Depois darei um aviso ao Plenário.

Conclua, por favor, Deputado Valmir.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA) - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa. e informo ao Plenário que temos 5 minutos concedidos a cada orador inscrito e que, após os 5 minutos, o microfone é cortado, passando a palavra imediatamente ao próximo orador.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar V.Exa., Senador Rodrigo Pacheco; meu Líder, Senador Eduardo Gomes; ex-Deputado, Relator, Senador Marcio Bittar, ao lado da Presidente da CMO, Deputada Flávia Arruda.

Quero dizer da minha alegria, Presidente, de poder estar neste momento na tribuna do Congresso, presencialmente, para votar o Orçamento do exercício de 2021 — com muito atraso, é verdade; porém, feito da melhor forma possível. Procuramos encaminhar, desde o primeiro momento, um Orçamento que, devido às restrições que nós temos hoje do ponto de vista financeiro e orçamentário, atendessem prioritariamente às áreas da educação, da saúde e social. A infraestrutura também foi muito bem aquinhoadada porque nós não podemos esquecer que os Estados Federados e os Municípios brasileiros precisam de recursos para fazer frente aos investimentos, principalmente, em especial, com os novos Prefeitos que assumiram em janeiro deste ano.

Não é crível, não é admissível que possamos apenas estar fazendo despesas sem pensar em investimentos. Houve essa preocupação por parte do conjunto do Congresso Nacional, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, no intuito também de assegurar uma fonte mínima de recursos, recursos estes que vão alcançar, como havia dito na CMO, em torno de 26 bilhões de reais — mais precisamente 30 bilhões de reais —, que serão revertidos em investimentos, em infraestrutura, em aquisição de máquinas e equipamentos, na área da agricultura, na área do MDR, com melhorias na infraestrutura urbana e rural, na própria saúde, com a aquisição de equipamentos hospitalares, na educação, enfim, nas áreas que fazem o conjunto das políticas públicas do Brasil.

Não nos esqueçamos, é verdade, de que houve acréscimo no Ministério da Saúde e no Ministério da Educação. São 125 bilhões de reais para o Ministério da Saúde e 100 bilhões de reais para o Ministério da Educação. Asseguramos um salário mínimo de 1.069 reais. Existe uma previsão em cima da macroeconomia, em termos de crescimento do PIB, em termos de inflação, que sempre leva em consideração dois princípios: o Governo Federal tem a responsabilidade fiscal como ação de Governo e meta para poder não se perder nas suas contas, principalmente naquilo que a lei determina. Portanto, este Governo não falhará na responsabilidade que tem de manter as contas em dia. Segundo, é preciso manter o pensamento de desenvolver economicamente o País, com um viés de desenvolvimento social aliado ao econômico neste momento de pandemia, mas principalmente pós-pandemia.

O que o Governo Federal deseja é que o País supere este momento, adquirindo, como já foi assegurado pelo novo Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, recursos para a vacina. Isso está previsto dentro desta peça orçamentária, assim como os recursos necessários para que o País volte a crescer.

O Ministro Paulo Guedes terá, a partir da sanção deste Orçamento, dupla ação: primeiro, conduzir as políticas públicas nas diversas áreas, não apenas para ser um indutor de um projeto que se firme muito no benefício da população brasileira, mas também para fazer frente à pandemia, fazer frente a este momento de crise por que muitas empresas e muitos setores, como o setor de turismo, passam, dando um auxílio ao povo brasileiro, que precisa disso neste momento, mas que precisará muito mais com a geração



de emprego que estamos assegurando com os recursos previstos.

(Interrupção do som.)

Por isso, nós não temos dúvida, Senador Eduardo Gomes, de que, a partir deste ano, que se inicia efetivamente com a aprovação do orçamento, porque nós estávamos vivendo de 1/12, o Brasil tem melhores perspectivas.

Eu não poderia deixar de agradecer aos Líderes da Oposição, que mantiveram a sua condução, sua postura crítica, democraticamente fazendo oposição, democraticamente apresentando suas sugestões, mas, em momento nenhum, viraram as costas para o País, deixando claro que o orçamento é importante, apesar das diferenças de opiniões, de posturas e de visões.

Nós chegamos a este momento na expectativa de podermos votar a peça orçamentária hoje e fazermos com que não cheguemos ao quarto mês do ano de 2021 sem o orçamento aprovado. Isso seria muito ruim.

Por isso, eu faço um apelo para que nós possamos continuar o diálogo e o entendimento, olhando incessantemente para o Brasil, para o povo brasileiro, independentemente de ideologia e de posição partidária. E isso nós temos perseguido com o apoio do Ministro Ramos, da Secretaria de Governo, e dos Líderes do Congresso, em especial...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Marcon. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Boa tarde.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) - Olhe, eu estava aqui raciocinando, Presidente, e a sensação que eu estou tendo é de que nós estamos vivendo no momento em dois mundos paralelos. Um é o mundo real, onde já morreram mais de 301 mil brasileiros; onde ontem à noite a Câmara aprovou um projeto para pagar o dobro, o triplo do que o Ministério da Saúde paga em diárias por leito de UTI, para tentar salvar vidas de brasileiros. Esse é um mundo onde hoje de manhã, na Comissão da Câmara que acompanha o enfrentamento da pandemia, estavam discutindo a falta de oxigênio, a falta de medicamentos para garantir a entubação de pacientes, a falta de anestésicos. Esse é um mundo em que centenas de milhares de brasileiros estão sofrendo neste momento. E existe o mundo paralelo, o mundo do Governo Bolsonaro e seus apoiadores na Câmara e no Senado.

Como é que, na maior tragédia sanitária que este País já viveu, são cortados no orçamento 36,1 bilhões de reais dos recursos da saúde, quando comparados com os valores empenhados em 2020?

Gente, não dá mais para vocês continuarem priorizando o lucro dos rentistas no mercado financeiro. Há destinação de 1,6 trilhão de reais para garantir o lucro da turma da Avenida Paulista, da turma do rentismo. Enquanto isso, no salário mínimo, vocês não estão repondo nem a inflação oficial. O valor do salário mínimo previsto no orçamento é de 1.100 reais, quando, reajustado pela inflação oficial, deveria ser de 1.102 reais. E olhem que nem estou falando de aumento com base no aumento da cesta básica, que foi de 80% em um item, 60% em outro, 40% no outro, aumentos muito maiores do que a inflação oficial. Então, os pobres vão continuar perdendo, e perdendo muito, neste Governo.

Os recursos para a saúde voltam ao patamar pré-pandemia. Acabaram com a pandemia no orçamento federal! Os valores para a saúde no orçamento de 2021 são praticamente equivalentes aos de 2019. Enquanto isso, os militares estão muito bem aquinhoados, estão muito bem contemplados. Para reajuste de salários dos militares, Presidente, o orçamento destina 7,1 bilhões de reais — vou repetir: 7,1 bilhões de reais. Para o reajuste de salário dos servidores civis, zero! Houve congelamento dos salários dos servidores civis, já os dos militares foram muito bem contemplados, obrigado.



E o Ministério da Defesa? Nós teremos apenas 37,6 bilhões de reais em investimentos, dos quais 8,3 bilhões de reais vão para o Ministério da Defesa. Ou seja, 22% de todo o investimento previsto no orçamento vão para o Ministério da Defesa. Enquanto isso, Presidente, as universidades federais como estão? Perdem 18% dos recursos no orçamento deste ano. Se somarmos a perda do passado, são menos 25% dos recursos no orçamento, em 2 anos. E ainda querem que se produza tecnologia neste País, que se desenvolva pesquisa e ciência, cortando 25% do orçamento das universidades federais em apenas 2 anos. O Governo Bolsonaro gosta muito de ciência e tecnologia, isso está sendo visto!

E o meio ambiente? Teve o menor valor no orçamento em 20 anos! Não é o menor em 2 anos. Em 20 anos, nunca houve um orçamento tão pequeno para o meio ambiente.

Mas a pedra de toque é o auxílio emergencial: são 44 bilhões de reais para este ano, contra 294 bilhões de reais — ou um pouco mais —, no ano passado.

No ano passado, se não fosse o auxílio emergencial, a perda no PIB teria sido superior a 10%, a miséria estaria muito maior, o sofrimento, apesar de já ser gigantesco da forma como está, seria ainda muito maior, mais amplo. E limitam o auxílio emergencial a 44 bilhões de reais.

Então, sinceramente, Presidente, permita-me dizer que nós temos, hoje, dois mundos, dois países: o mundo real, com o sofrimento do desemprego, da miséria, da pandemia e das mortes, e o mundo de Bolsonaro e seus apoiadores na Câmara e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

A próxima oradora inscrita é a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
- Boa tarde a todos e a todas.

Quero dizer que é evidente que nós da Oposição — neste caso, falo em nome do PSOL — fizemos todos os esforços para enfrentar a pandemia no ano de 2020. Quem não fez os esforços foi o Presidente criminoso, que preferiu boicotar a ciência, que preferiu boicotar as medidas sanitárias, que preferiu atacar os Governadores e armar, inflar uma horda protofascista, que gosta de fazer manifestações antidemocráticas.

No orçamento não seria diferente. Desde o início da discussão do orçamento — que de fato está atrasado, mas não por nossa irresponsabilidade, e sim por irresponsabilidade do próprio Governo —, nós dissemos que queríamos, primeiro, prioridade na saúde; segundo, critérios democráticos e republicanos, porque nós não esquecemos o que aconteceu no último orçamento, quando o Relator teve para emendas discricionárias o valor de 40 bilhões de reais. O que nós temos aqui neste orçamento, além de um orçamento cruel, que coloca 1 bilhão e 300 milhões de reais para pagar os juros da dívida pública... E eu quero alertar o povo brasileiro de que isso é três vezes mais do que foi gasto com o auxílio emergencial no ano de 2020. Esse valor não só garantiria um auxílio emergencial de 600 reais no ano inteiro para 69 milhões de pessoas, mas também possibilitaria que novos beneficiários pudessem receber esse auxílio, porque sobraria dinheiro. Mas o Governo Bolsonaro prefere pagar os parasitas do sistema financeiro, os parasitas rentistas do sistema financeiro, que seguem tendo lucro recorde.

Agora, o que é escandaloso neste orçamento — e me desculpe, Senador Marcio — é a complementação de voto. Eu não posso conceber que haja um corte de 26 bilhões de reais nos recursos para pagar a previdência. Nós estamos falando, gente, dos benefícios dos aposentados. Nós estamos falando da maioria da população, que recebe de aposentadoria menos de dois salários mínimos e que pode, a partir de agosto, não receber a sua aposentadoria.

Vocês têm noção do que significa isso? A Câmara e o Senado vão autorizar a possibilidade de um calote com o fim de se fazer remanejamento de verbas ou para financiar a cúpula do Exército Brasileiro, em projetos que não são prioridade neste momento de guerra contra a COVID-19, ou para alocar em emendas parlamentares. É disso que nós estamos tratando.



Há também o caso do abono salarial, que o Governo Bolsonaro está caloteando. Ele está caloteando os mais pobres, os que têm renda de no máximo 2.100 reais. Esses vão sofrer um calote, porque o abono só vai ser pago em janeiro do ano que vem. Há corte também nos recursos do FAT: 26 bilhões de reais serão cortados das áreas social e previdenciária. E este é um orçamento 39% menor na área da saúde, que é prioridade neste momento de enfrentamento à pandemia.

Desculpem-me, mas o que está faltando no País não é submarino de última geração, embora, em outro momento histórico, deveriam, sim, ser reaparelhadas essas condições. Mas, sinceramente, a nossa guerra não é uma guerra invisível para agradar a cúpula do Ministério da Defesa. A nossa guerra é bem visível. Os 301 mil mortos são muito visíveis.

Há ausência de vacina porque um negacionista conseguiu romper relações com todos os países do mundo. Mas não é só o "Ministro das Trevas", o Chanceler Fraga Araújo, que envergonha o Brasil em todos os países do mundo; ele é comandado pelo Bolsonaro.

O Ministro da Saúde hoje foi visitar a Faculdade de Medicina e foi bem recebido pelos estudantes. Genocida tem que ser chamado pelo nome de genocida. Estavam lá estudantes colocando: *"Trezentos mil é genocídio!"* É genocídio, sim! É genocídio, sim! O Governo Bolsonaro não passou o sinal amarelo; o Governo Bolsonaro passou o sinal vermelho há muito tempo! E cada um de nós vai ter que escolher de que lado vai estar na história: o da cumplicidade nos crimes contra a humanidade que esse bandido está cometendo, ou o da vida do povo.

Portanto, nós não podemos concordar com este orçamento. Esse corte de 26 bilhões de reais significa um calote no povo brasileiro para fazer benesse ou projeto secundário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço à Deputada.

O próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar para fazer apenas uma correção no nosso encaminhamento pelo Governo, na votação do orçamento no Congresso Nacional. Antes, quero dizer a V.Exa. que existe um requerimento feito por nós para o encerramento da discussão.

É preciso esclarecer dois pontos que ficaram como proposta e informação ao Colégio de Líderes. Primeiro, Sr. Presidente, a nossa proposta, sabendo da característica da execução do orçamento no período da pandemia, pelo que nós vimos em 2020, considera possível que vivenciemos aqui no Congresso Nacional momentos em que será preciso rever o orçamento, fazer ajustes com relação a áreas significativas, sensíveis, para a população brasileira, com o fim de recomposição de recursos. Então, lancei, em conversa com o Líder Renildo Calheiros, e lanço agora também apelo ao Líder da Minoria no Congresso Nacional, o Presidente Arlindo Chinaglia, para que façamos, Sr. Presidente, na próxima semana ou no primeiro momento em que for possível, uma reunião com V.Exa. e com o Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, para estudarmos em tempo, em uma discussão breve, a recomposição, especialmente no orçamento das universidades, na área da saúde, e outros assuntos que são primordiais. Há uma concordância com a Oposição nesse ponto, mas entendemos que teremos uma repetição da dinâmica recente no modo como vão se comportar a economia e o orçamento e queremos fazer esse compromisso de público.

Então, venho comunicar isso a V.Exa. e pedir o seu apoio a essa medida, assim como peço a V.Exa. e ao Presidente da Câmara de Deputados, o Deputado Arthur Lira, em nome da Liderança do Governo, apoio ao compromisso que fizemos com os partidos da Oposição. Eu falei com a Deputada Professora Marcivania há pouco e com Líderes de vários partidos do Governo e também da Oposição para que saia deste plenário um acordo e um compromisso público de recomposição do orçamento do IBGE para a realização oportuna do censo populacional no nosso País.

O censo permite justiça e isonomia aos Municípios brasileiros. Todos nós, principalmente V.Exa.,



que é do Estado com o maior número de Municípios no Brasil, Minas Gerais, sabe que a correção do censo para a vida econômica dos Municípios é fundamental. Então, nós estamos fazendo um compromisso público de esforço junto ao Governo, junto ao Ministério da Economia, com todos os instrumentos possíveis, para a recomposição dos recursos do IBGE para a realização do censo.

Mais uma vez parablenho o Senador Marcio Bittar, Presidente da Comissão de Orçamento, e todos os Líderes. Ficam esses dois compromissos e a nossa proposta ao Líder da Minoria para que encerremos a discussão, votemos o orçamento e fiquemos trabalhando nessas recomposições, que é o que nos resta neste momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia, à luz do que foi dito agora pelo Líder do Governo. Por favor, Deputado.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, agradeço a V.Exa.

Primeiro, eu queria constatar aquilo que já está acontecendo. Nós, da Oposição, estamos fazendo obstrução exatamente para que possamos recompor o orçamento em áreas vitais, como saúde e educação, e também para garantir o funcionamento adequado do IBGE, como o Líder Eduardo Gomes acabou de relatar.

Pareceu-me apropriado o método proposto, mas eu queria acrescentar algumas sugestões apenas. A exemplo do que vai ocorrer no dia de amanhã, quando o Presidente da Câmara dos Deputados vai receber representantes do setor da área educacional, penso que seria adequado o Governo ouvir, por exemplo, Governadores ou Secretários Estaduais de Saúde. E, no que diz respeito ao IBGE, parece-me que o problema também está muito bem encaminhado na proposta.

Eu só queria dizer que vejo com bons olhos essa proposta do Líder do Governo e sua palavra empenhada. Nós estamos aqui buscando fazer um acordo público, não há o que esconder. Mas pediria ao Líder e também ao Presidente da sessão, o Senador Rodrigo Pacheco, que nos desse 15 minutos para fazermos algumas consultas com os partidos da Minoria. V.Exa. saberá como conduzir esse período, a sessão pode seguir, porém eu preciso de um tempo para fazer essa consulta. Mas reitero que, de minha parte, parece-me um caminho apropriado.

O nosso objetivo com a obstrução é exatamente chamar a atenção para determinadas áreas. Nós não fazemos obstrução à aprovação do orçamento do País. Não é esse o objetivo. E penso que o Líder do Governo, de forma eu diria até leal, entendeu isso e não dependeu de nossa opinião. Mas nós queremos, de fato, que áreas estratégicas, vitais, literalmente, para o povo brasileiro, sejam contempladas de forma adequada.

Então, eu peço, Presidente Rodrigo Pacheco, 15 minutos para falar com os meus pares da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito, Líder Arlindo Chinaglia. V.Exa. tem o prazo que precisar para essa construção.

Tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Eu acho fundamental que V.Exa. tenha dado um tempo para nós da Oposição conversarmos. Nós do PT não planejamos essa negociação. Mas quero saudar a iniciativa do Senador Eduardo Gomes, nessa tentativa de solução para sairmos desse impasse, assim como a disposição do Líder Arlindo Chinaglia de conduzir uma tentativa de acordo, fazendo o meio de campo. Nós estamos em obstrução.

Presidente Rodrigo Pacheco, não sei se por algum erro no sistema, tivemos um requerimento nosso prejudicado, sem sermos informados de que a discussão havia começado, e há um requerimento nosso de



discussão artigo por artigo.

Considero que é verdade — e todo mundo sabe — que o Governo tem maioria para derrubar a obstrução. No entanto, nós da Oposição queremos mostrar que queremos um orçamento, mas não este apresentado pelo Governo. Se o Líder Eduardo Gomes abrisse a possibilidade de um diálogo a partir dos PLNs conduzidos por ele, por V.Exa., Presidente Rodrigo, e pelo Presidente Arthur Lira e nós pudéssemos fazer esse acordo ao microfone, eu gostaria de sugerir, Líder Eduardo, além da rubrica da educação, com a pauta das universidades... Como foi dito pelo Líder Arlindo, haverá uma reunião amanhã com o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Líder Eduardo Gomes, o Deputado Afonso Florence está fazendo uma contraproposta a V.Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) - Pois não, Presidente. Eu estava discutindo com os Líderes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pode continuar, Deputado Afonso Florence. O Senador Eduardo Gomes está atento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Líder Eduardo, saudei a sua iniciativa. Nós estamos num impasse. Nós sabemos que V.Exas. têm maioria para ganhar a votação. É um esforço hercúleo. Mas o nosso objetivo não é derrubar o Orçamento. Nós queremos um Orçamento que atenda ao País. Então, parabéns pela iniciativa.

Além da pauta da educação, que o Líder Arlindo destacou, amanhã já há marcada uma agenda do Presidente Arthur Lira com entidades do setor. Considero importante que incluamos também uma agenda, como disse o Líder Arlindo, com Secretários de Estado da Saúde e representações de Municípios para ver o que é preciso em um próximo PLN para a garantia do combate à COVID — vacinação, isolamento social, estruturação do SUS.

Acho que nós temos que incluir, Líder Eduardo, o CONGEMAS — Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social. Os Secretários Municipais estão sem os recursos básicos para o funcionamento de Centros de Atenção Psicossocial — CAPS. Considero que essas três pautas são fundamentais. Entendi que V.Exa. está propondo exatamente isso.

O Relator da área de meio ambiente foi o Deputado Nilto Tatto, e nós tínhamos ali emenda não acatada para a estruturação de combate a incêndio, cujo valor não é nem tão expressivo. O PAA — Programa de Aquisição de Alimentos é outro desses itens fundamentais.

Da nossa parte, há uma concessão muito grande, que é abrir mão do *kit* obstrução. Mas, se V.Exas., Presidente da Câmara, Presidente do Senado e do Congresso e Senador Eduardo Gomes, abrem uma negociação conosco, com a Oposição, sobre essas rubricas orçamentárias e sobre a possibilidade de incluir nos próximos PLNs algum atendimento urgente para o funcionamento dessas instituições, eu me disponho a entrar no processo de negociação aqui, neste período de 15 minutos dado pelo Presidente Rodrigo Pacheco. É claro, vou consultar meu Líder, o Deputado Bohn Gass, mas, da minha parte, acho que esse é um encaminhamento bastante razoável para solucionarmos este impasse.

Presidente Rodrigo Pacheco e Líder Eduardo Gomes, muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Deputado Afonso Florence. Tem a palavra o Deputado Aliel Machado.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria lamentar aqui que hoje a minha cidade, Ponta Grossa, perdeu a Nielly, uma moça jovem, e o Thiago, seu esposo, outro jovem, o que deixou quatro crianças pequenas órfãs. Os dois perderam a batalha para a COVID. Sr. Presidente, quando nós discutimos o Orçamento, que é dinheiro público, dinheiro das pessoas, nós não podemos vê-lo apenas como um número; precisamos olhá-lo com responsabilidade, pensando nos



efeitos colaterais e nas questões sociais.

Fica aqui o registro dos nossos sentimentos. Nós brigamos e lutamos aqui para que seja feito o justo, para que, em momentos de dificuldade, se estabeleçam prioridades, para que se respeite a ciência e para que possamos enfrentar este momento.

V.Exa. deu um exemplo no dia de ontem ajudando na coordenação dos trabalhos. V.Exa. assumiu recentemente essa cadeira, mas está dando um grande exemplo como um estadista. Nós aqui vamos continuar vigilantes, cobrando posicionamentos, cobrando apoio governamental para que as pessoas tenham condições de enfrentar esta situação.

Quero agradecer ao Líder do Governo. É muito importante discutirmos aqui, Senador, saúde e educação, discutirmos aqui a possibilidade de dar a essas pessoas uma chance na vida.

Fica aqui o nosso sentimento. Nós concordamos com esse alinhamento que respeita a vida das pessoas. Isso fica registrado aqui.

Ontem também o Padre Silvano, pároco da catedral de União da Vitória, perdeu a vida. Há alguns dias, o pai dele tinha perdido a vida. Nós temos responsabilidades. Quando falamos da morte de 300 mil pessoas, não falamos apenas de números, mas de pessoas que deixaram familiares. São perdas inestimáveis, e nós precisamos reconhecer isso.

Ficam aqui registrados os nossos sentimentos, os sentimentos de todo o Congresso Nacional. Peço que sejam registrados nos Anais da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa., Deputado Aliel Machado. Receba nossa manifestação de pesar pelo falecimento dos seus conterrâneos.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Presidente Rodrigo, peço a palavra pelo PSB.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Renildo Calheiros.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu ouvi atentamente a manifestação do Líder do Governo, o Deputado Eduardo Gomes, e gostaria de sucintamente responder.

Primeiramente, nós temos uma crítica à peça orçamentária. A correção de 2021 em relação ao ano de 2020 é de apenas 2,13%, enquanto o INPC foi de 5,45%, e o Índice de Preços por Atacado, que, muitas vezes, reflete despesas de bens e serviços, chegou a 23%. Então, vejam o tamanho da defasagem.

Mas o ponto mais grave, Sr. Presidente, está localizado exatamente nos Ministérios da Saúde e da Educação. É inadmissível que em um ano em que o Brasil enfrenta uma das piores crises sanitárias de toda a sua história, o Ministério da Saúde tenha os seus recursos reduzidos, e que as universidades brasileiras, que já tiveram uma redução no ano passado de 18%, tenham novamente redução, agora de 7%.

Quanto à proposta apresentada pelo Líder Eduardo Gomes com o intuito de resolver, a Oposição faz obstrução legitimamente, para chamar a atenção da sociedade e da Casa para os seus pleitos: que, nos próximos dias, os reitores das universidades, bem como os reitores dos institutos federais de educação, participem de uma negociação coordenada por V.Exa., pelo Líder do Governo e pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com o objetivo de que, nos próximos PLNs, os institutos federais de educação, as universidades e a saúde tenham os seus prejuízos reparados.

Nós achamos, Sr. Presidente, que isso não resolve todos os problemas do Orçamento, mas ao menos cria para nós uma perspectiva de levantarmos a obstrução, seguirmos adiante, porque a Nação necessita que o Orçamento seja aprovado. Mas nós queremos diminuir as distorções que estão estabelecidas neste Orçamento.



Por isso, nas condições que o Líder Eduardo Gomes colocou, desde que isso não fique lá para as calendas gregas, mas, sim, aconteça em data próxima — e fazemos questão, Líder, de que contemos com a presença do Presidente da Câmara dos Deputados também, porque nosso Congresso é bicameral —, nós pretendemos levantar a obstrução e seguir adiante com votação da Lei Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Deputado Renildo Calheiros. Tem a palavra o Deputado Vinicius Poit, pelo NOVO, para falar sobre o acordo proposto. *(Pausa.)*

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Peço que me permita falar pelo PSB depois, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, Deputado Danilo.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado pela palavra.

Presidente, precisamos escutar os demais Parlamentares também, porque, se não falamos, parece que há um acordo feito, parece que todo o mundo está concordando com esse acordo.

Eu acho muito ruim aprovarmos um texto hoje e, depois, decidirmos resolver individualmente, via PLN, algo semana que vem. Temos que falar tudo aqui no Plenário. Temos um texto aqui, Sr. Presidente, em que, até o final de domingo, havia 3 bilhões de reais em emendas discricionárias, da parte discricionária do Orçamento. Seguiu-se o Regimento, apresentou-se um valor, mas, hoje, na leitura, às 10h30min, esse valor subiu um pouquinho, Deputado Kim, com 26 bilhões de reais a mais. Trata-se de 30 bilhões de reais de orçamento discricionário, um valor travado, em que o Governo não pode mexer.

De onde saiu esse milagre, Deputado Kim? Diz-se que santo de casa não faz milagre, mas aqui nós fazemos — aliás, eu não, foi o santo que fez esse. O Relator reservou 30 bilhões de reais, Sr. Presidente, tirando de áreas como a Previdência, o que já foi falado por alguns aqui que não concordam, tirando do seguro-desemprego, no meio da maior crise de saúde e econômica que este País já viveu, para enviar para áreas que talvez não sejam prioridade dentro do Ministério de Desenvolvimento Regional — fazer calçamento em rua onde não anda ninguém —, enquanto a área da saúde está precisando, enquanto a vacina está faltando, enquanto os *kits* para intubar, Deputado Marcel, estão faltando. Já está se falando em cenário de guerra, em sair intubando a população sem anestesia. Pelo amor de Deus! É disso que estamos falando.

A obstrução e o posicionamento contra, Sr. Presidente, têm mérito. Não há só o aumento milagroso da parte do Orçamento travada, para o Governo não ter margem para enfrentar imprevistos ou, por exemplo, para enfrentar uma pandemia. Eu falei no exemplo do santo de casa. Vai ser preciso pedir bênção ao santo para mexer no Orçamento. Isso torna o Orçamento inflexível e não pode acontecer, Sr. Presidente. Isso foi feito de maneira um pouco açodada e foi combinado entre poucos Deputados, e não com todo o Parlamento, senão não haveria toda esta obstrução.

Não podemos fazer neste momento um acordo para que alguns setores, algumas bases ou alguns partidos tenham seus interesses atendidos via PLN depois e todo o mundo tire a obstrução.

Quanto ao censo, Sr. Presidente, como foi bem falado — isto já foi até antecipado pelo Líder do Governo, e eu reconheço a fala do Senador Eduardo Gomes —, não há condição de não fazermos o censo mais uma vez. É o censo que nos leva a tomar decisões sobre políticas públicas importantes para o País, a entender a necessidade da população. No interior de São Paulo, Presidente, de onde vem a minha família, dizemos que temos que estar com a barriga no balcão escutando o que o cliente, a população, precisa. Se não escutarmos as necessidades do brasileiro por meio do censo, como é que nós vamos resolver os problemas do País?

A lista é interminável. Os 5 minutos não seriam suficientes para falar de tudo. Há a questão da meta fiscal. Precisamos saber se está claro que vamos cumpri-la, se ela está sendo cumprida ou não. Há a questão da falta de critérios na distribuição de emendas. Alguns Estados, como Amazonas e o Piauí, têm



25% dos recursos alocados para essas emendas, um quarto de todos os recursos, enquanto o Rio Grande do Sul, que é um dos Estados que está em situação de calamidade total, tem 0,6%.

A capitalização da NAV Brasil é outro assunto de que não falamos aqui. Não sei se todos se lembram da NAV Brasil. Deputado Marcel, é aquela empresa criada sob pretexto de depois privatizar a INFRAERO. É o mesmo argumento da MP da ELETROBRAS, enviada pelo Governo: criar uma nova empresa para administrar a ELETRONUCLEAR, administrar Itaipu, para se poder fazer a capitalização da ELETROBRAS. Aí, não se privatiza nem uma, nem outra, e ficamos com duas. Ainda colocaram mais 25 milhões na NAV dentro deste Orçamento.

Sr. Presidente, utilizamos nossa prerrogativa democraticamente, colocando nossa posição, defendendo-a. Não se trata de uma obstrução, não se trata de um posicionamento contrário para atrasar algo tão importante para o nosso País, mas é preciso colocar na mesa que não há acordo unânime. Nem todo o mundo está concordando com o andamento do Orçamento, com a forma como ele chegou até o plenário do Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra, como Líder do MDB, o Deputado Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero agradecer todas as contribuições, principalmente o debate aberto acerca deste acordo que se constrói.

Queria, além de reforçar nosso compromisso de análise para o atendimento dessas demandas, responder com segurança principalmente ao Deputado Afonso Florence, ao Deputado Renildo Calheiros, ao Líder Arlindo Chinaglia e ao Líder Vinicius Poit.

Vamos aprovar o Orçamento hoje, que é exatamente o primeiro dia de vigência do grupo executivo de trabalho presidido pelo Presidente Jair Bolsonaro. Cabe a S.Exa., no papel de articulador da Federação, a tarefa de buscar entendimentos que irão abrigar demandas de saúde, educação, emergência e enfrentamento à pandemia. Além da nossa garantia — nas sessões do Congresso Nacional, vale a palavra e o acordo —, temos que considerar a situação que vive o País. O Presidente do Congresso Nacional e o Presidente da Câmara dos Deputados participam também daquilo que ocorrerá, a partir de agora, no enfrentamento da pandemia e na execução do Orçamento.

Por isso, eu agradeço, reforço o compromisso, no intuito de que tenhamos uma votação célere do Orçamento, para o Estado brasileiro começar a funcionar de maneira a reagir à pandemia e aos desafios de manutenção de empregos e de melhoria das condições de vida.

Quero agradecer a compreensão de todos os Líderes e pedir a V.Exa., Sr. Presidente, que atenda a nossa solicitação de encerramento de discussão, para que possamos partir para a votação, já que teremos que fazer o mesmo trabalho no Senado Federal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra, como Líder do PSB, o Deputado Danilo Cabral. *(Pausa.)*

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente, gostaria de usar a palavra depois.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, Deputada Talíria.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Obrigada.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, aproveitando agora a fala do nosso Senador Eduardo, quero, primeiro, valorizar este espaço de diálogo, que eu acho muito importante. É fundamental que esta Casa tenha maturidade para que nós possamos, a partir de um processo dialético, chegar a uma síntese que atenda



aos interesses do povo brasileiro.

Hoje, pela manhã, eu acompanhei a reunião da CMO, e, em determinado momento, o Senador Marcio Bittar, o Relator, disse que o Estado não pode deixar de atuar. Esta é a preocupação de todos nós: que o Estado efetivamente responda, neste momento de tanta dificuldade, em que nós estamos vivenciando as mais grave crise de nossa história, àquilo que são as prioridades do povo brasileiro.

O Orçamento é uma peça política. Ele responde àquilo que é o interesse do Estado, que é a organização política da sociedade. Mas, neste momento, quando nós pegamos o Orçamento, Sr. Presidente, percebemos que algumas opções não respondem a essa demanda da sociedade de hoje. Quando abrimos o Orçamento, vemos, por exemplo, que só no orçamento do Ministério da Defesa nós vamos ter quase vezes mais do que é previsto para o orçamento da Educação. Essa não é uma escolha razoável. Não queremos saber de caças ou submarinos; nós queremos saber de vacinas, queremos saber de UTI, queremos saber de auxílio e de tantas outras coisas.

Então, o PSB, no intuito de construir um entendimento para que saíamos daqui com as respostas de que a sociedade realmente deseja, queria pontuar três questões, de forma objetiva, em relação à necessidade dessa conversa que vai vir logo em seguida, eu espero que com data, formato e prazo bastante delineados, para que nós possamos avançar nesse acordo.

A primeira questão que eu queria destacar aqui diz respeito ao Sistema Único de Assistência Social — SUAS. Quero reforçar aqui a fala que foi dita pelo Deputado Afonso Florence no sentido de estruturamos melhor ainda o SUAS. Nós estamos passando neste momento por uma crise que tem aumentado a vulnerabilidade das pessoas. Nós estamos com mais de 10 milhões de brasileiros na extrema pobreza, com 40 milhões de brasileiros pobres. Isso causa uma sobrecarga no SUAS. O Orçamento que foi fechado na CMO, em que pese o avanço que teve, ainda está aqui porque há um déficit anterior no SUAS relativo a anos em que não foram feitos repasses para a gestão e serviço do Sistema Único de Assistência Social. Então, a nossa proposta é que também sejam incorporados nesse debate aqueles que operam o SUAS na ponta, que sejam trazidos o CONGEMAS e o FONSEAS, representando os Estados e os Municípios, para que possam também compartilhar essa necessidade de melhor estruturação do Sistema Único de Assistência Social. Esse é um ponto-chave. Aqui eu falo na condição também de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS.

Outra questão fundamental é relacionada à causa da educação, de quem milita nesse ambiente da educação. A educação, como eu disse aqui, tem pouco mais de 2 bilhões de reais previstos no seu orçamento. Sabemos e reafirmamos a importância das universidades federais, dos institutos federais, que tiveram cortes que também afetam a qualidade da prestação do ensino superior e técnico, mas eu quero incorporar nesse mesmo movimento a educação básica brasileira.

Nós tivemos cortes profundos também na educação básica brasileira, que neste momento é a que enfrenta o maior desafio na volta às aulas. Nós temos aí um grande fosso na educação: 40 milhões de jovens que não estão conseguindo acessar a educação pública porque não têm uma ferramenta de tecnologia, Deputado Arlindo, seja Internet, sejam equipamentos, para poderem ter acesso ao ensino remoto. Nós precisamos responder a isso. A Casa aprovou, há poucos dias, um projeto de lei que garantia isso, que tinha um custo de pouco mais de 3 ou 4 bilhões de reais, mas ele foi vetado pelo Presidente. E nós vemos, como eu disse aqui, só no orçamento do Ministério da Defesa, 8 bilhões de reais.

Então, aqui eu faço um apelo também para que, neste debate, além do ensino superior, do ensino profissionalizante, dos Institutos Federais, sejam trazidos também à discussão o Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED e a UNDIME — União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, para que também haja um olhar especial para eles, para se garantir um retorno ao novo normal na educação básica deste País. Estamos falando aqui para 40 milhões de jovens, que estão no ensino



fundamental e médio, e também para 1,6 milhão de professores.

Por fim, quero reforçar também o que foi colocado em relação ao IBGE. É fundamental que nós tenhamos um norte para o que vai ser a realização do Censo. Não se fazem políticas públicas sem que se tenha efetivamente um conjunto de informações que orientem o Estado brasileiro a fazer as melhores escolhas.

Dito isso, Sr. Presidente, nós concordamos que se avance nesse acordo, mas desde que essas premissas que nós colocamos também sejam acatadas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, Líder.

Com a palavra a Líder Talíria Petrone. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, quero um esclarecimento só.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Líder Talíria Petrone, V.Exa. está conectada?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Estou aqui, Presidente. Como alguém falou, eu não sabia se V.Exa. iria dar a palavra para outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - V.Exa. está com a palavra.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu sempre acho que diálogo é importante e que o Parlamento é o lugar da pluralidade, de nós chegarmos a termos comuns. Mas, sinceramente, queria apresentar aqui a posição da nossa bancada. Falou-se aqui num acordo sem data, sem prazo, sem valores. Falou-se de repor recursos para a educação, para a saúde. Repor onde, repor quando, repor quanto? Então, quero deixar aqui a nossa posição de manutenção da obstrução, como um instrumento não para interromper a votação do Orçamento, porque nós temos que votar o Orçamento, mas como um instrumento necessário de denúncia do que acontece nesta Casa e de denúncia de como foi também a própria condução desta matéria no âmbito da CMO.

Infelizmente, Presidente, nós entendemos que o Orçamento votado hoje não está à altura das urgências que estão colocadas para a sociedade brasileira. Ele não responde ao momento de maior crise sanitária que as gerações vivas já experimentaram. Ele não responde à ampliação da pobreza, que está chegando à casa do povo, que está cada vez mais desnutrido nesse cenário.

Eu queria dizer, objetivamente, por que não está nítido para mim que esse acordo é bom para o povo: 26,5 bilhões de reais foram retirados da Previdência e de abonos para serem colocados no Ministério do Desenvolvimento Regional. Imagina! Vamos tirar 13,5 bilhões de reais da Previdência, de aposentados, de licença-maternidade. Vamos retirar mais de 2,5 bilhões de reais do Seguro-Desemprego, num momento de pico do desemprego no Brasil. É essa a resposta à crise econômica que está em curso? Vamos retirar quase 7,5 bilhões de reais do abono salarial? Vamos garantir apenas 1,3 bilhão de reais para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, responsável por colocar comida na mesa do povo? Não dá!

Não dá para nós, sem, inclusive, nenhum detalhamento da proposta que o Governo está fazendo, aceitarmos que o Ministério do Desenvolvimento Regional tenha uma suplementação dobrada em relação à da Saúde — um tem 4 bilhões de reais; o outro, 2 bilhões de reais. Não dá, Presidente, para aceitar que tenhamos 37,6 bilhões de reais em investimentos públicos e, desse valor, um quinto seja para a Defesa. Defesa e Desenvolvimento Regional, somados, são metade de todo o investimento público, em um cenário, Presidente, de colapso das redes de saúde. Ontem votamos na Câmara uma tentativa cara para o Estado de ampliação de leitos, cara e insuficiente. E estamos aqui, com um valor de apenas 1 bilhão de reais para enfrentar o coronavírus.

Com metade do investimento público, Presidente, indo para essas áreas de defesa e desenvolvimento regional, nós estamos entendendo que o Brasil não está vivendo a maior crise sanitária que as gerações



vivas já experimentaram. Esse não é, com toda a capacidade e vontade de diálogo que sempre temos, um Orçamento que responde às demandas populares, que responde à tragédia que está em curso no Brasil. Mais de 300 mil pessoas perderam a vida e estão com as famílias em luto. E nós aqui, a partir de emendas inclusive individuais, estamos priorizando direcionar recursos para obras em Estados, para — desculpem-me a sinceridade no meu ponto de vista — fazer curral eleitoral. Não dá!

Neste momento, estamos abertos ao diálogo, como sempre. Mas não é possível que esta Casa não seja contundente no enfrentamento a esse grave do momento que o Brasil está vivendo, já, inclusive, que o Governo Federal tem sido negacionista, omissos e responsáveis diretos, no meu ponto de vista, pela realidade que está em curso no Brasil. Esta Casa não pode ser conivente com o genocídio implementado pelo Governo Federal.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O próximo orador inscrito é o Deputado Joseildo Ramos.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Sr. Presidente, quando for possível, gostaria de falar pelo PDT.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente Rodrigo, pela ordem e pelo PT...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Deputado Joseildo Ramos.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, devo dizer que nós estaremos a votar a peça mais importante de qualquer Governo. Mas este Orçamento que nós estamos votando está decretando o aumento da iniquidade, o aumento da fome, o aumento da pobreza e está ampliando o fosso da desigualdade.

Como é que colocamos uma peça orçamentária que vislumbra a capacidade de investimento em equipamentos bélicos, em defesa nacional, em desenvolvimento regional, e nega recursos que nos possibilitem ter a melhor ferramenta para nos habilitar a colocar investimentos naquilo de que efetivamente se precisa em nosso País? Eu estou falando do Censo Demográfico, do Censo Agropecuário e do Censo Geográfico do IBGE, cujos recursos reduziram quase 88% — de 2 bilhões de reais que estavam programados pelo Poder Executivo, só restam 240 milhões de reais; e 50 milhões de reais ainda ficarão presos por conta do descumprimento da regra de ouro.

Nós no Brasil, Sr. Presidente, temos a alegria, o contentamento de sermos a maior potência em biodiversidade. Mas nossas florestas, nossa fauna, nossa flora estão relegadas ao enésimo plano. O Relator-Geral não acatou qualquer sugestão do Relator Setorial da área de meio ambiente, o nosso companheiro Nilto Tatto.

Na saúde, serão cortados 36 bilhões de reais.

É importante seguir na discussão para que você que está em casa, eleitor, eleitora, observe o posicionamento daquele em quem você votou. Nós estamos agora traçando o que vai ser deste País exatamente no momento em que perdemos 300 mil vidas, e vidas que vieram ao mundo para produzir esperança, para produzir felicidade, que não são números!

Este é o efeito colateral da reabilitação dos direitos políticos de Luiz Inácio Lula da Silva: Lula está pautando este Governo, que não tem eira nem beira, não tem rumo. Por que estou dizendo isso? Pautaram agora um conselho para ter a regência do que fazer, depois de meses de atrasos.

Como é que podemos não qualificar de genocida um Presidente que não está nem aí para 300 mil mortes de brasileiros e brasileiras? São os amores do povo que estão indo embora. E aqui o dinheiro vai para as Forças Armadas e para o desenvolvimento regional — nesta parte, podem ter certeza, o investimento é para pagar coisas inconfessáveis.



Vocês se lembram do discurso de saída do Pazuello, quando ele denuncia que sofreu pressões para aplicar, para distribuir os recursos discricionários do Ministério da Saúde? É preciso ir a fundo naquilo que ele disse, no *lobby* de empresas, dos grupos de médicos que promoveram *fake news* sob o comando do Poder Executivo, que estavam lá para que o Ministério da Saúde cancelasse determinadas medicações.

É esse o mundo real. E por que nós, na hora de votarmos a peça mais importante da República, temos que restringir as falas daqueles que têm que falar em nome do seu povo? Isso não está certo, Sr. Presidente. É preciso que V.Exa. abra, de fato, a oportunidade de falarmos para o nosso povo.

Fora, Bolsonaro, antes que o nosso povo continue a morrer à míngua!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) - Sr. Presidente, o Pastor Sargento Isidório pede a V.Exa. o tempo da Liderança do Avante, por favor

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. Haverá o registro aqui de todos os tempos de Liderança pela ordem dos pedidos.

Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que organize os pedidos de Liderança que serão concedidos.

Tem a palavra o Deputado Kim Katagui. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte. (*Pausa.*)

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Sr. Presidente, gostaria somente de reforçar o pedido para usar o tempo de Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente.

Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que inclua o PDT na lista de inscritos para usar o tempo de Liderança.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PSDB - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, hoje nós estamos discutindo aqui o Orçamento da União de 2021, num período atípico e de muito sofrimento em todo o Brasil.

Hoje, as grandes cidades e a periferia das grandes cidades estão lotadas de pedintes, de pessoas passando fome e necessidade. Há um número crescente de desempregados em nosso País, junto ainda à desventura da falta de oportunidade, porque o crescimento econômico do País a cada ano diminui. Sem uma perspectiva clara de retomada da economia, nós estamos condenando o nosso povo a mais sofrimento, a mais fome, a mais miséria.

Nós lutamos muito aqui, no passado, pelo Bolsa Família. Naquela época, alguns se aventuravam em dizer que o programa era uma esmola. E eu sempre dizia que não era esmola, porque eu tinha visto a fome muito de perto.

Eu lembro que, quando criança, no interior do Ceará, entre Itapajé, Canindé, Tejuçuoca e Santa Quitéria, levas de retirantes famintos passavam por aquelas estradas, em busca sempre de uma oportunidade para garantir o sustento das suas famílias. Hoje, a história se repete, de forma muito mais trágica, porque, além da fome e da miséria, temos uma pandemia que nos atormenta, que maltrata todas as famílias do Brasil e que impede, em muitos locais, devido aos *lockdowns*, à paralisação dos transportes e à dificuldade de ir e vir das pessoas que precisam sobreviver, que pelo menos se faça uma caminhada em busca do emprego, em busca da oportunidade.

No ano passado, foi gerada uma nova expectativa para garantir o sustento dessas famílias, o auxílio emergencial. Num primeiro momento, falava-se em 200 reais. Mas se concluiu, numa votação aqui no Congresso Nacional, nestas duas Casas, Senado e Câmara, que melhor escutam o clamor da rua, exatamente pela necessidade de um auxílio emergencial que desse dignidade aos excluídos, àquelas pessoas que estão fora do mercado de trabalho e que estão passando necessidade. Chegou-se, então, ao valor de 600 reais.

O País não conseguiu superar o seu desajuste fiscal. O crescimento econômico diminuiu. Nós



sabemos de todas as dificuldades que o País está atravessando e também o mundo — não é só o Brasil. A Espanha, inclusive, fez um pacto de responsabilidade social. E nós também precisamos avançar na nossa responsabilidade para com o povo mais sofrido.

Hoje, o Estado do Ceará clama por oxigênio. É difícil você encontrar um Município que não tenha dificuldade para garantir um mínimo de oxigênio para uma pessoa ter o direito de respirar.

É nesse momento que eu convoco todos os Deputados e Senadores, todas as Deputadas e Senadoras para fazermos uma avaliação sobre como podemos melhorar o auxílio emergencial apresentado na última proposta do Governo.

Ninguém consegue viver no Brasil com 175 reais. Este valor, sim, é irrisório para garantir a sobrevivência de qualquer cidadão durante um período de 30 dias. É exatamente por causa disso, Ministro Osmar Terra, V.Exa. que foi Ministro da Cidadania e trabalhou com o Bolsa Família, que eu rogo que possamos ofertar, num diferencial, uma construção capaz de garantir no mínimo 300 reais por pessoa, 300 reais para aquele que mora só, que vive isolado, podendo chegar até 600 reais para a mãe solteira ou o pai solteiro, para aquele que agrega os seus filhos no seu lar. Com isso, iremos garantir uma cesta básica e garantir a dignidade do sustento de uma feira, pelo menos, por 30 dias.

Os recursos poderiam ser exatamente os oriundos do Fundo Partidário, que acumula quase 2 bilhões este ano; poderiam vir das emendas parlamentares, das emendas de bancada, que muitas vezes nem sequer são liberadas; ou poderiam vir até dos próprios recursos desse novo modelo emenda de Relator que se inventou, que abriga quase 19 bilhões de reais. Com isso, teríamos condições de dobrar o auxílio emergencial e garantir sustento, dignidade e felicidade a quem mais precisa no Brasil.

Vamos fazer essa reflexão. Vamos dar auxílio emergencial digno ao povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Deputado Danilo.

Concedo a palavra ao Deputado Zé Neto. *(Pausa.)*

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente Rodrigo, quando for possível, gostaria de fazer uma questão de ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito. Daqui a instantes passo a palavra a V.Exa.

O Deputado Zé Neto está conectado?

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma reflexão rápida neste momento, principalmente porque estamos com as duas Casas presentes. Há duas perguntas que acho que são bem pertinentes neste momento. A primeira é, Sr. Presidente Rodrigo, Sr. Presidente Lira: chegamos ao pico da pandemia? Essa é a pergunta que eu queria fazer agora. Chegamos ao pico? Provavelmente não. Nós não chegamos ao pico da pandemia. Nós estamos no pior momento dela e, há 26 dias, evoluímos dia a dia nesse pior momento — 300 mil pessoas morreram no Brasil.

A outra pergunta, Sr. Presidente, é: estamos em guerra?

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) - Presidente, peço o tempo de Liderança do Avante, por favor.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) - É claro que estamos em guerra.

Nós estamos, num momento de guerra e de crescimento da pandemia, aprovando hoje, com 4 meses de atraso praticamente, o Orçamento da União. E há outra pergunta, além das duas que fiz, que são preliminares: esse Orçamento é um orçamento de guerra? Não, não é orçamento de guerra, Sr. Presidente. Esse Orçamento acolhe as dificuldades que estamos vivendo especialmente neste momento? Não, ele não acolhe. É o contrário. Nós estamos vivendo um momento em que existe uma polarização no País, criada pelo Presidente da República e por aqueles que o acompanham, uns por cegueira, outros por desinformação, outros ainda por uma visão ideológica distorcida e outros por engano mesmo. Ele conseguiu, Sr. Presidente,



criar um antagonismo no País. Eu sou da Bahia e vejo aqui o nosso Governador tendo que ir à Justiça buscar autorização judicial para que o Presidente da República e o Ministério da Saúde voltem a pagar leitos de UTI. Trago alguns dados simples. O SUS tinha 23 mil leitos habilitados no pico da pandemia em 2020. Em dezembro do ano passado, eram 12 mil apenas. Iniciamos o mês de fevereiro com 3.187 leitos, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde — CONASS. Esse é o panorama que nós estamos enfrentando, Sr. Presidente.

Aqui na Bahia, fomos atrás da Justiça para garantir leitos — não são todos — do SUS pagos pelo Governo Federal. Esses leitos foram cortados. Aqui o Presidente da República foi contra o nosso Governador, para tentar tirar dele a autoridade do *lockdown*, de medidas mais efetivas, num Estado onde as pessoas estavam morrendo, Sr. Presidente, nas filas de espera. Chegamos a ter, em algumas cidades, como a minha, que é Feira de Santana, 100% de ocupação das UTIs. Aliás, estamos há 3 semanas com 100% de ocupação das UTIs.

É esse o quadro que nós enfrentamos hoje. E não temos, Sr. Presidente, um "orçamento de guerra". Pelo contrário, se não tivesse ocorrido a situação trágica da morte de um Senador, talvez a Câmara estivesse promovendo, nesta semana, um debate totalmente disperso do processo absolutamente horroroso, absolutamente mortal, que é a pandemia.

Portanto, além de não termos um "orçamento de guerra", Sr. Presidente, reduzem recursos para a educação, reduzem recursos para a saúde, reduzem recursos para o SUS. Nós temos, infelizmente, esse processo político. Se nós, Câmara e Senado, não tivermos, daqui para a frente, uma atitude mais coerente e mais próxima do sofrimento real do nosso povo, estaremos aqui pagando o preço de uma aliança que não é uma boa aliança, ao contrário, é uma cumplicidade com o que está acontecendo no Governo Federal.

Chega! Que nós tenhamos a capacidade de entender o nosso compromisso e a nossa responsabilidade com o povo brasileiro e com este momento de pandemia, principalmente com relação ao nosso Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/DEM - SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, Srs. Deputados, Srs. Senadores, em mais um Orçamento aprovado ou a ser aprovado por este Congresso Nacional, nós consolidamos o Estado brasileiro como um Robin Hood às avessas, aquele que saqueia dos pobres para dar aos ricos. Isso não vem de um Deputado de esquerda, pelo contrário.

O que eu digo, Sr. Presidente, é que, em mais uma peça orçamentária, Brasília prioriza a si mesma, Brasília prioriza a elite do funcionalismo público, nisso incluídos também juízes e promotores dos Estados e as renúncias bilionárias, de mais de 300 bilhões de reais, de setores que têm força de *lobby* dentro deste Congresso Nacional e do Palácio do Planalto.

Em mais um Orçamento também, o Estado de São Paulo é saqueado. Dos 13 bilhões de reais em investimentos, São Paulo, o Estado mais populoso do País, com 44 milhões de habitantes, vai receber apenas 750 milhões de reais, sendo que, desses 13 bilhões de reais, 4,3 bilhões vieram do trabalho do cidadão paulista, vieram do trabalho do cidadão do Estado de São Paulo.

Vendo as peças orçamentárias — esta e a dos últimos anos —, parece que o Estado de São Paulo não tem problema nenhum. Parece que não existe pobreza, não existe miséria, não existe criança sem creche, sem escola, sem hospital no Estado de São Paulo. Parece que o Estado de São Paulo é Wakanda brasileiro, é o Olimpo, é Valhala, seja lá o que for.

Mas, para além disso, Sr. Presidente, o que mais choca nessa peça orçamentária é o fato de este Plenário de Deputados e de Senadores ter aprovado, com razão, num momento de crise, congelamento de salário de professor, de médico, de enfermeiro — com o meu voto inclusive — e, na peça orçamentária,



conceder aumento de salário para militar. No meio da pandemia, congelamos o salário de quem está fazendo o enfrentamento direto e aumentamos o salário de quem nem sequer tem relação com o enfrentamento da pandemia? Aliás, as Forças Armadas estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União por supostamente possuírem leitos vazios e não concederem esses leitos para o sistema de saúde público colapsado.

Estamos tirando dinheiro de investimento da educação e da saúde para passar para as Forças Armadas, que precisam responder ao TCU por que, supostamente, teriam leitos vazios e não concederiam para a população civil. Estamos dando aumento de salário no meio da crise, no meio da pandemia, para quem nem sequer está fazendo o enfrentamento da pandemia, enquanto os investimentos de educação e de saúde — somados esses dois investimentos — ainda não chegam ao montante que estamos passando para o Ministério da Defesa.

O Congresso Nacional gosta de discursar sobre a sua independência e sobre a sua altivez, principalmente neste momento de pandemia, em relação ao Palácio do Planalto, mas ele se submete a aumentar salário de militares só porque os militares são base eleitoral do Presidente da República. O Congresso Nacional age como puxadinho do Palácio do Planalto. O Congresso Nacional se submete, de maneira humilhante, ao Palácio do Planalto, dando aumento para militares, enquanto congelamos — mais uma vez, repito: congelamos com razão — o salário de todo o resto do funcionalismo. Mas o congelamento tem que ser para todo o mundo, inclusive para militares. Para mim, iria além até: para o topo, para a elite, para quem ganha mais de 10 mil, 15 mil, 20 mil reais, incluindo nós Parlamentares, deveria haver corte.

Recebi uma notícia agora de que até o Papa anunciou, em razão da crise, o corte do salário dos cardeais. A maior parte dos parlamentos europeus já promoveu esses cortes de salários dos Parlamentares e também do Chefe de Governo. Enquanto isso, aqui, nem o Parlamento nem o Palácio do Planalto tomou essa iniciativa. E não precisamos sair do País para ver essa iniciativa sendo tomada. A Câmara Municipal da cidade de São Paulo tomou, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo tomou, e o Congresso Nacional não tomou, o Presidente da República muito menos.

Eu gostaria de ver esta cena: os Deputados e os Senadores que estão aprovando esta peça orçamentária hoje, quando os seus eleitores estiverem, como já devem estar — está acontecendo comigo —, pedindo leito de hospital, responderem devolvendo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Mais uma vez, é um prazer falar com V.Exa., que preside a sessão do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco.

Estou vendo o debate sobre a possibilidade de algum acordo. Acordo sempre é bom. No Parlamento, sempre procuramos fazer isso. Mas, neste caso, permitam-me dizer, Srs. Líderes, que é impossível termos um acordo no patamar em que estão o relatório e este Orçamento. Este Orçamento tem a cara do Governo Bolsonaro, mais precisamente de Paulo Guedes. Ele tem a cara do arrocho fiscal e da injustiça social.

Nós vivemos, hoje, um retorno inflacionário, Presidente. Vimos agora uma cesta básica custar 500 reais; um botijão de gás, 100 reais. E o auxílio emergencial vai ser de 250 reais. O Orçamento não vai tratar mais de auxílio emergencial, porque na PEC colocamos apenas — com o voto contrário da Oposição — 44 bilhões de reais. O *diesel* e a gasolina estão subindo. O PIB foi de menos 4,1%. Nós vivemos uma pandemia, mas não é só essa pandemia que justifica a queda do PIB, e, sim, a política econômica de Bolsonaro e de Paulo Guedes, uma política de ajuste fiscal.

O momento requer mais verba para a saúde, mas o Orçamento não coloca; mais verba para a educação, e o Orçamento não coloca; mais presença do Estado, e o Orçamento retira a presença do Estado em investimento.



Ao mesmo tempo, vivemos um período de desemprego e de caos social. Há 14 milhões de desempregados no Brasil e 40 milhões na economia informal, que são obrigados a pegar ônibus lotados, fazendo com que o vírus viaje e infecte mais pessoas. Chegamos, repito, a mais de 300 mil mortes.

Nós precisamos socorrer as pequenas e as médias empresas. Precisamos que o salário-desemprego apareça agora no Orçamento para salvar vidas, para que as pessoas possam ficar em casa e, com isso, contribuir para o combate à pandemia. Mas nada disso é previsto no Orçamento de Paulo Guedes.

Em vez disso, o que nós temos no Orçamento? Um salário mínimo sem ganho real. Nem 1 centavo de ganho real no salário mínimo! Isso significa mais arrocho futuro. Como eu vou votar um Orçamento que não garante 1 centavo a mais de aumento no salário mínimo num período em que o Brasil precisa recuperar a economia? Nós vamos manter o arrocho?

Na saúde, havia uma perda de 36 bilhões de reais em relação a 2020. Isso foi modificado agora no relatório, e ficou elas por elas. Na pandemia, isso é absolutamente nada, ou seja, há um recuo nas verbas da saúde pública em plena pandemia. Como é que eu voto um Orçamento desse?

As instituições federais estão perdendo 1 bilhão de reais. Estão perdendo 17% na educação de nível superior. Há cortes na agricultura familiar e no meio ambiente. E já foi dito aqui que houve calote na Previdência.

Por outro lado, os militares têm previsão de reajuste, e os servidores civis, nenhum — nem policiais federais, nem policiais civis, nem professores, nem o pessoal da saúde. Como é que eu voto favoravelmente a um Orçamento desse?

O Ministério da Defesa tem 22% de todo o investimento do Governo. São 22% para o Ministério da Defesa, inclusive para submarino atômico.

Há uma inversão valores nesse Orçamento que nos impossibilita de fazer um acordo.

Por isso, a minha opinião é que todos nós da Oposição devemos votar “não” a esse Orçamento, claramente, para que o povo brasileiro faça uma distinção daquilo que nós queremos construir para a frente: um Brasil com investimento, que paralise esse processo de reforma administrativa que está em curso; que paralise, portanto, o ajuste fiscal bolsonarista, que liquida com o Estado. E, mais do que isso, é preciso paralisar essa privatária que está ameaçando o Brasil.

Esse Orçamento é a contramão do que precisa o Brasil. Ele é a cara do fracasso do Paulo Guedes.

Eu vou votar “não” ao Orçamento, Sr. Presidente. Eu pediria a todos os companheiros da Oposição que dessem esse voto “não” com muita clareza, para o povo brasileiro saber a diferença entre o Governo bolsonarista e o Governo que nós precisamos para reconstruir o Brasil com todas as forças progressistas deste País e deste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, foi muito adequado, Deputado Vinicius Poit, nosso Líder da bancada do NOVO, termos ouvido a fala do Deputado Rogério Correia logo antes de eu subir a esta tribuna. O Deputado do PT, que é da Oposição, já desfaz o discurso anterior de um colega seu, o Deputado Arlindo Chinaglia, também PT, de que seria possível construir um acordo.

Acho que a Esquerda e a Oposição se deram conta de que não há acordo possível com um texto que não vai garantir que haja dinheiro para um futuro PLN a ser apresentado para que a Esquerda ou a Oposição leve sei lá o quê do Governo. Isso também, aliás, não está transparente. Foi dito que o acordo seria feito de forma transparente, mas não sei se haveria toda essa transparência logo ali adiante, para sabermos exatamente o que o PT e a Oposição levariam desse acordo no novo PLN.



Mas o fato — por isso, mudou o discurso agora; não pode ser outra coisa — é que não haverá dinheiro. Este Orçamento, da forma como está apresentado, está furando o teto. Cobrem-me depois! Cobrem a bancada do NOVO, que segue em obstrução! Esperamos que a Oposição também siga. Aliás, o Governo vai aceitar isso? O Governo da responsabilidade fiscal, que assim sempre se colocou, vai aceitar este Orçamento? Vejam bem, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores: só na Previdência, a diferença entre a previsão do Governo e o que vai constar nessa Lei Orçamentária Anual é da ordem de 31 bilhões de reais.

Os cortes que estão sendo feitos em despesas obrigatórias são também completamente desarrazoados, aliás, por já estarem sendo feitos em despesas obrigatórias, em seguro-desemprego, em abono salarial em plena pandemia.

Não é possível qualquer tipo de acordo para dar um voto favorável a um Orçamento desse. Até às 10 horas da manhã, constava com emendas de Relator em 3 bilhões de reais e hoje está em 30 bilhões de reais! Foi respeitado o prazo da apresentação do relatório — o que não aconteceu no ano passado — e foi apresentado no domingo, mas hoje houve uma mudança tão substancial no texto que as emendas de Relator chegam à ordem de 30 bilhões de reais!

É claro que a Esquerda e a Oposição perceberam que não existe espaço para acordo se não haverá dinheiro ali adiante para mandar um novo PLN. E o mais triste — quero concordar também com meu colega Deputado Kim Kataguirí — é que este é mais um exemplo de que Brasília está preocupada apenas com Brasília, preocupada apenas com os problemas que seus Deputados e Senadores querem ver solucionados, para poderem ter suas reeleições depois. A alocação de recursos para obras, em plena pandemia, enquanto falta UTI, enquanto falta oxigênio, enquanto falta hospital, enquanto faltam pessoas para atender os que estão morrendo de COVID, é um descalabro!

Portanto, Sr. Presidente, colegas, vamos colocar a mão na consciência! Não dá para votar a favor de um Orçamento desse jeito! Vamos voltar a discutir o relatório anterior e tratar de orçamento para garantir tratamento às pessoas. Senão, de que adiantou aquela reunião entre os Poderes ontem? Foi só para a foto? Foi só para a imprensa? Foi só para dizer que está todo o mundo enquadrado: Presidente, Governadores, Judiciário, Deputados, Senadores? E, no dia seguinte, vamos aprovar um Orçamento que, além de fictício — porque vai faltar dinheiro ali adiante, vai furar o teto, vai ser irresponsável fiscalmente —, ainda bota dinheiro em áreas que não são prioritárias durante uma pandemia? Como posso demonstrar mais minha indignação?

Talvez seja difícil, mas, se todos colocarmos a mão na consciência, a obstrução que estamos propondo aqui vai ser acatada e nós vamos discutir melhor esse Orçamento, pelo bem da nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo o tempo de Liderança ao Deputado Renildo Calheiros, pelo PCdoB. *(Pausa.)*

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Sr. Presidente, no momento oportuno, quero falar pela Liderança da Minoria no Congresso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu pretendo fazer um registro dessa data histórica que vivemos hoje.

Hoje, exatamente no dia 25 de março, o Partido Comunista do Brasil completa 99 anos de idade. Eu disse, Sr. Presidente, 99 anos de idade! Vivemos em um país que não tem tradição de partidos longevos, onde os partidos vão surgindo e se desfazendo ao sabor das conjunturas e dos momentos que vivem.

O Partido Comunista do Brasil é a legenda mais antiga do País. Foi fundado na cidade de Niterói,



no Rio de Janeiro, por operários, sapateiros, alfaiates. É um partido que tem uma longa folha de serviço prestado ao Brasil, sempre ao lado da democracia, sempre ao lado dos estudantes, sempre ao lado dos trabalhadores, sempre ao lado do povo brasileiro. Somos um partido contemporâneo, mas com um programa, Sr. Presidente, assentado na formação histórica do Brasil.

Estivemos presentes praticamente em todos os embates importantes da República, até mesmo em campanhas, como a importante campanha que o Brasil viveu chamada *O Petróleo é Nosso*, que acabou originando a PETROBRAS. O nosso partido participou de todos esses momentos.

Tivemos figuras destacadas na política nacional que ajudaram a formar essa nossa trajetória.

Na Constituinte de 1946, o nosso partido elegeu 14 Deputados e 1 Senador, Luís Carlos Prestes, que foi eleito em três Estados da República ao mesmo tempo — na época, isso era permitido. E João Amazonas foi eleito Deputado Federal como o mais votado do Estado do Rio de Janeiro, então a Capital da República.

Maurício Grabois foi o Líder da nossa bancada na Constituinte de 1946 e, em 1988, o Líder na Assembleia Nacional Constituinte foi o nosso camarada falecido ontem, ex-Deputado, ex-Líder do nosso partido várias vezes, Haroldo Lima.

O partido sempre permaneceu ao lado da democracia, enfrentou várias ditaduras no Brasil, porque nós estamos entre aqueles que lutam pela democracia sempre. Há pessoas que defendem a democracia na democracia. Na ditadura, fazem de conta que não estão entendendo, escondem-se e aparecem 20 anos depois. Os comunistas, não.

Nós sempre lutamos pela democracia, pelo direito de o povo se organizar, em defesa dos sindicatos, das entidades estudantis, das lutas das mulheres, em defesa de um País livre, de uma Pátria livre, de uma Nação livre. Essa é a história do Partido Comunista do Brasil.

No ano que vem, Presidente, faremos 100 anos. Esse é um fato que chama a atenção do mundo inteiro, porque é muito difícil, em qualquer Nação do mundo, encontrar um partido que complete 100 anos de idade.

Por isso, estamos confiantes no nosso futuro. Estamos confiantes na eleição de 2022, porque, enquanto houver injustiça, enquanto houver pobreza, enquanto houver descaso com os direitos do povo, haverá sempre, Presidente, a necessidade da existência do Partido Comunista do Brasil.

Era este o registro histórico que gostaria de fazer.

Agradeço a V.Exa. pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Eduardo Cury.

O SR. EDUARDO CURY (Bloco/PSDB - SP. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve.

Quero registrar um elogio ao Senado Federal e à Instituição Fiscal Independente, que sofreu uma crítica injusta e desnecessária do Ministro da Economia, sendo que a Instituição Fiscal Independente hoje é reconhecida pela imprensa, pelos Parlamentares e por toda a sociedade como o órgão que traz dados de análise orçamentária muito importantes para a tomada de decisão.

Fica aqui o meu elogio e o meu agradecimento ao Felipe Salto e a toda equipe da IFI.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Rodrigo de Castro.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/PSDB - MG. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há um adágio que diz: *"O sucesso sobe à cabeça das pessoas"*.

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no caso do Ministro Pazuello, o fracasso subiu-lhe a cabeça. Ele foi o mais incompetente de todos os Ministros da Saúde da história da República.



Boa parte da morte de dezenas de milhares de brasileiros está na conta da gestão desastrosa desse homem. Ele ainda tem a audácia de sair daquele Ministério atirando e apontando o dedo para este Parlamento.

Ex-Ministro Pazuello, lave a boca antes de falar dos outros. O senhor é um exemplo a não ser seguido, um exemplo para lembramos que pode haver uma gestão que faz a diferença entre a vida e a morte, e a gestão do Ministro Pazuello fez a diferença para aumentar, e muito, o número de mortes neste País.

É um absurdo que um Ministro dessa incapacidade ainda saia atirando e fazendo graves acusações. Se ele tem essas acusações, se isso existiu mesmo, que ele aponte os nomes. Isso é o mínimo que poderíamos esperar de alguém de coragem, coragem que falta a esse Ministro, que, além de covarde, é um incompetente. Ele, sim, é um homicida solto neste País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Henrique, pela Liderança do PDT.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Senador Rodrigo Pacheco, nós não temos efetivamente o Orçamento que desejávamos. Este orçamento — e nós acompanhamos todo o debate na Comissão Mista de Orçamentos, muito bem presidida pela Deputada Flávia Arruda — tem uma série de problemas, como, por exemplo, um corte no recurso do Seguro-Desemprego, sobretudo num momento tão difícil como este que o Brasil vive, e um corte de quase 8 bilhões de reais do abono salarial, que as pessoas só vão receber no ano vem — iriam receber agora no mês de julho. Nós temos problemas, por exemplo, na política de combate à violência contra as mulheres. Eu fui Relator Setorial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e nós debatemos na CMO a falta de recursos para essa política. Enfim, nós temos uma série de problemas. Nós temos recursos em excesso para as Forças Armadas, como já foi dito aqui, quando neste momento a nossa guerra é contra o vírus.

Porém, Sr. Presidente, nós entendemos que é preciso votar o Orçamento. O País não pode ficar mais sem orçamento.

Esta semana, aqui no meu Estado de Sergipe, donos, proprietários de caminhões-pipa, fizeram um protesto, uma paralisação, porque não há mais recursos para pagar esses trabalhadores. Quem é do Nordeste sabe o quanto o caminhão-pipa é importante para a nossa região, apenas para ficar nesse exemplo. Portanto, o País não pode ficar sem orçamento. O nosso partido, o PDT, quer votar o Orçamento, fez a discussão e o debate na Comissão Mista de Orçamentos, mesmo deixando claro que há vários pontos que merecem críticas, e críticas duras, a este orçamento.

Sr. Presidente, na possibilidade de um entendimento, que foi levantado pelo Deputado Arlindo Chinaglia, Líder da Oposição aqui no Congresso Nacional, o Líder do PDT, o Deputado Wolney Queiroz, deixou claro que há quatro pontos que o partido gostaria muito que fossem revistos para se chegar a um entendimento: a recomposição dos recursos do SUS, para fortalecer o Sistema Único de Saúde, que está salvando vidas neste momento no Brasil; a recomposição de recursos para as universidades federais e para os institutos federais de educação, para a valorização da educação pública no nosso País; a recomposição de recursos do SUAS, para o fortalecimento da política de assistência social; e, por fim, um tema que já foi amplamente debatido e que parece ter plena concordância também do Governo, a recomposição do orçamento do IBGE, para que o censo possa ser realizado — com o censo, poderemos detectar na sociedade brasileira onde estão os problemas a fim de solucioná-los e poderemos corrigir as injustiças em relação a Municípios que recebem menos ou mais FPM, porque esse pagamento é feito de acordo com a população.

Portanto, o PDT entende que é preciso votar o Orçamento — o Brasil precisa do Orçamento. E esses quatro pontos são fundamentais para que haja um acordo, para que haja um entendimento, o Orçamento seja votado na tarde de hoje no Congresso Nacional, e o Brasil possa ter um orçamento.



Sr. Presidente, gostaria de reforçar o apelo que fazemos pelo aumento do valor do auxílio emergencial. O povo brasileiro está precisando muito, mas um auxílio emergencial de 150 reais é muito pouco. Infelizmente a PEC 186 limitou esse valor, mas é preciso que a medida provisória seja votada, e as emendas, inclusive uma de nossa autoria, sejam apreciadas, para que possamos elevar o valor do auxílio emergencial.

O PDT defende que o Orçamento seja votado e que esses quatro pontos que citei aqui, de acordo com o nosso Líder Wolney Queiroz, sejam debatidos, discutidos, e acordados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pela Liderança do Cidadania, concedo a palavra ao Deputado Alex Manente. Na sequência, pela Liderança do AVANTE, concederei a palavra ao Deputado Pastor Sargento Isidório. *(Pausa.)*

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Presidente, V.Exa. tem a lista dos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Sim. Eu posso informar a lista dos inscritos.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) - Sr. Presidente, V.Exa. me chamou agora?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Na sequência, Deputado Pastor Sargento Isidório, chamarei V.Exa.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Pompeo de Mattos, nós estamos dando a palavra aos Líderes partidários, que têm preferência de fala.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Deputado Alex Manente.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, este é o momento em que precisamos falar do tema a que o Brasil hoje está submetido.

Quero, inicialmente, parabenizar, em nome do nosso partido e da nossa bancada na Câmara e também no Senado, a atitude de V.Exa., Presidente, e do Presidente Arthur Lira em conclamar a necessidade de uma integração nacional, para podermos superar este momento caótico que o nosso País vive.

Nós estamos enfrentando números que nos preocupam, mortes que são anunciadas aos milhares e que estão aumentando diariamente. Nós ultrapassamos 300 mil vidas perdidas por conta da pandemia.

É necessário tomarmos uma dura atitude, responsabilidade que cada autoridade do nosso País tem, para podermos vencer este momento, diante dos problemas na saúde pública, como a falta de leitos — inclusive, na noite de ontem, votamos um projeto extremamente importante para a ampliação do número de leitos hospitalares a fim de enfrentarmos a pandemia no nosso País —, mas também é nossa responsabilidade buscar a vacinação, termos a vacinação em massa, rapidamente, em nosso País.

Não podemos pensar de maneira ideológica, e qualquer governo que tenha essa responsabilidade não pode observar termos ideológicos em relação aos outros países, como, por exemplo, a China, que é o maior produtor de insumos do mundo na vacinação e que precisa ser respeitada, inclusive na relação que existe com o País. Além do mais, nós começamos a ter problemas nos insumos da intubação também — algo grave, crítico. E alguns analistas dizem que ainda passaremos pelo pior momento da pandemia, que o nosso platô ainda não chegou ao momento de equilíbrio.

Então, é necessário termos, de fato, um grupo, um comitê de gestão — e isto demora 1 ano; era para ter ocorrido desde o início da pandemia. Mas, agora, nós não podemos ficar observando os problemas que enfrentamos neste último ano, para encontrarmos soluções para o futuro, um futuro próximo, que



possa trazer alívio a todos os brasileiros e que dê uma expectativa de futuro no pós-pandemia.

Obviamente, também nos preocupamos com a economia, com as pessoas que precisam sobreviver, mas é necessário nós darmos a segurança da vida e da saúde a essa população neste momento.

Outra questão importante que foi abordada no orçamento são as destinações de recursos que precisamos fazer para combater a pandemia. Nós não conseguiremos superá-la sem investimentos. Temos leitos que precisam ser instalados, temos equipamentos que precisam ser colocados e, sem o investimento deste orçamento, nós não conseguiremos superar este momento. Por isso, a saúde pública requer recursos; ela é a nossa prioridade, é o trabalho que nós defendemos ao longo de toda a Comissão Mista de Orçamentos, para que tenhamos, de fato, recursos suficientes para ser canalizados na saúde pública do nosso País, a fim de conseguirmos avançar na questão do tratamento à nossa população.

Nós temos hoje números que assustam, mas é necessário encontrarmos os caminhos que vão alicerçar o Brasil com uma expectativa maior. Nós temos 25% dos mortos da pandemia do coronavírus no mundo — são mais de 300 mil vidas perdidas — e é necessário encontrarmos esse caminho sem briga, sem disputa.

Espero que o Presidente da República também cumpra com sua responsabilidade e não cometa nenhum rompante, para não perder esse equilíbrio dado pelo Comitê de Crise, que foi criado, e encontre, técnica e cientificamente, soluções para o nosso País.

Nós queremos que todos tenham responsabilidade. Ninguém pode fugir das suas responsabilidades: Prefeitos, Vereadores, Governadores, Deputados, Senadores e especialmente o Presidente da República, que é o líder da Nação e que muitas vezes menosprezou essa pandemia.

Que a partir de agora haja firmeza, especialmente por parte dos nossos Líderes das Casas Legislativas, para encontrar uma solução.

(Durante o discurso do Sr. Alex Manente, o Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo de Castro.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, queria uma informação da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo de Castro. Bloco/PSDB - MG) - Pois não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sobre os requerimentos de obstrução, quais os protocolados?

Eu gostaria de saber se a Esquerda está obstruindo também, porque não acredito que vá deixar os trabalhadores na mão, em relação ao abono salarial, à questão da Previdência. Para quê? Para trocar por emendas?

Eu queria saber que requerimentos de obstrução há na mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo de Castro. Bloco/PSDB - MG) - A Mesa já vai responder.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo de Castro. Bloco/PSDB - MG) - Tem a palavra o Deputado Pastor Sargento Isidório, para falar pela Liderança do Avante.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a Bíblia diz que os passos de um homem bom são confirmados por Deus. Eu digo os passos de homens bons e de mulheres boas, uma vez que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal e o Governo Federal são compostos por homens e mulheres. Aliás, a nossa Nação é composta por homens e mulheres de valor.

Parabenizo o Parlamento brasileiro por ter, de forma acertada, determinado um ponto final a essa crise, que está prejudicando a vida, a saúde das pessoas, a economia. A maneira de enfrentar a pandemia da COVID não estava certa.



Eu tenho o tempo todo dito que é necessário — e sempre foi necessário — deixar partido político, ideologia, picuinhas políticas de lado, quando em jogo está a vida do povo brasileiro.

Parabenizo o Presidente do Avante, porque tem agido com seriedade, junto com os demais Deputados e Deputadas desta Casa.

Eu quero dizer ao Presidente Rodrigo Pacheco, ao nosso querido Presidente Arthur Lira, ao Presidente Luiz Fux e a todas as autoridades envolvidas, inclusive ao Presidente Jair Bolsonaro, que, lá do mais alto do céu, Deus está alegre. A Bíblia diz: *"Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união"*. Nós Deputados, Senadores, representantes do Governo Federal ou do Judiciário não somos pagos com o dinheiro do povo para simplesmente ficarmos fazendo guerrilhas entre uns e outros.

Eu trago, também, para os aplausos, para o elogio, nesta hora de angústia e de dor, embora necessária, os mui dignos empresários e as mui dignas empresárias que ajudaram nessa tarefa de fazer com que o Parlamento, aqueles que exercem o poder em nome do povo e para o povo, acertadamente, chamasse o Presidente da República para demonstrar a necessidade de um pacto.

Isso é algo que venho dizendo o tempo todo — inclusive, serviu, às vezes, de brincadeira, quando alguém disse que eu entendia de doido. Naquele momento, eu estava dizendo que, quando se está no desequilíbrio, quando não se sabe o que fazer, não custa nada chamar uma comissão, compondo com todo mundo — se for necessário, colocar nela o padre, o pastor, todos os demais religiosos, a OAB, a CNBB, o Ministério Público, autoridades de todas as áreas —, para trazer, como foi trazida, a pacificação.

Agora, é orar para que o Presidente da República saiba aproveitar o ganho. É mais uma oportunidade que se tem de fazer o enfrentamento da pandemia, guardando a vida do povo.

Quanto ao auxílio emergencial, nós, eu outros Parlamentares, temos um projeto que determina que ele seja de 600 reais, uma vez que nós sabemos que o botijão de gás de cozinha custa, hoje, 100 reais e os preços dos alimentos subiram demais — o arroz, o óleo de cozinha e tantas outras coisas —, assim como os dos combustíveis.

Nós sabemos que este é um momento de dor, e há muitas pessoas prejudicadas: motoristas, rodoviários, profissionais, vendedores ambulantes. É muita gente! Deus se agrada da união, da paz. Na Bíblia está escrito que onde estiver a união, Deus ordena a vida e a paz para sempre.

Muito obrigado.

Que Deus continue tomando os destinos desta Nação!

E viva o povo brasileiro!

Que venha a vacina!

(Durante o discurso do Sr. Pastor Sargento Isidório, o Sr. Rodrigo de Castro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dirigir-me a V.Exa. e a todos os Congressistas, especialmente ao Líder do Governo no Congresso, Senador Eduardo Gomes.

Eu tenho o dever de dar um informe inicial e depois eu quero fazer algumas ponderações que julgo importantes.

Primeiro, conversei com todos os Líderes dos partidos de oposição no Congresso Nacional. Há divergências; entretanto, a Maioria, dependendo daquilo que nós podemos apelidar de precisarmos o acordo, creio que aceitará a palavra do Líder do Governo.

O que eu vou tentar precisar, então? Primeiro, o que nos estão perguntando em todas as bancadas? Qual é o valor de cada uma dessas áreas. Eu sei que, neste momento, não consigo responder qual é o valor,



mas eu quero propor, então, um norte. Há propostas de emendas nas áreas da saúde, da educação, da assistência social, com certeza, também do IBGE e de outras áreas. Mas essas quatro áreas iniciais, que foi aquilo que o Líder do Governo apresentou, são muito importantes. Numa época de pandemia, quando estão faltando 28 bilhões, comparando-se com o ano passado — e neste ano a pandemia da COVID está extremamente mais grave —, isso não é razoável.

Então, eu quero precisar da seguinte maneira. Há emendas que não foram acatadas na CMO. Eu imagino que o Líder do Governo, com toda a boa vontade, poderá, depois, se quiser, comentar, mas a minha proposta concreta é a seguinte: que essas emendas apresentadas tempestivamente sejam, pelo menos, uma referência para o diálogo que o Líder do Governo propôs e nós estamos aceitando e tentando precisar, para que a população brasileira inclusive entenda do que estamos falando.

As emendas que foram apresentadas na Comissão Mista de Orçamento devem ser uma referência. O diálogo acontecerá com quem? Eu vou repetir: amanhã, o Presidente da Câmara vai receber representantes da educação. É claro que, numa reunião dessas, os representantes vão falar de vários aspectos. Não me cabe especular, mas, com certeza, tratarão daquilo de que aqui também já se falou. Então, eu vou apresentar um dado: do ponto de vista de investimentos, ou seja, da compra de equipamentos, de laboratórios, etc., o orçamento da educação perdeu 1 bilhão. Portanto, com certeza, esse será um assunto debatido. Mas há referência. Da mesma maneira, isso acontecerá com a assistência social.

Então, Senador Eduardo Gomes, eu queria, primeiramente, falar numa referência de valores — não é o valor; é uma referência —, para que ninguém se sinta surpreendido, de um lado ou de outro. E nós temos também a questão do tempo. Em que prazo?

E há, ainda, outra dúvida: este Governo cumpre ou não com a palavra? Eu quero deixar claro o seguinte: nós somos oposição ao Governo, mas confiamos na sua palavra. Confiamos na palavra do Presidente do Senado, que, por consequência, é Presidente do Congresso Nacional, aqui dirigindo esta sessão, o Senador Rodrigo Pacheco.

Quanto à forma, nós temos os PLNs.

Então, eu acho que se nós definirmos, primeiro, que aquelas emendas não acatadas são um ponto de partida para discussão e, segundo, que os PLNs são o instrumento, nós não poderemos encerrar esse acordo apenas aqui. É também um protocolo de intenções. Eu me disporia, se V.Exa. achar adequado, a manter esse diálogo, evidentemente, para nós ponderamos, por exemplo, que, neste momento, com a pandemia, é fundamental recompormos o orçamento da área da saúde. E eu creio que é possível fazer um acordo a esse respeito, até porque, digamos, eu já me manifestei a esse respeito e talvez tenha sido o primeiro a defender que a Câmara parasse...

Eu não acho que votar projetos seja o relevante. Não, não, não! O relevante é nós reunirmos o Congresso Nacional e definirmos que o que é preciso ser feito para se combater a pandemia são tais e tais ações. Este é o nosso papel mais importante, porque nós vamos continuar alertando, denunciando, combatendo, mas isso não é suficiente. Eu estou querendo que nós reflitamos, para resolver o problema, porque está morrendo muita gente.

Finalmente, eu penso que — o Líder do Governo tem sensibilidade e experiência — na primeira reunião, vamos imaginar (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Arlindo, para V.Exa. concluir, tem que abrir o som. Eu peço que V.Exa. abra o seu microfone.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Abri. Acho que V.Exas. não me ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Não. O final, não.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Nessa primeira reunião de amanhã, com o Presidente Arthur Lira, poderá haver um avanço menor, poderá não haver avanço. Entretanto, que seja a



primeira reunião, e não, a última.

E aí, Senador Eduardo Gomes, eu queria que V.Exa. — e eu colaborarei nesse sentido — mantivesse esse contato, para que os setores que estejam vivamente interessados nesses temas sejam ouvidos.

Nesse sentido, a maioria — a quase totalidade — dos partidos admite suspender a obstrução. E, com referência ao voto em si, frente ao orçamento, cada partido vai falar por si.

Eu vou encaminhar, então, de acordo, nesse outro momento, com aquilo que nós ouvimos dos partidos.

Era essa a nossa resposta.

Eu gostaria de ouvir, se possível, também, em algum momento, o Líder do Governo, Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Será dada a palavra, oportunamente, ao Líder do Governo.

Com a palavra o Deputado Juscelino Filho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente, de acordo com o art. 41.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Oportunamente, eu havia lhe pedido a palavra lá atrás, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Deputado Juscelino Filho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É questão de ordem, Sr. Presidente, de acordo com o art. 41. Se for possível, gostaria de falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não. Questão de ordem, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - A nossa dúvida é quanto aos requerimentos apresentados em sessão conjunta que não admitem discussão, mas admitem encaminhamento.

Como eu já havia solicitado à Mesa anteriormente, eu refaço a solicitação para que nós saibamos quais são os requerimentos que estão sobre a mesa, porque, senão, não há como saber em quais eu posso me inscrever para encaminhar. Não há nada no sistema e, portanto, se nós não soubermos quais são os elementos apresentados — e tampouco sabemos quais são os destaques —, não existe forma de eu me inscrever. Não tenho como adivinhar.

E mais uma vez eu me surpreendo com a Esquerda. Está, agora, fazendo acordo, deixando os trabalhadores na mão, porque os recursos do abono, os recursos da Previdência, todos esses foram cortados, e não sei o que ela está esperando de recurso aí para frente, porque não vai haver.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL segue em obstrução (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Marcel, a informação da Secretaria-Geral da Mesa é que já estão disponibilizados os requerimentos no sistema. É possível identificar todos os requerimentos já existentes nesta sessão. Mas também posso informar a V.Exa.; não há problema algum.

Com a palavra o Deputado Juscelino Filho.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente, eu ainda estou esperando para me pronunciar sobre a condução do Senador Eduardo Gomes e do Líder Arlindo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Só um minuto, Deputado Afonso Florence.

Com a palavra o Deputado Juscelino Filho.



O SR. JUSCELINO FILHO (Bloco/DEM - MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos enfrentando, hoje, a maior crise sanitária e humanitária da nossa história. Estamos sofrendo e tendo desastrosos impactos na nossa economia e na nossa sociedade.

O Brasil, hoje, é o epicentro mundial da COVID-19. Ontem, atingimos a assustadora e inaceitável quantidade de mais de 300 mil óbitos pela doença, o que registro com muita tristeza pelo sofrimento das famílias e com toda a nossa solidariedade a cada uma das famílias brasileiras pelo luto pesaroso.

A dramática situação exige de todos sensibilidade, coragem e, sobretudo, ações imediatas para combater a pandemia, que gravemente se alastra por todo o nosso País.

Registro, também, Sr. Presidente, que ontem todos nos sentimos orgulhosos e representados pelas atitudes sensatas e corajosas do Congresso Nacional em exercer o protagonismo que nos cabe, sob o respaldo da nossa Constituição e das leis.

Com a licença dos meus colegas Parlamentares, sabendo que expresso o pensamento da maioria das duas Casas legislativas, quero parabenizar o Senador Rodrigo Pacheco e o Deputado Arthur Lira por suas falas e pela disposição de ambos em nos engajar ainda mais nos esforços nacionais e em ampliar as iniciativas de nossa intransferível responsabilidade.

O Senado Federal, na qualidade de Casa da Federação, tem papel fundamental na articulação com os Governadores e, por extensão, com as entidades que têm legitimidade na representação dos Prefeitos, um desafio no qual, certamente, a Câmara dos Deputados poderá, e muito, ajudar, em harmonia com os demais Poderes constituídos.

Sr. Presidente, hoje estamos a exercer uma das mais nobres missões do Parlamento, que é a formulação e a implementação prática de políticas públicas de interesse do nosso País, como a hierarquização e a propriedade da alocação de recursos nos programas e projetos para atender as demandas e as necessidades da população.

É na votação do orçamento, que estamos fazendo no dia de hoje, que nós dizemos à sociedade o que pensamos e em que áreas julgamos importante alocar os recursos da União. As nossas escolhas demonstrarão a seriedade com a qual enfrentamos os problemas que o País vive neste ano de 2021. É uma tarefa hercúlea, que nos impõe a obrigação de buscar soluções justas e sintonizadas com a gravidade do momento, porque nós nos arriscamos e lutamos pela vida a cada dia, a cada hora e a cada minuto. Há cidadãos passando fome e pedindo desesperadamente socorro por parte do Parlamento brasileiro.

Mais do que a fé e a esperança, Sr. Presidente, tenho certeza de que faremos hoje o que o nosso País espera de nós, que é alocar os recursos públicos da União nas áreas mais importantes para manter a nossa economia de pé e para combater a pandemia que vivemos neste ano.

Quero parabenizar a nossa Deputada Flávia Arruda, Presidente da Comissão de Orçamento; o Relator-Geral, pelo trabalho feito; o Senador Marcio Bittar; todos os Líderes do Governo; todos os Líderes partidários; todos os membros da Comissão de Orçamento, que se esforçaram para que, num tempo recorde, tivéssemos, neste dia de hoje, a proposta de orçamento pronta para ser votada.

O Brasil não pode mais esperar. Então, que hoje consigamos avançar e votar esse orçamento, para que o nosso País tenha condições de combater essa grave crise que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Com a palavra o Deputado Luis Miranda. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. LUIS MIRANDA (Bloco/DEM - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Nós trabalhamos arduamente, em velocidade e tempo recordes. Acho que nunca na história a CMO trabalhou tão rápido. Isso se deveu ao Relator Marcio Bittar, que teve um bom alinhamento com todos os Relatores Setoriais — parabéns a todos! —, e à nossa Presidente Flávia, que fez um trabalho extremamente



esforçado, dedicado, ouvindo todos os Parlamentares da Comissão — e não só da Comissão: todos os Parlamentares puderam participar da construção do texto do Orçamento que nós teremos a oferecer ao nosso País.

Escutei muito, nos últimos dias, acerca do Orçamento, mas o mais importante é ver essa unanimidade hoje no plenário.

Nós vamos trabalhar para aprová-lo o mais rápido possível, porque o Brasil tem pressa. É vacina! É cuidar do povo! É salvar vidas! E tudo isso só será possível após a aprovação deste Orçamento.

Parabéns pela condução dos trabalhos, Presidente!

Vamos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço V.Exa.

Para falar pelo tempo de Liderança do PL, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares que seguem esta sessão do Congresso Nacional, a peça orçamentária não é um documento frio; ela precisa ser um documento conectado com a realidade e com as demandas do País. Portanto, para refletir sobre a peça orçamentária, nós precisamos refletir sobre o momento que o País vive. Uma coisa é uma peça orçamentária feita em períodos de normalidade; outra coisa é uma peça orçamentária elaborada num período em que o País já enterrou 300 mil dos seus filhos e filhas e enterra, por dia, mais de 3 mil brasileiros e brasileiras.

Esta é uma peça orçamentária feita num momento em que mais de 700 mil micro e pequenas empresas, Senador Jorginho, autor da Lei do PRONAMPE, já fecharam as suas portas por conta dos efeitos econômicos desta crise num País que alcançou a trágica marca de 14 milhões de brasileiros desempregados, fora os desalentados, aqueles que não procuram mais emprego.

É óbvio que uma peça orçamentária feita num cenário como este precisa ter como prioridade absoluta ações de combate aos efeitos sanitários, econômicos e sociais da pandemia. Por isso é tão inusitado e tão questionável que os recursos para investimentos do Ministério da Defesa sejam mais que quatro vezes maiores do que os recursos para investimentos na área da saúde. Por isso é absolutamente questionável, num País que tem 14 milhões de desempregados e um Custo Brasil enorme — ações muito tímidas do Ministério da Economia para reduzi-lo —, que, no meio desta pandemia, diante deste nível de desemprego, o Ministério da Economia decida baixar em 10% as alíquotas de imposto de importação de máquinas, equipamentos e eletroeletrônicos. E por isso é absolutamente inusitado que este País, que baixa a alíquota de Imposto de Importação, faça um corte no Orçamento de 500 milhões de reais de um programa de estímulo às exportações do nosso País, ou seja, nós incluímos no Orçamento um mecanismo de desestímulo às exportações, ao mesmo tempo em que a CAMEX toma medidas de estímulo à importação. O que nós queremos ao final disso tudo? O caminho que o Ministério da Economia aponta para esta questão é o caminho de transformar o Brasil num país grande exportador — exportador de tributos que incidam sobre as nossas exportações e exportador de empregos, transferindo empregos da indústria de máquinas e equipamentos eletroeletrônicos do Brasil para a China, do Brasil para a Malásia, do Brasil para o Vietnã. A quem interessa isso, num país com 14 milhões de desempregados, num país que combate duramente o gasto tributário e que tem o apoio desta Casa para reduzir de 4% para 2% o gasto tributário nacional, mas que graciosamente abre mão de receita para importar? Nós aumentamos o custo da produção nacional e reduzimos o custo da importação. Nós vamos causar a maior quebra e o maior desmonte do parque industrial nacional da história deste País, se não mudarmos radicalmente essa postura do Ministério da Economia de ataque frontal à indústria nacional.

Nós queremos uma indústria competitiva, nós queremos uma indústria eficiente, nós queremos uma indústria com produtividade, mas nós queremos, acima de tudo, uma indústria com seus parques instalados



em nosso País com capacidade de concorrer no mercado interno e no mercado externo. Se pegarmos os índices de produtividade do Brasil, Deputado Marcel — e entre nós há algumas discordâncias nesse tema — e excluirmos o Custo Brasil, o custo tributário, o custo ambiental, o custo da burocracia, nós competimos com a indústria de qualquer lugar do mundo.

Portanto, qualquer política de redução de Imposto de Importação tem que estar acompanhada de mecanismos de estímulo à exportação e de mecanismos de redução do Custo Brasil. É verdade que o Ministro Paulo Guedes prometeu que ia reduzir a importação, mas ele também prometeu reduzir o Custo Brasil e até agora não deu nenhum passo nesse sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Presidente Rodrigo, eu havia pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence, pela ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. a oportunidade de me pronunciar pela bancada do PT sobre esse esforço de solução do impasse que está agora no plenário do Congresso Nacional no tema da obstrução. O PT é parte da obstrução, mas estou vendo esforço do Líder Arlindo, do Líder Eduardo, do Líder Renildo, do Líder Danilo.

Primeiramente, Sr. Presidente, quero dizer que nós tínhamos um requerimento de discussão artigo por artigo que gostaríamos que tivesse sido analisado no início das discussões. Eu tentei registrar isso e espero que o requerimento não tenha sido dado como prejudicado, até porque pode ser que nós retiremos os requerimentos de obstrução. Além disso, Presidente, não consta da lista de destaques os destaques do PSB e do PT. Como a reunião começou muito cedo e rapidamente, alguns requerimentos de destaque ainda estavam entrando no sistema. Solicito — isso porque pode haver acordo incluindo esses temas — que os destaques do PT e do PSB sejam contemplados. Então, além do requerimento artigo por artigo, nós temos requerimento de adiamento de votação.

Sobre o acordo proposto pelo Senador Eduardo Gomes e a consulta feita pelo Líder Arlindo Chinaglia, o PT o aceita nos seguintes termos: primeiro, que haja condições objetivas de conquista de orçamento para a saúde e para a educação. Por isso, a reunião de amanhã do Presidente Arthur Lira com os gestores de instituições de ensino precisa ser confirmada — está confirmada —, mas deve fazer parte do acordo, e o Senador Eduardo Gomes ou algum preposto da Liderança do Governo precisa acompanhar, assim como alguém da Presidência do Senado.

Além disso, Presidente, quanto à proposta do Líder Arlindo Chinaglia, nós aceitamos também naquilo que diz respeito aos parâmetros de números. Há emendas aprovadas na Comissão Mista de Orçamento não admitidas pelo Relator que podem ser parâmetros. Algumas não são contempladas, mas é o parâmetro formal que há nos relatórios setoriais da saúde, da educação, da assistência social e do meio ambiente, como o Líder Eduardo citou.

Ademais, Presidente, o que caberia ao PT? O PT não mudará a orientação contra o relatório, mas pode retirar o *kit* obstrução e, em estando o acordo redondo e havendo uma votação nominal de ofício, por exemplo, no mérito, nós podemos retirar qualquer requerimento de votação nominal, tendo uma nominal de ofício para que cada um registre seu voto; quem é contra é contra, quem é a favor é a favor. Assim, desobstruímos a sessão.

Por fim, quero parabenizar a condução de V.Exa. porque estamos há 4 horas nesta sessão. Sei que o Governo tem número para encerrar a discussão, mas o Líder Eduardo e o Líder Arlindo ouviram o pronunciamento do PCdoB, do PDT, do PSB, do PSOL, e este é o do PT.

Nestes termos podemos aceitar. Votaremos contra numa nominal, preferencialmente a do mérito.



Retiraremos o *kit* obstrução. Não pediremos verificação em outra votação, daí vamos para os destaques. Mas abrimos amanhã uma sessão, conduzida por V.Exa., e o Presidente Arthur Lira, o Líder Eduardo Gomes, com a participação dos Líderes de Oposição e do Deputado Arlindo Chinaglia, articulam com os gestores universitários e apuram as demandas deles, para que não fechem as universidades, os institutos federais e, como disse o Líder Danilo Cabral, também para garantir o mínimo de educação básica e ver no calendário do PLN a viabilidade de inclusão. Acho que esse acordo para nós é possível, claro que respeitando a posição, que eu não conheço, salvo o que foi dito no plenário, dos outros Líderes de partidos de oposição.

Obrigado, Presidente Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Afonso Florence, nosso Líder do PT, e Líder Arlindo Chinaglia, eu acolho a sugestão de V.Exa. E sobre o acordo proposto, eu vou submetê-lo ao Líder Eduardo Gomes e também ao Líder Ricardo Barros.

Podemos, então, declarar o encerramento da discussão, preservando a lista de oradores, acolher a sugestão de V.Exa. e conceder a votação nominal de ofício, no mérito do projeto.

Então, com esse encaminhamento, nós declaramos o encerramento da discussão, preservamos a lista de oradores e passamos, então, a apreciar o requerimento de votação pelo processo nominal. Acolho a sugestão de V.Exa.

Fica, portanto, prejudicado o requerimento de V.Exa. e do Deputado Bohn Gass.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Não, Presidente. Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para que fiquem prejudicados os requerimentos, precisamos de um pronunciamento do Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - ...informando se a reunião da educação está mantida *(falha na transmissão)*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito! Perfeito!

Tem a palavra o Líder Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - *(Falha na transmissão)* precisamos ter o esforço de V.Exa. e de outros Líderes para apurar o que é a demanda das instituições no combate à COVID.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está compreendido, Deputado. Está compreendido.

Obrigado.

Tem a palavra o Líder Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Posso fazer uma questão de ordem, Presidente?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como eu havia dito antes, o PSOL não concorda com o que está colocado na proposta de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito! Fica registrado, Deputada.

Tem a palavra o Líder Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar o Líder Florence, o Líder Arlindo Chinaglia, o Líder da Minoria e os Líderes de todos os partidos.

Quero dizer, Presidente, que neste momento o que nos move aqui é toda a capacidade de diálogo que



exercemos, nas sessões do Congresso, e nos levou ao acordo para a manutenção dos recursos no Orçamento, a liberação em várias áreas e o compromisso que nós fizemos de um trabalho pela recomposição, ao longo da discussão do Orçamento e do exercício do Orçamento desse ano, para as áreas em que foram demandados.

O curioso, Sr. Presidente, é que é preciso entender que, neste momento, com relação principalmente às universidades federais, para que funcionem, é preciso que elas tenham um ano fiscal aberto pela aprovação do Orçamento.

É interessante pedir a compreensão de todos os Líderes porque, enquanto nós discutimos o Orçamento, exercendo a nossa capacidade de diálogo e de negociação, no dia de amanhã, V.Exa. terá uma reunião com todos os Governadores, que, por consequência, representam também todos os Prefeitos dos seus Estados.

É voz unânime e suprapartidária de que os Prefeitos do Brasil, os Governadores, os hospitais, as escolas, o Governo, todos precisam, neste momento, do Orçamento aprovado.

Então, eu queria dizer, além de agradecer a capacidade de diálogo da Oposição, que um acordo é alicerce de outro no mesmo ambiente.

Por isso, eu peço também e faço um apelo ao PSOL e aos partidos que ainda mantêm obstrução para partirmos para o voto. Na semana passada, aprovamos a composição de indenização a profissionais de saúde que faleceram durante o combate à COVID. O pagamento dessas indenizações precisa de orçamento. Os recursos para os insumos, que fazem parte da agonia de todos os Municípios e Estados, dependem de orçamento. Então, além de agradecer a capacidade de diálogo da Oposição e o nosso início de votação, eu ratifico o compromisso.

Peço, ainda mais, Presidente Rodrigo Pacheco, que os Parlamentares observem se os pedidos de destaque ao Relator já não fazem parte desse nosso compromisso público de trabalho pela recomposição, senão nós perderíamos mais tempo ainda. Digo isso porque, além de fazermos um acordo no procedimento para a votação no mérito, se o destaque versa sobre aquilo em que há acordo, não há por que se discutir o destaque. O movimento virá daquilo que nós viremos a discutir nas recomposições.

Nós temos feito na Liderança do Governo um trabalho que credencia a nossa palavra com relação aos compromissos que são assumidos aqui neste plenário.

Então, quero agradecer ao Líder Afonso Florence e ao Líder Arlindo Chinaglia.

Solicito a V.Exa., Presidente, a abertura do processo de votação, respeitando a posição de cada partido, mas entendendo que é o momento de votarmos.

Entendemos também, Sr. Presidente, a situação precária que nós enfrentamos no Senado da República, nessas semanas duras em que tivemos perdas no Senado Federal, como a do nosso saudoso Senador Major Olimpio, além de tantas outras dificuldades, para entendermos que, mesmo depois desta sessão, V.Exa. ainda presidirá a sessão do Senado Federal.

Então, pedindo essa compreensão, solicito a todos os Parlamentares e Líderes que entremos em acordo e votemos o Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 50 do Regimento Comum.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra a Deputada Talíria Petrone, por 1 minuto.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu queria só um esclarecimento, na verdade.

Eu queria saber quais requerimentos estão sobre a mesa, porque a nossa assessoria não está tendo



acesso a esses requerimentos e qual a ordem deles.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, informo a V.Exa., e peço a atenção de todos os Líderes.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Há um requerimento...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de iniciar a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Não vai iniciar... Eu só vou informar...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de contribuir com o andamento dos trabalhos da Mesa e também, em conformidade com o pedido do Líder Eduardo Gomes, quero dizer que o Democratas retira o destaque que havia colocado, um destaque supressivo, no sentido de contribuir com o bom andamento dos trabalhos e o clima de atendimento.

Então, o Democratas retira o Destaque nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Líder Efraim Filho.

Deputada Talíria Petrone, há um requerimento de votação pelo processo nominal, subscrito pelo Deputado Afonso Florence e pelo Deputado Bohn Gass e também pelo Deputado Vinicius Poit, Líder do NOVO, apenas pelos dois partidos.

Há outro requerimento de adiamento da votação subscrito por V.Exa. e também pelo Partido Novo e pelo Partido dos Trabalhadores.

Há diversos outros requerimentos do Partido dos Trabalhadores, em que há entendimento, segundo a fala do Líder Eduardo Gomes, e seriam retirados.

São esses os requerimentos. **(Requerimentos nºs 16 a 21/2021-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Não por isso, Deputada.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedi a palavra para formular uma questão de ordem, com base no art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional, trazendo à discussão um fato que foi colocado inclusive pelo Deputado Afonso Florence.

O art. 50, Presidente, estabelece, de maneira expressa, que os requerimentos de preferência e de destaque deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, desde que formulados por Líder.

No caso do PLN 28/20, o PSB apresentou, por meio de sua Liderança, destaque de votação em separado de trechos que tratam de reservar recursos do Orçamento federal para a aquisição de caças e de submarinos, em pleno contexto de calamidade sanitária e social.

A Mesa do Congresso Nacional, no entanto, entendeu intempestivos esses destaques, pois teriam sido apresentados após a abertura da sessão. Valeu-se, nesse sentido, dos arts. 132 e 132-A, da Resolução do Congresso Nacional Nº 1, de 2006.



Observa-se, no entanto, da análise cuidadosa do dispositivo da Resolução nº 1 e do Regimento Comum do Congresso Nacional, que aquela, a Resolução nº 1, rege em seu arts. 132 e 132-A, a apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional na Comissão Mista de Orçamento, enquanto o art. 50, do Regimento Comum do Congresso Nacional é o dispositivo que rege o momento para a apresentação de destaques em plenário.

Desse modo, requeiro o acolhimento da presente questão de ordem para que os destaques apresentados pelo PSB sejam considerados tempestivos e submetidos a votos, para que se obste na nossa leitura uma nefasta intenção de destinar, numa situação calamitosa como estamos vivendo no País hoje, recursos vultosos que deveriam ser destinados a uma melhor ação junto à população em vez de se estar investindo em aquisição de caças e submarinos.

Essa é a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Líder Danilo Cabral, já resolvo a questão de ordem de V.Exa.

V.Exa. invoca o art. 50, que é um artigo geral, que prevê competência residual, enquanto o que se aplica neste instante, tratando-se de lei orçamentária, é são os arts. 132 e 132-A, que informam a necessidade de se apresentarem os destaques até o início da Ordem do Dia. V.Exa. invoca um artigo que não cabe nesse caso específico, na matéria que está sendo discutida. Portanto, indefiro, com a devida vênia, a questão de ordem promovida por V.Exa.

Está encerrada a discussão.

O requerimento de votação pelo processo nominal fica prejudicado, porque a Presidência, de ofício, determinará a votação do projeto pelo mecanismo e pelo sistema nominal.

Requerimento de adiamento de votação.

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Comum do Congresso Nacional, adiamento da votação por 40 horas do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020.

O requerimento é subscrito pela Deputada Talíria Petrone, do PSOL, e encampado também pelo Partido Novo e pelo Partido dos Trabalhadores.

Eu declaro prejudicados os requerimentos de adiamento de votação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, tendo em vista que o art. 40 do Regimento Comum é expresso ao vedar o referido adiamento, quando há prejuízo para apreciação da matéria no prazo constitucional.

Conforme o inciso III do § 2º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o prazo para apreciação do Orçamento para 2021 era até 22 de dezembro do ano passado. Já ultrapassamos muito esse prazo constitucional e, por esta razão, o requerimento de adiamento de votação está prejudicado, portanto, por esses fundamentos.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, está prejudicado por vontade própria. O que é isso, Presidente? Sinceramente.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a própria apresentação da LOA está prejudicada, seguindo o prazo constitucional.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Então, não vamos votar nada. É isso que V.Exa. está dizendo? O que é isso, Presidente?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Não teríamos como ter apresentado o requerimento no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - O nosso argumento é que a própria apresentação da LOA já está prejudicada, todos os prazos já estão prejudicados. Então, o requerimento, seguindo a mesma linha, não poderia ser prejudicado. Não teríamos como apresentar o requerimento no ano passado.



A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - É claro, não havia a matéria no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Não, a votação do projeto de lei do orçamento precisa acontecer. O que está prejudicado é o pedido de adiamento da votação. Não é possível adiar essa matéria, considerando que já está esgotado o prazo constitucional. Essa é a decisão da Mesa, que prejudica o pedido de adiamento da votação.

Agradeço a V.Exa.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente, é uma interpretação que dificulta a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Ao projeto foram apresentados requerimentos de destaque, nos termos...

Pois não, Deputada.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - ...atribuição regimental de obstruir e denunciar o que está acontecendo aqui, Presidente, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. V.Exa. tem o direito de obstruir, evidentemente. Mas já está decidido sobre o requerimento.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Não. V.Exa. está retirando o direito de o PSOL obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Não, não. Foi uma decisão fundamentada em prejudicialidade, assim como também concedi de ofício um outro pedido de votação nominal da matéria.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Só quero lembrar que nessa parte o PT, havendo acordo para...

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Isso é inacreditável!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Ao projeto foram apresentados os requerimentos de destaque, nos termos dos arts. 132 e 132-A da Resolução nº1, de 2006. **(Requerimentos nºs 22 e 23/2021-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

São os seguintes destaques. O primeiro destaque, do Democratas, foi retirado pelo Líder Efraim Filho. Remanesce o destaque da Deputada Talíria Petrone, do PSOL, e também o destaque do Deputado Vinicius Poit, do Partido Novo, de votação em separado do art. 4º do substitutivo, para restabelecer o art. 4º do projeto enviado pelo Poder Executivo.

Em relação ao destaque do PSOL — peço a atenção da Deputada Talíria Petrone —, em um único requerimento foram destacadas quatro sequenciais para recomposição. Isso em um único requerimento de destaque. E, por não se tratarem de dispositivos conexos, o correto seria a apresentação de quatro destaques, ou seja, um destaque para cada sequencial de recomposição.

Considerando que o PSOL tem a bancada de dez Deputados, cabe ao partido a apresentação de um destaque, nos termos do art. 132-A da Resolução nº 1, de 2006.

Portanto, solicito à nobre Líder Talíria Petrone que informe qual sequencial a bancada quer destacar, para que se cumpra o Regimento, tendo a Presidência o dever de prejudicar os outros três demais sequenciais.

Então, Deputada Talíria, há um único requerimento que engloba quatro sequenciais que deveriam ter sido destacados separadamente. Eu indago a V.Exa. qual remanesce como destaque do PSOL.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O destaque do PSOL é o referente à Previdência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. É o sequencial 31 a 47, Deputada Talíria, recursos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. Então, fica já acolhido pela Presidência esse destaque.

Deputado Vinicius Poit, o NOVO mantém o requerimento de destaque?

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Mantemos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - É o destaque do art. 4º do substitutivo.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Isso, Sr. Presidente. Nós mantemos esse destaque pelo argumento já apresentado no destaque, de trazer alguma possibilidade, alguma margem de gestão para o próprio Governo. Diante de algum imprevisto, diante de alguma necessidade prioritária para os recursos, o Governo tem que tomar decisões rápidas, às vezes, em vez de descer e vir combinar ou pedir alguma autorização para o Congresso Nacional.

Então, esse é o destaque do NOVO. Nós o mantemos.

Sr. Presidente, também agradeço por acatar de ofício a votação nominal. Esse era outro requerimento nosso. Mas reforço, Sr. Presidente: a votação, hoje, da LOA já estaria prejudicada. Então, nosso requerimento de adiamento da votação, no nosso entendimento, não poderia ter sido prejudicado. Fica a nossa indignação com a decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Fica registrada a indignação de V.Exa. O Relator deseja falar sobre os destaques? (*Pausa.*)

Não há necessidade. Perfeito.

Portanto, passa-se à votação do substitutivo, que tem preferência regimental, ressalvados os destaques. Eu peço que se abra o painel, porque será uma votação nominal.

Para orientar as bancadas.

Como orienta o PT? Como orienta o Partido dos Trabalhadores, Deputado Bohn Gass? (*Pausa.*)

Esse é o mérito do projeto, o texto base.

O Deputado Afonso Florence deseja orientar pelo PT?

Como orienta o Partido dos Trabalhadores? Esse é o texto principal, Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Eu pensei que o Líder iria se pronunciar, mas eu desejo orientar. Eu tenho 5 minutos ou 1 minuto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - V.Exa. tem 1 minuto para orientar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, povo brasileiro que nos assiste, a educação, por exemplo, vem perdendo, em média, 1 bilhão de reais a cada ano só nessa situação de remanejamento. Mas são perdidos dezenas de bilhões de reais na educação, na saúde, por causa da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que trata do teto dos gastos

O Partido dos Trabalhadores vem obstruindo o trabalho da Comissão Mista de Orçamento todo esse tempo, obstruiu também os trabalhos aqui desde as 14h30min. O Governo tem uma maioria expressiva, e eu estou entendendo — estou vendo na mesa o Líder Eduardo Gomes e o Presidente Rodrigo Pacheco — que nós vamos fazer um esforço técnico, político, com a Liderança dos partidos de oposição também, com o Líder Arlindo Chinaglia, para recompor o orçamento a partir da semana que vem.

Como esse texto é muito ruim, a orientação do PT é "não" ao relatório do Relator.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSL?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, temos certeza de que toda essa discussão será para o bem do Brasil. Não temos dúvidas disso, Presidente.

Certamente, o nosso Governo estará, lado a lado, com o nosso Legislativo Federal.



O PSL orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PL?

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.)

- O PL, Sr. Presidente, orienta "sim", aproveitando para registrar a importância de termos a Deputada Flávia Arruda como Presidente dessa Comissão, a primeira Deputada Federal a ocupar essa posição, membro do nosso partido.

O PL orienta "sim".

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/PSDB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há uma sugestão aqui do Líder Efraim Filho para orientar pelo bloco.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco/DEM - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Isso se todos os demais partidos aceitarem. É claro que aqueles partidos que quiserem preservar a sua oportunidade de fazer a orientação podem fazê-lo. Pelo bloco, na Câmara, a orientação seria "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, com a orientação do bloco.

Como orienta o PP, Partido Progressista? *(Pausa.)*

Como orienta o PSD, Deputado Brito? *(Pausa.)*

Como orienta o MDB?

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/PSDB - MG. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Pelo bloco também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSDB? *(Pausa.)*

Pelo bloco.

Como orienta o Republicanos?

O SR. JULIO CESAR RIBEIRO (Bloco/REPUBLICANOS - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós do Republicanos também queremos dizer que votamos "sim" pelo Brasil e "sim" ao relatório, porque acreditamos que o Brasil precisa avançar.

Já era para termos votado esse relatório, esse orçamento no ano passado, mas infelizmente não conseguimos. Mas, graças ao trabalho, conseguimos. Quero enaltecer o trabalho da minha amiga Deputada Flávia Arruda, aqui de Brasília, que de forma brilhante conduziu os trabalhos na Comissão votando lá a matéria. O Relator também trabalhou de forma brilhante.

Então, o Republicanos vota "sim" pelo Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSB, Deputado Danilo Cabral?

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, entende que o resultado final desse debate não responde àquilo que é a expectativa do povo brasileiro, sobretudo neste momento tão grave que vive o País, com um conjunto de crises econômica, social e sanitária.

O orçamento deveria refletir as preocupações que a população brasileira tem hoje de ter acesso a uma saúde pública que garanta vacina e UTI, de ter proteção social do auxílio emergencial e de ter educação pública de qualidade na educação básica e no ensino superior. Infelizmente, todas essas áreas foram negligenciadas nesse resultado final do orçamento.

Infelizmente, o Governo apresentou um projeto que prioriza investimentos em armas, em vez de investimentos na proteção social do povo brasileiro, na educação, na saúde e na assistência social.



Por isso, o PSB vai orientar "não" ao relatório apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O painel já está aberto para votação.

Peço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que exerçam o direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PDT?

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse evidentemente não é o orçamento que nós desejávamos, não é o orçamento que o Brasil desejava. É preciso que haja a recomposição dos recursos para o SUS, para as universidades federais, para os institutos federais, para o SUAS, para o fortalecimento da política de assistência social e para o IBGE, para que seja garantida a realização do Censo.

Mesmo entendendo que não é o orçamento de que o Brasil precisa, sobretudo, neste momento, o Brasil precisa ter um orçamento.

Por isso, o PDT vai orientar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Solidariedade?

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vai encaminhar o voto "sim".

Eu gostaria de parabenizar o nosso Senador Marcio Bittar pelo brilhante relatório, em tempo recorde, na CMO e a nossa Presidente, Deputada Flávia Arruda, que fez história nessa Comissão e conseguiu, em tão pouco tempo, esses resultados. Quero parabenizar todos os membros da CMO e todos os Relatores Setoriais.

Eu tive o privilégio de fazer parte dessa Comissão. Desejo que possamos aprovar rapidamente esse orçamento para que o nosso País possa tê-lo sancionado o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSOL?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL orienta "não". Entendemos que é o pior orçamento da história no momento mais trágico que as gerações vivas já experimentaram. No momento mais agudo da crise sanitária em curso no Brasil, o Governo e a maioria dos Parlamentares das Casas optaram por armas, por obras para atender a currais eleitorais, em vez de fazer investimento em leitos, em saúde, investimento para sair desta crise na qual estamos inseridos.

Tirar da Previdência para colocar no Ministério do Desenvolvimento nesse momento de desemprego, de dor do povo?

É lamentável um orçamento que não corresponde à realidade do Brasil neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PROS?

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PROS orienta "sim".

Queria, assim como fez o Deputado Lucas Vergilio, parabenizar a CMO na pessoa da Presidente, Deputada Flávia Arruda; parabenizar também o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, os Relatores Setoriais; parabenizar o Congresso Nacional por finalmente votar este orçamento, que é tão importante para a Nação. Não há que se discutir a pressa e a necessidade deste orçamento.

Por conta disso, o PROS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o CIDADANIA?

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O CIDADANIA, Presidente, orienta o voto "sim", destacando o trabalho que foi desenvolvido pelos nossos representantes na Comissão Mista de Orçamento, o Deputado Da Vitoria e a Deputada Carmen Zanotto, que fizeram um brilhante trabalho, inclusive, na questão da defesa dos recursos para a área da saúde.



Nesse momento, orientamos a nossa bancada a votar "sim" ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o NOVO?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta "não". É lamentável que cheguemos a essa situação. Parece que o Congresso não está ouvindo a população, que cobra do Congresso uma postura decente e correta em relação ao enfrentamento da pandemia. Este orçamento não representa isso. É um orçamento que não dá um adequado tratamento à saúde pública, tampouco ao auxílio emergencial ou a qualquer outra medida relacionada à pandemia, além de concentrar recursos nas mãos do Relator, tirando dinheiro de atividades importantes e engessando a atividade do Governo.

Infelizmente a Oposição cedeu à pressão e a acordinhos — é isso mesmo, acordinhos! Infelizmente o Governo cede à pressão do Centrão e do Parlamento porque não tem força. Este orçamento não é bom para ninguém: não é bom para a população, não é bom para o Governo. Repito, não é bom para ninguém, só é bom para a classe política, que vai ter muito dinheiro para colocar em obras de seu interesse.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PCdoB?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PCdoB vota contra este orçamento. Nós o consideramos, Presidente, um orçamento surreal. O Brasil está no meio de uma pandemia, e os recursos da saúde são diminuídos. As universidades brasileiras, que tiveram 17%, 18% do seu orçamento cortado no ano passado, agora têm mais 7%, perfazendo um total de 25%; os institutos federais de educação, da mesma forma. Quatorze milhões de trabalhadores estão desempregados, e o seguro-desemprego é atacado no orçamento. É um orçamento surreal, Presidente! Isso não existe!

Infelizmente a Oposição nesta Casa não tem votos suficientes para derrotar este projeto e aprovar o projeto de que a sociedade brasileira precisa.

Então, o nosso voto é o que podemos fazer para mostrar a nossa indignação. Votamos contra. O PCdoB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PCdoB orienta "não".

Como orienta o PV, Deputado Enrico?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Pacheco, o Partido Verde orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a REDE?

(Interrupção do som.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE entende que o orçamento é muito importante neste momento. O povo precisa de um orçamento para o Brasil. No entanto, eu não vejo melhoras no enfrentamento à pandemia, na área da educação, na área da saúde. Para as terras indígenas, IBAMA, ICMBio, FUNAI, esse orçamento já vem sendo, a cada ano, reduzido. Então, nós temos que ter responsabilidade.

O posicionamento da REDE é não ser favorável a esse tipo de projeto, um projeto que o Brasil não merece e que não espera por isso. Não se espera um investimento maior em um Ministério, como o da Defesa, enquanto há pessoas morrendo na fila, à espera de leitos. Isso é crueldade.

A REDE vai orientar "não".

O SR. WELLINGTON ROBERTO (Bloco/PL - PB) - Presidente Rodrigo Pacheco, quero falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Nós estamos na orientação.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (Bloco/PL - PB) - Então, eu vou mudar a orientação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (Bloco/PL - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Eu quero pedir a V.Exa. que suspenda um pouco a sessão para se tentar um acordo aqui.

Eu vou mudar a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Qual é a orientação do PL?

O SR. WELLINGTON ROBERTO (Bloco/PL - PB) - É "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PL orienta "não".

Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, primeiro quero dizer que a expressão de cada Líder, de cada partido da Oposição fala por si.

Portanto, é nosso dever liberar, respeitando a opinião de todos. Mas registro que a quase totalidade dos partidos de oposição votamos "não" ao relatório, por vários motivos. O primeiro é uma questão de concepção. Nós não podemos admitir que no orçamento retirem verbas de áreas fundamentais para a vida humana para colocar, por exemplo, em obras, para colocar em projetos que não servem, digamos, de imediato, para uma crise econômica e sanitária grave.

Nesse sentido, nós liberamos, mas faço questão de dar a minha opinião: nós somos contra esse orçamento, respeitando nossos companheiros que escolheram votar a favor, sabendo também do compromisso deles...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

Voltamos à lista dos oradores.

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero, primeiramente, cumprimentar V.Exa. e agradecer a generosidade pelo espaço concedido.

Quero dizer, Presidente, que eu estou esperançoso de que nós possamos virar a página do nosso País nessa questão do enfrentamento à COVID. Nós já erramos mais do que o suficiente, erramos o que chega. Já ficou claro que a COVID não é uma gripezinha, que a vacina não faz mal e não faz ninguém virar jacaré.

Eu senti no discurso do Presidente Bolsonaro que há uma esperança, e a ela todos nós poderíamos nos apegar juntos. Eu lamento que tenhamos que assistir à morte de 300 mil pessoas, à morte de 3 mil pessoas por dia, que tenhamos que ouvir panelaços por aí, mas eu sou daqueles que dizem assim, Presidente: *"Menos mau, que Deus é bom. Antes tarde do que nunca"*. Antes tarde do que mais tarde, porque nós precisamos salvar vidas pela frente.

O Presidente reuniu os Poderes da República, o que eu acho positivo. O Presidente finalmente criou um grupo de enfrentamento, um comitê de enfrentamento ao coronavírus, o que, aliás, já tinha que ter sido feito lá atrás. Mas, como disse, vamos olhar para frente, vamos virar a página, vamos ter compreensão. Demorou? Demorou. Mas vamos seguir. Precisamos ter a compreensão de que a saída para tudo isso, Sr. Presidente, só tem um nome: vacina. Para voltarmos ao emprego, vacina; para a Câmara dos Deputados voltar à normalidade, para o Congresso Nacional funcionar pessoalmente, as Comissões, para o comércio, a indústria, os serviços, as academias, o turismo, a economia... Aliás, o Ministro Paulo Guedes disse muito bem: *"Para a economia retomar sua atividade, para recuperarmos o emprego e a renda e para o PIB voltar a crescer, só há um jeito: vacina"*. Isso foi dito pelo próprio Ministro do Presidente,



que não é da Saúde. Então, nós já erramos o que chega, o Ministro Pazuello já foi, precisamos viver um novo momento, uma nova oportunidade. Neste contexto, Sr. Presidente, um momento de reflexão positiva: precisamos que o auxílio emergencial chegue aos 600 reais. Os Governadores estão pedindo isso, os Prefeitos estão pedindo isso, os Deputados estão pedindo isso, nós estamos pedindo isso, porque é disso que estamos fundamentalmente precisando, de forma positiva, para que o Brasil saia deste poço fundo onde nos metemos, para que saia desse atoleiro que é o coronavírus e o jeito equivocando de tratar da pandemia, que não é desse ou daquele partido, dessa ou daquela religião, que não olha lado. Assim como a pandemia não escolhe lado, a vacina também não escolhe. Mas a pandemia é para o mal, e a vacina é para o bem. E eu quero, para o bem de todos, a vacina, a vacina, a vacina, Sr. Presidente, para todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos. Como orienta o Governo?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Governo, Sr. Presidente, diante de todo o exposto pelos pronunciamentos do Relator, do Líder do Governo, o Senador Eduardo Gomes, pela base aliada, orienta "sim", na certeza de que estamos fazendo o orçamento possível neste momento, priorizando as áreas da educação e da saúde, a área social, a área da infraestrutura, sem deixar de lado o viés do desenvolvimento econômico, da vacinação dos brasileiros, da saúde e, acima de tudo, do comprometimento com a responsabilidade fiscal.

"Sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (Bloco/PL - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conversei com os demais Líderes aqui e, diante do placar, que é elástico, pela quantidade de Parlamentares que já votaram, eu quero voltar a orientar "sim". Vamos obstruir os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PL orienta "sim".

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO) - Sr. Presidente, o Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Podemos, Deputado José Nelto?

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, nós sabemos que este Orçamento não é o que queríamos votar. É um orçamento praticamente de guerra. Nós estamos numa guerra, esta é a verdade. O povo brasileiro está sofrendo, e sofrendo muito. São 300 mil mortes. Isso chegou ao Congresso Nacional. Não podemos negar a ciência, não podemos negar o caos sanitário em que está o País. Agora temos que votar o Orçamento, que vai fixar as receitas e também as despesas para o Governo do Brasil. Nós temos que garantir — todos estão falando, e é a realidade — vacina, vacina, vacina, mas temos também que dar ao cidadão brasileiro dignidade. Num país tão rico como é o Brasil, o cidadão tem que ter direitos: direito à alimentação, direito à saúde...

(Interrupção do som.)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Pela Liderança do PSB, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço ao Deputado José Nelto. Como vota a Maioria?

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - A Maioria vota "sim".



Quero parabenizar pelo trabalho o Relator-Geral, o Senador Marcio Bittar, a nossa Deputada Flávia Arruda, que fez um excelente trabalho, todos os Srs. Líderes partidários, os Líderes na Comissão, o Líder do Governo no Congresso, o Senador Eduardo Gomes, que conseguiu articular este entendimento, e quero dizer que, sim, o Orçamento da União é a peça mais importante que o Parlamento vota. Aliás, o Parlamento foi criado justamente para isso, para decidir como seriam aplicados os impostos arrecadados pelo rei. Então, nós temos essa herança. O Parlamento tem-se mostrado adulto. O País já está há 3 meses sem Orçamento. Na semana anterior, votamos aqui um crédito, justamente para poder pagar a folha. Então, é hora de votar.

Votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Vou proclamar o resultado: SIM, 346 votos; NÃO, 110 votos; abstenção, 1. Total: 457. **(Lista de Votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**
Aprovado o substitutivo, prejudicado o projeto, ressaltados os destaques.

Passa-se à votação dos destaques.

Passamos à votação do Destaque nº 2, requerido pela Deputada Talíria Petrone, do PSOL, nos termos da Resolução nº 1, de 2006. **(Requerimento nº 22/2021-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Para encaminhar, tem a palavra a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente, a Deputada Sâmia Bomfim é a segunda inscrita. É ela que vai encaminhar o nosso destaque.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente.

Desculpe-me, Deputada Talíria: quem?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - A Deputada Sâmia Bomfim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito. Deputada Sâmia Bomfim.

A Deputada Sâmia Bomfim está conectada?

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) - Sim. Obrigada.

Quero agradecer à minha Líder Talíria Petrone pela concessão da possibilidade de orientar este destaque.

Primeiro, quero dizer que este é o pior Orçamento da história. Não bastam ser 2 trilhões de reais do orçamento público para pagar a dívida pública, não basta a lógica do teto de gastos, que anualmente vem achatando o orçamento das áreas sociais, e agora, neste contexto de calamidade pública, de pandemia, nós vemos o orçamento do SUS cada vez mais achatado e ainda temos a convivência do Parlamento em, dentro dessa lógica do teto, escolher justamente destinar para as áreas que são menos úteis para a sociedade neste momento.

Eu gostaria de destacar, por exemplo, o fato de que há mais de 4 vezes mais orçamento para as Forças Armadas do que para o SUS. Eu pergunto às senhoras e aos senhores o que, afinal de contas, as Forças Armadas estão fazendo de tão importante neste momento para o enfrentamento à pandemia da COVID-19. Seria o escândalo com o leite condensado e a picanha para aqueles que são da elite das Forças Armadas? Seria o escândalo com a cloroquina superfaturada em 167%, que não serve, de longe, para o tratamento da população? Ou seria o escândalo de haver leitos nos hospitais militares que não estão sendo concedidos, para salvar a população brasileira neste momento?

O nosso destaque, especificamente, é para denunciar mais um grande escândalo no relatório apresen-



tado pelo Governo, que já veio ruim e que foi piorado pelo Relator do Congresso Nacional. Ao todo, são 21 bilhões de reais destinados ao Ministério do Desenvolvimento Regional, o que pode ter o nome bonito que for, mas significa pagamento de emenda a Parlamentar, para alimentar suas bases eleitorais, para tentar a reeleição em 2022, para pagar a conta das votações antipovo e pagar a conta das eleições para as Presidências da Câmara e do Senado.

Por isso, o PSOL jamais vai abrir mão do seu direito de obstrução e de denunciar este Orçamento escandaloso, ainda mais diante de cortes na saúde, como eu já disse, num momento de pandemia; na educação, quando as universidades, que contribuem para o desenvolvimento científico, para a produção de inteligência para lidar com a pandemia, estão sendo estranguladas, e não vão conseguir passar do mês de julho em relação ao pagamento das suas despesas; ainda mais diante de um orçamento que retirou recursos da Previdência Social, do abono salarial, para garantir o pagamento das despesas com as emendas parlamentares e com a elite das Forças Armadas. Isso significa que o Governo vai dar um calote na previdência daqueles médicos e enfermeiros que trabalharam a vida inteira salvando vidas, que não vão conseguir receber sua aposentadoria devidamente. Isso significa que os trabalhadores mais pobres, que ganham até dois salários mínimos, não vão conseguir ter o seu abono salarial neste momento de crise econômica, de aumento do preço dos alimentos básicos no mercado.

No momento em que o Estado deveria estar se voltando justamente para as áreas sociais, vemos o Congresso sendo conivente, em primeiro lugar, como base, com a aceitação de emendas justamente para compor a base parlamentar de um governo autoritário e genocida e também para o fortalecimento da base interna do Governo, daquela que dá sustentação para o discurso golpista, autoritário, que é a elite das Forças Armadas — não se trata dos militares ou dos policiais da base, porque esses estão com seus salários congelados, assim como os demais servidores públicos, da educação e da saúde —, e agora vemos o referendamentismo, nesta sessão, o que também houve hoje, infelizmente, na CMO, deste Orçamento descarado, aquém das necessidades da população brasileira, baseado num acordão que é vergonhoso e que, de longe, precisaria ser denunciado de forma muito contundente por todos os partidos. Mas, infelizmente, nós não estamos vendo isso acontecer.

Portanto, Presidente, nós do PSOL somos contrários ao Orçamento e apresentamos este destaque para que ao menos se faça essa correção. Os trabalhadores precisam ter os seus direitos previdenciários assegurados. Eles não podem ser penalizados pelas regalias do Exército e pelo pagamento de emenda de Deputado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. WELLINGTON ROBERTO (Bloco/PL - PB) - Posso orientar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Não, a orientação ainda não iniciou, Deputado Wellington. Nós estamos na fase de encaminhamento.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui reconhecer, na fala da Deputada Sâmia Bomfim e na atitude do PSOL, uma postura de obstrução de verdade, que é a mesma que o NOVO está fazendo e por isso também está apoiando este destaque, diferentemente do PT e... Quais foram os outros partidos que orientaram, que só votaram "não", mas fizeram acordo? O PDT, o PSB, a turma toda da Oposição, que agora está junto com o Governo, fez um acordão aí, de não sei o quê. Falaram algumas coisas, mas não está bem claro que PLNs vêm e que PLNs não vêm. Fizeram um acordão aí. Isto é o pior: discursam sempre aqui — e de novo ressaltam a coerência do PSOL —, falam tanto que defendem trabalhador etc., mas aqui permitiram que este Orçamento fosse aprovado, com um corte de 2 bilhões e 600 milhões do seguro-desemprego, durante



a pandemia! Esse acordo feito pela Esquerda, pela Oposição, junto com os demais Parlamentares que votaram "sim", corta 7 bilhões e 400 milhões do abono salarial. Cadê a defesa do trabalhador?

Este destaque do PSOL só pôde retirar um dos itens dos 26 bilhões de reais de cortes do Orçamento que o Relator fez, para colocar para emendas suas, discricionárias suas. Obviamente, aqui realmente foi inteligente escolher justamente os benefícios previdenciários urbanos, pois eram a maior rubrica, de 11 bilhões e 600 milhões. Ou seja, mesmo que aprovemos este destaque — e o NOVO é favorável ao destaque —, ainda restarão 18 bilhões de reais para o Relator discricionariamente distribuir, no meio de uma pandemia.

O Relator sabe do maior respeito que eu tenho por ele. O Líder do Governo está aqui. Temos conversado, temos dialogado, temos tentado trazer a nossa opinião, mas nós não concordamos com um Projeto de Lei Orçamentária, durante uma pandemia, cujo novo relatório foi apresentado nesta manhã, às 10 horas da manhã, ampliando as emendas de Relator para 30 bilhões de reais, para obras, para o Ministério do Desenvolvimento — durante uma pandemia, eu repito —, que corta do trabalhador, do seguro-desemprego, do abono salarial, dos benefícios previdenciários urbanos, dos benefícios previdenciários rurais, ou seja, da Previdência.

A verdade é que este Orçamento que estamos votando é uma peça de ficção. Ter votado "não" na primeira votação de hoje, na verdade, a meu ver, era o único voto coerente, porque, mesmo aprovado, este Orçamento é uma ficção. Ele não vai existir, ele não vai se realizar. Por isso esse acordo feito pela Esquerda...

Ah! O Partido Comunista também. Eu me esqueci de citar. Perdão por ter esquecido, Deputado Renildo.

Todos os partidos de esquerda, que dizem tanto defender o trabalhador, estão concordando com os cortes no seguro-desemprego, no abono salarial, nos benefícios previdenciários, na Previdência, portanto, por não terem feito a obstrução, por não terem discutido melhor o projeto e tratado da Lei Orçamentária como ela realmente merecia ser tratada. Agora nos resta aprovar este destaque, para pelo menos reduzir as emendas de Relator, de 30 bilhões para 18 bilhões. É isso o que nos resta.

(Procede-se à votação.)

Por isso, nós votamos "não" ao texto, para suprimir os benefícios previdenciários urbanos, lamentando, porém, que a obstrução que nos propusemos fazer desde o início, que foi acompanhada pelo PSOL — e o elogio mais uma vez, pela coerência —, foi abandonada pela Esquerda, que, neste dia, sacrifica o trabalhador, sacrifica a Previdência, para fazer um acordo que não está claro e que, na verdade, vai permitir emendas para Parlamentares durante uma pandemia. Esta é a realidade da noite de hoje. Lamentável o papel da Esquerda aqui no Parlamento. Poderia ter ajudado na obstrução, mas deixou chegar a este ponto. E agora? Quem vai pagar a conta? O trabalhador brasileiro e todo o povo desta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Esclareço ao Plenário que quem vota "sim" aprova o destaque, quem vota "não" vota com o Relator e, portanto, rejeita o destaque. Portanto, o "sim" aprova o destaque, e o "não" vota com o Relator.

As Sras. e Srs. Deputados já podem votar pelo Infoleg.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Para orientar...

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO) - Sr. Presidente, tem que ser feita a orientação de bancadas. Peço que não abra a votação enquanto não houver a orientação de bancadas, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. Não se abre o painel enquanto não houver orientação.

Como orienta o PT?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Sr. Presidente, eu vou orientar pelo PT e pediria a V.Exa. que acrescentasse o tempo de Líder, que ainda não foi usado pelo PT, para que eu possa ter os 6 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Se puder retomar o tempo, eu agradeço.

Sras. e Srs. Deputados, como V.Exas. viram, diferentemente do que está dizendo o Partido Novo, o Partido dos Trabalhadores votou "não" ao Orçamento, porque este Orçamento — e eu disse isto na minha primeira intervenção — tem a cara do Governo Bolsonaro, que, aliás, o NOVO apoiou no segundo turno, e tem a cara de Paulo Guedes, que é a cara do NOVO também. Portanto, este Orçamento só poderia ter do PT o voto contra, porque ele diminui as verbas da educação, da saúde, da assistência social, do meio ambiente, da reforma agrária. Por isso, o Partido dos Trabalhadores reitera que nós votamos, com muita convicção, "não" a este Orçamento.

Eu queria dizer que a emenda do Partido Novo é mais do que correta. Por isso, uso o tempo de Liderança até para ajudar nesta obstrução. Retirar 11,6 bilhões do regime de previdência urbana é um crime contra os trabalhadores, principalmente porque este Governo fez a tal reforma da Previdência. Eu abro parêntese aqui: o NOVO votou a favor da reforma da Previdência, que retirou direitos dos aposentados, assim como também foi favorável à reforma trabalhista, que retirou dinheiro dos trabalhadores. Então, esta nova oposição que o NOVO faz agora ao Governo Bolsonaro é bem-vinda, mas é tardia. O arrependimento parece-me mais lágrima de crocodilo desse partido do empresariado brasileiro que é o Partido Novo.

Mas, Sr. Presidente, quero falar do Orçamento em si e também das possibilidades futuras. Nós continuaremos, o Partido dos Trabalhadores — e este é o papel da Oposição — diminuindo as perdas assim que pudermos, a cada minuto. Se nós conseguimos, por exemplo, retirar da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, aquela que fez o ajuste fiscal de Paulo Guedes, vários itens que eram nocivos aos trabalhadores, nós diminuimos as perdas. Aliás, mais uma vez fizemos isso contra o Partido Novo e o Governo Bolsonaro, que, naquele momento, queriam inclusive desvincular as receitas de educação e saúde. Agora para frente, nós vamos também continuar com essa insistência. Esperamos que o Governo receba, amanhã, as entidades dos trabalhadores em educação. E vamos, a cada instante, lutar para que seja reposto 1 bilhão que foi retirado da área de educação, centavo a centavo, porque as universidades públicas precisam funcionar, mas sem esses recursos elas podem parar. Nós vamos cobrar também que mais recursos venham para a saúde, porque nós precisamos enfrentar a pandemia. E, para o enfrentamento da pandemia, precisamos de recursos.

Continuaremos lutando para que, por meio de PLNs ou qualquer outra forma, possamos conquistar também o valor de 600 reais para o auxílio emergencial, e não essa bagatela, essa miséria de 250 reais. Repito que também nisso o Partido Novo não faz coro com os trabalhadores. Então, Presidente, não temos nada a comemorar com o Orçamento, infelizmente. Mas vamos continuar cobrando e fazendo nossa oposição, no sentido de minimizar as perdas dos trabalhadores.

Neste minuto que me resta, gostaria de me dedicar também à tal reforma administrativa, que está na Comissão de Constituição e Justiça. É preciso paralisar a tramitação ali. Não tem nada a ver fazer ajuste fiscal em cima do serviço público, desmanchar o serviço público e penalizar os servidores no momento em que se discute a pandemia. Então, quando o Presidente anunciou que vai paralisar por 2 semanas, no plenário, qualquer proposta que não seja relativa à pandemia, isso tem que incluir as Comissões, porque o



rolo compressor neoliberal de Paulo Guedes, do Governo Bolsonaro, não pode continuar no Parlamento.

Não acreditamos também que haja por parte do Governo Bolsonaro nenhuma alteração no rumo da pandemia. O Presidente continua o mesmo, negacionista e irresponsável como sempre foi, e, por isso, genocida por mais de 300 mil mortes que ocorreram no Brasil.

Por isso, o PT votou "não" ao Orçamento de Paulo Guedes e Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PSL?

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSL está seguro e com a certeza de que todos os estudos foram feitos. A Comissão fez uma análise profunda. O Governo Federal está tranquilo, porque a escolha dos Parlamentares foi muito bem-feita.

Portanto, o PSL é contra esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PSL orienta "não".

Eu gostaria de indagar ao Deputado Rogério Correia, do PT — S.Exa. acabou não orientando em relação ao destaque —, se orienta "sim" ou "não".

Deputado Rogério Correia, se orienta "sim", V.Exa. é com o destaque.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Somos favoráveis ao destaque do PSOL, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Então, o PT orienta "sim".

Como orienta o PL?

O SR. WELLINGTON ROBERTO (Bloco/PL - PB. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PL orienta "não". E já oriento pelo bloco. Conversei com todos os Líderes aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeito, Líder. Então, a orientação do bloco é "não".

Como orienta o PSB, Deputado Danilo?

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - O PSB, Sr. Presidente, pede para ser agregado o tempo de Líder, que não foi usado ainda. Quem vai fazer uso da palavra é o Deputado Júlio Delgado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Estou apenas conferindo, Deputado Danilo Cabral, se já houve a utilização do tempo de Líder pelo PSB.

V.Exa. quer fazer a orientação, por 1 minuto? *(Pausa.)*

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente.

Deputado Danilo Cabral, o tempo de Liderança não foi usado pelo PSB. Portanto, terá o partido o tempo de orientação e o tempo de Liderança.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Isso. Peço a V.Exa. que conceda a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Júlio Delgado, V.Exa. tem a palavra.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero começar saudando V.Exa. pelo exercício da Presidência. Cumprimento-o ainda pela postura de ontem e de hoje ao ressaltar, junto com o nosso Presidente, Deputado Arthur Lira, que as nossas Casas, que o Parlamento brasileiro não vai comprometer sua consciência nem sujar as mãos com esses mais de 300 mil mortos. A postura de V.Exas. nos representou com bastante fidalguia.



Já antecipo que vamos votar favoravelmente ao destaque do PSOL.

Mas eu gostaria de usar o tempo de Liderança para fazer duas observações, sendo a primeira delas o fato de que o Brasil tem sido, muito em razão do que foi debatido na sessão ocorrida ontem no Senado Federal, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, motivo de chacota e rejeição internacional. Tenho contato com familiares e amigos que moram no exterior, os quais relatam que neste momento as pessoas têm verdadeiro assombro com o Brasil. Elas estão, realmente, assustadas. Estamos sendo excluídos das discussões mundiais, não só pela forma como combatemos a pandemia, mas pelas soluções e caminhos na área econômica e em outros setores.

Faço, portanto, o registro dessa nossa preocupação. E quero deixar claro que o PSB tomou uma iniciativa, Sr. Presidente, ante um fato muito grave que ocorreu aqui em Minas Gerais e já rechaçado por V.Exa., Presidente do Senado Federal e do Parlamento. Refiro-me à atitude de empresários que compraram vacinas que ainda não estão circulando pelo SUS. Elas estão sendo aplicadas — conforme vazamento de imagens em redes sociais por todo o Brasil — na garagem de uma empresa de ônibus intermunicipal. E estão sendo vacinados empresários e políticos.

Portanto, da mesma forma como fomos veementes ao cobrar determinadas atitudes dos servidores administrativos da saúde — e, por essa razão, o Secretário de Saúde de Minas Gerais foi exonerado —, temos que ser muito contundentes com essa questão. O Parlamento e o Ministério Público devem ser contundentes. E o Parlamento deve pensar em uma ação contra essa atitude.

Quero dizer da preocupação com relação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Júlio Delgado, não estamos ouvindo V.Exa.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Nada?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agora o som voltou. Peço a V.Exa. que continue. Vamos recuperar seus últimos 20 segundos.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Eu estava dizendo, Sr. Presidente, que foi muito grave o ocorrido aqui em Minas Gerais, quando empresários compraram vacinas. E é mais grave ainda porque, diferentemente do que foi dito pelo Presidente da República em rede nacional, o Brasil, no último dia 20 de março, era o 43º país em vacinação por mil habitantes. Entre os países com mais de 500 mil habitantes, nossa colocação é o 43º lugar. Se não tivéssemos o SUS, que está possibilitando algum avanço, estaríamos em 74º lugar. Esses são os números de vacinados por mil habitantes em todo o mundo.

Agora empresários sentem-se no direito de algo em virtude do que nós votamos para poder facilitar a vacinação, com a doação ao SUS, ao nosso sistema. Nós temos uma grande preocupação: a farmacovigilância. As vacinas recentes podem abrir espaço para novas variantes. É um risco o que estão fazendo no programa de imunização brasileiro. Isso tem que ser investigado. Como esse carregamento chegou? Quem aplicou a vacina? Quem trouxe a vacina da Pfizer, já que ela ainda não está sendo distribuída pelo sistema de imunização nacional? Isso tudo tem que ser visto com seriedade. O PSB impetrou uma ação, pedindo a apuração desses fatos.

Sr. Presidente, junto com as relações exteriores, com esse problema caótico que vivemos, eu quero recordar que 1 ano atrás o Ministro Ricardo Salles disse que era preciso aproveitar a COVID-19 para deixar a boiada passar. E eu quero alertar a todos — como o Deputado Rogério Correia, que acabou de falar —, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, a publicação do Decreto nº 10.657, de 24 de março de 2021, sobre a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos, de caráter permanente. Licenciamento permanente! Estão



aproveitando a COVID-19, os 300 mil mortos, para deixar a boiada passar! O § 3º do art. 3º, senhoras e senhores, diz que o Ministério da Economia vai prestar apoio ao processo de licenciamento ambiental. Nem o Ministério do Meio Ambiente compõe esse grupo de pessoas da Presidência da República. Isso é muito grave neste momento em que há duas questões do Brasil que importam para o mundo: as nossas relações diplomáticas e a questão ambiental. Nós temos que rever esse decreto e protestar contra ele.

Deixo, no encaminhamento do PSB, essas duas preocupações. Nós já estamos excluídos. Esses dois Ministros tinham que ser ex-Ministros. Eles estão depondo contra a imagem do País no exterior e contra o nosso futuro. Aproveitam-se ainda da pandemia para poderem fazer a boiada passar, comprometendo o meio ambiente com o licenciamento ambiental, principalmente na questão mineral, tão cara a nós mineiros, Sr. Presidente. Que possamos tomar uma atitude com relação a esse decreto, revê-lo. O Ministério da Economia não pode dar licenciamento ambiental nem promover formas de facilitação para isso de caráter permanente.

Deixo mais um protesto para V.Exas., que estão nos representando tão bem com essa postura e essa conduta. A nossa preocupação é com o desgoverno. Os dois Presidentes das duas Casas têm feito esse alerta. E, ao invés de os sinais serem melhores, eles são, infelizmente, sempre piores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado, Deputado Júlio Delgado.

Como orienta o PDT?

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito para fazer uma consulta a V.Exa. Há uma dúvida aqui. Como nós estamos votando um destaque supressivo, e nós apoiamos o destaque, o nosso voto, então, não deveria ser "não" ao texto e "sim" ao destaque? Gostaria que V.Exa. esclarecesse essa dúvida da bancada.

Gostaria também de dizer que a Deputada Tabata Amaral, infelizmente, não conseguiu votar na votação anterior e pediu que registrasse o voto contrário dela ao Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Fábio Henrique, quem vota "sim", vota "sim" ao destaque — portanto, é favorável ao destaque. Quem vota "não", vota "não" ao destaque.

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - Então, o PDT orienta "sim", favoravelmente ao destaque do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. O PDT orienta "sim".

Como orienta o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, posso agregar o tempo de Líder do PSOL?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está constando aqui que o tempo de Líder do PSOL já foi utilizado pela Deputada Talíria.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - A Deputada Talíria disse que, na verdade, fez uma questão de ordem sobre o acordo. V.Exa. poderia ceder o tempo de Líder junto ao da orientação?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. Eu concedo o tempo de Líder a V.Exa. e acresço o tempo da orientação.

V.Exa. tem a palavra, pelo tempo de Liderança do PSOL.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Agradeço, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, neste momento, fazer uma pergunta ao Plenário. No ano passado, o Congresso, frente à catástrofe iminente da pandemia, aprovou um "orçamento de guerra", quando foram alocados quase 800 bilhões de reais, e um auxílio emergencial de 600 reais. Naquele momento acho que não havia 1.500 mortes, Sr. Presidente, e agora há 300 mil mortes; naquele momento



morriam 50 pessoas por dia, e agora, 3.200.

Eu pergunto o que mudou para nós fazermos um Orçamento, Sr. Presidente, que privilegia dois setores: as emendas parlamentares, de um lado, que drenam recursos para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para as famosas obras, e garantem o apoio do Centrão; e, de outro lado, as Forças Armadas. Um quinto, Sr. Presidente, do que sobrou para investimento, 22%, na verdade, vão para as Forças Armadas!

Os militares foram poupados na reforma da Previdência. No ano passado, os militares não tiveram o salário congelado, ao contrário de todo o funcionalismo público. E agora, como são 6 mil militares do Governo, digam-me se isso é prioridade para a Nação brasileira. Eu queria que os Deputados pensassem sobre isso.

Não se fala em romper o teto de gasto; numa guerra o que vale é a vida. Guerras aconteceram, como a Guerra do Paraguai, que matou 50 mil brasileiros em 5 anos. Agora, morreram 300 mil brasileiros em 1 ano, Sr. Presidente. Nesse caso, rompe-se teto de gasto, sim. Ajuste fiscal não garante vida. Nós estamos fazendo o contrário: nós estamos tirando dinheiro da saúde, nós estamos tirando dinheiro da Previdência.

É insustentável, Sr. Presidente, aprovarmos um Orçamento que tira dinheiro do seguro-desemprego, 2,6 bilhões de reais; que tira dinheiro do abono salarial, 7,4 bilhões de reais; que tira dinheiro da Previdência Social, 13 bilhões de reais — que nós estamos propondo repor com a nossa emenda —; que tira dinheiro do PRONAF, da agricultura familiar, para dar prioridade, logicamente, às emendas!

É óbvio, Sr. Presidente, que o povo lá fora está querendo o quê? Vacinas, auxílio emergencial, e o Sr. Paulo Guedes ainda diz que os 44 bilhões de reais que vão para o auxílio emergencial, em 4 parcelas de 250 reais, só podem ser feitos com a PEC Emergencial, ou seja, só podem ser feitos à base de um mega-ajuste fiscal sobre os servidores ou numa linha de privatização. Ontem mesmo, ele disse: *"Vocês querem melhorar o auxílio emergencial? Vamos vender as estatais!"* inclusive, há algo contraditório no Orçamento: criar uma estatal para privatizar a ELETROBRAS, 5 bilhões de reais, para depois privatizar a ELETROBRAS. Nós não queremos privatizar nada! Isso não é prioridade nacional nenhuma!

Os Parlamentares tinham que, de verdade, dizer: *"Se a prioridade é a pandemia, o Orçamento tem que se voltar para garantir recursos para a saúde pública, para o SUS, para as universidades públicas"* — que sofreram profundos cortes —, *"para a agricultura familiar"*. É esta que garante a comida na mesa do trabalhador e baixa a inflação de verdade.

O que nós estamos fazendo é a farra das emendas paroquiais, para garantir o quê? Que o Centrão apoie a gestão desastrosa e genocida de Jair Bolsonaro, esse que está desmilinguindo como Governo, enquanto o povo morre asfixiado nos hospitais no Brasil.

É por isso que nós votamos contra este Orçamento. E é por isso que nós estamos querendo repor apenas uma parte da Previdência Social neste destaque, para o qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o NOVO, Líder Paulo Ganime? *(Pausa.)*

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Deputada Lídice da Mata, do PSB, votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o NOVO?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O NOVO acompanha o destaque do PSOL. Entendemos que ele, como já muito bem dito pelo Deputado Marcel van Hattem, vai no sentido correto de tirar ou de devolver, na verdade, recursos para onde os recursos não deveriam ter sido tirados. Infelizmente, não resolvemos 100% do problema com esse destaque. Mas ele vai, sim, no sentido de devolver parte daqueles recursos que deveriam estar destinados



ao enfrentamento de causas muito mais nobres do que estar na mão do Relator para uso político. É isso o que estamos falando, neste caso.

Por isso, o NOVO felicita o PSOL pela decisão do destaque e orienta "sim" ao destaque do PSOL, para que resolvamos, pelo menos, parte do problema que foi causado pela mudança do relatório.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o Cidadania?

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- O Cidadania orienta o voto "não", acompanha o Relator, para manter o substitutivo original.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PCdoB? (*Pausa.*)

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PROS, "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PROS orienta "não".

Como orienta o PCdoB, Deputado Renildo Calheiros?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- Presidente, o Deputado Marcel, a quem respeito muito, fez um pronunciamento que não corresponde ao nível de inteligência que tem. Eu, mesmo dispondo de 1 minuto apenas, dou-me o direito de responder a ele.

Este Orçamento é um absurdo! Isso foi aqui denunciado por todos. Ele retira uma série de direitos e prejudica vários setores importantes da sociedade. Há duas maneiras de se manifestar contra o Orçamento: fazer obstrução ou votar "não". Para o PCdoB, o "não" é mais enfático do que a obstrução, deixa claro que nós somos contra.

Qual o movimento nós fizemos? Construímos uma articulação que vai gerar uma mesa de negociação com reitores, representantes de institutos federais, segmentos da área da saúde. O que eu não esperava era que isso não agradasse ao Deputado Marcel. A negociação interessa aos reitores, interessa aos institutos federais, interessa à ciência e tecnologia, interessa à saúde.

Nós mantivemos o nosso voto contra e conseguimos montar uma mesa de negociação. A meu ver, isto é agir com inteligência: mesmo sendo minoria, encontrar um caminho para defender os trabalhadores.

O PCdoB encaminha o voto "sim", favorável ao destaque do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente Pacheco, o Partido Verde acompanha o voto do Relator. Portanto, encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - A REDE, Sr. Presidente, acompanha o destaque (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a Maioria?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputada Joenia, V.Exa. concluiu a orientação? Eu creio que houve uma falha no sistema.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE acompanha o destaque do PSOL, justamente para inverter os cortes na política previdenciária, no seguro-desemprego, tentando amenizar o texto. A REDE é a favor de que se melhore esse texto do Orçamento. A população brasileira realmente precisa, neste período de pandemia, de melhor estrutura nos serviços públicos. Esse orçamento vai servir para o ano todo.

Então, Sr. Presidente, o voto é "sim" ao destaque do PSOL.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta a Minoria?

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PSC - MA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.)

- O PSC orienta "não", Presidente.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que acrescente ao tempo de orientação o tempo da Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. Tem a palavra V.Exa., que usará o tempo da orientação e o da Liderança da Minoria.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Primeiro, peço a V.Exa. que registre os votos dos Deputados Jorge Solla e Padre João, que não conseguiram votar. O voto é "não" ao texto do Orçamento.

Eu queria fazer um registro sobre o significado e a importância deste destaque do PSOL. Ele trata daquilo que foi retirado do Fundo de Amparo ao Trabalhador, dos recursos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, dos recursos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social tanto para trabalhadores rurais quanto para trabalhadores urbanos. Isso dá uma bagatela de mais de 16 bilhões de reais, que serão destinados, se não conseguirmos fazer a mudança através deste destaque, a obras, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional. É inconcebível que dinheiro destinado a aposentadorias, que dinheiro destinado a tudo aquilo que diz respeito à sobrevivência de pessoas seja direcionado para obras. Eu disse que essa é uma questão de concepção. Discordamos radicalmente.

Portanto, somos favoráveis ao destaque e dizemos "não" ao texto.

Eu queria falar agora sobre outros aspectos. Considero o que abordou o Líder Renildo. O NOVO faz essa tentativa de dirigir os outros partidos e mostra uma indignação que não nos convence. O NOVO, com essas ideias tão antigas de proteger o capital, de proteger o sistema financeiro, tenta se colocar como defensor dos trabalhadores. Seria cômico se não fosse trágico.

Então, eu quero desafá-los. Digam quais foram os partidos que fizeram qualquer tipo de acordo para votarmos contra o Orçamento. Como já disse o Líder Renildo, nós escolhemos fazer com que a sociedade tenha acesso (*falha na transmissão*).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Arlindo Chinaglia, nós não estamos ouvindo V.Exa. Peço que abra o microfone.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Quero dizer que nós vamos continuar defendendo os destaques que forem adequados ao País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Muito obrigado, Deputado Arlindo Chinaglia.

Como orienta a Oposição? (*Pausa.*)

Como orienta o Governo?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós já estamos chegando ao final desta sessão congressional. Quanto a este destaque, nós, apesar dos argumentos meritórios apresentados pelos autores e por quem os defende, entendemos que as restrições financeiras e principalmente o relatório apresentado pelo Senador Bittar exaurem a discussão.

O Governo orienta a favor da manutenção do texto. Portanto, diz "não" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - As Sras. Deputados e os Srs. Deputados já podem votar pelo Infoleg. Está aberto o painel.

Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado José Ricardo. (*Pausa.*)



(Interrupção do som.)

O painel de votação já está aberto. Os Srs. Deputados podem votar. As Sras. Deputadas podem votar.

Tem a palavra o Deputado Helder Salomão. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Padre João. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Presidente Rodrigo Pacheco...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro eu quero parabenizar V.Exa. É uma honra para nós mineiros vê-lo à frente desta sessão, como Presidente do Senado e Presidente do Congresso. Desejo-lhe sucesso e toda a sensibilidade e habilidade mineira para que ajude a colocar o Brasil no rumo certo.

Presidente, eu votei contra — agradeço ao Deputado Arlindo o registro do voto, houve um problema técnico. Eu me manifesto contra porque é inadmissível esse encolhimento do Estado brasileiro. No momento em que o povo, os mais pobres, os trabalhadores, os milhões de desempregados, a saúde, a educação, a assistência social mais precisam do Estado, há esse ataque aos trabalhadores, através do Orçamento.

Como se já não bastassem tantas outras iniciativas, mudanças na legislação, modificações inclusive da própria Constituição, negando-se o Estado — esse Estado existe para o mercado —, agora se negam políticas e programas. Como não têm orçamento suficiente, muitos programas têm sido quase extintos, estão morrendo por inanição. Há programas que não foram extintos por lei, mas não recebem recursos suficientes.

Externamos aqui a nossa indignação. É um absurdo. Se somarmos os cortes que já aconteceram em 2019 e em 2020, veremos uma coisa absurda! Representam um verdadeiro ataque sobretudo à saúde e à educação. É inadmissível esse encolhimento do Estado para os pobres, para todos os trabalhadores.

O Estado tem que valorizar as suas empresas, como a EMBRAPA, tem que valorizar as políticas e os programas que favorecem a geração de emprego e renda, garantindo dignidade, vida, saúde, educação, profissionalização para o nosso povo, sobretudo para a nossa juventude, para as trabalhadoras e para os trabalhadores.

Em sintonia com todo o Partido dos Trabalhadores, o nosso voto foi contrário e dá a este Governo o recado claro de que ele tem que se sensibilizar. Mais de 300 mil pessoas já morreram.

Parabenizo V.Exa. pela iniciativa, pela participação, mas não podem ficar na fotografia só o Presidente da Câmara, o do Senado, o da República. Onde estão os Governadores? Nós precisamos de uma força-tarefa...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Peço que conclua, Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Obrigado pela generosidade.

Concluo fazendo este apelo a V.Exa. É preciso que haja uma força-tarefa. V.Exa. tem um papel estratégico, uma vez que o Governo não está cumprindo o papel que é dele. É necessário que seja formada uma força-tarefa que vá ao encontro do nosso povo brasileiro e que haja políticas e programas que sejam viabilizados pelo Orçamento.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado, Deputado Padre João. Sua benção!

Tem a palavra o Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Leo de Brito. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Tabata Amaral. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Pedro Vilela. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Gleisi Hoffmann. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Eduardo Bismarck. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Vou proclamar o resultado: SIM, 136 votos; NÃO, 280 votos; abstenção, 1. Total: 417 votos. **(Lista de Votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Está rejeitado o destaque na Câmara.

Mantido o texto do substitutivo, o destaque não vai a votação no Senado.

Passemos à votação do Destaque nº 3, requerido pelo Deputado Vinicius Poit, nos termos da Resolução nº 1, de 2006. **(Requerimento nº 23/2021-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

O Partido Novo deseja encaminhar?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Eu vou encaminhar pelo NOVO, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Paulo Ganime, para encaminhamento.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O destaque propõe que seja mantida a redação do art. 4º do PLOA 2021. O artigo concede autorização ao Poder Executivo de remanejar despesas dentro de certos limites. O objetivo do destaque é flexibilizar o cancelamento das emendas de Relator, que ganha ainda mais importância com esse novo relatório que saiu hoje, que aumenta significativamente as emendas de Relator — originalmente, estavam na ordem de 3 bilhões de reais e foram para cerca de 30 bilhões de reais — e de Comissão, para que o Poder Executivo possa remanejar esses recursos.

Quanto às demais despesas do Orçamento, permanecem as restrições para as emendas impositivas individuais e de bancada. Não se altera essa parte, que é super-relevante.

Com o corte de 26 bilhões em despesas obrigatórias realizado pelo Relator e já com a sinalização do Poder Executivo de que precisará cortar mais 17 bilhões em despesas discricionárias para que não seja rompido o teto de gastos, é muito provável que estejamos aprovando — foi isto que falamos hoje ao longo de toda a tarde — um orçamento fictício, que demandará muitos remanejamentos ao longo do ano.

Condicionar esse remanejamento à anuência do Relator vai travar ainda mais a ação do Poder Executivo. Mesmo que critiquemos o Poder Executivo, que critiquemos a atuação do Poder Executivo em especial quanto ao enfrentamento da pandemia, no que se refere a alocação de recursos, não concordamos que seja transferida ao Relator essa prerrogativa. Essa é uma crítica nossa desde o ano passado. Por que deixar isso na mão de uma só pessoa? No caso, agora, é um Senador. Nada tenho contra a pessoa do Relator, mas sou contra, sim, essa decisão, que deixar na mão do Relator do Orçamento 30 bilhões de reais. Ele terá em suas mãos o equivalente a 20% das despesas discricionárias do Orçamento. Isso é um exagero, é algo que não faz sentido, principalmente quando não há critérios objetivos, critérios definidos,



critérios acordados a respeito de como esse Relator vai tratar o tema.

Tentamos aprovar o destaque do PSOL, que era positivo, reduzia esse impacto, reduzia esse problema. Mas isso não foi possível. O que nós queremos é, no mínimo, dar flexibilidade ao Poder Executivo, dar autonomia ao Poder Executivo. Sabemos muito bem que, quando isso não acontece, o Governo fica na mão do Congresso, na mão de um grupo político — isso é verdade — coordenado, nesse caso, pelo Relator. Não é isso que nós queremos.

Queremos que todo recurso seja destinado de forma correta, havendo o melhor entendimento. Não queremos que seja destinado, como acontece com frequência, por meio de emendas definidas por aqueles que trabalham hoje no Congresso — Parlamentares, Deputados Federais e Senadores — com cunho político.

Esperamos que a base do Governo presente nesta votação aprove o destaque do NOVO. Por quê? Porque o destaque do NOVO ajuda o Governo. Não faz sentido para a base do Governo ser contra o destaque do NOVO, ser favorável ao texto da forma como está, porque queremos devolver flexibilidade ao Governo. Sempre votamos por essa flexibilidade quando tentamos tirar todas as amarras do Orçamento. Votamos diversas vezes, em inúmeras votações, a favor de desvinculações, da retirada de amarras que criamos no Orçamento. Digo mais uma vez que a amarra, no caso, não é de uma linha do Orçamento, como existe em relação a diversos outros itens, é a amarra que fica na mão do Relator do Orçamento.

Por isso, nossa orientação é a de que todos que concordam com esse entendimento votem "sim" ao destaque do NOVO, para que seja mantida a redação do art. 4º do PLOA 2021.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Quem vota "sim" vota a favor do destaque, aprova o destaque. Quem vota "não" vota com o Relator e rejeita o destaque.

Consulto o Plenário se podemos abrir o painel e colher as orientações de bancada. *(Pausa.)*

Agradeço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, que já podem votar pelo Infoleg.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Orientação de bancada.

Como orienta o PT? *(Pausa.)*

Como orienta o PSL?

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - O PSL, Sr. Presidente, orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PL?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, podemos orientar pelo bloco inteiro. O bloco vota "não", mantendo o texto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Peço que alocue o voto "não" a todos os partidos componentes do bloco.

Como orienta o Partido dos Trabalhadores, Deputado Arlindo?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP) - Como a Liderança do PT não está presente, eu prefiro aguardar, Sr. Presidente. Eu vou orientar pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente.

Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - A Maioria também orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - A Maioria orienta "não".

Como orienta o PSB? *(Pausa.)*



Como orienta o PDT? (*Pausa.*)

Como orienta o Solidariedade? (*Pausa.*)

O Solidariedade orienta “não”.

Como orienta o PSOL, Deputada Talíria?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.)

- Presidente, o PSOL orienta “sim”. Eu queria reforçar que estamos diante de um Orçamento que não responde às demandas reais deste momento da conjuntura brasileira, que, infelizmente, está marcada pelo momento mais agudo da crise sanitária em curso, com mais de 300 mil mortos, com pessoas na fila de UTI morrendo sufocadas, sem oxigênio, sem insumos, nas filas dos hospitais Brasil afora. E a resposta do Governo e da maior parte desta Casa está sendo dizer que a prioridade não é a saúde, que a prioridade é Forças Armadas, é arma, é obra em lugares que servirão de curral eleitoral.

É lamentável vermos a saúde do povo, a vida do povo, o emprego do povo sendo escoraçados por esta Casa e pelo Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O PSOL orienta “sim”.

Como orienta o Partido Novo?

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, o NOVO, obviamente, orienta “sim”, acompanhando o destaque do próprio NOVO.

Reforço mais uma vez que me surpreende o bloco daqueles que acompanham a base do Governo ser contrário ao destaque do NOVO, que quer dar mais autonomia ao próprio Governo, não por sermos do Governo, não por acharmos que o Governo atua da melhor forma, em especial no enfrentamento da pandemia, mas, sim, porque sabemos das dificuldades que são impostas a qualquer governo — inclusive governos municipais e estaduais —, quando há rigidez orçamentária.

Nós estamos falando aqui de 20% — lembrando, 20% — do orçamento das despesas discricionárias, ou seja, o que sobra das despesas obrigatórias. Esse não é um dinheirinho, não; não é pouca coisa, não. Nós estamos falando de um vulto muito grande que estamos deixando na mão do Relator. O Governo vai ter que passar o pires e fazer apelo ao Relator cada vez que quiser mudar isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como vota o Cidadania?

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O Cidadania, Presidente, orienta o voto “não”, acompanhando o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PCdoB?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Presidente, é comum nós lermos na imprensa algumas informações erradas sobre as emendas parlamentares. E é pior ainda quando escutamos isso aqui dentro do plenário. Parece que um Deputado botar recurso para construir uma maternidade, ou uma unidade de saúde, ou uma escola, ou calçar uma rua é um pecado ou de algo criminoso.

Os Parlamentares estão aqui para melhorar os seus Estados, as suas cidades, para melhorar a vida das pessoas, dar melhores condições de vida às pessoas. Que alguém com má vontade, lá de fora, não compreenda isso até se entende. Mas aqui dentro? Chega a ser ridículo o que afirmam alguns Parlamentares, Sr. Presidente!

O PCdoB, em relação ao destaque do NOVO, vota contra.

O PCdoB encaminha o voto “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PCdoB orienta o voto "não".

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE) - O PDT, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Como orienta o PDT?

O SR. FÁBIO HENRIQUE (PDT - SE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT orienta o voto "não".

Nós ouvimos hoje, aqui na sessão, Parlamentar dizendo que as emendas parlamentares calçam ruas por onde não passa ninguém. Ora, isso é muito fácil para quem mora nos prédios luxuosos das grandes cidades do Brasil, não conhece a realidade da população mais pobre — principalmente, aqui no Nordeste — e não sabe da importância que as emendas parlamentares têm para calçar uma rua, para construir uma escola, uma unidade de saúde, uma praça, uma área de lazer. Elas são extremamente importantes para essas comunidades, as comunidades que mais precisam.

Reforçando, o PDT orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PSB orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PSB orienta o voto "não".

Como orienta o PV, Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - O PV orienta o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O PV orienta o voto "não".

Como orienta a REDE, Deputada Joenia Wapichana?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) - A REDE vai orientar o voto "sim" ao destaque do NOVO, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Obrigado, Deputada.

Como orienta a Minoria? *(Pausa.)*

Como orienta a Oposição? *(Pausa.)*

Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Líder Arlindo Chinaglia, para orientar a Minoria.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Minoria, eu só posso liberar, porque nem ouvi todos os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - A Minoria libera.

Como orienta o Governo?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos um orçamento em que a impositividade tornou-se regra. Pessoalmente, sou contra o orçamento impositivo. Porém, sendo como é, impositivo, não existe possibilidade de avançarmos e votarmos, com a ampla maioria de acordo, sem que haja a figura da emenda de Relator. Este destaque apresentado pelo NOVO, se prevalecer, fará cair por terra todos os acordos feitos pelo Relator-Geral, que ensejou o acordo pacificando todo o Orçamento para que possamos votá-lo.

Portanto, ainda que exista divergência nesse ou naquele ponto, a emenda do Relator tornou-se fundamental no orçamento impositivo para que haja um equilíbrio entre os Estados federados, entre as regiões mais e menos desenvolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Daí porque, neste momento de pandemia, em que as Comissões não tiveram a oportunidade de apresentar suas emendas, em que as bancadas tiveram grande dificuldade de poder se reunir, e o fizeram de forma virtual, muitas vezes com um pouco de prejuízo para que houvesse o consenso geral, a emenda do Relator veio sanar todas essas questões.



Por isso, o Governo orienta a manutenção do texto e "não" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - O Partido dos Trabalhadores gostaria de orientar? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

Já votou, Deputado Claudio Cajado?

Todos votaram?

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu peço a V.Exa. que espere pelo menos mais 5 minutinhos e anuncie o resultado. Em 5 minutos, será encerrada esta votação do último destaque, e, conseqüentemente, V.Exa. dará por encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Perfeitamente. Vamos aguardar.

O próximo orador inscrito é justamente o Deputado Renildo Calheiros.

Deputado Renildo Calheiros, V.Exa. deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Pois não, Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Presidente, só uma questão de procedimentos. Terminada esta votação, V.Exa. encerrará a sessão da Câmara e chamará a do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Chamaremos a sessão do Senado imediatamente após o encerramento desta.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Logo em seguida.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Renildo Calheiros, V.Exa. deseja fazer uso da palavra? V.Exa. é o próximo orador inscrito.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Presidente, eu estou inscrito para encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Não, agora é a fala do orador, por 3 minutos.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que esta peça orçamentária realmente é muito ruim. Ela foi pouco debatida. Nós tivemos uma enorme dificuldade, no ano passado, quando não conseguimos formar a Comissão de Orçamento. Nós perdemos, em função da pandemia e das dificuldades políticas, oportunidades de debatermos este Orçamento durante o ano de 2020. Ficou tudo muito imprensado agora para o começo de 2021. A atitude e a posição do Governo foram muito nocivas para a Comissão de Orçamento, que trabalhava às pressas.

Este Orçamento é uma desgraça. Ele penaliza a Previdência. Ele penaliza o seguro-desemprego. Ele penaliza a educação como um todo, principalmente a educação básica, como muito bem salientou o Deputado Danilo Cabral. Ele prejudica as universidades, prejudica a ciência e a tecnologia. Ele prejudica os institutos federais de educação. E ele é irreal para a saúde, Presidente.

Nós estamos numa pandemia. E os recursos da saúde foram diminuídos quando o País precisa de mais leitos para receber as pessoas, precisa de mais UTIs, precisa de mais médicos, precisa de mais proteção aos servidores da área de saúde. Como é que passa na cabeça de alguém que, numa situação dessa, ainda vai diminuir os recursos da área de saúde? Isso não existe! É lamentável que esta Casa tenha um Orçamento como este para ser votado, porque ele é muito ruim.

O que nós precisamos fazer, Sr. Presidente, quando formos discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, logo em seguida, para prepararmos o Orçamento do ano que vem, é tentar corrigir todas as distorções que existem no Orçamento brasileiro.

O Brasil gasta muito com pagamento de serviços da dívida pública. O Brasil praticamente não



investe em ciência e tecnologia. O Brasil não investe o necessário na sua infraestrutura básica. Um país do tamanho do Brasil tem uma infraestrutura ainda precária.

É errada a ideia de que o setor público não deve investir. Ele deve investir. É importante para o desenvolvimento, é importante para gerar empregos, até porque a iniciativa privada só gosta de entrar onde já está pronto. Tudo isso nós precisamos melhorar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputado Lucas Vergílio, V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. LUCAS VERGILIO (SOLIDARIEDADE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que os Deputados Dr. Leonardo e Otaci Nascimento votaram com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, quando for oportuno, V.Exa. pode resgatar a minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Deputada Erika Kokay, infelizmente, não. Nós vamos encerrar a votação e encerrar a sessão, porque teremos uma sessão do Senado Federal logo na sequência.

Tem a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Sr. Presidente, apesar...

Está sem a orientação do PT aí?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Está sem orientação. V.Exa. tem 1 minuto para fazer a orientação do PT.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) - Eu saí para uma entrevista e tentei registrar o meu voto na votação anterior, mas o sistema não funcionou.

Quero também dizer que o PT vota "sim", apesar do inusitado de orientar com o NOVO, que sempre erra e que sempre, de forma indelicada, agressiva, ataca a esquerda. Eu vejo Deputado aí que vivia no ombro de Eduardo Cunha posando de vestal. Devia ter vergonha na cara. Fica cuspidando para cima para ver o cuspe cair na cara.

O mérito desse destaque está correto. Nós temos que dar a prerrogativa ao Executivo, independentemente se é Bolsonaro. Eu considero que isso não estava na pauta de dotações orçamentárias da educação e da saúde.

Por isso, a orientação do PT é "sim" ao destaque.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Eu vou aguardar mais 1 minuto.

Deputado Erika Kokay, por favor, V.Exa. pode fazer uso da palavra.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu penso que uma proposta orçamentária é o raio-x de um governo. O Governo mostra a sua cara, mostra as suas intenções a partir da proposta orçamentária, de como ele quer movimentar os recursos que são recursos do conjunto da população. Aí vamos ver a crueldade desse Governo que busca retirar tantos recursos da saúde.

O Brasil precisa de vacinas. Nós precisamos de vacinas, nós precisamos de saúde, nós precisamos de



kit de intubação, nós precisamos de UTIs, nós precisamos de investimentos na saúde. E, numa crise com a proporção dessa crise que estamos vivenciando, só o Estado pode proporcionar as saídas necessárias. E nós estamos vendo a orfandade de uma política que possa fazer com que o povo brasileiro acredite que há rumos no enfrentamento dessa crise trançada. Mas não é só isso: retira-se dinheiro do meio ambiente. Meio ambiente é soberania nacional. Meio ambiente é fundamental, porque o ser humano faz parte de uma trama de vida, ele não é dono da própria vida. Aliás, até que ponto essa pandemia que o mundo vivencia não é uma resposta às agressões que foram postas ao próprio meio ambiente?

Portanto, retira-se dinheiro do meio ambiente, retira-se dinheiro da educação básica, dos institutos federais de ensino. Nós estamos vendo uma proposta orçamentária que "desesqueletiza" o salário mínimo, que elimina o seguro desemprego, como poderia ser implementado. Nós estamos vendo um raio-x de um Governo que é desprovido, primeiro, de humildade, de humildade para reconhecer os seus erros e poder fazer com que o Brasil tome os rumos necessários para esse enfrentamento. Nós não suportamos mais tanta dor na população brasileira. Nós queremos que a morte não esteja à espreita das nossas vidas, nas esquinas, nos becos deste País. Nós queremos ter a tranquilidade de poder exercer a dignidade humana que se exerce quando temos a condição de estar com dignidade vivenciando o mínimo necessário para que nós possamos almejar a felicidade. Portanto, esta proposta orçamentária não pode ter o nosso apoio. Não pode ter o nosso apoio! Ela é a proposta que expressa esse desprezo pelo povo brasileiro.

O Ministro que acaba de ser empossado disse que vai vacinar 1,5 milhão de brasileiros por dia, mas não diz como nem quando. Se for na condição em que estamos hoje, nós teremos 312 dias para vacinar o conjunto do povo brasileiro, entendendo que precisamos de duas doses de vacina.

O Brasil tem pressa de voltar a ser feliz e ser cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Agradeço a V.Exa.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Anuncio o resultado da votação: SIM, 78 votos; NÃO, 360 votos; total, 438 votos. **(Lista de votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Está rejeitado o destaque. Mantido o texto do substitutivo, o destaque não vai à votação no Senado. Rejeitados os destaques, a matéria vai ao Senado Federal.

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. DEM - MG) - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 21 minutos.)



Ata da 7ª Sessão, Deliberativa Remota (CN),
em 25 de março de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Rodrigo Pacheco.

(Inicia-se a sessão às 20 horas e 38 minutos e encerra-se às 22 horas e 32 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

7ª Sessão Deliberativa Remota do CN no SF, às 18h

Presenças no período: 25/03/2021 17:00:00 até 25/03/2021 22:35:00

Votos no período: 25/03/2021 17:00:00 até 25/03/2021 22:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSD	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	MT	Carlos Fávaro	X	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
PROGRES	PI	Elmano Férrer	X	X
PROGRES	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PROS	AL	Fernando Collor	X	X
Podemos	PR	Flávio Arns	X	X
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PROGRES	TO	Kátia Abreu	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PROGRES	AC	Mailza Gomes	X	X
PSDB	SP	Mara Gabrilli	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
MDB	AC	Marcio Bittar	X	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X	X

Emissão 25/03/2021 22:36:38





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

7ª Sessão Deliberativa Remota do CN no SF, às 18h

Presenças no período: 25/03/2021 17:00:00 até 25/03/2021 22:35:00

Votos no período: 25/03/2021 17:00:00 até 25/03/2021 22:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X	X
MDB	PB	Nilda Gondim	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
Podemos	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
Podemos	RJ	Romário	X	X
MDB	ES	Rose de Freitas	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 75 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Boa noite a todos!

O sistema acusa a participação e a presença de 58 Senadores e Senadoras nesta sessão.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

As mãos serão baixadas, e reabertas as inscrições.

Nos termos do art. 7º do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, que institui o Sistema de Deliberação Remota, informo que a sessão será iniciada diretamente na Ordem do Dia.

Portanto, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia

Consta como item único da pauta o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020.

Passemos à deliberação da matéria.

Perde a palavra, pela ordem, pelo PSDB, o Líder Izalci Lucas.

Com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem.

Sr. Presidente, nos termos do art. 131 do Regimento do Congresso Nacional, combinado com os arts. 48 e 403 do Regimento Interno do Senado, apresento a seguinte questão de ordem.

A Lei Complementar nº 177, de 2021, que trata da modernização da gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), foi publicada no dia 13 de janeiro de 2021, com vetos. O dispositivo que protege o fundo contra o desvio da arrecadação do FNDCT para reserva de contingência foi objeto de veto pelo Presidente da República. Em 17 de março de 2021, no entanto, em decisão acertada, o Congresso Nacional reiterou sua vontade e, por maioria, derrubou o veto presidencial.

Diante dessa decisão, é premente a promulgação imediata do novo texto legal. Isso porque somente dessa forma, os recursos do FNDCT poderão ser utilizados em 2021.

É importante destacar, Presidente, que, nas hipóteses em que os vetos são rejeitados, a Constituição Federal prevê:

Art. 66 – A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

[...]

§5º – Se o veto não for mantido, será o projeto enviado para promulgação ao Presidente da República.

[...]

§7º – Se a lei não for promulgada dentro de 48 horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente do Senado a promulgará e se esse não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente do Senado fazê-lo.

Até o presente momento, o Presidente da República não promulgou os dispositivos cujos vetos foram rejeitados pelo Congresso, tendo decorrido o prazo de 48 horas para que o fizesse; da mesma forma, V. Exa. também não o fez, mesmo depois da omissão do Presidente da República, conforme estabelece o §7º do art. 66 da Constituição Federal, que é explícito.

Portanto, diante da inércia do Chefe do Poder Executivo e considerando a urgência no que se refere à promulgação do diploma legal em apreço, eu solicito a V. Exa. que adote imediatamente as medidas necessárias para a promulgação, a fim de que os efeitos da Lei Complementar 177, de 2021, possam ser exercidos em sua plenitude no Orçamento de 2021.



E o não atendimento dessa solicitação que nós fazemos poderá, evidentemente, ensejar obstáculos à aprovação da OGU 2021 na sessão de hoje, pois trata de pleito da sociedade científica nacional e de praticamente todos os Parlamentares, tanto do Senado quanto da Câmara.

Essa é a questão de ordem que faço a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG. Para responder questão de ordem.) – Senador Izalci Lucas, eu louvo a intenção de V. Exa. de proteger um setor de que V. Exa. cuida muito bem desde os tempos da nossa convivência na Câmara dos Deputados, mas tranquilizo V. Exa.

Esse veto foi encaminhado ao Sr. Presidente da República ontem; há o prazo para o Sr. Presidente da República, até às 17h18min de amanhã. E, como V. Exa. bem destacou, numa eventual inércia do Sr. Presidente da República, poderá a Presidência do Senado fazer a promulgação. E não há prejuízo para o que se deliberará aqui, porque, uma vez aprovada a LOA nesta noite de hoje pelo Senado Federal, como fez a Câmara dos Deputados, teremos ainda três dias para poder haver a sanção do projeto para os ajustes finais de redação do texto.

Então, não há prejuízo algum, e V. Exa. tem o compromisso de que, diante de uma eventual inércia do Presidente da República, terá a Presidência do Senado a obrigação de fazer a promulgação do veto defendido por V. Exa.

Fica esclarecido assim, Senador Izalci? (*Pausa.*)

Obrigado.

Agradeço a V. Exa.

O Senador Fabiano Contarato pede a palavra pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, parabenizá-lo pela serenidade e sobriedade.

E eu queria aqui fazer um apelo a V. Exas. e aos colegas ao apoio de um voto de censura ao Sr. Filipe Garcia Martins Pereira, pelo ato praticado ontem.

Então, eu queria que V. Exa...

Porque ele atingiu o Senado Federal, ele atingiu V. Exa., eu me senti extremamente ofendido com o comportamento e com a permanência dele. Aquele fato, na verdade, deveria ter sido conduzido para analisar o estado flagrantial.

Então, eu queria pedir permissão a V. Exa. – eu sei da minha admiração e carinho tanto pelo senhor como por todos os Senadores –, e serei breve, para esse requerimento. Por favor, se o senhor me autorizar, em dois minutos, eu faço a leitura. Ele é simples. É apenas um voto de censura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeito.

Senador Fabiano Contarato, eu gostaria de sugerir a V. Exa., se me permite – nós estamos numa Sessão do Congresso Nacional –, que talvez fosse recomendável – e concordo com V. Exa., apoiarei esse voto de censura – que fosse feito na Sessão do Senado Federal. Se V. Exa. me permitir essa sugestão e se concordar com ela.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES) – Eu faria um apelo a V. Exa. Tendo em vista o tempo do fato, que foi ontem, eu acho que é o momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES) – Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de Voto de Censura ao Sr. Filipe Garcia Martins Pereira, assessor chefe da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, pelos gestos racistas e preconceituosos usados durante a 19ª Sessão de Debates Temáticos, realizada no Plenário do Senado Federal, em 24 de março de 2021.



Durante a Sessão de Debates Temáticos do Plenário do Senado Federal, em 24 de março de 2021, o Sr. Filipe Martins comportou-se de forma completamente inadequada, desrespeitosa e quiçá criminosa, enquanto o Presidente desta Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, proferia o seu discurso de abertura.

Conforme vídeos amplamente divulgados nas redes sociais e nos meios de comunicação, tradicionalmente, o Sr. Filipe Martins realizou gestos compatíveis com o movimento supremacista branco, durante o discurso do Senador Rodrigo Pacheco.

Tal gestual, capturado pelas câmeras da TV Senado e transmitidos para todo o mundo, remonta à sigla WTP, que significa *white power*, ou seja, em português, poder branco. Tal gesto tem sido amplamente replicado por membros de grupos de extrema direita e por simpatizantes do movimento supremacista branco, em protesto em redes sociais por todo o mundo.

A Liga Antidifamação, organização que monitora crimes de ódio, já afirmou que o gesto com forma arredondada entre o indicador e o polegar é "uma verdadeira expressão de supremacia branca". A utilização desse gesto é comum para enviar um recado, incitando grupo de supremacia branca, atitude conhecida como *dog whistle*, ou o apito do cachorro. Trata-se de emissão de sinal usualmente compreendido exclusiva ou prioritariamente por membros dessa mesma seita, com o objetivo de mobilizá-los.

Não é a primeira oportunidade em que esse assessor do Presidente Jair Bolsonaro demonstra sua predileção pelo movimento de supremacia branca. Em 2019, ele compartilhou em suas redes sociais um poema que abriu o manifesto de Brenton Tarrant, o supremacista branco que realizou um ataque terrorista contra uma mesquita na Nova Zelândia, matando 51 pessoas. Tarrant também fez o mesmo gesto supremacista durante seu julgamento. Em suas redes sociais, é comum encontrar mensagens que inclui emoji correspondente ao gesto realizado no Senado Federal.

Ainda mais grave porque tal gesto tenha sido realizado justamente durante a sessão de debate que buscava explicações para a incapacidade da diplomacia brasileira em contribuir com esforços de obtenção de vacina contra a Covid-19. Enquanto membros do Governo se engajam nesse tipo de comportamento vexatório, mais de 200 milhões de brasileiros assistem atônitos à escalada da maior crise sanitária social e econômica da história deste País.

O Sr. Filipe Martins, juntamente com o Ministro Ernesto Araújo, é responsável direto pela omissão do Governo Federal, que resultou no caos em que vivemos com mais de 300 mil vítimas do Covid. Quando não se omitem, esses indivíduos atuam em sentido diretamente contrário àquele que se desejaria. Criam atritos diplomáticos com os países dos quais dependemos para obter insumos farmacêuticos e vacinais. É a política do genocídio, que se estrutura nos diversos ministérios do Governo Bolsonaro. Esse tipo de conduta pela chamada ala ideológica do Governo tornou-se comum. Aliás, a ideologia a que parecem se filiar esses indivíduos é a ideologia do ódio: ódio contra negros, ódio contra mulheres, ódio contra LGBTQIA+, ódio contra tudo e todos que são diferentes, ódio contra tudo que faz do Brasil o que ele é.

Esse comportamento realizado justamente na sede do Senado Federal denota o desprezo do Sr. Filipe Martins pelos Poderes constituídos desta República, especialmente pelo Poder Legislativo, desprezo que parece compartilhar com o Ministro Ernesto Araújo, cuja vergonhosa participação nos debates com os Senadores desta Casa deixou ainda mais evidente a urgência de sua exoneração.

O Senado Federal, por intermédio da Polícia Legislativa e da Secretaria-Geral da Mesa, deve investigar pronta e exaustivamente o episódio. O gesto, por si só, pode representar um convite à manifestação e à ação de grupos supremacistas brancos que são tradicionalmente conhecidos por sua violência e virulência.

Vislumbra-se, portanto, o cometimento de uma série de crimes, como, por exemplo, o incitamento à discriminação com base na raça e etnia – art. 20 da Lei 7.716, de 1989.

Confiante em relação à compreensão da importância desse tema, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos e, desde já, agradeço a atenção de V. Exa. e conto com o apoio das



Senadoras e dos Senadores deste Senado, do qual eu muito me orgulho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço, Senador Fabiano Contarato. V. Exa., portanto, dá como lida essa sua moção de repúdio e de censura ao ato apontado por V. Exa.

Há uma vedação regimental, de fato – eu consultei a Secretaria-Geral da Mesa –: nós estamos numa sessão do Congresso Nacional, de modo que, para votar, nós precisaríamos voltar à Câmara dos Deputados.

Portanto, está lida – V. Exa. já deu como lida –, e, na sessão de terça-feira, como primeiro item, submeteremos à votação do Senado Federal essa sua moção, Senador Fabiano Contarato.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Pois não.

Microfone do Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu pediria, mais uma vez, para contar com o apoio de V. Exa. para subscrever esse voto de censura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa.

Líder Randolfe Rodrigues pede a palavra pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiramente, em apoio também ao colega Líder Senador Fabiano Contarato.

Em seguida, Presidente, eu queria... Na verdade, este "pela ordem" é um apelo que faço a V. Exa.: a necessidade da intervenção de V. Exa., já, de antemão, agradecendo o apoio que tem prestado.

Presidente, neste momento em que falo com V. Exa., aqui em Macapá, mais uma vez, a situação está extremamente complicada quanto ao fornecimento de oxigênio para garantir os suprimentos nas Unidades Básicas de Saúde. Nós estamos em um colapso do sistema, como ocorre em todo o País. Mas nós estamos, em especial, em um colapso do abastecimento e do fornecimento de oxigênio na capital do Estado.

Em decorrência disso, as autoridades locais já têm buscado socorro junto à White Martins. Os colegas Senadores do Amapá têm feito todos os esforços nesse sentido. Há uma usina de oxigênio que está sendo articulada pelo colega Senador Lucas Barreto e pelo colega Senador Davi Alcolumbre, que deve estar chegando nos próximos dias. Entretanto, Presidente, nós podemos colapsar, nas próximas horas, nos próximos dois dias, o fornecimento de oxigênio. Eu espero que isso não aconteça, mas pode vir a ocorrer aqui algo tão triste e lamentável como o que ocorreu em Manaus.

Nós estabelecemos contato com o Governo da Venezuela, que se dispôs a apoiar a necessidade de oxigênio que temos aqui no Amapá.

V. Exa. já tem manifestado apoio, designou o embaixador deste Senado para nos ajudar, mas eu quero aqui, através deste "pela ordem", rogar mais uma vez o apoio de V. Exa. e dos demais colegas Senadores.

Acabei de receber a comunicação do Governo venezuelano, do Embaixador da Venezuela no Brasil, que é sediado em Caracas por conta de as relações entre Brasil e Venezuela estarem rompidas, e ele me informa que o oxigênio de que nós precisamos está disponibilizado pelo Governo venezuelano em Puerto Ordaz, cidade venezuelana no Departamento de Bolívar, na fronteira com o Brasil. Ocorre, Presidente, que, para resgatarmos esse oxigênio, é necessária uma comunicação de alguma autoridade brasileira com uma autoridade venezuelana, para que possamos deslocar uma aeronave e fazer o deslocamento da Venezuela até aqui.

Falo, então, para concluir, Presidente: nós estamos diante de um problema, pois o Brasil não tem



relações diplomáticas com a Venezuela. Há uma ordem do Itamaraty para que nenhum Embaixador brasileiro fale com qualquer diplomata venezuelano. É necessária uma conexão para que possa ajudar a socorrer vidas aqui no meu Estado.

Então, por isso, apelo e rogo o apoio de V. Exa. em virtude de um país que manifesta um gesto de solidariedade para conosco disponibilizar a oferta de oxigênio de que estamos precisando aqui, para que não ocorra um colapso como o que veio a ocorrer com os nossos irmãos amazônidas, na cidade de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Randolfe Rodrigues. Manifesto a V. Exa. e ao povo do seu Estado a minha solidariedade. Manifestei a V. Exa. também ao telefone o meu compromisso de ajudá-lo e ajudar a bancada do Amapá a resolver esse problema. Designei o diplomata que nos assiste na Presidência do Senado para que pudesse fazer as gestões necessárias nesse sentido.

Especialmente à míngua de uma diplomacia adequada do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, vamos buscar suprir essa dificuldade junto à Venezuela para poder atendê-lo.

Amanhã mesmo, cobrarei o resultado desse trabalho feito pelo diplomata que nos assiste e farei contato com V. Exa. imediatamente, porque realmente o tempo urge, e nós precisamos assisti-lo nessa sua demanda.

Líder Fernando Bezerra Coelho, pela Liderança do Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria inicialmente cumprimentar V. Exa. pela decisão correta de submeter o requerimento do Senador Fabiano Contarato à apreciação numa sessão do Senado Federal, na próxima terça-feira, como o primeiro item da pauta. Até porque, até lá, certamente as investigações que V. Exa. autorizou, para apurar as circunstâncias da manifestação feita pelo Sr. Filipe Martins, virão ao conhecimento de todo o Plenário do Senado Federal.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria trazer à reflexão de todos do Senado Federal de que, por ocasião da situação que Manaus enfrentou, a Venezuela providenciou o fornecimento de oxigênio para aquele Estado e para aquela capital brasileira e não houve nenhum obstáculo por parte do Governo Federal.

Portanto, certamente, o Governo Federal, através do Itamaraty, não irá criar nenhum obstáculo, pelo contrário, para que o oxigênio que está sendo ofertado pela Venezuela possa chegar a tempo de assistir à população de Macapá.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Fernando Bezerra Coelho.

Pede a palavra, pela ordem, o Líder Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que está correto o encaminhamento para o foro adequado na questão do fórum do Senado.

Há algumas coisas que na política, se for para criminalizar, tudo bem, a investigação tem que tocar, mas na política há simbologias e ficou claro para todo mundo que à medida que V. Exa. estava se manifestando, como autoridade da República, o rapaz, lá atrás, estava fazendo sinalizações, portanto, simbologias que, por coincidência ou não ou por articulação, essa sinalização era feita quando da invasão do Capitólio, no todo poderoso Estados Unidos. Se ele faz sinalização... "Olha, nós fizemos lá, nós podemos fazer aqui". Então, é muito grave, Sr. Presidente.

Mas eu queria levantar a seguinte questão, Presidente, por isso é fundamental que V. Exa. faça valer não só a autoridade, mas também... Hoje, o que o Congresso está fazendo para enfrentar e oferecer ao Governo no processo de enfrentamento da pandemia, da economia, das questões sociais, etc? V. Exa. já sabe dessa informação, mas na sua lei o artigo principal foi derrubado hoje por um juiz federal aqui



de Brasília, que tornou inconstitucional exatamente o artigo que obriga os empresários a comprar e repassar para o SUS, na medida em que os empresários de Minas Gerais foram pegos com a boca na botija, comprando e ficando para eles. E um juiz federal derrubou esse ponto, tornando-o inconstitucional.

Acho que nós temos que tomar providência e, Líder Fernando, eu acho que o Governo deve fazer com que a AGU recorra imediatamente dessa situação, porque senão tem o papel dos partidos a entrar com uma Ação Declaratória no Supremo Tribunal Federal para que possa se posicionar em relação a essa questão, se é constitucional ou é inconstitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço ao Líder Paulo Rocha.

Em relação ao episódio havido com o assessor do Ministério das Relações Exteriores, eu determinei imediatamente a instauração de procedimento próprio à Secretaria-Geral da Mesa e à Polícia Legislativa, para a apuração do fato. Obviamente com a observância do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório, de tudo que não é defendido por uma minoria ainda no Brasil, que são as garantias constitucionais e os direitos fundamentais de todos aqueles que são investigados.

Portanto, o procedimento está em curso no âmbito do Senado Federal. Então, logo que haja conclusão ou desdobramentos relevantes, o Plenário do Senado será imediatamente comunicado. E a moção proposta pelo Senador Fabiano Contarato, cujo apelo de subscrição é feito com muita ênfase e razão pelo Senador Fabiano Contarato a todos os Senadores e Senadoras, será pautado, então, na sessão do Senado, na terça-feira, para a deliberação do Senado Federal.

Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Rocha.

Está em discussão no Senado Federal, em turno único, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020.

Ao projeto foram apresentadas 7.148 emendas.

O Parecer nº 24, de 2021, da CMO, tendo como relator o nobre Senador Marcio Bittar, que nos dá a honra da presença nesta sessão hoje do Congresso Nacional, no âmbito do Senado Federal, igualmente com o Senador Jorginho Mello, que está aqui, justamente atrás de mim, neste instante, e o Senador Eduardo Gomes também, Líder do Governo, presente aqui no nosso *bunker* do Prodasen.

O Parecer do Relator Marcio Bittar nº 24, de 2021, concluiu pela aprovação do projeto na forma de substitutivo.

O Substitutivo foi aprovado na Câmara dos Deputados, na tarde e noite de hoje e está, portanto, em discussão a matéria.

Eu informo ao Plenário que foram apresentados requerimentos de destaque ao PLN nº 28.

O Destaque nº 1, apresentado pelo Democratas, na Câmara dos Deputados, foi retirado pelo autor, pelo Líder Efraim Filho. **(Requerimento nº 16/2021-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

O Destaque nº 2, do PSOL e o Destaque nº 3, do Novo, foram rejeitados pela Câmara dos Deputados e não serão apreciados pelo Senado Federal. **(Requerimentos nºs 22 e 23/2021-CN - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Portanto, não há destaques a serem deliberados.

Há uma lista de oradores e nós a respeitaremos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro quero parabenizar V. Exa. pela condução. Eu tive a oportunidade de acompanhar, durante toda a tarde, até agora à noite, a sessão da Câmara. Então eu parabenizo V. Exa.

Eu só quero, Presidente, deixar muito claro, eu fiz apelo já para V. Exa., para o Relator Marcio Bittar, para os Líderes Eduardo Gomes e Fernando Bezerra, porque eu só quero deixar muito claro,



Presidente, V. Exa. acabou de assumir, como assumiu na última sessão do Senado, essa questão do FNDCT, porque nós, quando aprovamos a lei, havia na lei os recursos de 2020, e nós fizemos um acordo e foi mantido o veto com relação aos recursos de 2020. Mas na LOA, na lei orçamentária, ficou essa possibilidade de contingenciamento. Falei com o Senador Marcio Bittar, mas V. Exa. está garantindo que a promulgação, a publicação do veto será antes da publicação do Orçamento. Portanto, fica garantida a utilização do FNDCT com os recursos de 2021. É o que eu estou entendendo. Eu quero só depois que o Líder Eduardo Gomes e o Líder Fernando confirmem isso também por parte do Governo para que a gente não tenha nenhuma dúvida de que os recursos de 2021 não serão contingenciados, porque a gente fica preocupado com essa interpretação. Mas eu tenho a garantia de V. Exa., o que para mim é suficiente, pois V. Exa. é o Presidente do Congresso Nacional.

E quero já adiantar, Presidente, que com muita habilidade também o Líder Eduardo Gomes, junto com V. Exa., mas o Líder Eduardo Gomes assumiu o compromisso também na Câmara, e acredito que nós vamos participar também no Senado, de que há uma possibilidade de um entendimento de uma reposição orçamentária com relação aos institutos federais, às universidades à área de ciência e tecnologia. Eu fiz hoje uma audiência da Comissão de Agricultura com a Ministra Tereza, que eu admiro e respeito muito, e ela também... Eu, que sou aqui do Centro-Oeste, do DF... O Cerrado, Presidente, antes da Embrapa era considerado improdutivo. Depois que veio a Embrapa, está aí o potencial do nosso agronegócio. O Brasil sobrevive ainda com a economia razoável em função do agro. Mas por trás do agro há a Embrapa. Nós não podemos... Eu apresentei uma emenda da Embrapa de 100 milhões e ela foi reduzida. Então, eu sei que foi feito um acordo para a gente conversar. Não posso esquecer da Embrapii também, que é um modelo que deu certo e que a gente tem que incentivar.

Então, agradeço a V. Exa. Eu acho que ficou claro esse acordo nosso para que não paire nenhuma dúvida de que os recursos de 2021 serão garantidos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o FNDCT.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Senador Izalci Lucas. E é exatamente isso que V. Exa. sem tirar nem pôr. É exatamente esse o compromisso. Nós vamos promulgar o veto, caso não haja promulgação pelo Presidente. E haverá o tempo necessário para a sanção da Lei Orçamentária Anual; de modo que se aplicará aos efeitos do veto à Lei Orçamentaria Anual. Perfeito? E o Senador Eduardo Gomes, pelo Governo, falará também no decorrer dessa discussão.

Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero registrar que nós estamos numa sessão do Congresso. Portanto, uma sessão para deliberarmos sobre a lei orçamentária da União, trabalho feito pela Comissão Mista de Orçamento, presidida pela Deputada Flávia Arruda, que eu quero cumprimentar pelo trabalho, pela dedicação. Mas quero destacar o trabalho realizado pelo nosso colega de partido, de bancada, o colega Senador Marcio Bittar. Porque não foi um relatório fácil de ser feito em função das circunstâncias da pandemia, que obviamente traz graves e sérios desafios na área econômica e, portanto, na receita tributária do País. Ao mesmo tempo, a PEC do Teto de Gastos traz desafios complementares e adicionais, tendo em vista que, em função dos anos, ela encostou no seu limite e, ao mesmo tempo, as necessidades de investimento precisam ser equilibradas no momento em que o Brasil demanda investimentos públicos, privados, público-privados, nacionais, estrangeiros, para que nós possamos, no conjunto dos investimentos, voltar a gerar emprego e renda e, ao mesmo tempo, fazer a mitigação das políticas sociais, Sr. Presidente.

Quero aqui destacar e dizer e fazer um apelo porque a ajuda de R\$250, encaminhada por uma MP e aprovada pela PEC do Extrateto, em função da inflação, tem se demonstrado pequena. Imagine alguém



que precisa de uma botija de gás – e quem não precisa de uma botija de gás por mês? – ou alguém que precisa de poucos litros de gasolina para ser um mototaxista ou para o uso em um rabeta no interior do Amazonas. Essas pessoas praticamente não terão nenhuma sobra dos R\$250 para a compra da cesta básica. Portanto, esse valor de R\$250 é um valor que o Governo deve rever, e nós, no Congresso Nacional, na medida provisória, podemos atuar e rever esse valor, a fim de dar algum poder aquisitivo para as compras básicas, mínimas, necessárias diante desta pandemia.

Por tudo isso, eu quero reconhecer, parabenizar e cumprimentar o Senador Marcio, bem como o nosso Relator, Confúcio Moura, sub-Relator, na figura de quem eu quero cumprimentar todos os sub-relatores.

Digo que o MDB encaminhará favoravelmente.

Agora, Sr. Presidente, permita-me só menos de um minuto para que eu possa me manifestar favoravelmente à moção de repúdio apresentada pelo Senador Fabiano Contarato. V. Exa. conduziu absolutamente correto: permitiu que fosse apresentada hoje, que seria o tempo correto, porque o tempo político é diferente do tempo jurídico – e aí o Paulo Rocha tem razão. Digo que apoiamos politicamente esta questão, porque ela extrapola qualquer relação respeitosa e de conceito em relação a alguém que foi convidado a estar na nossa Casa, no Senado da República, e não poderia desrespeitar o Senado da República e os brasileiros através das transmissões das nossas plataformas de comunicação.

E, por fim, Sr. Presidente, digo que talvez a Advocacia-Geral do Senado pudesse também entrar nessa ação recorrendo da decisão desse juiz federal, porque o meu grande receio é que nós estabeleçamos um vale-tudo com a questão da decisão desse juiz, que eu respeito, mas discordo. Acho que não apenas a AGU deveria entrar, mas, de repente, acho que deveria ser o caso de consultar a Advocacia-Geral do Senado para que nós possamos, ainda no dia de amanhã, recorrer dessa decisão, Sr. Presidente.

No mais, cumprimento V. Exa. como Presidente do Congresso, porque, mesmo no mês de março, nós estamos conseguindo aprovar a Lei de Orçamento da União, que vai permitir destravar o Governo Federal em um ano tão difícil como o que nós estamos enfrentando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

O próximo orador inscrito é o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Quero agradecer a V. Exa. por ter me permitido proceder à leitura desse voto de censura e agradecer ao Senador Eduardo Braga, que, com muita sabedoria, soube expressar que este tempo político é uma resposta, sim. E eu quero mais uma vez fazer um apelo às Sras. e Srs. Senadores para que subscrevam esse voto de censura. Isso é o mínimo que o Senado tem que fazer – o mínimo!

No mais, eu quero também fazer coro à voz do Senador Eduardo Braga com relação à decisão da Justiça Federal. Nós não podemos permitir que isso seja um vale-tudo e que quem tenha dinheiro vá para o tudo ou nada. Nós podemos estar num outro caminho. Nós temos uma potência como os Estados Unidos que não permitiu isso. E nós não podemos incidir nesse erro. Acho que o recurso judicial é o caminho, é a via adequada para isso.

No mais, eu quero agradecer a sensibilidade do Sr. Presidente Rodrigo Pacheco, meu amigo, a quem eu considero, por ter me oportunizado a leitura do voto de censura.

Era só isso.

Obrigado.

Uma boa sessão a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Fabiano Contarato.

O próximo orador inscrito é o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco/PT - BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Boa



noite, prezado Presidente.

Cumprimento a todos os colegas.

Minha primeira palavra é de solidariedade a V. Exa. pela afronta que lhe fizeram pelas costas ontem, quando um assessor da Presidência da República, enquanto V. Exa. falava à Nação brasileira, na medida em que acompanhava a nossa sessão – na minha opinião, um marginal, um meliante travestido de assessor ou realmente assessor é –, fazia gestos que eu considero indecorosos, porque gestos que pregam uma supremacia são gestos de intolerância e de uma tese absolutamente ultrapassada. Se V. Exa. fosse magistrado como um juiz de futebol, seguramente chegariam bandeirinhas ao seu ouvido para dizer, com aquele sinal que eles fazem: "Peça uma interrupção e veja o vídeo". E, se V. Exa. tivesse assistido, seguramente teria pedido a retirada daquele cidadão do recinto, porque ele não honra o recinto do Senado Federal, muito menos a V. Exa. Não há muita investigação a fazer, muito menos defesa, porque o cinismo dele ao dizer que estava arrumando o terno e, depois, a mentira de dizer "eu não faria isso, porque eu sou judeu" – e ele não o é – eu quero dizer que são uma afronta ao Senado da República, à Nação brasileira e a V. Exa. Eu espero que a investigação da Secretaria-Geral da Mesa seja rápida. E eu penso, apesar de assinar, que o voto de censura do querido amigo Senador Contarato é pouco para punir aquilo que foi feito naquela noite.

Sr. Presidente, sobre o Orçamento que será votado, evidentemente, eu quero dizer que o meu partido encaminhará contra a aprovação.

E eu quero dizer aos colegas Senadores que me surpreende... Eu não falo do Relator, porque, na verdade, o Relator esgrimiou com um Governo sem sensibilidade. O Relator Marcio, colega nosso, talvez tenha feito o que pôde, mas imagine V. Exa. que, numa crise de pandemia, quando o mundo inteiro diz "adiemos nossas restrições fiscais para 2022 para atender ao povo", a gente tem um Orçamento que reduz a verba da saúde, que reduz a verba da previdência, que reduz a verba do programa de compra de produtos para alimentação na agricultura familiar, que não recepciona nenhuma emenda da Comissão de Meio Ambiente do Senado da República... Eu não vejo como aprovar um orçamento com essas características.

Por isso, antecipo o voto – e, seguramente, a minha Liderança assim encaminhará – contra a aprovação do Orçamento.

Eu queria só insistir e pedir vênias ao Senador Marcio – e não me dirijo a V. Exa., porque V. Exa. teve que esgrimir com um Governo insensível, com um Governo que brinca com a vida alheia – para lembrar que, na Guerra do Paraguai, quando estávamos em guerra, o Governo brasileiro, à época, gastou cinco Orçamentos para defender a Pátria. Eu acredito que, neste momento, na guerra contra a Covid, nós deveríamos gastar mais para proteger a gente brasileira e, óbvio, depois, voltar a arrumar aquilo que fosse violado na área fiscal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner, pela manifestação de V. Exa.

O próximo orador inscrito é a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PP - TO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores, boa noite!

Eu quero falar sobre três pontos rapidamente, Presidente.

O primeiro deles é um veto, que nós derrubamos aqui, com relação às emendas de transferência especial, aquela transferência que vai direto para a prefeitura sem a necessidade e obrigatoriedade de passar pela Caixa Econômica Federal, se assim nós entendermos – há a opção com a Caixa e a opção sem a Caixa. Os Prefeitos não querem emendas via Caixa Econômica, Sr. Presidente, pois levam-se dois, três,



quatro e até cinco anos para se inaugurar uma obra, tamanha a burocracia criada e o custo criado para os Prefeitos em todos os Municípios do Brasil. Eu gostaria de ouvir do Senador Líder Eduardo Gomes se esse acordo de enviar o PLN depois para corrigir... Não tivemos tempo de mudar as emendas. A Comissão de Orçamento não se reuniu novamente para abrir prazo depois que derrubamos o veto. Então, nós estamos com o formato antigo, derrubamos o veto, mas não temos instrumentos para que essas emendas possam ir direto para os Srs. Prefeitos. Então, eu peço, encarecidamente, ao Líder Senador Eduardo Gomes que firme aqui, no Plenário do Senado, como foi feito lá na Câmara, que esse PLN virá para corrigir essa grave distorção, pois foi uma alegria geral dos Prefeitos de todo o Brasil e do meu Tocantins quando foi anunciado que esse veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, facilitando o recurso chegar até às cidades sem precisar dar um passeio em lugares burocratizados.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é que eu concordo com os meus colegas sobre a Justiça Federal ter dado ganho de causa às empresas privadas com relação às vacinas. Se há uma coisa que está ordenada no País é justamente a vacinação. É a única coisa. O Programa Nacional de Imunizações tem que ser nacional, segundo os especialistas todos com que eu conversei, segundo todos os infectologistas. Ele precisa ser nacional, precisa ser pelo Ministério da Saúde, seguindo o cronograma. O vale-tudo não dá! Essas vacinas vão ser vendidas para quem pode pagar, por R\$100,00, R\$200,00, R\$300,00, até R\$1.000,00. E nós queremos que todo o povo brasileiro seja imunizado, independentemente de cor, de raça e muito menos de condição financeira. Sou contra e acho que o Senado Federal precisa tomar uma atitude imediata contra a investida dessas corporações. O que elas estão visando, com certeza, em primeiro lugar, não é a saúde da população.

E terceiro e último, Sr. Presidente. Eu gostaria de comunicar aos colegas que ainda hoje fizemos uma correspondência à Organização Mundial de Saúde – eu e o Deputado Federal Aécio Neves, Presidente da CRE na Câmara dos Deputados – para que nós possamos... Recebendo uma luz no fundo do túnel, uma indicação, nós rapidamente mandamos essa correspondência. E, claro, V. Exa. deverá, se assim entender, enviar a correspondência para o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas. Com certeza, existe uma predisposição em nos ajudar, e é preciso que a classe política, que o Congresso Nacional sinalize, através de correspondência e também através de um *call*, de uma ligação, de uma reunião remota, a nossa necessidade de adiantar o estoque do consórcio da Covaxin para que nós possamos receber mais vacinas rapidamente. Nós temos 42 milhões de doses encomendadas, recebemos 1 milhão domingo, vamos receber 1,900 milhão de doses até o final deste mês, mas isso pode ser mudado com essa interferência, com esse trabalho diplomático, com esse pedido nosso junto à ONU e também, como fizemos, à Organização Mundial de Saúde. Eu tenho certeza de que V. Exa., com o seu prestígio, com a autoridade que o senhor tem hoje no País, em comunicação com o Sr. António Gutierrez, que é hoje o Secretário-Geral da ONU, um português que conhece bem o Brasil, terá sucesso e terá avanço nesse ponto rapidamente.

Eu agradeço a todos os colegas.

E vamos torcer para que tudo aconteça na melhor forma possível, no tempo mais breve possível, para que nós possamos vacinar o povo brasileiro.

Muito obrigada.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Eu passo a palavra ao Líder de Governo, Eduardo Gomes, para falar sobre as considerações da Senadora Kátia, por favor. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco/MDB - TO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Pronto.

Sr. Presidente, agora com o som liberado, cumprimento V. Exa.; o Relator Geral do Orçamento, o



Senador Marcio Bittar; e todos os Senadores e Senadoras que acompanham esta sessão do Congresso.

Eu queria, Sr. Presidente, fazer uma resposta em combo, considerando a questão do adiantado da hora e aproveitando também para fazer aqui as colocações diante do questionamento da Senadora Kátia Abreu, que é bem pertinente.

Afinal de contas, na evolução do Orçamento da União desde a aprovação da Resolução 01 e dos dispositivos de impositividade das emendas, primeiro com a emenda individual impositiva e depois com a emenda de bancada impositiva, com os desdobramentos da independência do Congresso Nacional na destinação de recursos votados no Orçamento, é um passo importante a delegação de transferências especiais para as prefeituras como modalidade.

O que eu queria deixar registrado é que, no tratamento do acordo em torno do veto e da derrubada do veto, não há outro caminho que não seja o mesmo caminho revelado aqui pelo Senador Izalci no assunto de que vou falar aqui em seguida. Portanto, o veto deve ser promulgado na mesma data, já que foi encaminhado na mesma data. E não há outra condição da execução do Orçamento de 2021 que não seja cumprir aquilo que, por delegação majoritária, absolutamente majoritária do Congresso Nacional, ficou definido.

Faço a observação de que a derrubada desse veto, além da gestão do Relator da LDO, o Senador Irajá e do trabalho da Senadora Kátia Abreu e de vários Deputados Federais, Senadores e Senadoras, foi fruto – e aqui reporto também, cumprimentando, o Líder do Governo Fernando Bezerra – de um trabalho exaustivo da Liderança do Governo, dos Líderes dos partidos da base na Câmara e no Senado. Não teríamos condições de formular um acordo desse tamanho não fosse também a compreensão do Governo de que era um passo a mais que podia ser dado na execução orçamentária, principalmente neste momento em que milhares de Municípios brasileiros passam por uma crise muito grande e têm que enfrentar o combate à Covid.

E, mesmo assim, diferentemente do que alguns pensam, nós entendemos que prosseguir com as obras, prosseguir com o desenvolvimento do setor de infraestrutura do País é garantir emprego de qualidade, é garantir obra e benefício que passa de um mandato para o outro, que não tem partido, que não tem sigla partidária e que garante emprego, renda e desenvolvimento.

Ao responder à Senadora Kátia Abreu, parablenzo-a pela luta dela nesse quesito, como em tantos outros, mas especialmente nesse, com a tranquilidade de que terá o mesmo tratamento que o veto que foi derrubado com relação aos recursos da ciência e tecnologia.

Nos recursos da ciência e tecnologia, Presidente, Senadores e Senadoras, foi ainda mais apontado o esforço do Governo, da base do Governo, dos Líderes do Governo e da Oposição – sabe muito bem disso o Senador Izalci –, quando foi formulado um acordo da não utilização dos recursos de 2020, porque perderam o objeto, e está prejudicada a análise do veto, que estava conjunto com o veto de 2021, com a liberação do dispositivo que não permite contingenciar recursos de ciência, tecnologia e inovação. Não há também nenhuma outra possibilidade que não seja a possibilidade de termos um 2021 com esses recursos liberados.

Eu tenho segurança de que, enquanto estivermos na Liderança do Governo no Congresso Nacional, é a prática termos aqui o cumprimento dos acordos. Senão, não seria possível aprovar e propor a aprovação agora, neste momento, do Orçamento num período tão rápido.

Eu cumprimento a Deputada Flávia Arruda; toda a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional; o Líder do Governo na Câmara, Deputado Ricardo Barros; o Líder do Governo na Comissão de Orçamento, Deputado Claudio Cajado; e o Senador Marcio Bittar, Relator, que teve um trabalho muito grande para chegar a um acordo naquela que foi uma função muito difícil, porque coube ao Senador Marcio Bittar, por coincidência, mas também por competência – muito mais por competência –, a relatoria da PEC emergencial e, ao mesmo tempo, promover os dispositivos necessários para a aprovação do Orçamento.



Quero deixar todos tranquilos com relação à necessidade que esse Orçamento sofrerá, na sua execução, nos próximos nove meses, porque é um Orçamento muito compacto, num momento de uma crise muito grande. É por isso que eu agradeço, assim como houve na Câmara, uma negociação em torno dos destaques para que a gente vote logo e entregue às prefeituras, aos governos, ao Governo, a todas as instituições, finalmente, o Orçamento de 2021.

Quero agradecer o apoio de toda a assessoria do Governo, da Liderança, dos profissionais que trabalharam nessa tarefa e também, Presidente, encaminhar a orientação do Governo no Congresso, da Liderança do Governo no Congresso, apoiando a aprovação do Orçamento da forma que veio da Câmara dos Deputados. Quero agradecer a todos o apoio e a compreensão e, principalmente, quero agradecer demais aos partidos de Oposição que, deste o primeiro momento, compuseram – e compõem – um grupo formado por Líderes de todas as correntes que, depois de muito trabalho, conseguiu extrair uma pauta para a sessão do Congresso, tanto na discussão dos vetos quanto na discussão do Orçamento.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Eu consulto o Plenário do Senado Federal se podemos submeter à votação este parecer através do sistema simbólico, da votação simbólica. Se todos concordarem, nós seguiremos, então, com a lista de oradores e votaremos simbolicamente o projeto nesta noite.

A próxima oradora inscrita é a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco/MDB - ES. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu estou com dificuldade, estou quase sem voz aqui. Vou apenas falar um minuto querendo refletir, pois não se pode deixar passar sem todo o trâmite desta Casa.

Presidi o Congresso por dois anos, na ausência do Presidente Sarney, presidi algumas vezes a Câmara. Vi a iniciativa do Senador Contarato, vi também a preocupação de V. Exa., que instalou procedimento para apuração do fato já citado. Apenas me preocupa o tempo que nós vamos demandar para a resposta a um procedimento dessa natureza. Não estamos vivendo em um País de calmaria. Aliás, a provocação se faz presente em várias situações. Às vezes, em *lives* de que estamos participando adentra um personagem, um convidado, com uma finalidade e acaba gerando tumulto e tudo o mais. O que me preocupa muito é que o que se pretendia nesse quadro – e ainda acho que está entre as lacunas a serem lidas aí mais apropriadamente – era a tentativa de desmoralizar o Congresso Nacional. Nunca vi coisa igual! Sinto muito, mas fui Constituinte, até hoje estou nesta Casa e nunca vi coisa igual. Nunca vi uma pessoa se postar naquela posição fazendo o que fez, como fez.

E V. Exa. é uma pessoa de uma tranquilidade que jamais vi nesta Casa. V. Exa. tem muita calma, muito discernimento, pela sua formação jurídica, do que pode e não pode ser feito. Apenas me preocupa que, em lugar de um procedimento administrativo, nós venhamos fazer uma moção – e eu, logicamente, apoiarei a moção apresentada; não deixarei meu colega Contarato sem esse apoio – porque a moção não é a forma ideal de se tratar esse assunto. Essa forma... E, como nós estamos aqui a esta hora da noite, é porque eu estou tratando desse assunto aqui com uma certa assertiva na minha cabeça de que também não gostaria de tratá-lo. Gostaria, apenas, de ver o desfecho final com o cabimento devido daquilo que a gente pôde testemunhar. Eu fiquei completamente inquieta. Ouvi, depois, alguns comentários de outros colegas que ligaram com a mesma preocupação.

Então, eu deixo para V. Exa. nenhuma palavra de reflexão – aliás, é para que V. Exa. possa refletir. V. Exa. já refletiu sobre tudo, não estou também falando de boba aqui. Estou falando apenas de que substituir uma decisão, fazê-la simultaneamente significa uma posição do Senado e uma posição do Senador. Fazê-la separadamente ou tão somente uma em detrimento da outra nos coloca numa situação difícil, haja vista que o que vimos ontem, naquela sessão, é também coisa inédita – inédita, inédita, inédita.



Vim àquela sessão em respeito ao Senador que fez o requerimento. Não vi papel nenhum para exercer ali, porque não tinha ele consciência do papel que deveria fazer, das responsabilidades que tinha e ficou nos engabelando, até que chegou o momento em que todos, no limite da exaustão, da dignidade e do comprometimento político com este País, chegaram a dizer o que muitos disseram ali.

Portanto, ele era apenas um coadjuvante de uma cena, que não deveria estar ali, mas estava; que não deveria fazer o que fez, mas o fez; e, agora, sem resposta... O povo já está sem resposta adequada para a vacina. A minha dignidade não vai falar mais alto do que a de ninguém. O povo brasileiro está ultrajado, vilipendiado, maltratado, desrespeitado e consumido por essa dramática situação.

Apenas, quero solicitar a V. Exa. – e pedir desculpas ao Contarato, mas estarei assinando o seu requerimento –, que, como instituição, o Senado Federal não deixe se prolongar essa situação referente a esse personagem, que eu não sabia que existia, mas existe e está tão próximo que não dá para desconhecê-lo.

Então, é esse o meu apelo.

Também quero dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Para concluir.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco/MDB - ES) – ... a bancada das mulheres tem refletido, Presidente – só concluindo – sobre a necessidade de levar adiante a pauta que, realmente, esteja em absoluta consonância com aquilo que V. Exa. faz dentro desse Comitê, com o que fazem os nossos Líderes, afora o que está fazendo a Kátia e tudo o mais.

Nós queremos ver o Congresso e o Senado Federal votando, única e exclusivamente, matérias... Não é o caso do Orçamento, porque, sem ele, não se pode ficar. O País ficar trabalhando em duodécimos é um absurdo, não tem planejamento, não tem orçamentária nenhuma... Ver o Izalci, com a veemência dele, falar sobre a importância de que há um setor como esse que reflete em toda a crise que nós estamos vivendo, e nós não temos recursos, dotação orçamentária para isso ou para aquilo... Então, só quero dizer a V. Exa. que estou junto para toda luta, a única coisa de que não posso me abster é lutar por aquilo em que acredito. Então, ainda que seja tão pequeno, tão insignificante esse cidadão que aí esteve, ele, hoje, significa muito pela simbologia da nossa luta, pelo reconhecimento do respeito que esta Casa precisa ter em qualquer circunstância.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço à Senadora Rose de Freitas.

Passamos à orientação de bancada em relação ao projeto submetido à apreciação.

Como orienta o MDB, Líder Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez cumprimentando o Senador Marcio Bittar, o Relator Geral, cumprimentando, em nome do Senador Confúcio, todos os Relatores setoriais, cumprimentando o trabalho do Eduardo Gomes na Liderança do Governo no Congresso, que possibilitou um grande entendimento, um grande acordo, cumprimentando o Líder Fernando Bezerra e a todos os Senadores e Senadoras, eu encaminho o voto "sim", apoiando o relatório do eminente Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSD?

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSD, na mesma linha do Senador Eduardo Braga, cumprimentamos o Relator, cumprimentamos os Relatores setoriais e encaminhamos o voto "sim", na certeza de que esses compromissos aí encaminhados serão cumpridos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Podemos, Líder Alvaro Dias?



O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Senador Oriovisto Guimarães, pelo Podemos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco/PODEMOS - PR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da orientação, eu vou dispensar a minha inscrição como orador e vou usar este rápido tempo para dizer que nós vamos aprovar, vamos orientar o voto "sim", mas vamos votar "sim" porque entendemos a necessidade da aprovação dessa peça, que é o Orçamento.

Todavia, trata-se de uma peça de ficção, Sr. Presidente, de "matemática" pura. Houve uma redução na dotação dos benefícios da Previdência de R\$13,5 bilhões; houve uma redução do abono do seguro-desemprego de R\$2,6 bilhões; houve um corte no abono salarial, que é para pagar os recursos do FAT, do PIS/Pasep, de R\$7,4 bilhões; a Previdência foi subestimada, pois fizeram o cálculo com o salário mínimo de R\$1.067, quando o salário mínimo é de R\$1,1 mil, o que dá mais R\$8,5 bilhões. Só aí, Sr. Presidente, já há um furo de R\$32 bilhões, que o Governo vai ter que contingenciar, vai ter que cortar.

Além disso, Sr. Presidente, nós não teremos Censo em 2021. Continuaremos a navegar no escuro, porque, de R\$2 bilhões, reduziram para R\$70 milhões. Ou seja, não teremos Censo.

Apesar de todas essas incoerências, apesar de toda essa "matemática" para poder acomodar emendas que, provavelmente, serão contingenciadas, nós vamos orientar "sim" pela necessidade que existe da aprovação. Mas é uma tristeza, e ainda, ao final, teremos um déficit primário de R\$247 bilhões.

Vai muito mal o nosso País, vai muito mal a nossa economia, mas orientamos "sim" porque, senão, seria ainda pior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Progressistas? *(Pausa.)*

Como orienta o PSDB?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB apoia a aprovação, em função da necessidade de termos o Orçamento aprovado, mas ainda animado com a possibilidade de repor ainda, através do PLN, a questão do IBGE, a questão das universidades, dos institutos federais e também com relação à Embrapa, EmbrapII, na área de ciência e tecnologia.

Então, o PSDB orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Democratas, Líder Marcos Rogério?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/DEM - RO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a orientação do Democratas é o voto "sim", cumprimentando o eminente Relator do Orçamento Geral, Senador Marcio Bittar, pelo grande trabalho que fez bem como a Presidente da Comissão de Orçamento, Deputada Flávia. Eu participo da Comissão, e o trabalho foi hercúleo, de muito esforço.

Portanto, cumprimentando o Senador Relator, a orientação é o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Partido dos Trabalhadores, Líder Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero avisar logo a V. Exa. que nós vamos pedir verificação de votação, votação nominal.

E eu queria dizer ao Relator Marcio Bittar o seguinte: V. Exa. fez tudo que era possível, recebeu todas as entidades que a gente encaminhava, conversou com todos os setores, fez todo o esforço possível.

No CMO, eu ouvi muito o discurso de que é porque o cobertor é curto, etc., etc. É verdade, é verdade que nós estamos com um problema de curto... No entanto, uma peça orçamentária é uma opção



de Governo que diz ali as suas prioridades.

Nós não podemos concordar, Sr. Presidente... É tudo isso que já foi falado, inclusive, pelo Líder Oriovisto: saúde, saúde, que é pelo que estamos brigando aqui, em relação a vacinas, a equipamentos, a tudo, a dinheiro para hospital, etc., etc., e o Orçamento da saúde é R\$28 bilhões a menos do que no ano passado?!

Nós não podemos concordar com isso, Sr. Presidente. Nós não podemos concordar com a redução. Já vem sendo reduzido desde antes, desde o tal do limite de gastos, dinheiro para as universidades, e há no Orçamento um corte de R\$21 bilhões, além dos números que o Senador Oriovisto já falou: R\$13,5 bilhões dos fundos previdenciários; R\$7,4 bilhões do abono salarial; do seguro-desemprego, tirou R\$2,6 bilhões... Não é possível!

Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores votaremos contra e pedimos verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Líder Paulo Rocha, diante da manifestação de V. Exa., eu farei, então, a votação nominal desse parecer. Apenas indago a V. Exa. se podemos já abrir o painel, se V. Exa. concorda que já possamos abrir o painel para a votação no decorrer da orientação, Líder Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Agradeço a V. Exa.

Determino a abertura do painel para início do processo de votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Cidadania? (*Pausa.*)

Como orienta o PDT? (*Pausa.*)

Como orienta o PL? (*Pausa.*)

Líder Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco/PL - SC. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa., quero cumprimentar o nosso Relator Marcio Bittar, e, por deferência do nosso Líder Portinho, estou fazendo o encaminhamento.

Cumprimento o Marcio Bittar e a Flávia Arruda, que foi a Presidente, e agradeço, de forma muito sincera, em nome de Santa Catarina, em nome da nossa bancada, aos três Senadores, aos 16 Deputados pela deferência que o Senador Marcio Bittar teve com Santa Catarina.

Ele conseguiu recompor 125,2 milhões para as nossas BRs, para as nossas obras estruturantes em Santa Catarina, necessárias para o crescimento e o desenvolvimento de Santa Catarina.

Eu quero aqui, de viva voz, agradecer ao Senador Marcio Bittar pela deferência, pela grandeza e pelo esforço que ele fez para que a gente pudesse ser recomposto em 125 milhões, que vieram na Ploa; depois, houve os cortes, e a gente conseguiu recompor isso.

Então, em nome de toda a bancada de Santa Catarina, eu quero agradecer a V. Exa.

O Partido Liberal vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Estamos em processo de votação nominal.

Pego a todos os Senadores e Senadoras que possam exercer o seu direito de voto.

Como orienta o PROS?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco/PROS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é claro que eu quero parabenizar o Senador Bittar pelo esforço imensurável de fazer um relatório num momento muito difícil. Então, ele, sempre muito peculiar, com a sua grande



competência, pôde trazer hoje para esta Casa uma votação que é muito importante para o nosso País.

Mas eu lamento profundamente os cortes que foram realizados tanto na Sudam quanto no IBGE e em outros setores públicos tão importantes para o nosso País.

O PROS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Republicanos, Líder Mecias de Jesus?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. e oriento "sim".

O Republicanos orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Rede, Líder Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para orientar pela Rede, o Líder Fabiano Contarato o fará. Eu farei a orientação pela Liderança da Oposição, se V. Exa. assim me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Perfeitamente.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco/REDE - ES. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é lamentável que, num momento de pandemia, em que está sendo violada a vida humana, a saúde tenha tido um corte de 35,1 bilhões.

Para o meio ambiente foi o menor orçamento em 21 anos. Na educação o corte é de 18,2% no orçamento de custeio das universidades federais, que poderá inviabilizar o ensino superior ainda em 2021. A redução é de 25% no orçamento dos últimos dois anos. No IBGE, o corte é de 1,75 bilhão, inviabilizando a realização do censo demográfico. Agora o que é prioridade no Governo? O Ministério da Defesa vai receber 8,3 bilhões em investimentos, o que é um quinto de todos os investimentos aportados.

Dessa forma, a Rede orienta o voto "não", com todo o respeito ao esforço e ao hercúleo trabalho do nobre Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSL, Senadora Soraya?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco/PSL - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – O PSL orienta "sim" e parabeniza o Senador Marcio Bittar pelo hercúleo trabalho; parabeniza também o nosso Líder do Congresso, Senador Eduardo Gomes; e o Senador Fernando Bezerra. A gente sabe da dificuldade – o cobertor realmente é curto.

Por fim, apesar de estar orientando aqui e de estarmos votando finalmente o Orçamento, hoje foi celebrada a missa de 7º dia do Senador Major Olimpio. Mais uma vez, eu quero colocar aqui as minhas condolências para a família e dizer o tanto que ele nos faz falta, bem como o Senador Arolde, o Senador Maranhão e todas aquelas pessoas que nos deixaram pelo Covid. Eu me importo, me importo muito!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSB?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PSB - DF. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu respeito e reconheço o trabalho do Senador Marcio Bittar, porém eu não posso votar a favor desse substitutivo, até porque há demasiados cortes na educação, no ensino universitário, na pesquisa, ciência, tecnologia e no meio ambiente contra um acréscimo expressivo das emendas parlamentares que não foram citadas aqui, o que eu considero inaceitável num momento desses.

Há atenção insuficiente à saúde no momento em que vivemos a maior crise sanitária dos nossos tempos contra a elevação de gastos para o Ministério da Defesa. A guerra – eu quero lembrar a todos



vocês, a todos desta Casa – é contra o coronavírus. Nós estamos tirando simplesmente R\$35 bilhões da saúde num momento desses.

Eu peço mais um minutinho, Sr. Presidente.

Para piorar, nós somos surpreendidos hoje com o remanejamento – esta Casa está sabendo, porque todos estão acompanhando –, no Orçamento, de 26,5 bilhões, retirando dinheiro do seguro-desemprego, 2,6 bilhões; do abono salarial, 7,4 bilhões; do Pronaf, 1,3 bilhão, e repassando a maioria desses pagamentos para as emendas no Ministério do Desenvolvimento Regional.

Então, Sr. Presidente, retirar recursos dos trabalhadores, dos desempregados, dos aposentados e dos pequenos produtores rurais para pagar essas emendas parlamentares, definitivamente, no cenário trágico que o País está vivendo, é impossível o PSB acompanhar.

Então, o meu encaminhamento, o encaminhamento do PSB é "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o PSC, Líder Zequinha Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco/PSC - PA. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvindo aqui e, é claro, respeitando o ponto de vista de cada colega, acho que seria muito bom que tivéssemos aí o orçamento ideal. Lamentavelmente, não poderemos ter o orçamento ideal e contemplar tudo aquilo que nós queremos, de que o Brasil precisa, de que os nossos Estados precisam. Enfim, vamos ter o orçamento possível. O que é o Orçamento? É a lei que estima a receita e fixa a despesa. Se tivermos certamente um acréscimo de arrecadação e pudermos ultrapassar aquilo que foi estimado, tenho certeza de que vamos ter aí créditos suplementares para atender a essa demanda, porque ninguém nega o que ela é. Ela é patente, está diante de todos os nossos olhos, e todos nós queremos que aconteça.

O PSC, Presidente, com essas considerações, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Maioria, Líder Renan Calheiros? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria, Líder Jean Paul Prates?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu vou falar mais a respeito desse assunto, mas quero, inicialmente, manifestar todo o meu respeito, toda a homenagem ao trabalho do Relator, Senador Marcio Bittar; ao Líder Eduardo Gomes, que é hercúleo sempre nas suas missões; aos sub-relatores; e a toda a equipe que trabalhou na CMO, na qual eu também participei das discussões, mesmo não sendo membro neste ano.

Mas, de fato, fica muito difícil para cada um de nós, tenho certeza, para cada um dos Senadores e Senadoras, explicar este Orçamento para nossos filhos, para nossos netos, para a opinião pública, para o povo brasileiro, para qualquer estrangeiro, para qualquer nação estrangeira, um país como o Brasil, que está no pico da sua pandemia, um ano depois de ela ter chegado, cortar 28 bilhões do orçamento da saúde. Não há cobertor curto, não há alocação subjetiva, objetiva que justifique uma coisa dessas. Nós vamos falar de outras alíneas aqui. Mas só essa já seria suficiente para chamar este Orçamento de um orçamento constrangedor – constrangedor.

Por isso, pela Liderança da Minoria, com pesar, eu preciso encaminhar o voto contrário a este orçamento, obviamente, com o registro de todos os votos aqui, todos teremos o mesmo encargo de explicar este orçamento nos nossos Estados às nossas populações.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta o Governo, Líder Fernando Bezerra Coelho?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/MDB - PE. Para orientar a bancada. Sem



revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Relator, Senador Marcio Bittar, e cumprimentar o Líder do Governo no Congresso, Senador Eduardo Gomes, pela aprovação na Câmara e, certamente, agora, no Senado Federal.

Sr. Presidente, este orçamento relatado pelo Senador Marcio Bittar acresceu R\$10 bilhões no orçamento da educação e R\$8 bilhões no orçamento da saúde. O orçamento da educação é R\$100 bilhões. O mínimo de aplicação na saúde seria R\$55,6 bilhões. É um orçamento que quase duplica o percentual do Governo mínimo para investir em educação. E destaco que o Fundeb será complementado pela União em quase R\$20 bilhões.

Por fim, falou-se muito sobre o orçamento de saúde, mas é preciso contabilizar que, com a aprovação do PL do Senador Heinze, nós estamos autorizando a utilização de R\$22 bilhões que ficaram nos caixas dos Governos estaduais e das prefeituras brasileiras, que estarão acrescidos ao orçamento da saúde para enfrentar todos os desafios em função da pandemia que estamos vivendo.

Portanto, o Governo encaminha o voto "sim" ao relatório do Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Oposição, Líder Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com as honras de estilo, minhas homenagens ao Relator Marcio Bittar, ao caríssimo Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso.

Presidente, com a devida vênua ao meu colega também e Líder do Governo no Senado, Senador Fernando Bezerra, convenhamos, o acréscimo que houve na educação ocorre só por uma circunstância: por força da Constituição e da emenda constitucional do Fundeb, que nós aprovamos, porque, senão, ela teria sido vitimada como outros setores foram.

Senão vejamos, Presidente, a rigor, o corte na saúde. Veja, Presidente: nós estamos no meio de uma pandemia. Nós estamos precisando de recursos para a saúde. Nós estamos precisando de todos os esforços para a saúde. A corte da saúde é de 21,8% a menos em relação ao Orçamento do ano passado.

Presidente, o que nós precisamos? O que os brasileiros precisam, neste momento? Precisam de saúde; precisam, além de saúde – já concluindo, Presidente –, de apoio social.

Este orçamento, que eu julgo o pior da história, vai cortar R\$7,4 bilhões do abono salarial. O abono salarial dos trabalhadores de 2020 só será pago em 2022, além de fazer um contorcionismo para poder cumprir a regra de ouro, Presidente.

Já concluindo, Presidente, a Oposição – por todas essas razões e porque o único objetivo do orçamento foi adequar emendas parlamentares para manter a base do Governo – encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Como orienta a Bancada Feminina, Líder Simone Tebet?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco/MDB - MS. Para orientar a bancada. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, por vontade da maioria da Bancada Feminina nós orientamos o voto "sim", obviamente que liberando as Senadoras que vão acatar a orientação partidária, no caso específico da Senadora Leila.

Quero dizer que parablenzo, na pessoa da Deputada Flávia e do Relator Marcio Bittar, toda a equipe, todos os membros da Comissão da CMO, porque sei que trabalharam incansavelmente.

Não é o orçamento ideal, não é o orçamento que a Bancada Feminina, obviamente, gostaria de ver aprovado na sua inteireza, embora aqui novamente reforçando e parabenizando, é o orçamento possível, mas não poderíamos deixar de registrar o lamento de, no mínimo, não termos mantido no Orçamento do ano anterior, no que se refere à Previdência Social, em que está sendo retirado R\$13 bilhões, o próprio abono salarial, que vai perder mais de R\$7 bilhões e só vai ser pago em 2022, da mesma forma os R\$2,5 bilhões a menos no seguro-desemprego.



Apesar de tudo isso, repito, por maioria, vamos encaminhar o voto "sim" porque é a vontade da maioria da bancada e foi o orçamento possível dentro do momento em que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Nós estamos em processo de votação nominal, eu peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que ainda não votaram que possam exercer o seu direito de voto.

Senador Sérgio Petecão, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Cid Gomes, Senador Jorge Kajuru, Senadora Eliziane Gama, Senador Wellington Fagundes, Senadora Simone Tebet, Senador Alvaro Dias, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Jader Barbalho, Senador Ciro Nogueira, Senador Lasier Martins, Senador Alessandro Vieira, Senadora Maria do Carmo Alves e Senador José Serra.

Nós encerramos as orientações.

Pede a palavra o Líder Alvaro Dias, pelo Podemos, que já teve a sua orientação pelo Senador Oriovisto Guimarães, mas o Líder pede a palavra.

Pois não, Líder.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PODEMOS - PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Presidente, não sei se agora estou chegando aí, eu tentei encaminhar a votação e provavelmente houve uma falha técnica, não cheguei, mantemos, portanto, a orientação do Líder Oriovisto.

Mas eu gostaria de, já que conversei com alguns integrantes da bancada, manifestar o desconforto do nosso partido ao aprovarmos este Orçamento, que é a peça fundamental da gestão pública e o Governo desperdiça uma oportunidade preciosa de organizar-se competentemente para uma gestão mais eficiente. Certamente terá que, durante o ano, tapar os buracos desse Orçamento por diversas vezes, reiteradamente.

E o desconforto maior que temos é exatamente pelas prioridades estabelecidas com recursos que foram retirados, por exemplo, de benefícios previdenciários urbanos, 11,6 bilhões; benefícios previdenciários rurais, 1,9 bilhão; e do FAT, mais 10 bilhões. Portanto, nós estamos verificando que a transferência de recursos do seguro-desemprego, em pleno desemprego no País, com o desemprego batendo recordes, e o Orçamento transfere recursos que poderiam ser utilizados com o seguro-desemprego para atender a reivindicações de obras nem sempre prioritárias no País.

Portanto, Sr. Presidente, este é um Orçamento temerário que revela a insegurança do Governo e, sobretudo, a sua incompetência na gestão pública.

Há recursos que são retirados, sim, da saúde e da educação, setores fundamentais, especialmente na fase em que nos encontramos. Por isso, Sr. Presidente, nós queremos louvar o esforço e aplaudir o esforço dos Parlamentares que tentaram formatar um Orçamento minimamente capaz. No entanto, cabe ao Governo, sobretudo, em primeiro lugar, e de forma absoluta, a orientação orçamentária. E essa foi claudicante, foi temerária.

O Governo vai trabalhar com um Orçamento que infelizmente, como já disseram, é um dos piores da nossa história. E olha que o Governo teve muito tempo para a mobilização do Parlamento e a elaboração de um Orçamento que pudesse atender às expectativas da maioria do povo.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Líder Alvaro Dias.

Próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Rodrigo Pacheco, cumprimento-o por ter pautado, no debate de ontem, na sua fala inicial, a questão da quebra de patente.

Senadores e Senadoras, o Brasil vive hoje, um dos períodos mais trágicos desde o início da pandemia. Somos considerados, pela comunidade mundial, o celeiro do vírus da Covid-19, o País em que mais morrem



peessoas devido ao coronavírus

Veja, recebi agora, segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, temos hoje 6.370 pessoas esperando, quase 7 mil pessoas, esperando uma vaga na UTI. O Brasil, Presidente, precisa, de imediato, de uma grande campanha nacional: vacine já! As pessoas estão temerosas, porque o Governo, ora diz sim à vacina, ora diz não à vacina. Isso confunde, causa medo na população.

É preciso que se entenda que estamos em uma guerra contra um inimigo invisível. Já morreram mais pessoas no Brasil do que na última guerra mundial. Brasileiros! Quase 130 países, onde vivem mais de 2,5 bilhões de pessoas, não receberam qualquer vacina. Esse é um verdadeiro *apartheid* de vacina.

Faço um apelo ao Congresso Nacional, ao Executivo, para que apoie a licença compulsória, a quebra de patente. É uma questão mundial! A situação atual é inaceitável, é um descaso com milhões de vidas. Milhões de vidas estão sendo ceifadas.

O Brasil, Presidente, sendo contrário à quebra de patentes, nos isola até dos países em desenvolvimento e nos deixa à deriva, mendigando aos países ricos.

Em abril, a Diretora-Geral da OMC, a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala, defenderá uma terceira via, que propõe a ampliação do licenciamento de vacinas sem suspender a propriedade cultural.

O Brasil pode sair do isolamento votando a favor. A proposta já conta com o apoio de organizações de todo o mundo, da Organização Mundial da Saúde, dos Médicos Sem Fronteiras, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids, de igrejas, movimentos sociais, sindicais, empresários, outras organizações internacionais e 40 líderes mundiais – líderes. O Brasil foi o único país em desenvolvimento que rejeitou, na OMC, a adesão à proposta colocada pela Índia – pela Índia – e África do Sul de quebra de patentes. Se o problema é planetário, a solução tem que ser global, solidária, justa, corajosa, sem distinção de ricos e pobres. Vacina para todos! As pessoas morrem sem oxigênio, e muitas são intubadas sem anestesia. Isso, senhores, ser intubado sem anestesia! Isso não é filme de terror; é a pura realidade. Eu diria, é a dor em vida no compasso da morte.

Por fim, quero lembrar que propus uma sessão de debates sobre essa questão. Espero contar com o apoio de todos os Parlamentares. Vamos debater, vamos colaborar, vamos sinalizar para o mundo que nós temos um gesto humanitário para todos. Até porque é o Brasil o País onde a nossa gente mais está morrendo. Mães e pais choram e me ligam: "Por favor, Paim, o que é que tu vais fazer?". Eu digo: "Eu estou fazendo o que eu posso". É um desespero por uma causa mais do que justa. Não há como explicar 3 mil pessoas morrendo todos os dias, 300 mil nesse período, mais de 300 mil! E aí perguntam: "O que é que o Congresso está fazendo?". Claro que eu falo tudo aquilo que nós fazemos, mas nesse momento eu acho que a saída é apontar nesse caminho, nem que for parcial a quebra de patente, Presidente.

É um apelo que eu faço, é um apelo de coração, alma e vida que eu faço nesse momento para atender... Porque essa pandemia não vai terminar até o fim do ano. Alguém vai dizer: "Mas não resolve já!". Pressiona pelo menos. É uma forma de pressão. E se a pandemia, como dizem – e a Europa já está com a terceira cepa –, continuar no ano que vem? E daí? Nós vamos ter a quebra de patente para começar a produzir de fato aqui, no Brasil, para enfrentar a terceira, a segunda, que seja, cepa que vem aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Para concluir, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Por fim, Presidente, eu termino, mas agradeço muito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

O próximo orador inscrito é o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco/PT - RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado mais uma vez.



Permita-me expandir um pouco as minhas colocações iniciais. Mais uma vez estou homenageando o trabalho do Senador Marcio Bittar. Nós sabemos o quão é difícil para todos da base do Governo, principalmente os principais porta-vozes, trabalharem para ou em favor de um Governo que, às vezes, dá indícios de esquizofrenia, porque ele oscila entre a necessidade de se mostrar popular, mesmo com um viés de direita, demagogia popular, populismo de direita, como queiram chamar, e o outro oposto, a outra parte do cérebro, que é ultraliberal radical. Não estou aqui me referindo a um liberalismo moderado, aceitável em todas as economias do mundo, equilibrado, com políticas sociais também; estou falando de ultraliberalismo radical, "austericídio". "Austericídio" é exatamente o que vamos cometer aqui, porque estamos num momento de radical situação de saúde, de calamidade sanitária, e não só nossa, pandêmica, em que todos os países estão fazendo o mesmo esforço, e nós indo na direção contrária.

Quem está nos assistindo em casa, provavelmente, está confuso, porque eu acabei de dizer que houve cortes, e o Líder do Governo disse que não, que houve incrementos. Claro, as nossas referências são diferentes! Eu estou dizendo que houve cortes – e houve – em relação ao Orçamento do ano passado, ao anterior imediatamente; não em relação ao mínimo; ninguém está prestando atenção ao mínimo. É a tese. A prática é que, no ano passado, tínhamos pandemia, tínhamos "x" na saúde e hoje temos R\$28 bilhões menos do que "x". Como que se explica isso a uma nação amiga na hora de pedir uma vacina? Como se explica isso a um filho, a um neto, a um avô, a uma avó? Como cada um de nós explica isso?

Fazer orçamento implica, sim, em eleger prioridades. Não é questão de cobertor curto. Todos os países vivem essa questão, ainda mais quando nos massacram o tempo todo com o discurso do Estado mínimo e da redução cada vez maior do papel do Estado para diminuir desigualdades, para fazer política social. Isso não é novidade! Novidade é a gente abrir este Orçamento e encontrar redução na saúde pública; redução na assistência social, que dá alento e abrigo aos desalentados, aos vulneráveis; diminuição no orçamento das universidades que têm hospitais universitários e laboratórios trabalhando pela produção de vacinas neste momento.

Este Orçamento, como eu disse, é constrangedor! Aliás, eu acho que é mais que constrangedor, ele é vergonhoso! Ninguém consegue explicar este Orçamento, ninguém vai conseguir explicar para a história, este ano, este Orçamento. Este, sim, é um verdadeiro orçamento de guerra, porque privilegiou o Ministério da Defesa em relação aos Ministérios da Saúde, da Educação, da Previdência Social, enfim, à agricultura familiar, ao seguro-desemprego. É um desastre completo!

Eu pediria até licença para não participar de uma sessão como esta, mas cumprio o meu papel aqui, de encaminhar contrariamente, não fazer discurso apenas, votar contra. O PT tem discurso e prática consistentes. Lamenta, reclama, tentamos aprimorar, não foram aceitas as nossas emendas, deploramos agora e votamos "não". Essa é uma conta anacrônica, uma obra-prima para justificar um mal Governo. Nós não vamos ter a digital neste Orçamento.

O nosso voto é "não", conscientemente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Líder da Minoria, Senador Jean Paul.

Passo a palavra ao eminente Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco/MDB - AC. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Eu começo agradecendo a todos os colegas, mesmo àqueles que hoje encaminharam o voto contrário, mas foram extremamente corteses não só comigo, mas com os membros da Comissão. Cada um tem um ponto de vista, cada uma tem uma visão sobre o que acha mais importante ou o que faria se estivesse diante da possibilidade de ser o Relator do Orçamento ou de fazer parte da Comissão. E claro que eu respeito o ponto de vista e a colocação de cada um dos colegas Senadores da República. Não como desculpa, mas, de



fato, nós vivemos um ano diferente. Eu estava aqui, agora há pouco, conversando com o meu querido amigo Eduardo Gomes, que dizia que não só o tempo foi o menor dos últimos anos para um Relator do Orçamento, como, inclusive, eu fui privado da relação com a Comissão, que também foi instalada há 40 dias. Então, nós não tivemos o convívio por um tempo maior, como é comum nos outros anos – o debate na Comissão, o amparo da Comissão, a discussão de PLN. Então, de fato, nós vivemos uma situação ímpar. A Comissão não foi instalada no ano passado, só neste ano, e todos correndo contra o tempo para poder aprovar um Orçamento que já está agora com três meses de atraso.

Mas, de qualquer maneira, eu procurei fazer o melhor que pude para tentar ajudar. Por exemplo, quando se diz que o orçamento da saúde e da educação está menor, não é uma mentira, mas é uma meia verdade se a gente não lembrar que ele está menor com relação ao orçamento passado. Neste Orçamento, do Ploa que eu recebi, a saúde saiu, sim – e são dados –, com mais R\$10 bilhões. Então, do Ploa que eu recebi ao Ploa que nós aprovamos hoje, a saúde está com R\$10 bilhões a mais. A educação, do Ploa que eu recebi, está saindo com R\$2 bilhões a mais. Claro, alguém pode achar que é muito ou pouco diante dos desafios, mas o Ploa que nós recebemos teve aumento dentro da Comissão, tanto na área da saúde quanto na área da educação. E é um exercício grande, porque nós tivemos poucos dias para fazer e refazer milhares de conta, porque, claro, ninguém quer perder. Num orçamento, o menor dos últimos 30 anos, ninguém quer perder.

Nós precisávamos arrumar 300 milhões a mais para o Ministério da Justiça.

Por exemplo, muitos colegas na Câmara e aqui no Senado falaram do problema do meio ambiente, particularmente da Amazônia. E, basicamente, o Ministério da Justiça pedia os 300 milhões – e nós conseguimos arrumar esses 300 milhões – para postos de controle na fronteira. Nós temos um continente amazônico completamente ou quase completamente sem a presença do Estado. Portanto, isso não é no Ministério do Meio Ambiente, mas é uma ajuda para o Ministério, que está pedindo mais condições para fiscalizar a derrubada ilegal, por exemplo, naquela região, para o aumento de efetivos de policiais e para o combate ao narcotráfico. Eu quero lembrar: eu sou paulista de nascimento e acriano por opção, mas o Acre faz divisa com dois dos três maiores produtores de cocaína do Planeta. Eu tenho dito, há muito tempo, que o problema das drogas que passam pelo Acre não é só nosso, porque elas entram, elas só passam por lá. Até pela quantidade de habitantes, pouca parte do que entra fica; a maior parte vem aqui para o centro-sul do País. Portanto, entendíamos, entendemos que ajudar a arrumar 300 milhões a mais do que veio no projeto de lei para o Congresso Nacional era uma questão fundamental, tanto que foi corroborada por vários colegas na Câmara e no Senado, dizendo da importância de fortalecer a fiscalização brasileira, tanto na questão das drogas quanto na questão do meio ambiente, particularmente da Amazônia.

Foram também acrescidos, conseguimos 200 milhões para o Ministério da Cidadania. E lá no Ministério da Cidadania está o programa de comunidades terapêuticas. Eu acho que nenhum colega deixou de receber mensagens bastante comoventes de famílias dessas milhares de pessoas pedindo que esse orçamento fosse repostado. Conseguimos R\$200 milhões para repor esse orçamento.

Garantimos os R\$200 milhões para o desenvolvimento da vacina brasileira contra o Covid. Uma das visitas que fiz foi ao Ministro nosso astronauta. Não era possível a gente terminar o Orçamento sem arrumar o dinheiro para que o Brasil continue a pesquisa, porque tudo que se fez até agora dá conta de que o Brasil terá sua própria vacina ainda este ano.

Falou-se da Embrapa, e eu concordo. A Região Centro-Oeste, que eu conheço razoavelmente bem, há 50 ou 60 anos, era considerada inóspita para o agronegócio. Hoje, se o Centro-Oeste fosse um país, ele seria o maior produtor de comida por hectare do mundo, e isso se deve muito à Embrapa. E nós conseguimos recompor não todo, mas em boa parte, o orçamento da Embrapa.

Recomposição de parte do orçamento do Ibama. Além daquilo que eu já disse do Ministério da



Segurança, também fizemos uma recomposição no Ibama para a fiscalização ambiental.

Conseguimos, muitos colegas, e eu entendo, mas é importante lembrar que, quanto às obras que são feitas no Brasil e que corriam o risco de serem paralisadas, não há apenas o empresário; há milhares de homens e mulheres que trabalham nessas obras. Então, paralisar obras do Ministério da Infraestrutura, paralisar obras do Ministério do Desenvolvimento Regional, como a transposição do Rio São Francisco, para levar água para as pessoas, é paralisar obras que, além de serem estruturantes, salvam vidas e evitam maior nível de desemprego. E o Orçamento que veio para a nossa mão, que veio para o Congresso Nacional, se fosse aprovado como veio, impunha, obrigatoriamente, que obras importantes para o País fossem paralisadas. Eu não estou dizendo que não se começaria... Eu estou dizendo que obras importantíssimas... E os colegas todos que foram falar comigo sempre levavam demandas de seus Estados, de uma obra que tem que acabar, um porto, uma barragem, e nós teríamos que... O Ministro Tarcísio, o Ministro Rogério Marinho e a Ministra Teresa teriam que fazer o esforço terrível de decidir quais obras em andamento teriam que ser paralisadas. Então, nós buscamos contas e mais contas e arrumamos mais de R\$1 bilhão para a infraestrutura. A mesma coisa para o Ministério do Desenvolvimento Regional, tão caro às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: mais de R\$3 bilhões a mais. Fomos nós. É bom ressaltar que foi o Congresso Nacional, insistentemente, que foi atrás de arrumar esses recursos para que esses ministérios pudessem continuar prestando seu serviço.

E dobramos o valor do investimento que veio no PLOA. Acrescentamos R\$26 bilhões. Repito: esses investimentos significam geração de emprego, manutenção de postos de trabalho.

Quanto à Sudam, que foi mencionada também por algum dos colegas, não lembro quem, talvez nós não tenhamos conseguido fazer tudo que ela queria, mas o orçamento que chegou às nossas mãos nós dobramos. Chegou aqui o projeto da Sudam com R\$30 milhões... Aliás, até o Presidente Pacheco me fez essa pergunta ao longo do dia de hoje ou de ontem. Passamos para R\$60 milhões. Quer dizer, o orçamento que veio para a Sudam nós dobramos, passamos de R\$30 milhões para R\$60 milhões.

E, só mais a título de lembrança, o abono salarial não foi uma obra minha; na verdade, foi o Codefat que decidiu fazer essa postergação. Ao decidir fazer a postergação, abriu um espaço orçamentário.

Mas eu quero terminar por onde comecei. Agradecendo e parabenizando ao líder que dirige os trabalhos do Congresso, do Senado, com muito equilíbrio, com muita sensatez, Rodrigo Pacheco. Já disse hoje, e repito, que acho que, neste momento tão grave que a gente vive, a sua presença, a sua calma e o seu equilíbrio são muito importantes para o País. E eu entendo que estamos aprovando dois projetos importantíssimos em menos de um mês, e isso tem a ver com essa condução equilibrada, a harmonia com a Câmara Federal. Então, eu o parabenizo.

Cumprimento e agradeço o Líder Fernando Bezerra, que tem sido um grande parceiro, um grande amigo nas horas difíceis, na hora em que a gente acha que não vai dar conta. É a hora que eu penso que a paciência vai esgotar, e o Fernando Bezerra perto de mim: não, vamos fazer, vai dar certo, vamos arrumar um jeito. Então, muito obrigado pela parceria. Nunca me deixou sozinho.

Quero agradecer aqui o Líder Eduardo Gomes, meu querido amigo, irmão, com quem fui Deputado Federal. Sucedi o Eduardo Gomes na Primeira-Secretaria da Câmara Federal. Quero agradecer o Eduardo Braga, meu amigo de mais de 30 anos, Líder do meu partido, da nossa Bancada do MDB no Senado da República, que me confiou como sua indicação para que eu fosse, em nome da bancada, o Relator do Orçamento.

Então terminando, Sr. Presidente, eu quero agradecer. Tudo indica que a gente vai ver esse relatório aprovado. E vou, talvez, parafrasear um dos colegas, que disse o seguinte: o Orçamento não é aquele dos nossos sonhos, mas eu aprendi com 57 anos de idade que é o melhor possível e, eu entendo, com a contribuição importantíssima dos colegas da Comissão.



E eu ressalto a ajuda importantíssima que eu recebi da Deputada Flávia, primeira mulher Deputada a presidir a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Ela me ajudou demais para que a gente pudesse construir um relatório, que eu acho que está saindo hoje melhor do que o que entrou.

Então, eu agradeço mais uma vez a todos os colegas por me confiarem essa missão e peço desculpas ao final. Todos que me procuraram eu atendi, ouvi e procurei atender. Eu disse na CMO e quero repetir aqui, meu querido Presidente Pacheco: nenhum Parlamentar me pediu nada que pudesse me envergonhar. Todos os Parlamentares, Deputados Federais, Deputados e Senadores, todos, sem exceção, que falaram comigo, tudo era um assunto do seu Município, do seu Estado. Agora, claro que qualquer outro Parlamentar pode olhar para o pleito de um outro colega e achar que aquilo não seria a sua prioridade, mas isso é uma questão relativa e subjetiva. Nós temos duas opções: deixar uma parte do Orçamento para indicação de Parlamentares ou deixar tudo para o Executivo.

Quem disse que o Executivo vai ter maior capacidade do que o Parlamento de ter a sensibilidade de indicar aquilo que é mais do seu Estado do que propriamente... Será que os Parlamentares de Minas Gerais não têm algo a mais a dizer sobre a prioridade de Minas como de qualquer outro Estado do Brasil ou é só o Governo Federal? Eu acho que essa soma faz desse Orçamento, neste momento do Brasil, a melhor peça possível na realidade em que vivemos.

Então, eu quero agradecer e pedir desculpas mais uma vez àqueles colegas, homens e mulheres do Senado e da Câmara que me procuraram e que talvez eu não tenha conseguido atender como eu gostaria. Não tem jeito. Tem uma hora que você tem que tomar uma posição e não dá para atender todo mundo. Não dá para atender todo mundo naquilo que se pede, você tem que tomar uma posição.

Muito obrigado mais uma vez. Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço ao Relator, Senador Marcio Bittar. Cumprimento V. Exa. pelo trabalho desenvolvido à frente da Comissão Mista de Orçamento, como Relator. Igualmente a Presidente da Comissão, Deputada Flávia Arruda, e todos os membros da Comissão Mista de Orçamento.

E V. Exa. destaca um fato: realmente o tempo exíguo que V. Exa. teve para fazer um relatório e um parecer tão complexo, reconhecendo aqui a participação de todos aqueles que o ajudaram. Então, parabéns pelo trabalho, Senador Marcio Bittar.

Para orientar a Bancada do Cidadania, eu passo a palavra ao nobre Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco/CIDADANIA - GO. Para orientar a bancada. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Rodrigo Pacheco.

Por fineza, o Senador Eduardo Gomes está presente na sessão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Sim, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco/CIDADANIA - GO) – Tá, porque eu vou citá-lo.

Primeiro, não há nenhuma dúvida de que o orçamento é péssimo, péssimo dos péssimos. Agora, você tem que refletir o quê? E daí eu concordar com a recomendação do Cidadania pelo voto "sim". Que é péssimo, mas sem esse Orçamento, como vai ficar a saúde? Como vai ficar o restante do Brasil?

Agora, não foi isso que me fez refletir a votação, de forma alguma. Foi a sua palavra dada, Senador Eduardo Gomes, Líder do Governo no Congresso, hoje na Câmara. Eu assisti a tudo. Ao dar o senhor a sua palavra de que haverá a recomposição dos valores destinados à saúde, à educação e à assistência social, eu concordei com o meu partido, que recomenda o voto "sim". Mas pela sua palavra, Senador Eduardo Gomes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

O Cidadania orienta o voto "sim".



Todos já votaram.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Votaram SIM 60 Senadores; NÃO, 12 Senadores.

Uma abstenção.

Quórum de 74 Senadores e Senadoras. **(Lista de Votação - Vide Item 3.1.1 do Sumário)**

Está aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Parabenizo uma vez mais o nobre Senador Marcio Bittar e a Deputada Flávia Arruda, Presidente da Comissão Mista de Orçamento do ano de 2021, ora aprovado pelo Congresso Nacional.

Continuando a lista de oradores, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, na verdade era para o encaminhamento sobre o Orçamento. Já fiz o encaminhamento. E o pela ordem anterior era para fazer o apelo que havia feito já a V. Exa. e em que me sinto atendido, em relação à situação de oxigênio em meu Estado. Então, agradeço a V. Exa. e a todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa., Líder Randolfe Rodrigues.

Senador Telmário Mota, deseja fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Senador Wellington Fagundes? *(Pausa.)*

Senadora Leila Barros?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco/PSB - DF) – Não, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Eu indago do Senador Jorge Kajuru se deseja fazer uso da palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco/CIDADANIA - GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sim, Presidente Rodrigo Pacheco, e já vou direto à presença do Ministro Paulo Guedes na Comissão da Covid do Senado Federal hoje. Acompanhei na íntegra.

Prós: o Ministro confirmou a decisão do Comitê Gestor do Simples Nacional de adiamento, por três meses, do pagamento de impostos do regime tributário para micro e pequenas empresas. Isso vale já a partir de abril; garantiu que, aprovada pelo Congresso a LOA, a Lei do Orçamento, o Ministério da Economia vai decidir imediatamente a antecipação de benefícios dos aposentados e pensionistas referindo-se, imagino, ao décimo terceiro; confiante na economia, segundo ele, a iniciativa privada levantou, nos primeiros quarenta e cinco dias do ano, em operações na Bolsa de Valores, R\$33 bilhões para fazer investimento – esse dinheiro pode se somar aos R\$8 bilhões que o Ministério da Infraestrutura tem para investir em 2021; valorizou o trabalho do Congresso referindo-se à aprovação da reforma da Previdência, ao Banco Central autônomo, aos projetos que ajudaram o Executivo no combate à pandemia do Covid-19.

Em que fui rigorosamente contra o Ministro Paulo Guedes? Ele acatou a IFI, a Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, que, segundo ele, erra dez em cada dez de seus estudos. Não é o que pensam muitos especialistas, para quem a IFI tem prestado ao País grande contribuição para a transparência na área fiscal.

Ele foi vago e desrespeitoso, dono de uma empáfia inaceitável com a Senadora Zenaide Maia quando esta cobrou um plano concreto um plano completo para a criação de emprego e melhoria de renda no País. Ele disse que isso não existem nem em países como os Estados Unidos ou nos grandes europeus. E se referiu a ela dizendo que o grupo dela esteve no Governo e que não fez nada disso.



Ignorou também a pergunta importantíssima do Senador Esperidião Amin, o colega e irmão de Santa Catarina, que lembrou que o Tribunal de Contas da União concluiu que 7,7 milhões de brasileiros, inclusive políticos e servidores públicos, receberam de auxílio emergencial, indevidamente, R\$54 bilhões. Isso é fraude. O que vai ser feito com esse recebível que caberá ao Ministério da Economia? Ele deveria ter respondido e não respondeu, como sempre, pela sua arrogância insuportável.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

Indago se o Senador Wellington Fagundes está conectado. (*Pausa.*)

Eu gostaria, também, de agradecer, nesta votação de hoje, o trabalho do Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Eduardo Gomes, que se faz presente aqui no Plenário. Estou apenas agradecendo a V. Exa., Líder Eduardo Gomes, e o parabenizando pelo trabalho desenvolvido na tarde e noite de hoje.

Não há mais oradores inscritos. Portanto, agradeço a todos os Senadores e a todas as Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 32 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DAS 6ª e 7ª SESSÕES

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de lei do Congresso Nacional nº 28/2020





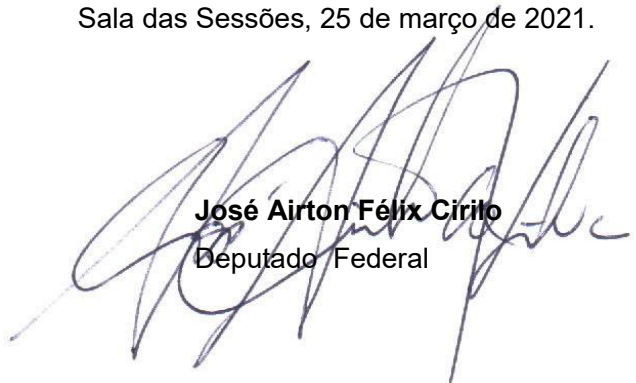
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **José Airton Félix Cirilo** - PT/CE

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Discussão, em turno único, do Projeto De Lei Do Congresso Nacional nº 28, de 2020, de autoria do(a) Presidência da República, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021. VOTAÇÃO NOMINAL - DTQ do NOVO - O destaque objetiva retomar a redação enviada, no PLN original, no sentido de não haver classificação de identificação de resultado primário específica para as emendas de Comissões e do Relator Geral do PLOA.

Nos termos do parágrafo único do artigo 182 do RICD, DECLARO QUE, na votação nominal de do Destaque do Novo ao PL do Congresso Nacional nº 28 de 2020, realizada na Sessão do Congresso Nacional do dia 25 de março de 2021, votei SIM.

Sala das Sessões, 25 de março de 2021.



José Airton Félix Cirilo
Deputado Federal



**OTACI NASCIMENTO**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal / SD/RR

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO
(Do Sr. Ottaci Nascimento)**PLN Nº 28, de 2020 (Orçamento 2021)**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 182 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por inconsistência no Sistema de Deliberação Remota (SDR), não consegui registrar o meu voto na votação abaixo:

Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual) – sexta sessão conjunta

Data/Local: 25/03/2021 - Plenário da Câmara dos Deputados

PLN Nº 28, de 2020 (Orçamento 2021), ressalvados os destaques.

Voto: Sim, de acordo a orientação do partido.

Sala das Sessões, 29 de março de 2021.

OTACI NASCIMENTO
Deputado Federal/SD/RR



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Altineu Côrtes PL/RJ

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, DECLARO QUE, na **SESSÃO CONJUNTA Nº 006 (DEPUTADOS) - 25/03/2021**, iniciada às 13hs, do dia 26 de março de 2021, na votação nominal do PLN Nº 28/2020, no item:

01) PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL (SUBSTITUTIVO).

Votei SIM, conforme orientação partidária.

Informo que foi necessário encaminhar declaração escrita de voto, nos termos regimentais, pelo motivo a seguir:

Falha de comunicação no aparelho celular e indisponibilidade de acesso a internet no aparelho.

Sala das Sessões, 26 de março de 2020.

Deputado Altineu Côrtes

PL/RJ

Documento eletrônico assinado por Altineu Côrtes (PL/RJ), através do ponto SDR_56286, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

LexEdit
* C D 2 1 9 1 0 6 1 1 8 8 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Altineu Côrtes PL/RJ

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, DECLARO QUE, na **SESSÃO CONJUNTA Nº 006 (DEPUTADOS) - 25/03/2021**, iniciada às 13hs, do dia 26 de março de 2021, na votação nominal do PLN Nº 28/2020, no item:

01)DTQ 2 - PSOL (CD) - RECURSOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

Votei **NÃO**, conforme orientação partidária.

Informo que foi necessário encaminhar declaração escrita de voto, nos termos regimentais, pelo motivo a seguir:

Falha de comunicação no aparelho celular e indisponibilidade de acesso a internet no aparelho.

Sala das Sessões, 26 de março de 2020.

Deputado Altineu Côrtes

PL/RJ

Documento eletrônico assinado por Altineu Côrtes (PL/RJ), através do ponto SDR_56286, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

LexEdit
CD218040114200





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Dr. Jaziel**

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

(Do Sr. DR. JAZIEL)

**Projeto de Lei do Congresso
Nacional nº 28, de 2020.**

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, DECLARO QUE, na votação nominal do Substitutivo do PLNº 28, realizada na Sessão Congresso Nacional (VIRTUAL) do dia 25/03/2021, votei **SIM**. Diante das limitações sistemáticas do sistema virtual e das mudanças na orientação partidária, o meu voto não foi computado.

Por este motivo, solicito a vossa Excelência que fique consignada essa minha manifestação em que DECLARO o meu voto **SIM** ao PLN 28/2020.

Sala de Sessões, em 25 de março 2021.

Deputado DR. JAZIEL



PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL N. , DE 2020.

Estima a receita e fixa a despesa da União
para o exercício financeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DE VOTO DA BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Partido dos Trabalhadores se manifesta contrariamente ao Substitutivo aprovado no bojo do PLN nº 28/2021.

Inicialmente é importante situar que o PLOA 2021 já veio do Poder Executivo com valores das dotações absolutamente insuficientes, sobretudo para as chamadas despesas discricionárias. Áreas sociais e estratégica vêm sofrendo ao longo dos últimos anos, sobretudo a partir da instituição do teto dos gastos, reduções que estão inviabilizando a oferta de serviços públicos essenciais e o desenvolvimento de ações de combate à pobreza e à desigualdade e de projetos estratégicos para o desenvolvimento do país.

O relator, no âmbito da CMO, e por intermédio do relatório apresentado no dia 22/03/2021, promoveu alterações na proposta enviada pelo Poder Executivo por intermédio de cancelamentos de dotações que geraram remanejamentos da ordem de R\$ 3,0 bilhões. Estes cortes ocorreram em várias áreas inclusive na Educação.

O Complemento de Voto apresentado pelo Relator-Geral hoje, 25/03/2021, trouxe, de forma inusitada, cancelamentos de recursos de despesas obrigatórias, em especial aquelas que destinadas ao atendimento de benefícios previdenciários e assistenciais. O procedimento viola a legalidade e o princípio da segurança jurídica, bem como descumpre o item II, do art. 2º da Instrução Normativa nº 1/2017 e o item 4.2 das normas de admissibilidade (nos termos do art. 2º da Instrução Normativa nº 1/2021).

As despesas obrigatórias canceladas encontram-se protegidas pela lei de diretrizes orçamentárias. A relatoria somente poderia reduzir tais despesas se comprovasse erro na estimativa, acompanhado de memória de cálculo e metodologia.

Ao contrário, todos os elementos que são de domínio público - aumento do salário-mínimo, inflação, relatório bimensal de execução orçamentária - comprovam que os valores do PLOA 2021 já são insuficientes. Sua redução cria insegurança jurídica e orçamentária aos cidadãos quanto à possibilidade de a União cumprir seus compromissos, um direito constitucional.

Não se pode justificar que tais dotações serão ajustadas na execução (com maior contingenciamento nas discricionárias) quando, neste momento, já se tem certeza de sua insuficiência. O princípio da universalidade da lei orçamentária (Lei 4.320/64, art. 2º) diz que o orçamento deve contemplar todas as despesas, em sua plenitude.



É nesse contexto, que justificamos o nosso voto contrário ao Relatório apresentado na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário da Câmara dos Deputados ao PLN nº 28/2021, que culminou no Substitutivo aprovado pelos Plenários do Congresso Nacional.

Sala das sessões, 26 de março de 2021.

Deputado BOHN GASS – PT/RS
Líder da Bancada na Câmara dos Deputados

Deputado AFONSO FLORENCE – PT/BA
Coordenador na CMO da Bancada do PT na Câmara dos Deputados

Deputado ARLINDO CHINAGLIA – PT/SP
Líder da Minoria no Congresso Nacional

Deputado AIRTON FALEIRO – PT/PA

Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA – PT/SP

Deputado ALEXANDRE PADILHA – PT/SP

Deputada BENEDITA DA SILVA – PT/RJ

Deputado BETO FARO – PT/PA

Deputado CARLOS VERAS – PT/PE

Deputado CARLOS ZARATTINI – PT/SP

Deputado CÉLIO MOURA – PT/TO

Dep. ENIO VERRI – PT/PR

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

Deputado FREI ANASTACIO RIBEIRO – PT/PB

Deputada GLEISI HOFFMANN – PT/PR

Deputado HELDER SALOMÃO – PT/ES

Deputado HENRIQUE FONTANA – PT/RS

Deputado JOÃO DANIEL – PT/SE

Deputado JORGE SOLLA – PT/BA



Deputado JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO – PT/CE

Deputado JOSÉ GUIMARÃES – PT/CE

Deputado JOSÉ RICARDO – PT/AM

Deputado JOSEILDO RAMOS – PT/BA

Deputado LEO DE BRITO – PT/AC

Deputado LEONARDO MONTEIRO – PT/MG

Deputado MARCON – PT/RS

Deputada MARIA DO ROSÁRIO – PT/RS

Deputada MARÍLIA ARRAES – PT/PE

Deputado MERLONG SOLANO – PT/PI

Deputada NATÁLIA BONAVIDES – PT/RN

Deputado NILTO TATTO – PT/SP

Deputado ODAIR CUNHA – PT/MG

Deputado PADRE JOÃO – PT/MG

Deputado PATRUS ANANIAS – PT/MG

Deputado PAULÃO – PT/AL

Deputado PAULO GUEDES – PT/MG

Deputado PAULO PIMENTA – PT/RS

Deputado PAULO TEIXEIRA – PT/SP

Deputado PEDRO UCZAI – PT/SC

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE – PT/MT

Deputado REGINALDO LOPES – PT/MG

Deputada REJANE DIAS – PT/PI

Deputado ROGÉRIO CORREIA – PT/MG

Deputado RUBENS OTONI – PT/GO



Deputado RUI FALCÃO – PT/SP

Deputado VALMIR ASSUNÇÃO – PT/BA

Deputado VANDER LOUBET – PT/MS

Deputado VICENTINHO – PT/SP

Deputado WALDENOR PEREIRA – PT/BA

Deputado ZÉ CARLOS – PT/MA

Deputado ZÉ NETO – PT/BA

Deputado ZECA DIRCEU – PT/PR



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

GABINETE DA DEPUTADA POLICAL KÁTIA SASTRE – PL/SP

DECLARAÇÃO ESCRITA DE VOTO

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 45 do Regimento Comum do Congresso Nacional, declaro que na votação nominal do destaque da Dep. Taliria Petrone, PSOL/RJ, do item 3147 de tabela constante na complementação de voto do Substitutivo da Comissão Mista de Orçamento oferecido ao PLN 28/2020, na Sessão do Congresso Nacional do dia 25/03/2021, iniciada às 15h27, votei NÃO, seguindo a orientação partidária.

Informo que foi necessário encaminhar a presente declaração escrita de voto, nos termos regimentais, pelo motivo citado a seguir:

- 1 Problemas com o Sistema de Deliberação Remota (SDR).
- 2 Indisponibilidade de Acesso à Internet.

Sala das Sessões, em de março de 2021.

Policial Katia Sastre
Deputada Federal
PL/SP



DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Declaro, por meio deste, que na votação do **Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 28, de 2020 - LOA**, ocorrida na sessão da do Congresso Nacional do dia **25 de março de 2021**, votei **NÃO** ao **Substitutivo ao PLN 28/2020**, texto-base da matéria.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2021

Deputada TABATA AMARAL
PDT/SP



DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Declaro, por meio deste, que na votação do **Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 28, de 2020 - LOA**, ocorrida na sessão da do Congresso Nacional do dia **25 de março de 2021**, votei **NÃO** ao **Requerimento de Destaque do Partido NOVO ao PLN 28/2020**, texto-base da matéria.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2021

Deputado FELIPE RIGONI
PSB/ES



DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Declaro, por meio deste, que na votação do **Projeto de Lei do Congresso Nacional n. 28, de 2020 - LOA**, ocorrida na sessão da do Congresso Nacional do dia **25 de março de 2021**, votei **SIM** ao **Substitutivo ao PLN 28/2020**, texto-base da matéria.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2021

Deputado FELIPE RIGONI
PSB/ES





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Republicanos

Brasília, 26 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Assunto: **Justificativa de Falta nas Sessões Deliberativas
de 25/03/2021.**

Senhor Presidente,

Ao cumprimenta-lo, cordialmente, venho pelo presente solicitar que sejam abonadas as ausências nas votações de ontem, 25/03, quinta-feira, dos Deputados do Republicanos abaixo relacionados, em razão de problemas de conexão ao Sistema de Deliberação Remoto – SDR.

6ª Sessão Conjunta – 25/03 – 15h27

1. PLN Nº 28/2020 - PROJETO DE LEI DO CONGRESSO
NACIONAL (SUBSTITUTIVO)

TIA ERON

2. PLN Nº 28/2020 - DTQ 2 - PSOL (CD) - RECURSOS DO
FUNDO DE PREVIDÊNCIA

ALINE GURGEL

AROLDO MARTINS

CAPITÃO ALBERTO NETO

CELSO RUSSOMANNO



CLEBER VERDE
DR. GONÇALO
JHONATAN DE JESUS
LUIZÃO GOULART
SEVERINO PESSOA

3. PLN Nº 28/2020 - DTQ 3 - NOVO (CD) - ART. 4 DO
SUBSTITUTIVO

ALINE GURGEL
AMARO NETO
DR. GONÇALO
HUGO MOTTA
MÁRCIO MARINHO
TIA ERON
VAVÁ MARTINS

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada
estima e consideração.

Respeitosamente,

Deputado **Hugo Motta**

Líder do Bloco Parlamentar

PSL, PL, PP, PSD, REPUBLICANOS, PTB, PROS, PODE, PSC, AVANTE e
PATRIOTA





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 16, DE 2021

Destaque para votação em separado de tabela constante do Anexo VI do Substitutivo ao PLN nº 28/2020.

AUTORIA: Líder do DEM Efraim Filho (DEM/PB)



[Página da matéria](#)



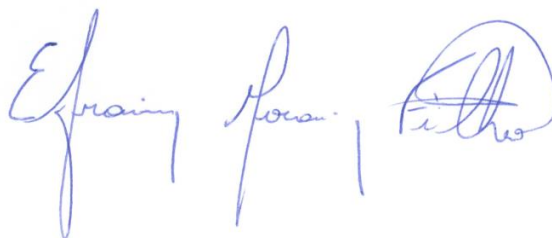
RQN
00016/2021**DESTAQUE DE BANCADA**
DEM – Câmara dos Deputados

Ao senhor
Senador Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132-A da Resolução 1/2006-CN, combinado com o parágrafo único do art. 6º do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota, **destaque para votação em separado** da tabela abaixo, constante do Anexo VI, do Substitutivo da CMO oferecido ao PLN 28/2020, conforme proposta de atualização constante do Anexo II do Relatório nº 2 COI/CMO, **com o objetivo de suprimir a referida tabela:**

UF	PB
Órgão/Entidade:	53101 – Ministério da Integração Nacional
Órgão/Entidade:	53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
Obra / Serviço	Sistema Adutor do Ramal do Piancó na Paraíba
Programa de Trabalho	18.544.2221.15DX.0020/2020
Subtítulo	Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste
Objeto	Concorrência-Cest/PB 1/2020
Descrição do Objeto	Execução dos Serviços de Construção da 1ª Etapa do Sistema Adutor do Ramal Piancó.
Valor	R\$ 181.745.377,43
Data-base	01/09/19
Indício de irregularidade	Projeto básico deficiente e incompleto Projeto básico sem aprovação pela autoridade competente Ausência de EIA/RIMA e de Licença Ambiental Prévia para as obras Não obtenção do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CertoH) para o empreendimento



Dep. Efraim Filho
LÍDER do DEM na Câmara





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 17, DE 2021

Votação nominal para o PLN nº 28/2020.

AUTORIA: Deputado Federal Afonso Florence (PT/BA), Deputado Federal Bohn Gass (PT/RS)



[Página da matéria](#)



RQN
00017/2021



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO PELO PROCESSO NOMINAL

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 44, parágrafo único, do Regimento Comum do Congresso Nacional, que a votação do **PLN 28/2020** seja realizada pelo **processo nominal**.

Sala das Sessões, 25 de março de 2021.

Deputado AFONSO FLORENCE – PT/BA

Deputado BOHN GASS – PT/RS





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 18, DE 2021

Votação nominal para o PLN nº 28/2020.

AUTORIA: Deputado Federal Vinicius Poit (NOVO/SP)



[Página da matéria](#)



RQN
00018/2021

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 45 da Resolução nº 1/1970 do Congresso Nacional, processo nominal de votação do PLN 28/2020 por 48 horas.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2020

DEP. Vinicius Poit
Líder do NOVO





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 19, DE 2021

Adiamento da votação do PLN nº 28/2020.

AUTORIA: Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ)



[Página da matéria](#)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria de Plenário

RQN
00019/2021

REQUERIMENTO DE ADIAMENTO DA VOTAÇÃO

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Comum do Congresso Nacional, o adiamento da votação, por 40 horas, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2021.

Dep. TALÍRIA PETRONE
PSOL/RJ





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 20, DE 2021

Adiamento da votação do PLN nº 28/2020.

AUTORIA: Deputado Federal Vinicius Poit (NOVO/SP)



[Página da matéria](#)



RQN
00020/2021

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 40 da Resolução nº 1/1970 do Congresso Nacional, o adiamento da votação do PLN 28/2020 por 48 horas.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2020

DEP. Vinicius Poit
Líder do NOVO





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 21, DE 2021

Adiamento da votação do PLN nº 28/2020.

AUTORIA: Deputado Federal Afonso Florence (PT/BA), Deputado Federal Bohn Gass (PT/RS)



[Página da matéria](#)



RQN
00021/2021



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO DE ADIAMENTO DE VOTAÇÃO

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 40 do Regimento Comum do Congresso Nacional, o **adiamento da votação** do(a) PLN 28/2020, por 48h.

Sala das Sessões, 25 de março de 2021.

Deputado AFONSO FLORENCE – PT/BA

Deputado BOHN GASS – PT/RS





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 22, DE 2021

Destaque para votação em separado de tabela constante da complementação de voto, do Substitutivo ao PLN nº 28/2020.

AUTORIA: Líder do PSOL Talíria Petrone (PSOL/RJ)



[Página da matéria](#)



RQN
00022/2021

DESTAQUE DE BANCADA

PSOL

Ao senhor

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 132-A da Resolução 1/2006-CN, combinado com o parágrafo único do art. 6º do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que instituiu o Sistema de Deliberação Remota, **destaque para votação em separado** da tabela abaixo, constante complementação de voto, do Substitutivo da CMO oferecido ao PLN 28/2020, **com o objetivo de suprimir o cancelamento da referida tabela:**

000001293	25915 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	11.331.2213.00H4.0001	SEGURO DESEMPREGO - NACIONAL	S	3	1	90	0	140	2.600.000.000
000001294	25915 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	11.331.2213.0581.0001	ABONO SALARIAL - NACIONAL	S	3	1	90	0	140	7.400.000.000
000003147	93102 - RECURSOS DO FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL(25917)	09.271.2214.0E81.0001	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS URBANOS - NACIONAL	S	3	1	90	0	944	11.608.300.000
000003148	93102 - RECURSOS DO FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL(25917)	09.271.2214.0E82.0001	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS RURAIS - NACIONAL	S	3	1	90	0	944	1.900.000.000

Dep. Talíria Petrone

LÍDER do PSOL na Câmara





CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO (CN) Nº 23, DE 2021

Destaque para votação em separado do art. 4º do Substitutivo ao PLN nº 28/2020.

AUTORIA: Líder do NOVO Vinicius Poit (NOVO/SP)



[Página da matéria](#)



RQN
00023/2021

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Requeiro, nos termos do art. 132-A da Resolução nº 1/2006 do Congresso Nacional, **destaque de bancada para votação em separado** do artigo 4º do Substitutivo apresentado pelo relator ao PLN 28/2020, com vistas ao reestabelecimento do artigo 4º do PLN 28/2020 enviado pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2020

DEP. Vinicius Poit
Líder do NOVO



Congresso Nacional

Secretaria Geral da Mesa

Lista de Votantes por UF

Câmara dos Deputados

56a. LEGISLATURA

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 006 (DEPUTADOS) - 25/03/2021

Abertura da sessão: 25/03/2021 13:00

Encerramento da sessão: 25/03/2021 20:22

Proposição: PLN Nº 28/2020 - PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL (SUBSTITUTIVO) - Nominal Eletrônica

Início da votação: 25/03/2021 18:52

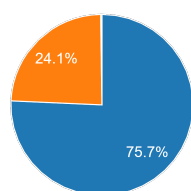
Encerramento da votação: 25/03/2021 19:09

Presidiram a Votação:

Rodrigo Pacheco

Resultado da votação

Sim:	346
Não:	110
Abstenção:	1
Total da Votação:	457
Total Quorum:	457



■ Sim ■ Não ■ Abstenção

Presidente da Casa: Rodrigo Pacheco - DEM /MG

Presidiram a Sessão:

Rodrigo Pacheco - 15:29

Orientação

PSL:	Sim
PT:	Não
PL:	Sim
PP:	Sim
PSD:	Sim
MDB:	Sim
PSDB:	Sim
Republican:	Sim
PSB:	Não
DEM:	Sim
PDT:	Sim
Solidaried:	Sim
PROS:	Sim
PTB:	Sim
Podemos:	Sim
PSOL:	Não
PSC:	Sim
Novo:	Não
Avante:	Sim
Cidadania:	Sim

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9408&nu...> 25/03/2021



PCdoB: Não
Patriota: Sim
PV: Sim
Repr.Red: Não
Maioria: Sim
Minoria: Liberado
GOV.: Sim

Parlamentar**Roraima (RR)**

	Partido	Bloco	Voto
Haroldo Cathedral	PSD		Sim
Hiran Gonçalves	PP		Sim
Jhonatan de Jesus	Republican		Sim
Joenia Wapichana	Rede		Não
Nicoletti	PSL		Sim
Shéridan	PSDB		Sim

Total Roraima: 6**Amapá (AP)**

Acácio Favacho	PROS		Sim
Aline Gurgel	Republican		Sim
André Abdon	PP		Sim
Camilo Capiberibe	PSB		Não
Leda Sadala	Avante		Sim
Professora Marcivania	PCdoB		Não
Vinicius Gurgel	PL		Sim

Total Amapá: 7**Pará (PA)**

Airton Faleiro	PT		Não
Beto Faro	PT		Não
Cássio Andrade	PSB		Sim
Celso Sabino	PSDB		Sim
Cristiano Vale	PL		Não
Delegado Éder Mauro	PSD		Sim
Eduardo Costa	PTB		Sim
Elcione Barbalho	MDB		Sim
Hélio Leite	DEM		Sim
Joaquim Passarinho	PSD		Sim
Júnior Ferrari	PSD		Sim
Nilson Pinto	PSDB		Sim
Olival Marques	DEM		Sim
Vavá Martins	Republican		Sim
Vivi Reis	PSOL		Não

Total Pará: 15**Amazonas (AM)**

Átila Lins	PP		Sim
Bosco Saraiva	Solidaried		Sim
Capitão Alberto Neto	Republican		Sim
Delegado Pablo	PSL		Sim
José Ricardo	PT		Não
Marcelo Ramos	PL		Sim
Sidney Leite	PSD		Sim
Silas Câmara	Republican		Sim

Total Amazonas: 8**Rondonia (RO)**

Coronel Chrisóstomo	PSL		Sim
Jaqueline Cassol	PP		Sim
Léo Moraes	Podemos		Sim
Lucio Mosquini	MDB		Sim
Mariana Carvalho	PSDB		Sim
Mauro Nazif	PSB		Não
Sílvia Cristina	PDT		Sim

Total Rondonia: 7**Acre (AC)**

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9408&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Alan Rick	DEM		Sim
Dra. Vanda Milani	Solidaried		Sim
Flaviano Melo	MDB		Sim
Jéssica Sales	MDB		Sim
Leo de Brito	PT		Não
Mara Rocha	PSDB		Não
Perpétua Almeida	PCdoB		Não
			Total Acre: 7
Tocantins (TO)			
Carlos Henrique Gaguim	DEM		Sim
Célio Moura	PT		Não
Dulce Miranda	MDB		Sim
Osires Damaso	PSC		Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM		Sim
Tiago Dimas	Solidaried		Sim
Vicentinho Júnior	PL		Sim
			Total Tocantins: 7
Maranhão (MA)			
Aluisio Mendes	PSC		Sim
André Fufuca	PP		Sim
Bira do Pindaré	PSB		Não
Cleber Verde	Republican		Sim
Dr. Gonçalo	Republican		Sim
Edilázio Júnior	PSD		Sim
Gastão Vieira	PROS		Sim
Gil Cutrim	Republican		Sim
Hildo Rocha	MDB		Sim
João Marcelo Souza	MDB		Sim
Josimar Maranhãozinho	PL		Sim
Josivaldo JP	Podemos		Sim
Junior Lourenço	PL		Sim
Juscelino Filho	DEM		Sim
Marreca Filho	Patriota		Sim
Pastor Gil	PL		Sim
Pedro Lucas Fernandes	PTB		Sim
Zé Carlos	PT		Não
			Total Maranhão: 18
Ceará (CE)			
AJ Albuquerque	PP		Sim
André Figueiredo	PDT		Sim
Capitão Wagner	PROS		Sim
Célio Studart	PV		Sim
Danilo Forte	PSDB		Sim
Denis Bezerra	PSB		Não
Domingos Neto	PSD		Sim
Eduardo Bismarck	PDT		Sim
Genecias Noronha	Solidaried		Sim
Gorete Pereira	PL		Sim
Heitor Freire	PSL		Sim
Idilvan Alencar	PDT		Não
José Airton Félix Cirilo	PT		Não
José Guimarães	PT		Não
Leônidas Cristino	PDT		Sim
Moses Rodrigues	MDB		Sim
Pedro Augusto Bezerra	PTB		Sim
Robério Monteiro	PDT		Sim
Vaidon Oliveira	PROS		Sim
			Total Ceará: 19
Piauí (PI)			
Átila Lira	PP		Sim
Capitão Fábio Abreu	PL		Sim



Parlamentar

Júlio Cesar
Marcos Aurélio Sampaio
Marina Santos
Merlong Solano
Rejane Dias

Partido

PSD
MDB
Solidaried
PT
PT

Bloco**Voto**

Sim
Sim
Sim
Não
Não

Total Piauí: 7**Rio Grande do Norte (RN)**

Benes Leocádio
Beto Rosado
Carla Dickson
General Girão
João Maia
Natália Bonavides
Walter Alves

Republican
PP
PROS
PSL
PL
PT
MDB

Sim
Sim
Sim
Sim
Não
Não
Sim

Total Rio Grande do Norte: 7**Paraíba (PB)**

Aguinaldo Ribeiro
Edna Henrique
Efraim Filho
Frei Anastácio Ribeiro
Gervásio Maia
Hugo Motta
Julian Lemos
Pedro Cunha Lima
Ruy Carneiro

PP
PSDB
DEM
PT
PSB
Republican
PSL
PSDB
PSDB

Sim
Sim
Sim
Não
Não
Sim
Sim
Sim
Sim

Total Paraíba: 9**Pernambuco (PE)**

André Ferreira
Augusto Coutinho
Carlos Veras
Daniel Coelho
Danilo Cabral
Eduardo da Fonte
Felipe Carreras
Fernando Coelho Filho
Fernando Monteiro
Gonzaga Patriota
Luciano Bivar
Marília Arraes
Milton Coelho
Osseio Silva
Pastor Eurico
Raul Henry
Renildo Calheiros
Sebastião Oliveira
Sílvia Costa Filho
Tadeu Alencar
Túlio Gadêlha
Wolney Queiroz

PSC
Solidaried
PT
Cidadania
PSB
PP
PSB
DEM
PP
PSB
PSL
PT
PSB
Republican
Patriota
MDB
PCdoB
Avante
Republican
PSB
PDT
PDT

Sim
Sim
Não
Sim
Não
Sim
Não
Sim
Sim
Não
Sim
Sim
Não
Sim
Sim
Sim
Não
Sim
Sim
Não
Não
Sim

Total Pernambuco: 22**Alagoas (AL)**

Isnaldo Bulhões Jr.
Marx Beltrão
Nivaldo Albuquerque
Paulão
Pedro Vilela
Sergio Toledo
Severino Pessoa
Tereza Nelma

MDB
PSD
PTB
PT
PSDB
PL
Republican
PSDB

Sim
Sim
Sim
Não
Sim
Não
Sim
Sim

Total Alagoas: 8**Sergipe (SE)**

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9408&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Bosco Costa	PL		Sim
Fábio Henrique	PDT		Sim
Fábio Mitidieri	PSD		Sim
Fabio Reis	MDB		Sim
Gustinho Ribeiro	Solidaried		Sim
João Daniel	PT		Não
Laercio Oliveira	PP		Sim
Valdevan Noventa	PL		Não
			Total Sergipe: 8
Bahia (BA)			
Abílio Santana	PL		Não
Adolfo Viana	PSDB		Sim
Afonso Florence	PT		Não
Alex Santana	PDT		Sim
Alice Portugal	PCdoB		Não
Antonio Brito	PSD		Sim
Arthur Oliveira Maia	DEM		Sim
Bacelar	Podemos		Sim
Cacá Leão	PP		Sim
Charles Fernandes	PSD		Sim
Claudio Cajado	PP		Sim
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
Igor Kannário	DEM		Sim
João Carlos Bacelar	PL		Sim
José Nunes	PSD		Sim
Joseildo Ramos	PT		Não
Leur Lomanto Júnior	DEM		Sim
Marcelo Nilo	PSB		Não
Márcio Marinho	Republican		Sim
Mário Negromonte Jr.	PP		Sim
Otto Alencar Filho	PSD		Sim
Pastor Sargento Isidório	Avante		Não
Paulo Azi	DEM		Sim
Paulo Magalhães	PSD		Sim
Professora Dayane Pimentel	PSL		Sim
Raimundo Costa	PL		Sim
Ronaldo Carletto	PP		Sim
Sérgio Brito	PSD		Sim
Tito	Avante		Sim
Uldurico Junior	PROS		Sim
Valmir Assunção	PT		Não
Waldenor Pereira	PT		Não
Zé Neto	PT		Não
			Total Bahia: 34
Minas Gerais (MG)			
Aécio Neves	PSDB		Sim
Aelton Freitas	PL		Não
Alê Silva	PSL		Sim
André Janones	Avante		Não
Bilac Pinto	DEM		Sim
Delegado Marcelo Freitas	PSL		Sim
Diego Andrade	PSD		Sim
Dimas Fabiano	PP		Sim
Dr. Frederico	Patriota		Sim
Eduardo Barbosa	PSDB		Sim
Emidinho Madeira	PSB		Sim
Euclides Pettersen	PSC		Sim
Fábio Ramalho	MDB		Sim
Franco Cartafina	PP		Sim
Fred Costa	Patriota		Sim

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9408&nu...> 25/03/2021



Parlamentar

Gilberto Abramo
 Greyce Elias
 Hercílio Coelho Diniz
 Igor Timo
 Júlio Delgado
 Junio Amaral
 Lafayette de Andrada
 Léo Motta
 Leonardo Monteiro
 Lincoln Portela
 Lucas Gonzalez
 Luis Tibé
 Marcelo Álvaro Antônio
 Marcelo Aro
 Mário Heringer
 Misael Varella
 Odair Cunha
 Patrus Ananias
 Paulo Abi-Ackel
 Paulo Guedes
 Pinheirinho
 Reginaldo Lopes
 Rodrigo de Castro
 Rogério Correia
 Stefano Aguiar
 Subtenente Gonzaga
 Tiago Mitraud
 Vilson da Fetaemg
 Weliton Prado
 Zé Silva
 Zé Vitor

Partido

Republican
 Avante
 MDB
 Podemos
 PSB
 PSL
 Republican
 PSL
 PT
 PL
 Novo
 Avante
 PSL
 PP
 PDT
 PSD
 PT
 PT
 PSDB
 PT
 PP
 PT
 PSDB
 PT
 PSD
 PDT
 Novo
 PSB
 PROS
 Solidariad
 PL

Bloco**Voto**

Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Não
 Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Não
 Não
 Sim
 Sim
 Não
 Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim

Total Minas Gerais: 46**Espírito Santo (ES)**

Amaro Neto
 Da Vitória
 Dra. Soraya Manato
 Evair Vieira de Melo
 Helder Salomão
 Lauriete
 Neucimar Fraga
 Norma Ayub
 Ted Conti

Republican
 Cidadania
 PSL
 PP
 PT
 PSC
 PSD
 DEM
 PSB

Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Não

Total Espírito Santo: 9**Rio de Janeiro (RJ)**

Alessandro Molon
 Aureo Ribeiro
 Benedita da Silva
 Carlos Jordy
 Chico D`Angelo
 Chiquinho Brazão
 Christino Aureo
 Clarissa Garotinho
 Daniela do Waguinho
 David Miranda
 Delegado Antônio Furtado
 Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.
 Felício Laterça
 Gelson Azevedo
 Glauber Braga
 Gurgel
 Gutemberg Reis

PSB
 Solidariad
 PT
 PSL
 PDT
 Avante
 PP
 PROS
 MDB
 PSOL
 PSL
 PP
 PSL
 PL
 PSOL
 PSL
 MDB

Não
 Sim
 Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Abstenção
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Sim
 Sim

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9408&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Helio Lopes	PSL		Sim
Hugo Leal	PSD		Sim
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jorge Braz	Republican		Sim
Juninho do Pneu	DEM		Sim
Lourival Gomes	PSL		Sim
Luiz Antônio Corrêa	PL		Sim
Luiz Lima	PSL		Sim
Major Fabiana	PSL		Sim
Marcelo Calero	Cidadania		Sim
Marcelo Freixo	PSOL		Não
Márcio Labre	PSL		Sim
Marcos Soares	DEM		Sim
Otoni de Paula	PSC		Sim
Paulo Ganime	Novo		Não
Paulo Ramos	PDT		Sim
Pedro Augusto Palareti	PSD		Sim
Professor Joziel	PSL		Sim
Rodrigo Maia	DEM		Não
Rosangela Gomes	Republican		Sim
Soraya Santos	PL		Sim
Talíria Petrone	PSOL		Não
Total Rio de Janeiro: 39			
São Paulo (SP)			
Abou Anni	PSL		Sim
Adriana Ventura	Novo		Não
Alencar Santana Braga	PT		Não
Alex Manente	Cidadania		Sim
Alexandre Frota	PSDB		Não
Alexandre Leite	DEM		Sim
Alexandre Padilha	PT		Não
Alexis Fonteyne	Novo		Não
Arlindo Chinaglia	PT		Não
Arnaldo Jardim	Cidadania		Sim
Baleia Rossi	MDB		Sim
Bozzella	PSL		Sim
Bruna Furlan	PSDB		Sim
Capitão Augusto	PL		Sim
Carla Zambelli	PSL		Sim
Carlos Sampaio	PSDB		Sim
Carlos Zarattini	PT		Não
Celso Russomanno	Republican		Sim
Cezinha de Madureira	PSD		Sim
Coronel Tadeu	PSL		Sim
David Soares	DEM		Sim
Eduardo Bolsonaro	PSL		Sim
Eduardo Cury	PSDB		Sim
Eli Corrêa Filho	DEM		Sim
Enrico Misasi	PV		Sim
Fausto Pinato	PP		Sim
General Peternelli	PSL		Sim
Gilberto Nascimento	PSC		Sim
Guiga Peixoto	PSL		Sim
Guilherme Derrite	PP		Não
Herculano Passos	MDB		Sim
Ivan Valente	PSOL		Não
Jefferson Campos	PSB		Sim
Joice Hasselmann	PSL		Sim
Kim Kataguirí	DEM		Não
Luiz Carlos Motta	PL		Sim
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PSL		Sim

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9408&nu...> 25/03/2021



Parlamentar

Luiza Erundina
 Marcio Alvino
 Marco Bertaiolli
 Marcos Pereira
 Maria Rosas
 Miguel Lombardi
 Milton Vieira
 Nilto Tatto
 Orlando Silva
 Paulo Freire Costa
 Paulo Pereira da Silva
 Paulo Teixeira
 Policial Katia Sastre
 Pr. Marco Feliciano
 Renata Abreu
 Ricardo Silva
 Roberto Alves
 Roberto de Lucena
 Rodrigo Agostinho
 Rosana Valle
 Rui Falcão
 Sâmia Bomfim
 Samuel Moreira
 Tiririca
 Vanderlei Macris
 Vicentinho
 Vinicius Carvalho
 Vinicius Poit
 Vitor Lippi

Partido

PSOL
 PL
 PSD
 Republican
 Republican
 PL
 Republican
 PT
 PCdoB
 PL
 Solidaried
 PT
 PL
 Republican
 Podemos
 PSB
 Republican
 Podemos
 PSB
 PSB
 PT
 PSOL
 PSDB
 PL
 PSDB
 PT
 Republican
 Novo
 PSDB

Bloco**Voto**

Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Não
 Sim
 Sim
 Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Sim
 Não
 Não
 Sim
 Não
 Não
 Sim
 Não
 Não
 Sim
 Não
 Sim

Total São Paulo: 66**Mato Grosso (MT)**

Carlos Bezerra
 Dr. Leonardo
 Emanuel Pinheiro Neto
 José Medeiros
 Juarez Costa
 Nelson Barbudo
 Neri Geller
 Professora Rosa Neide

MDB
 Solidaried
 PTB
 Podemos
 MDB
 PSL
 PP
 PT

Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Não

Total Mato Grosso: 8**Distrito Federal (DF)**

Bia Kicis
 Celina Leão
 Erika Kokay
 Flávia Arruda
 Julio Cesar Ribeiro
 Luis Miranda
 Paula Belmonte
 Professor Israel Batista

PSL
 PP
 PT
 PL
 Republican
 DEM
 Cidadania
 PV

Sim
 Sim
 Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Não

Total Distrito Federal: 8**Goiás (GO)**

Adriano do Baldy
 Alcides Rodrigues
 Delegado Waldir
 Dr. Zacharias Calil
 Elias Vaz
 Flávia Morais
 Francisco Jr.
 Glaustin da Fokus
 João Campos
 Jose Mario Schreiner

PP
 Patriota
 PSL
 DEM
 PSB
 PDT
 PSD
 PSC
 Republican
 DEM

Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Não
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim
 Sim

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9408&nu...> 25/03/2021



CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Afonso Hamm	PP		Sim
Afonso Motta	PDT		Sim
Alceu Moreira	MDB		Sim
Bibo Nunes	PSL		Sim
Bohn Gass	PT		Não
Carlos Gomes	Republican		Sim
Daniel Trzeciak	PSDB		Sim
Fernanda Melchionna	PSOL		Não
Giovani Cherini	PL		Sim
Giovani Feltes	MDB		Sim
Heitor Schuch	PSB		Sim
Henrique Fontana	PT		Não
Jerônimo Goergen	PP		Sim
Liziane Bayer	PSB		Sim
Lucas Redecker	PSDB		Sim
Marcel van Hattem	Novo		Não
Marcelo Brum	PSL		Sim
Marcelo Moraes	PTB		Sim
Márcio Biolchi	MDB		Sim
Marcon	PT		Não
Maria do Rosário	PT		Não
Marlon Santos	PDT		Sim
Maurício Dziedricki	PTB		Sim
Nereu Crispim	PSL		Sim
Osmar Terra	MDB		Sim
Paulo Pimenta	PT		Não
Pedro Westphalen	PP		Sim
Pompeo de Mattos	PDT		Sim
Sanderson	PSL		Sim
			Total Rio Grande do Sul: 29

DITEC - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9408&nu...> 25/03/2021



Congresso Nacional

Secretaria Geral da Mesa

Lista de Votantes por UF

Câmara dos Deputados

56a. LEGISLATURA

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 006 (DEPUTADOS) - 25/03/2021

Abertura da sessão: 25/03/2021 13:00

Encerramento da sessão: 25/03/2021 20:22

Proposição: PLN Nº 28/2020 - DTQ 2 - PSOL (CD) - RECURSOS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA... - Nominal Eletrônica

Início da votação: 25/03/2021 19:51

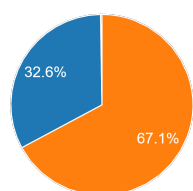
Encerramento da votação: 25/03/2021 19:58

Presidiram a Votação:

Rodrigo Pacheco

Resultado da votação

Sim:	136
Não:	280
Abstenção:	1
Total da Votação:	417
Total Quorum:	417



■ Sim ■ Não ■ Abstenção

Presidente da Casa: Rodrigo Pacheco - DEM /MG

Presidiram a Sessão:

Rodrigo Pacheco - 15:29

Orientação

PSL:	Não
PT:	Sim
PL:	Não
PP:	Não
PSD:	Não
MDB:	Não
PSDB:	Não
Republican:	Não
PSB:	Sim
DEM:	Não
PDT:	Sim
Solidaried:	Não
PROS:	Não
PTB:	Não
Podemos:	Não
PSOL:	Sim
PSC:	Não
Novo:	Sim
Avante:	Não
Cidadania:	Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9410&nu...> 25/03/2021


PCdoB: Sim
Patriota: Não
PV: Não
Repr.Red: Sim
Maioria: Não
Minoria: Sim
GOV.: Não

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Roraima (RR)			
Edio Lopes	PL		Não
Haroldo Cathedral	PSD		Não
Hiran Gonçalves	PP		Não
Joenia Wapichana	Rede		Sim
Nicoletti	PSL		Não
Ottaci Nascimento	Solidaried		Não
Shéridan	PSDB		Sim
Total Roraima: 7			
Amapá (AP)			
Acácio Favacho	PROS		Não
André Abdon	PP		Não
Camilo Capiberibe	PSB		Sim
Leda Sadala	Avante		Não
Professora Marcivania	PCdoB		Sim
Total Amapá: 5			
Pará (PA)			
Airton Faleiro	PT		Sim
Beto Faro	PT		Sim
Cássio Andrade	PSB		Sim
Cristiano Vale	PL		Não
Delegado Éder Mauro	PSD		Não
Eduardo Costa	PTB		Não
Elcione Barbalho	MDB		Não
Joaquim Passarinho	PSD		Não
Júnior Ferrari	PSD		Não
Olival Marques	DEM		Não
Paulo Bengtson	PTB		Não
Vavá Martins	Republican		Não
Vivi Reis	PSOL		Sim
Total Pará: 13			
Amazonas (AM)			
Átila Lins	PP		Não
Bosco Saraiva	Solidaried		Não
Delegado Pablo	PSL		Não
José Ricardo	PT		Sim
Sidney Leite	PSD		Não
Sílas Câmara	Republican		Não
Total Amazonas: 6			
Rondonia (RO)			
Coronel Chrisóstomo	PSL		Não
Jaqueline Cassol	PP		Não
Léo Moraes	Podemos		Não
Lucio Mosquini	MDB		Não
Mariana Carvalho	PSDB		Não
Mauro Nazif	PSB		Sim
Sílvia Cristina	PDT		Sim
Total Rondonia: 7			
Acre (AC)			
Alan Rick	DEM		Não
Dra. Vanda Milani	Solidaried		Não
Flaviano Melo	MDB		Não
Jéssica Sales	MDB		Não
Leo de Brito	PT		Sim

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9410&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Mara Rocha	PSDB		Sim
Perpétua Almeida	PCdoB		Sim
			Total Acre: 7
Tocantins (TO)			
Carlos Henrique Gaguim	DEM		Não
Célio Moura	PT		Sim
Dulce Miranda	MDB		Não
Eli Borges	Solidaried		Não
Osires Damaso	PSC		Não
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM		Não
Tiago Dimas	Solidaried		Não
Vicentinho Júnior	PL		Não
			Total Tocantins: 8
Maranhão (MA)			
Aluisio Mendes	PSC		Não
André Fufuca	PP		Não
Bira do Pindaré	PSB		Sim
Gastão Vieira	PROS		Sim
Gil Cutrim	Republican		Não
Hildo Rocha	MDB		Não
João Marcelo Souza	MDB		Não
Josivaldo JP	Podemos		Não
Junior Lourenço	PL		Não
Marreca Filho	Patriota		Não
Pedro Lucas Fernandes	PTB		Não
Zé Carlos	PT		Sim
			Total Maranhão: 12
Ceará (CE)			
Aj Albuquerque	PP		Não
André Figueiredo	PDT		Sim
Capitão Wagner	PROS		Não
Célio Studart	PV		Sim
Denis Bezerra	PSB		Sim
Dr. Jaziel	PL		Não
Eduardo Bismarck	PDT		Sim
Genecias Noronha	Solidaried		Não
Heitor Freire	PSL		Não
Idilvan Alencar	PDT		Sim
José Airton Félix Cirilo	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
Leônidas Cristino	PDT		Sim
Moses Rodrigues	MDB		Não
Robério Monteiro	PDT		Não
Vaidon Oliveira	PROS		Não
			Total Ceará: 16
Piauí (PI)			
Átila Lira	PP		Não
Capitão Fábio Abreu	PL		Não
Flávio Nogueira	PDT		Não
Iracema Portella	PP		Não
Marcos Aurélio Sampaio	MDB		Não
Margarete Coelho	PP		Não
Marina Santos	Solidaried		Não
Merlong Solano	PT		Sim
Rejane Dias	PT		Sim
			Total Piauí: 9
Rio Grande do Norte (RN)			
Benes Leocádio	Republican		Não
Carla Dickson	PROS		Não
General Girão	PSL		Não
João Maia	PL		Não



Parlamentar

Natália Bonavides
Rafael Motta
Walter Alves

Partido

PT
PSB
MDB

Bloco**Voto**

Sim
Sim
Não

Total Rio Grande do Norte: 7**Paraíba (PB)**

Aguinaldo Ribeiro
Edna Henrique
Efraim Filho
Frei Anastacio Ribeiro
Gervásio Maia
Hugo Motta
Julian Lemos
Pedro Cunha Lima

PP
PSDB
DEM
PT
PSB
Republican
PSL
PSDB

Não
Sim
Não
Sim
Sim
Não
Não
Não

Total Paraíba: 8**Pernambuco (PE)**

André de Paula
André Ferreira
Augusto Coutinho
Carlos Veras
Daniel Coelho
Danilo Cabral
Felipe Carreras
Fernando Coelho Filho
Fernando Monteiro
Gonzaga Patriota
Marília Arraes
Milton Coelho
Ossesio Silva
Pastor Eurico
Raul Henry
Renildo Calheiros
Ricardo Teobaldo
Sebastião Oliveira
Silvio Costa Filho
Tadeu Alencar
Túlio Gadêlha
Wolney Queiroz

PSD
PSC
Solidaried
PT
Cidadania
PSB
PSB
DEM
PP
PSB
PT
PSB
Republican
Patriota
MDB
PCdoB
Podemos
Avante
Republican
PSB
PDT
PDT

Não
Não
Não
Sim
Não
Sim
Sim
Não
Não
Sim
Sim
Sim
Não
Não
Não
Sim
Sim
Não
Não
Sim
Sim
Sim

Total Pernambuco: 22**Alagoas (AL)**

Isnaldo Bulhões Jr.
Marx Beltrão
Nivaldo Albuquerque
Paulão
Pedro Vilela
Sergio Toledo
Tereza Nelma

MDB
PSD
PTB
PT
PSDB
PL
PSDB

Não
Não
Não
Sim
Não
Não
Não

Total Alagoas: 7**Sergipe (SE)**

Fábio Henrique
Gustinho Ribeiro
João Daniel
Valdevan Noventa

PDT
Solidaried
PT
PL

Sim
Não
Sim
Não

Total Sergipe: 4**Bahia (BA)**

Abílio Santana
Adolfo Viana
Alex Santana
Alice Portugal
Arthur Oliveira Maia
Bacelar
Cacá Leão

PL
PSDB
PDT
PCdoB
DEM
Podemos
PP

Não
Não
Sim
Sim
Não
Sim
Não



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Charles Fernandes	PSD		Não
Claudio Cajado	PP		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Sim
Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
Igor Kannário	DEM		Sim
João Carlos Bacelar	PL		Não
Jorge Solla	PT		Sim
José Nunes	PSD		Não
Joseildo Ramos	PT		Sim
Lídice da Mata	PSB		Sim
Marcelo Nilo	PSB		Sim
Márcio Marinho	Republican		Não
Mário Negromonte Jr.	PP		Não
Otto Alencar Filho	PSD		Não
Pastor Sargento Isidório	Avante		Sim
Paulo Azi	DEM		Não
Paulo Magalhães	PSD		Não
Professora Dayane Pimentel	PSL		Sim
Ronaldo Carletto	PP		Não
Tia Eron	Republican		Não
Tito	Avante		Não
Uldurico Junior	PROS		Não
Waldenor Pereira	PT		Sim
Zé Neto	PT		Sim
			Total Bahia: 31
Minas Gerais (MG)			
Aécio Neves	PSDB		Não
Aelton Freitas	PL		Sim
Alê Silva	PSL		Não
André Janones	Avante		Sim
Bilac Pinto	DEM		Não
Charles Evangelista	PSL		Não
Delegado Marcelo Freitas	PSL		Não
Diego Andrade	PSD		Não
Eduardo Barbosa	PSDB		Não
Emidinho Madeira	PSB		Não
Euclides Pettersen	PSC		Não
Fábio Ramalho	MDB		Não
Franco Cartafina	PP		Não
Gilberto Abramo	Republican		Não
Greyce Elias	Avante		Não
Hercílio Coelho Diniz	MDB		Não
Júlio Delgado	PSB		Sim
Junio Amaral	PSL		Não
Lafayette de Andrada	Republican		Não
Léo Motta	PSL		Não
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Lincoln Portela	PL		Não
Lucas Gonzalez	Novo		Sim
Luis Tibé	Avante		Não
Marcelo Álvaro Antônio	PSL		Não
Marcelo Aro	PP		Não
Mário Heringer	PDT		Sim
Mauro Lopes	MDB		Não
Misael Varella	PSD		Não
Newton Cardoso Jr	MDB		Não
Padre João	PT		Sim
Patrus Ananias	PT		Sim
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Não
Paulo Guedes	PT		Sim
Pinheirinho	PP		Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9410&nu...> 25/03/2021



Parlamentar

Rodrigo de Castro
Stefano Aguiar
Tiago Mitraud
Vilson da Fetaemg
Weliton Prado
Zé Silva
Zé Vitor

Partido

PSDB
PSD
Novo
PSB
PROS
Solidaried
PL

Bloco**Voto**

Não
Não
Sim
Sim
Sim
Não
Não

Total Minas Gerais: 42**Espírito Santo (ES)**

Amaro Neto
Da Vitória
Dra. Soraya Manato
Evair Vieira de Melo
Felipe Rigoni
Helder Salomão
Lauriete
Neucimar Fraga
Norma Ayub
Ted Conti

Republican
Cidadania
PSL
PP
PSB
PT
PSC
PSD
DEM
PSB

Não
Não
Não
Não
Sim
Sim
Não
Não
Não
Sim

Total Espírito Santo: 10**Rio de Janeiro (RJ)**

Alessandro Molon
Aureo Ribeiro
Benedita da Silva
Carlos Jordy
Chico D`Angelo
Chiquinho Brazão
Christino Aureo
Clarissa Garotinho
Daniela do Waguinho
David Miranda
Delegado Antônio Furtado
Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.
Felício Laterça
Gelson Azevedo
Glauber Braga
Gurgel
Helio Lopes
Hugo Leal
Jandira Feghali
Jorge Braz
Juninho do Pneu
Lourival Gomes
Luiz Antônio Corrêa
Luiz Lima
Major Fabiana
Marcelo Freixo
Márcio Labre
Marcos Soares
Otoni de Paula
Paulo Ganime
Paulo Ramos
Professor Joziel
Ricardo da Karol
Rosangela Gomes
Soraya Santos
Talíria Petrone
Vinicius Farah

PSB
Solidaried
PT
PSL
PDT
Avante
PP
PROS
MDB
PSOL
PSL
PP
PSL
PL
PSOL
PSL
PSL
PSD
PCdoB
Republican
DEM
PSL
PL
PSL
PSL
PSOL
PSL
DEM
PSC
Novo
PDT
PSL
PSC
Republican
PL
PSOL
MDB

Sim
Sim
Sim
Não
Sim
Não
Não
Não
Não
Sim
Sim
Não
Não
Não
Sim
Não
Não
Não
Sim
Sim
Sim
Não
Não
Não
Não
Sim
Sim
Sim
Não
Não
Não
Sim
Sim
Sim
Não
Não
Sim
Não

Total Rio de Janeiro: 37**São Paulo (SP)**

Abou Anni

PSL

Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9410&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Adriana Ventura	Novo		Sim
Alencar Santana Braga	PT		Sim
Alex Manente	Cidadania		Não
Alexandre Frota	PSDB		Sim
Alexandre Leite	DEM		Não
Alexandre Padilha	PT		Sim
Alexis Fonteyne	Novo		Sim
Arlindo Chinaglia	PT		Sim
Arnaldo Jardim	Cidadania		Não
Bozzella	PSL		Sim
Capitão Augusto	PL		Não
Carla Zambelli	PSL		Não
Carlos Sampaio	PSDB		Não
Carlos Zarattini	PT		Sim
Coronel Tadeu	PSL		Não
David Soares	DEM		Não
Eduardo Bolsonaro	PSL		Não
Eduardo Cury	PSDB		Não
Eli Corrêa Filho	DEM		Não
General Peternelli	PSL		Não
Geninho Zúliani	DEM		Não
Gilberto Nascimento	PSC		Não
Guiga Peixoto	PSL		Não
Guilherme Derrite	PP		Sim
Herculano Passos	MDB		Não
Ivan Valente	PSOL		Sim
Jefferson Campos	PSB		Não
Joice Hasselmann	PSL		Sim
Kim Kataguirí	DEM		Sim
Luiz Carlos Motta	PL		Não
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PSL		Não
Luiza Erundina	PSOL		Sim
Marcio Alvino	PL		Não
Marco Bertaiolli	PSD		Não
Marcos Pereira	Republican		Não
Maria Rosas	Republican		Não
Miguel Lombardi	PL		Não
Milton Vieira	Republican		Não
Nílto Tatto	PT		Sim
Orlando Silva	PCdoB		Sim
Paulo Freire Costa	PL		Não
Paulo Teixeira	PT		Sim
Pr. Marco Feliciano	Republican		Não
Renata Abreu	Podemos		Não
Roberto Alves	Republican		Não
Roberto de Lucena	Podemos		Não
Rodrigo Agostinho	PSB		Sim
Rosana Valle	PSB		Sim
Rui Falcão	PT		Sim
Sâmia Bomfim	PSOL		Sim
Samuel Moreira	PSDB		Sim
Tabata Amaral	PDT		Sim
Tiririca	PL		Não
Vanderlei Macris	PSDB		Não
Vicentinho	PT		Sim
Vinicius Carvalho	Republican		Não
Vinicius Poit	Novo		Sim
Vitor Lippi	PSDB		Não
			Total São Paulo: 59
Mato Grosso (MT)			
Carlos Bezerra	MDB		Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9410&nu...> 25/03/2021



Parlamentar

Emanuel Pinheiro Neto
 Juarez Costa
 Nelson Barbudo
 Neri Geller
 Professora Rosa Neide

Partido

PTB
 MDB
 PSL
 PP
 PT

Bloco**Voto**

Não
 Não
 Não
 Não
 Sim

Total Mato Grosso: 6**Distrito Federal (DF)**

Bia Kicis
 Celina Leão
 Erika Kokay
 Julio Cesar Ribeiro
 Paula Belmonte
 Professor Israel Batista

PSL
 PP
 PT
 Republican
 Cidadania
 PV

Não
 Não
 Sim
 Não
 Sim
 Sim

Total Distrito Federal: 6**Goiás (GO)**

Adriano do Baldy
 Célio Silveira
 Delegado Waldir
 Dr. Zacharias Calil
 Elias Vaz
 Flávia Moraes
 Francisco Jr.
 Glaustin da Fokus
 João Campos
 Jose Mario Schreiner
 José Nelto
 Lucas Vergilio
 Magda Mofatto
 Professor Alcides
 Rubens Otoni
 Vitor Hugo

PP
 PSDB
 PSL
 DEM
 PSB
 PDT
 PSD
 PSC
 Republican
 DEM
 Podemos
 Solidaried
 PL
 PP
 PT
 PSL

Não
 Não
 Não
 Não
 Sim
 Sim
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não
 Sim
 Não

Total Goiás: 16**Mato Grosso do Sul (MS)**

Beto Pereira
 Bia Cavassa
 Dagoberto Nogueira
 Dr. Luiz Ovando
 Fábio Trad
 Loester Trutis
 Rose Modesto
 Vander Loubet

PSDB
 PSDB
 PDT
 PSL
 PSD
 PSL
 PSDB
 PT

Não
 Não
 Sim
 Não
 Sim
 Não
 Sim
 Sim

Total Mato Grosso do Sul: 8**Paraná (PR)**

Aliel Machado
 Aline Sleutjes
 Boca Aberta
 Christiane de Souza Yared
 Felipe Francischini
 Filipe Barros
 Giacobbo
 Gustavo Fruet
 Hermes Parciannelo
 Leandre
 Luciano Ducci
 Luisa Canziani
 Luiz Nishimori
 Paulo Eduardo Martins
 Pedro Lupion
 Reinhold Stephanes Junior
 Ricardo Barros
 Roman

PSB
 PSL
 PROS
 PL
 PSL
 PSL
 PL
 PDT
 MDB
 PV
 PSB
 PTB
 PL
 PSC
 DEM
 PSD
 PP
 Patriota

Sim
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não
 Sim
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não
 Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9410&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Rubens Bueno	Cidadania		Não
Sargento Fahur	PSD		Não
Sergio Souza	MDB		Não
Toninho Wandscheer	PROS		Não
Total Paraná: 22			
Santa Catarina (SC)			
Angela Amin	PP		Não
Carlos Chiodini	MDB		Não
Carmen Zanotto	Cidadania		Não
Caroline de Toni	PSL		Não
Celso Maldaner	MDB		Não
Coronel Armando	PSL		Não
Daniel Freitas	PSL		Não
Fabio Schiochet	PSL		Não
Geovania de Sá	PSDB		Não
Gilson Marques	Novo		Sim
Hélio Costa	Republican		Não
Pedro Uczaí	PT		Sim
Ricardo Guidi	PSD		Não
Rodrigo Coelho	PSB		Não
Rogério Peninha Mendonça	MDB		Não
Total Santa Catarina: 15			
Rio Grande do Sul (RS)			
Afonso Hamm	PP		Não
Afonso Motta	PDT		Sim
Alceu Moreira	MDB		Não
Bibo Nunes	PSL		Não
Bohn Gass	PT		Sim
Carlos Gomes	Republican		Não
Daniel Trzeciak	PSDB		Não
Fernanda Melchionna	PSOL		Sim
Giovani Cherini	PL		Não
Giovani Feltes	MDB		Não
Heitor Schuch	PSB		Sim
Jerônimo Goergen	PP		Não
Liziane Bayer	PSB		Sim
Lucas Redecker	PSDB		Não
Marcel van Hattem	Novo		Sim
Marcelo Brum	PSL		Não
Márcio Biolchi	MDB		Não
Marcon	PT		Sim
Maria do Rosário	PT		Sim
Maurício Dziedricki	PTB		Não
Nereu Crispim	PSL		Não
Osmar Terra	MDB		Não
Paulo Pimenta	PT		Sim
Pedro Westphalen	PP		Não
Pompeo de Mattos	PDT		Sim
Sanderson	PSL		Não
Santini	PTB		Não
Total Rio Grande do Sul: 27			

DITEC - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9410&nu...> 25/03/2021


Congresso Nacional

Secretaria Geral da Mesa

Lista de Votantes por UF

Câmara dos Deputados

56a. LEGISLATURA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
SESSÃO CONJUNTA Nº 006 (DEPUTADOS) - 25/03/2021

Abertura da sessão: 25/03/2021 13:00

Encerramento da sessão: 25/03/2021 20:22

Proposição: PLN Nº 28/2020 - DTQ 3 - NOVO (CD) - ART. 4 DO SUBSTITUTIVO - Nominal Eletrônica

Início da votação: 25/03/2021 20:04

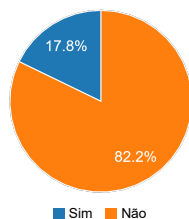
Encerramento da votação: 25/03/2021 20:20

Presidiram a Votação:

Rodrigo Pacheco

Resultado da votação

Sim:	78
Não:	360
Total da Votação:	438
Total Quorum:	438



Presidente da Casa: Rodrigo Pacheco - DEM /MG

Presidiram a Sessão:

Rodrigo Pacheco - 15:29

Orientação

PSL:	Não
PT:	Sim
PL:	Não
PP:	Não
PSD:	Não
MDB:	Não
PSDB:	Não
Republican:	Não
PSB:	Não
DEM:	Não
PDT:	Não
Solidaried:	Não
PROS:	Não
PTB:	Não
Podemos:	Não
PSOL:	Sim
PSC:	Não
Novo:	Sim
Avante:	Não
Cidadania:	Não
PCdoB:	Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9411&nu...> 25/03/2021



Patriota: Não
PV: Não
Repr.Red: Sim
Maioria: Não
Minoria: Liberado
GOV.: Não

Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Roraima (RR)			
Edio Lopes	PL		Não
Haroldo Cathedral	PSD		Não
Hiran Gonçalves	PP		Não
Jhonatan de Jesus	Republican		Não
Joenia Wapichana	Rede		Sim
Nicoletti	PSL		Não
Ottaci Nascimento	Solidaried		Não
Shéridan	PSDB		Não
			Total Roraima: 8
Amapá (AP)			
Acácio Favacho	PROS		Não
André Abdon	PP		Não
Camilo Capiberibe	PSB		Não
Leda Sadala	Avante		Não
Professora Marcivania	PCdoB		Não
Vinicius Gurgel	PL		Não
			Total Amapá: 6
Pará (PA)			
Airton Faleiro	PT		Sim
Beto Faro	PT		Sim
Cristiano Vale	PL		Não
Delegado Éder Mauro	PSD		Não
Eduardo Costa	PTB		Não
Elcione Barbalho	MDB		Não
Hélio Leite	DEM		Não
Joaquim Passarinho	PSD		Sim
José Priante	MDB		Não
Júnior Ferrari	PSD		Não
Olival Marques	DEM		Não
Paulo Bengtson	PTB		Não
Vivi Reis	PSOL		Sim
			Total Pará: 13
Amazonas (AM)			
Átila Lins	PP		Não
Capitão Alberto Neto	Republican		Não
Delegado Pablo	PSL		Não
José Ricardo	PT		Não
Sidney Leite	PSD		Não
Silas Câmara	Republican		Não
			Total Amazonas: 6
Rondonia (RO)			
Coronel Chrisóstomo	PSL		Não
Expedito Netto	PSD		Não
Jaqueline Cassol	PP		Não
Léo Moraes	Podemos		Não
Lucio Mosquini	MDB		Não
Mariana Carvalho	PSDB		Não
Mauro Nazif	PSB		Sim
Sílvia Cristina	PDT		Não
			Total Rondonia: 8
Acre (AC)			
Alan Rick	DEM		Não
Dra. Vanda Milani	Solidaried		Não
Flaviano Melo	MDB		Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9411&nu...> 25/03/2021



Parlamentar

Jéssica Sales
Jesus Sérgio
Leo de Brito
Mara Rocha
Perpétua Almeida

Partido

MDB
PDT
PT
PSDB
PCdoB

Bloco**Voto**

Não
Não
Sim
Sim
Não

Total Acre: 8**Tocantins (TO)**

Carlos Henrique Gaguim
Célio Moura
Dulce Miranda
Osires Damaso
Professora Dorinha Seabra Rezende
Tiago Dimas
Vicentinho Júnior

DEM
PT
MDB
PSC
DEM
Solidaried
PL

Não
Sim
Não
Não
Não
Não
Não

Total Tocantins: 7**Maranhão (MA)**

Aluisio Mendes
André Fufuca
Bira do Pindaré
Cleber Verde
Edilázio Júnior
Gastão Vieira
Gil Cutrim
Hildo Rocha
João Marcelo Souza
Josivaldo JP
Junior Lourenço
Juscelino Filho
Marreca Filho
Pedro Lucas Fernandes
Zé Carlos

PSC
PP
PSB
Republican
PSD
PROS
Republican
MDB
MDB
Podemos
PL
DEM
Patriota
PTB
PT

Não
Não
Sim
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Sim

Total Maranhão: 15**Ceará (CE)**

AJ Albuquerque
André Figueiredo
Capitão Wagner
Célio Studart
Danilo Forte
Denis Bezerra
Dr. Jaziel
Eduardo Bismarck
Gorete Pereira
Heitor Freire
Idilvan Alencar
José Guimarães
Leônidas Cristino
Moses Rodrigues
Pedro Augusto Bezerra
Robério Monteiro
Vaidon Oliveira

PP
PDT
PROS
PV
PSDB
PSB
PL
PDT
PL
PSL
PDT
PT
PDT
MDB
PTB
PDT
PROS

Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Sim
Não
Não
Não
Não
Não

Total Ceará: 17**Piauí (PI)**

Átila Lira
Capitão Fábio Abreu
Flávio Nogueira
Iracema Portella
Júlio Cesar
Marcos Aurélio Sampaio
Margarete Coelho
Marina Santos
Merlong Solano

PP
PL
PDT
PP
PSD
MDB
PP
Solidaried
PT

Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9411&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Rejane Dias	PT		Sim
			Total Piauí: 10
Rio Grande do Norte (RN)			
Benes Leocádio	Republican		Não
Beto Rosado	PP		Não
Carla Dickson	PROS		Não
General Girão	PSL		Não
João Maia	PL		Não
Natália Bonavides	PT		Sim
Rafael Motta	PSB		Não
Walter Alves	MDB		Não
			Total Rio Grande do Norte: 8
Paraíba (PB)			
Aguinaldo Ribeiro	PP		Não
Edna Henrique	PSDB		Não
Efraim Filho	DEM		Não
Frei Anastacio Ribeiro	PT		Sim
Gervásio Maia	PSB		Sim
Julian Lemos	PSL		Não
Pedro Cunha Lima	PSDB		Não
Ruy Carneiro	PSDB		Não
Wilson Santiago	PTB		Não
			Total Paraíba: 9
Pernambuco (PE)			
André de Paula	PSD		Não
André Ferreira	PSC		Não
Augusto Coutinho	Solidaried		Não
Carlos Veras	PT		Sim
Daniel Coelho	Cidadania		Não
Danilo Cabral	PSB		Não
Eduardo da Fonte	PP		Não
Felipe Carreras	PSB		Não
Fernando Coelho Filho	DEM		Não
Fernando Monteiro	PP		Não
Gonzaga Patriota	PSB		Não
Luciano Bivar	PSL		Não
Milton Coelho	PSB		Não
Ossesio Silva	Republican		Não
Pastor Eurico	Patriota		Não
Raul Henry	MDB		Não
Renildo Calheiros	PCdoB		Não
Ricardo Teobaldo	Podemos		Não
Sebastião Oliveira	Avante		Não
Silvio Costa Filho	Republican		Não
Wolney Queiroz	PDT		Não
			Total Pernambuco: 21
Alagoas (AL)			
Marx Beltrão	PSD		Não
Nivaldo Albuquerque	PTB		Não
Paulão	PT		Sim
Sergio Toledo	PL		Não
Severino Pessoa	Republican		Não
Tereza Nelma	PSDB		Não
			Total Alagoas: 6
Sergipe (SE)			
Bosco Costa	PL		Não
Fábio Henrique	PDT		Não
Fábio Mitidieri	PSD		Não
Fabio Reis	MDB		Não
Gustinho Ribeiro	Solidaried		Não
João Daniel	PT		Sim



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Valdevan Noventa	PL		Não
Total Sergipe: 7			
Bahia (BA)			
Abílio Santana	PL		Não
Afonso Florence	PT		Sim
Alex Santana	PDT		Não
Alice Portugal	PCdoB		Não
Arthur Oliveira Maia	DEM		Não
Bacelar	Podemos		Não
Cacá Leão	PP		Não
Charles Fernandes	PSD		Não
Claudio Cajado	PP		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Elmar Nascimento	DEM		Não
Félix Mendonça Júnior	PDT		Não
Igor Kannário	DEM		Não
João Carlos Bacelar	PL		Não
Jorge Solla	PT		Sim
José Nunes	PSD		Não
Leur Lomanto Júnior	DEM		Não
Lídice da Mata	PSB		Não
Marcelo Nilo	PSB		Não
Mário Negromonte Jr.	PP		Não
Otto Alencar Filho	PSD		Não
Pastor Sargento Isidório	Avante		Não
Paulo Azi	DEM		Não
Paulo Magalhães	PSD		Não
Professora Dayane Pimentel	PSL		Não
Ronaldo Carletto	PP		Não
Sérgio Brito	PSD		Não
Tito	Avante		Não
Uldurico Junior	PROS		Não
Valmir Assunção	PT		Sim
Waldenor Pereira	PT		Sim
Zé Neto	PT		Sim
Total Bahia: 32			
Minas Gerais (MG)			
Aécio Neves	PSDB		Não
Aelton Freitas	PL		Não
Alê Silva	PSL		Não
André Janones	Avante		Não
Bilac Pinto	DEM		Não
Charles Evangelista	PSL		Não
Delegado Marcelo Freitas	PSL		Não
Diego Andrade	PSD		Não
Dimas Fabiano	PP		Não
Eduardo Barbosa	PSDB		Não
Emidinho Madeira	PSB		Não
Euclides Pettersen	PSC		Não
Fábio Ramalho	MDB		Não
Franco Cartafina	PP		Não
Gilberto Abramo	Republican		Não
Greyce Elias	Avante		Não
Hercílio Coelho Diniz	MDB		Não
Júlio Delgado	PSB		Sim
Junio Amaral	PSL		Não
Lafayette de Andrada	Republican		Não
Léo Motta	PSL		Não
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Lincoln Portela	PL		Não
Lucas Gonzalez	Novo		Sim

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9411&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Luis Tibé	Avante		Não
Marcelo Álvaro Antônio	PSL		Não
Marcelo Aro	PP		Não
Mário Heringer	PDT		Não
Mauro Lopes	MDB		Não
Misael Varella	PSD		Não
Odair Cunha	PT		Não
Padre João	PT		Sim
Patrus Ananias	PT		Sim
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Não
Paulo Guedes	PT		Sim
Reginaldo Lopes	PT		Sim
Rodrigo de Castro	PSDB		Não
Rogério Correia	PT		Sim
Stefano Aguiar	PSD		Não
Subtenente Gonzaga	PDT		Não
Tiago Mitraud	Novo		Sim
Vilson da Fetaemg	PSB		Não
Weliton Prado	PROS		Não
Zé Vitor	PL		Não
Total Minas Gerais: 44			
Espírito Santo (ES)			
Da Vitória	Cidadania		Não
Dra. Soraya Manato	PSL		Não
Evair Vieira de Melo	PP		Não
Helder Salomão	PT		Sim
Lauriete	PSC		Não
Neucimar Fraga	PSD		Não
Norma Ayub	DEM		Não
Ted Conti	PSB		Não
Total Espírito Santo: 8			
Rio de Janeiro (RJ)			
Altineu Côrtes	PL		Não
Aureo Ribeiro	Solidaried		Não
Benedita da Silva	PT		Sim
Carlos Jordy	PSL		Não
Christino Aureo	PP		Não
Clarissa Garotinho	PROS		Não
Daniela do Waguinho	MDB		Não
David Miranda	PSOL		Sim
Delegado Antônio Furtado	PSL		Não
Felício Laterça	PSL		Não
Gelson Azevedo	PL		Não
Glauber Braga	PSOL		Sim
Gurgel	PSL		Não
Gutemberg Reis	MDB		Não
Helio Lopes	PSL		Não
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jorge Braz	Republican		Não
Juninho do Pneu	DEM		Não
Lourival Gomes	PSL		Não
Luiz Antônio Corrêa	PL		Não
Luiz Lima	PSL		Não
Major Fabiana	PSL		Não
Marcelo Calero	Cidadania		Não
Marcelo Freixo	PSOL		Sim
Márcio Labre	PSL		Não
Marcos Soares	DEM		Não
Paulo Ganime	Novo		Sim
Paulo Ramos	PDT		Não
Pedro Augusto Palareti	PSD		Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9411&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Professor Joziel	PSL		Não
Ricardo da Karol	PSC		Não
Rodrigo Maia	DEM		Sim
Rosângela Gomes	Republican		Não
Soraya Santos	PL		Não
Sóstenes Cavalcante	DEM		Não
Talíria Petrone	PSOL		Sim
Vinicius Farah	MDB		Não
Total Rio de Janeiro: 37			
São Paulo (SP)			
Abou Anni	PSL		Não
Adriana Ventura	Novo		Sim
Alencar Santana Braga	PT		Sim
Alex Manente	Cidadania		Não
Alexandre Frota	PSDB		Não
Alexandre Leite	DEM		Não
Alexandre Padilha	PT		Sim
Alexis Fonteyne	Novo		Sim
Arlindo Chinaglia	PT		Sim
Arnaldo Jardim	Cidadania		Não
Baleia Rossi	MDB		Não
Bozzella	PSL		Sim
Bruna Furlan	PSDB		Não
Capitão Augusto	PL		Não
Carla Zambelli	PSL		Não
Carlos Sampaio	PSDB		Não
Celso Russomanno	Republican		Não
Cezinha de Madureira	PSD		Não
Coronel Tadeu	PSL		Não
David Soares	DEM		Não
Eduardo Bolsonaro	PSL		Não
Eduardo Cury	PSDB		Não
Eli Corrêa Filho	DEM		Não
Enrico Misasi	PV		Não
Fausto Pinato	PP		Não
General Peternelli	PSL		Não
Geninho Zúiani	DEM		Não
Gilberto Nascimento	PSC		Não
Guiga Peixoto	PSL		Sim
Guilherme Derrite	PP		Sim
Herculano Passos	MDB		Não
Ivan Valente	PSOL		Sim
Joice Hasselmann	PSL		Sim
Kim Kataguiri	DEM		Sim
Luiz Carlos Motta	PL		Não
Luiz Philippe de Orleans e Bragança	PSL		Não
Luiza Erundina	PSOL		Sim
Marcio Alvino	PL		Não
Marco Bertaiolli	PSD		Não
Marcos Pereira	Republican		Não
Maria Rosas	Republican		Não
Miguel Lombardi	PL		Não
Milton Vieira	Republican		Não
Paulo Freire Costa	PL		Não
Paulo Pereira da Silva	Solidaried		Não
Paulo Teixeira	PT		Sim
Policial Katia Sastre	PL		Não
Pr. Marco Feliciano	Republican		Não
Ricardo Silva	PSB		Não
Roberto Alves	Republican		Não
Roberto de Lucena	Podemos		Não

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9411&nu...> 25/03/2021



Parlamentar

Rodrigo Agostinho
Rosana Valle
Rui Falcão
Samuel Moreira
Tabata Amaral
Tiririca
Vanderlei Macris
Vicentinho
Vinicius Carvalho
Vinicius Poit
Vitor Lippi

Partido

PSB
PSB
PT
PSDB
PDT
PL
PSDB
PT
Republican
Novo
PSDB

Bloco**Voto**

Não
Não
Sim
Sim
Não
Não
Não
Sim
Não
Sim
Não

Total São Paulo: 62**Mato Grosso (MT)**

Dr. Leonardo
Emanuel Pinheiro Neto
Juarez Costa
Nelson Barbudo
Neri Geller
Professora Rosa Neide

Solidaried
PTB
MDB
PSL
PP
PT

Não
Não
Não
Não
Não
Sim

Total Mato Grosso: 6**Distrito Federal (DF)**

Bia Kicis
Celina Leão
Erika Kokay
Julio Cesar Ribeiro
Luis Miranda
Paula Belmonte
Professor Israel Batista

PSL
PP
PT
Republican
DEM
Cidadania
PV

Não
Não
Sim
Não
Não
Sim
Não

Total Distrito Federal: 7**Goiás (GO)**

Adriano do Baldy
Alcides Rodrigues
Delegado Waldir
Dr. Zacharias Calil
Elias Vaz
Flávia Moraes
Francisco Jr.
Glaustin da Fokus
João Campos
Jose Mario Schreiner
José Nelto
Lucas Vergilio
Magda Mofatto
Professor Alcides
Rubens Otoni
Vitor Hugo

PP
Patriota
PSL
DEM
PSB
PDT
PSD
PSC
Republican
DEM
Podemos
Solidaried
PL
PP
PT
PSL

Não
Não
Não
Não
Sim
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Não
Sim
Não

Total Goiás: 16**Mato Grosso do Sul (MS)**

Beto Pereira
Bia Cavassa
Dagoberto Nogueira
Dr. Luiz Ovando
Loester Trutis
Rose Modesto
Vander Loubet

PSDB
PSDB
PDT
PSL
PSL
PSDB
PT

Não
Não
Não
Não
Não
Não
Sim

Total Mato Grosso do Sul: 7**Paraná (PR)**

Aline Sleutjes
Aroldo Martins
Boca Aberta
Christiane de Souza Yared

PSL
Republican
PROS
PL

Não
Não
Não
Não



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Diego Garcia	Podemos		Sim
Felipe Francischini	PSL		Não
Filipe Barros	PSL		Não
Giacobo	PL		Não
Gleisi Hoffmann	PT		Sim
Gustavo Fruet	PDT		Não
Hermes Parciannelo	MDB		Não
Leandre	PV		Não
Luciano Ducci	PSB		Não
Luiz Nishimori	PL		Não
Luizão Goulart	Republican		Não
Paulo Eduardo Martins	PSC		Sim
Pedro Lupion	DEM		Não
Reinhold Stephanes Junior	PSD		Não
Ricardo Barros	PP		Não
Roman	Patriota		Não
Rubens Bueno	Cidadania		Não
Sargento Fahur	PSD		Sim
Sergio Souza	MDB		Não
Toninho Wandscheer	PROS		Não
Vermelho	PSD		Não
Zeca Dirceu	PT		Sim
Total Paraná: 26			
Santa Catarina (SC)			
Angela Amin	PP		Não
Carlos Chiodini	MDB		Não
Carmen Zanotto	Cidadania		Não
Caroline de Toni	PSL		Não
Celso Maldaner	MDB		Não
Coronel Armando	PSL		Não
Daniel Freitas	PSL		Não
Darci de Matos	PSD		Não
Fabio Schiochet	PSL		Não
Geovania de Sá	PSDB		Não
Gilson Marques	Novo		Sim
Hélio Costa	Republican		Não
Pedro Uczai	PT		Sim
Rodrigo Coelho	PSB		Não
Rogério Peninha Mendonça	MDB		Não
Total Santa Catarina: 15			
Rio Grande do Sul (RS)			
Afonso Hamm	PP		Não
Afonso Motta	PDT		Não
Alceu Moreira	MDB		Não
Bibo Nunes	PSL		Não
Bohn Gass	PT		Sim
Carlos Gomes	Republican		Não
Daniel Trzeciak	PSDB		Não
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD		Não
Fernanda Melchionna	PSOL		Sim
Giovani Cherini	PL		Não
Giovani Feltes	MDB		Não
Henrique Fontana	PT		Sim
Jerônimo Goergen	PP		Não
Liziane Bayer	PSB		Não
Lucas Redecker	PSDB		Não
Marcel van Hattem	Novo		Sim
Marcelo Brum	PSL		Não
Marcelo Moraes	PTB		Não
Marcon	PT		Sim
Maria do Rosário	PT		Sim

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9411&nu...> 25/03/2021



Parlamentar	Partido	Bloco	Voto
Marlon Santos	PDT		Não
Maurício Dziedricki	PTB		Não
Nereu Crispim	PSL		Não
Osmar Terra	MDB		Não
Paulo Pimenta	PT		Sim
Pedro Westphalen	PP		Não
Pompeo de Mattos	PDT		Não
Sanderson	PSL		Não
Santini	PTB		Não
Total Rio Grande do Sul: 29			

DITEC - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

<https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9411&nu...> 25/03/2021





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Substitutivo do Relator ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

Matéria **PLN 28/2020**

Início Votação **25/03/2021 21:44:11**

Término Votação **25/03/2021 22:26:48**

Sessão **7º Sessão Deliberativa Remota**

Data Sessão

25/03/2021 18:00:01

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
Podemos	SIM
PSDB	SIM
DEM	SIM
PT	NÃO
PL	SIM
Cidadania	SIM
PROS	SIM
Republica	SIM
REDE	NÃO
PSB	NÃO
PSC	SIM
PSL	SIM
Minoria	NÃO
Governo	SIM
Oposição	NÃO
Banc Fem	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	ABSTENÇÃO
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSD	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	MT	Carlos Fávaro	SIM
PL	RJ	Carlos Portinho	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PROGRES	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PROGRES	PB	Daniella Ribeiro	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM

Emissão 25/03/2021 22:26:51





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Substitutivo do Relator ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

Matéria PLN 28/2020

Início Votação 25/03/2021 21:44:11

Término Votação 25/03/2021 22:26:48

Sessão 7º Sessão Deliberativa Remota

Data Sessão

25/03/2021 18:00:01

Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
PROGRES	PI	Elmano Férrer	SIM
PROGRES	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	NÃO
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PROS	AL	Fernando Collor	SIM
Podemos	PR	Flávio Arns	NÃO
Republica	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	NÃO
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	NÃO
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	NÃO
Cidadania	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PROGRES	TO	Kátia Abreu	SIM
PSB	DF	Leila Barros	NÃO
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PROGRES	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PROGRES	AC	Mailza Gomes	SIM
PSDB	SP	Mara Gabrilli	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
MDB	AC	Marcio Bittar	SIM
Podemos	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
Republica	RR	Mecias de Jesus	SIM
PSD	MS	Nelsinho Trad	SIM
MDB	PB	Nilda Gondim	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	NÃO
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
Podemos	DF	Reguffe	NÃO
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM

Emissão 25/03/2021 22:26:51





Senado Federal
56ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta
Quórum Simples

Substitutivo do Relator ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

Matéria **PLN 28/2020** Início Votação **25/03/2021 21:44:11** Término Votação **25/03/2021 22:26:48**

Sessão **7ª Sessão Deliberativa Remota** Data Sessão **25/03/2021 18:00:01**

PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	NÃO
Podemos	RJ	Romário	SIM
MDB	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PSD	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	NÃO
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Rodrigo Pacheco*

SIM:60 NÃO:12 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:74

Primeiro-Secretario

Emissão 25/03/2021 22:26:51



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





Liderança do Governo no Congresso Nacional

Ofício N° 009/2021 – LidGovCN

Brasília- DF, 29 de março de 2021.

Assunto: Indicação de vice-líderes do governo no Congresso Nacional.

Senhor Presidente,

Em atenção ao disposto na Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2021, no §2º do artigo 4º do Regimento Comum do Congresso Nacional, indico para exercer o cargo de **Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional** a deputada **Aline Sleutjes (PSL/PR)**.

Aproveito para manifestar os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Senador EDUARDO GOMES
Líder do Governo no Congresso Nacional

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Congresso Nacional





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA PSL



Of. Nº 63/21-LID PSL

Brasília, 25 de março de 2021.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: **Indicação de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico a Vossa Excelência as seguintes trocas na composição da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News** (CPMI – Fake News), nas vagas do Partido Social Liberal (PSL): como **titulares**: em substituição aos Deputados Joice Hasselmann e Nereu Crispim, indico os Deputados Caroline de Toni e Filipe Barros; e, como **suplente**, em substituição ao Deputado Bozzella, indico o Deputado Carlos Jordy. Peço ainda a gentileza de retirar o Deputado Heitor Freire da suplência, permanecendo vaga para indicação em momento oportuno.

Respeitosamente,

Deputado **VITOR HUGO**
Líder do PSL





Congresso Nacional
Senado Federal
Câmara dos Deputados

A publicação.
Em 30/03/21.

Ao Exmo. Presidente do Congresso Nacional
Sr. **Senador Rodrigo Pacheco**
Congresso Nacional
Presidência

Brasília, 25 de março de 2021.

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 4º e 6º do art. 4º do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 13 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, subscrevemos a indicação do deputado **Aguinaldo Ribeiro (Progressistas/PB)** para ocupar a liderança da Maioria no Congresso Nacional no segundo biênio (2021-2022) desta 56ª Legislatura. Conforme a regra da alternância, a liderança da Maioria foi ocupada no 1º biênio (2019-2020) pelo Senado Federal.

Respeitosamente,

Senador **Renan Calheiros**
Líder da Maioria no Senado Federal
MDB/AL

Deputado **Aguinaldo Ribeiro**
Líder da Maioria na Câmara dos Deputados
Progressistas/PB

Presidência do Senado Federal
Rivania Campos - Mat. 300862
Recebi o original
Em 30 / 03 / 21 Hs 12:30





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PTB

OF.nº 32/ 2021/LIDPTB

Brasília, 30 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Congresso Nacional.

Assunto: Substituição de Membro na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.



Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor **Deputado MAURÍCIO DZIEDRICKI (PTB/RS)**, na condição de **Suplente**, em substituição do Senhor **Deputado SANTINI (PTB/RS)** por estar fora do exercício do mandato, para compor a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vagas do PTB.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Deputado NIVALDO ALBUQUERQUE
Líder do PTB



Pareceres aprovados em Comissão



Os Pareceres nºs 2, 23 e 24/2021-CMO, sobre o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2020, encontram-se publicados em Suplemento à presente edição (Vide Item 6 do Sumário).



Vetos



Publicação da Mensagem Presidencial nº 110, de 2021, em 30 de março de 2021, recebida em 30/3/2021, que comunica as razões do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 317, de 2021 (nº 7.843/2017, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017". (Veto nº 11, de 2021).

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 28 de abril de 2021.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes, a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 11, DE 2021

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 317, de 2021 (nº 7.843/2017, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017".

Mensagem nº 110 de 2021, na origem
DOU de 30/03/2021

Recebido o veto no Senado Federal: 30/03/2021
Sobrestando a pauta a partir de: 29/04/2021

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 01/04/2021



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- inciso I do "caput" do art. 4º
- inciso V do § 1º do art. 7º
- § 5º do art. 28
- inciso VII do § 1º do art. 29
- § 3º do art. 29
- "caput" do art. 32
- parágrafo único do art. 32
- "caput" do art. 35
- parágrafo único do art. 35
- art. 46



MENSAGEM Nº 110

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 317, de 2021 (nº 7.843/17 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017”.

Ouvidos, o Ministério da Economia e a Controladoria-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso I do art. 4º

“I - assinatura eletrônica: modalidade de assinatura que se utiliza de técnicas de processamento digital de dados capaz de evidenciar a autenticidade, a autoria e a integridade do documento em formato digital em que foi aposta;”

Razões do veto

“A propositura legislativa introduz a definição de assinatura eletrônica como a modalidade de assinatura que se utiliza de técnicas de processamento digital de dados capaz de evidenciar a autenticidade, a autoria e a integridade do documento em formato digital em que foi aposta.

Não obstante, o dispositivo contraria o interesse público por gerar insegurança jurídica, ao tratar de matéria análoga à recente aprovada Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, a qual define de modo diverso a assinatura eletrônica.”



O Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Controladoria-Geral da União, opinaram pelo veto ao dispositivo transcrito a seguir.

Inciso V do § 1º do art. 7º

“V - art. 195 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);”

Razões do veto

“A propositura legislativa estabelece que regulamento poderá dispor sobre o uso de assinatura avançada para os fins do dispositivo.

Embora se reconheça a boa intenção do legislador, incorre em inconstitucionalidade tendo em vista a necessidade de tratamento em lei e não via regulamento, em violação ao princípio da reserva legal”

Ouvidos, o Ministério da Economia e a Secretaria-Geral da Presidência da República manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo.

§ 5º do art. 28

“§ 5º O estabelecimento do CPF ou do CNPJ como número suficiente de identificação fica sujeito a diretrizes a serem elaboradas pela ANPD, bem como à elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).”

Razões do veto

“A propositura legislativa estabelece o CPF ou CNPJ como números suficientes de identificação, sujeitos a diretrizes a serem elaboradas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, bem como à elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Entretanto, o dispositivo contraria o interesse público, haja vista que, apesar de o caput prever que o CPF e o CNPJ são números suficientes para identificação do cidadão e da pessoa jurídica, o §5º sujeita a aplicação do artigo a uma diretriz da ANPD. Essa condição, além de desarrazoada, fere o interesse público, pois subordina a uma manifestação da ANPD o usufruto, pelos cidadãos, de serviços públicos digitais; impõe a retirada imediata de todos os serviços digitais já disponíveis na plataforma gov.br e documentos hoje existentes e que sustentam os serviços públicos digitais.



3

Ademais, o veto desse dispositivo não impede a ANPD de exercer a sua missão institucional de zelar pela proteção dos dados pessoais e editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais de nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.”

O Ministério da Economia opinou pelo veto aos dispositivos transcritos a seguir.

Art. 32

“Art. 32. A existência de inconsistências na base de dados não poderá obstar o atendimento da solicitação de abertura.

Parágrafo único. Eventuais inconsistências existentes na base de dados aberta deverão ser informadas e, se possível, detalhadas no arquivo gerado com os dados.”

Razões do veto

“A propositura legislativa estabelece o CPF ou CNPJ como números suficientes de identificação, sujeitos a diretrizes a serem elaboradas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, bem como à elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Entretanto, o dispositivo contraria o interesse público, haja vista que, apesar de o caput prever que o CPF e o CNPJ são números suficientes para identificação do cidadão e da pessoa jurídica, o §5º sujeita a aplicação do artigo a uma diretriz da ANPD. Essa condição, além de desarrazoada, fere o interesse público, pois subordina a uma manifestação da ANPD o usufruto, pelos cidadãos, de serviços públicos digitais; impõe a retirada imediata de todos os serviços digitais já disponíveis na plataforma gov.br e documentos hoje existentes e que sustentam os serviços públicos digitais.

Ademais, o veto desse dispositivo não impede a ANPD de exercer a sua missão institucional de zelar pela proteção dos dados pessoais e editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais de nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.”



Art. 46

“Art. 46. Os experimentos, as ideias, as ferramentas, os softwares, os resultados e os métodos inovadores desenvolvidos nos laboratórios de inovação serão de uso e domínio livre e público, compartilhados por meio de licenças livres não restritivas.”

Razões do veto

“A propositura legislativa estabelece que os experimentos, as ideias, as ferramentas, os softwares, os resultados e os métodos inovadores desenvolvidos nos laboratórios de inovação serão de uso e domínio livre e público, compartilhados por meio de licenças livres não restritivas.

Todavia, o uso da expressão ‘domínio público’ no contexto do dispositivo coloca em questão o direito de propriedade dos experimentos, das ideias, das ferramentas, dos softwares, dos resultados e dos métodos inovadores desenvolvidos nos laboratórios de inovação com tendência a desestimular a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

No mesmo sentido, a referência ao software livre suspende os direitos de os laboratórios de inovação livremente disporem sobre o uso dos softwares por eles criados, obrigando-os a destinarem suas criações a livre fruição e ao livre uso, incluindo os códigos fonte. O que acarretaria num efeito similar à introdução da ideia de ‘domínio público’, no sentido de desencorajar a inovação e o desenvolvimento tecnológico.

Deste modo, a sanção do dispositivo poderia impossibilitar que os experimentos, as ideias, as ferramentas, os softwares, os resultados e os métodos inovadores desenvolvidos pelos laboratórios de inovação dos institutos e universidades públicas possam ser usados como forma de captação de recursos e impediria o estabelecimento e desenvolvimento de parcerias e contratos entre essas instituições públicas e a iniciativa privada, relacionados ao desenvolvimento e à inovação tecnológica”

Ouvidos, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a Controladoria-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo.

§ 3º do art. 29

“§ 3º É facultada aos prestadores de serviços e aos órgãos e entidades públicos que tenham por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e o processamento de dados, em relação a dados abertos já disponibilizados ao público e devidamente catalogados de acordo com o inciso XI do § 2º deste artigo, a cobrança de valor de utilização, no caso de acesso tipicamente corporativo ou institucional, contínuo e com excessiva quantidade de usuários e de requisições simultâneas, com grande volume de dados e com processamento em larga escala.”



5

Razões do veto

“A propositura legislativa estabelece que é facultada aos prestadores de serviços e aos órgãos e entidades públicos que tenham por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e o processamento de dados, em relação a dados abertos já disponibilizados ao público e devidamente catalogados de acordo com o inciso XI do § 2º deste artigo, a cobrança de valor de utilização, no caso de acesso tipicamente corporativo ou institucional, contínuo e com excessiva quantidade de usuários e de requisições simultâneas, com grande volume de dados e com processamento em larga escala.

Entretanto, embora se reconheça a boa intenção do legislador, a propositura contraria o interesse público por dispor em termos abstratos sem maiores detalhamentos sobre a possibilidade de cobrança de valor de utilização da base, com chance de soluções dispare a depender do órgão ou poder que o aplicar, além de criar o risco de privar determinados segmentos do uso de base, por ausência de condições financeiras”

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações opinou pelo veto ao dispositivo transcrito a seguir:

Inciso VII do § 1º do art. 29

“VII – designação clara, disponibilizados os dados de contato, de unidade responsável pela publicação, pela atualização, pela evolução e pela manutenção de cada base de dados aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso dos dados;”

Razões do veto

A propositura legislativa estabelece como requisito de observância obrigatória pelo Poder Público para a promoção da transparência ativa de dados a designação clara, disponibilizados os dados de contato, de unidade responsável pela publicação, pela atualização, pela evolução e pela manutenção de cada base de dados aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso dos dados.

Entretanto, o dispositivo contraria o interesse público, pois gera, para o Poder Público, a obrigação de prestar ‘assistência quanto ao uso de dados’. Nesse sentido, pode haver um desvio de finalidade, já que, pela redação dada, agentes públicos podem ser obrigados a prestar uma espécie de ‘consultoria’ a particulares quanto ao uso de dados. Por outro lado, o inciso III do mesmo parágrafo, já prevê a obrigação de disponibilizar ‘estrutura e semântica dos dados, inclusive quanto à sua qualidade e à sua



6

integridade', restando claro que o uso e a interpretação dos dados competem ao solicitante que requisitou acesso às bases de dados governamentais.

Tais razões impõem o veto ao inciso VII do § 1º do art. 29, em função do interesse público."

O Controladoria-Geral da União opinou pelo veto ao dispositivo transcrito a seguir.

Art. 35

"Art. 35. No caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado de sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias."

Razões do veto

"A propositura legislativa estabelece a possibilidade de o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias que, em caso de indeferimento de abertura de base de dados, e que o recurso deve ser dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se em 5 dias.

Todavia, apesar da meritória intenção do legislador, o dispositivo contraria o interesse público, pois tal comando já existe no § 2º do art. 30 do mesmo PL e se trata de uma redação idêntica à do art. 15 da Lei de Acesso à Informação."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 29 de março de 2021.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei nº 317 de 2021*

(nº 7.843/2017, na Câmara dos Deputados)

Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão.

Parágrafo único. Na aplicação desta Lei deverá ser observado o disposto nas Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), 13.460, de 26 de junho de 2017, 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Art. 2º Esta Lei aplica-se:

I – aos órgãos da administração pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público da União;

II – às entidades da administração pública indireta federal, incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que prestem serviço público, autarquias e fundações públicas; e

III – às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados, nos termos dos incisos I e II do **caput** deste artigo, desde que adotem os comandos desta Lei por meio de atos normativos próprios.

§ 1º Esta Lei não se aplica a empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que não prestem serviço público.

§ 2º As referências feitas nesta Lei, direta ou indiretamente, a Estados, Municípios e ao Distrito Federal são cabíveis somente na hipótese de ter sido cumprido o requisito previsto no inciso III do **caput** deste artigo.

Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública:

* Os dispositivos vetados se encontram grifados



I – a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;

II – a disponibilização em plataforma única do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial;

III – a possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;

IV – a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;

V – o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública;

VI – o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos;

VII – o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão;

VIII – o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública;

IX – a atuação integrada entre os órgãos e as entidades envolvidos na prestação e no controle dos serviços públicos, com o compartilhamento de dados pessoais em ambiente seguro quando for indispensável para a prestação do serviço, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e, quando couber, com a transferência de sigilo, nos termos do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

X – a simplificação dos procedimentos de solicitação, oferta e acompanhamento dos serviços públicos, com foco na universalização do acesso e no autosserviço;

XI – a eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

XII – a imposição imediata e de uma única vez ao interessado das exigências necessárias à prestação dos serviços públicos, justificada exigência posterior apenas em caso de dúvida superveniente;

XIII – a vedação de exigência de prova de fato já comprovado pela apresentação de documento ou de informação válida;

XIV – a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;

XV – a presunção de boa-fé do usuário dos serviços públicos;

XVI – a permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço;

XVII – a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

XVIII – o cumprimento de compromissos e de padrões de qualidade divulgados na Carta de Serviços ao Usuário;



XIX – a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

XX – o estímulo a ações educativas para qualificação dos servidores públicos para o uso das tecnologias digitais e para a inclusão digital da população;

XXI – o apoio técnico aos entes federados para implantação e adoção de estratégias que visem à transformação digital da administração pública;

XXII – o estímulo ao uso das assinaturas eletrônicas nas interações e nas comunicações entre órgãos públicos e entre estes e os cidadãos;

XXIII – a implantação do governo como plataforma e a promoção do uso de dados, preferencialmente anonimizados, por pessoas físicas e jurídicas de diferentes setores da sociedade, resguardado o disposto nos arts. 7º e 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), com vistas, especialmente, à formulação de políticas públicas, de pesquisas científicas, de geração de negócios e de controle social;

XXIV – o tratamento adequado a idosos, nos termos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

XXV – a adoção preferencial, no uso da internet e de suas aplicações, de tecnologias, de padrões e de formatos abertos e livres, conforme disposto no inciso V do **caput** do art. 24 e no art. 25 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); e

XXVI – a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação no setor público.

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – **assinatura eletrônica: modalidade de assinatura que se utiliza de técnicas de processamento digital de dados capaz de evidenciar a autenticidade, a autoria e a integridade do documento em formato digital em que foi aposta;**

II – autosserviço: acesso pelo cidadão a serviço público prestado por meio digital, sem necessidade de mediação humana;

III – base nacional de serviços públicos: base de dados que contém as informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos de todos os prestadores desses serviços;

IV – dados abertos: dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou tratamento por qualquer pessoa, física ou jurídica;

V – dado acessível ao público: qualquer dado gerado ou acumulado pelos entes públicos que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

VI – formato aberto: formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou de qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização;

VII – governo como plataforma: infraestrutura tecnológica que facilite o uso de dados de acesso público e promova a interação entre diversos agentes, de forma segura,



eficiente e responsável, para estímulo à inovação, à exploração de atividade econômica e à prestação de serviços à população;

VIII – laboratório de inovação: espaço aberto à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento de ideias, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos e a participação do cidadão para o exercício do controle sobre a administração pública;

IX – plataformas de governo digital: ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessárias para a oferta digital de serviços e de políticas públicas;

X – registros de referência: informação íntegra e precisa oriunda de uma ou mais fontes de dados, centralizadas ou descentralizadas, sobre elementos fundamentais para a prestação de serviços e para a gestão de políticas públicas; e

XI – transparência ativa: disponibilização de dados pela administração pública independentemente de solicitações.

Parágrafo único. Aplicam-se a esta Lei os conceitos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CAPÍTULO II

DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS – GOVERNO DIGITAL

Seção I

Da Digitalização

Art. 5º A administração pública utilizará soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas e para o trâmite de processos administrativos eletrônicos.

Parágrafo único. Entes públicos que emitem atestados, certidões, diplomas ou outros documentos comprobatórios com validade legal poderão fazê-lo em meio digital, assinados eletronicamente na forma do art. 7º desta Lei e da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

Art. 6º Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto se o usuário solicitar de forma diversa, nas situações em que esse procedimento for inviável, nos casos de indisponibilidade do meio eletrônico ou diante de risco de dano relevante à celeridade do processo.

Parágrafo único. No caso das exceções previstas no **caput** deste artigo, os atos processuais poderão ser praticados conforme as regras aplicáveis aos processos em papel, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado.

Art. 7º Os documentos e os atos processuais serão válidos em meio digital mediante o uso de assinatura eletrônica, desde que respeitados parâmetros de autenticidade, de integridade e de segurança adequados para os níveis de risco em relação à criticidade da decisão, da informação ou do serviço específico, nos termos da lei.

§ 1º Regulamento poderá dispor sobre o uso de assinatura avançada para os fins de que tratam os seguintes dispositivos:



I – art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012;
II – art. 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
III – art. 2º da Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018;
IV – art. 282-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);

V – art. 195 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

VI – art. 8º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012;

VII – art. 38 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses legais de anonimato.

Art. 8º Os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo sistema informatizado de gestão de processo administrativo eletrônico do órgão ou da entidade, o qual deverá fornecer recibo eletrônico de protocolo que os identifique.

§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até as 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia do prazo, no horário de Brasília.

§ 2º A regulamentação deverá dispor sobre os casos e as condições de prorrogação de prazos em virtude da indisponibilidade de sistemas informatizados.

Art. 9º O acesso à íntegra do processo para vista pessoal do interessado poderá ocorrer por intermédio da disponibilização de sistema informatizado de gestão ou por acesso à cópia do documento, preferencialmente em meio eletrônico.

Art. 10. A classificação da informação quanto ao grau de sigilo e a possibilidade de limitação do acesso aos servidores autorizados e aos interessados no processo observarão os termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e das demais normas vigentes.

Art. 11. Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente na forma do art. 7º desta Lei são considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 12. O formato e o armazenamento dos documentos digitais deverão garantir o acesso e a preservação das informações, nos termos da legislação arquivística nacional.

Art. 13. A guarda dos documentos digitais e dos processos administrativos eletrônicos considerados de valor permanente deverá estar de acordo com as normas previstas pela instituição arquivística pública responsável por sua custódia.

Seção II Do Governo Digital

Art. 14. A prestação digital dos serviços públicos deverá ocorrer por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial.



Parágrafo único. O acesso à prestação digital dos serviços públicos será realizado, preferencialmente, por meio do autosserviço.

Art. 15. A administração pública participará, de maneira integrada e cooperativa, da consolidação da Estratégia Nacional de Governo Digital, editada pelo Poder Executivo federal, que observará os princípios e as diretrizes de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 16. A administração pública de cada ente federado poderá editar estratégia de governo digital, no âmbito de sua competência, buscando a sua compatibilização com a estratégia federal e a de outros entes.

Seção III

Das Redes de Conhecimento

Art. 17. O Poder Executivo federal poderá criar redes de conhecimento, com o objetivo de:

- I – gerar, compartilhar e disseminar conhecimento e experiências;
- II – formular propostas de padrões, políticas, guias e manuais;
- III – discutir sobre os desafios enfrentados e as possibilidades de ação quanto ao Governo Digital e à eficiência pública;
- IV – prospectar novas tecnologias para facilitar a prestação de serviços públicos disponibilizados em meio digital, o fornecimento de informações e a participação social por meios digitais.

§ 1º Poderão participar das redes de conhecimento todos os órgãos e as entidades referidos no art. 2º desta Lei, inclusive dos entes federados.

§ 2º Serão assegurados às instituições científicas, tecnológicas e de inovação o acesso às redes de conhecimento e o estabelecimento de canal de comunicação permanente com o órgão federal a quem couber a coordenação das atividades previstas neste artigo.

Seção IV

Dos Componentes do Governo Digital

Subseção I

Da Definição

Art. 18. São componentes essenciais para a prestação digital dos serviços públicos na administração pública:

- I – a Base Nacional de Serviços Públicos;
- II – as Cartas de Serviços ao Usuário, de que trata a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017; e
- III – as Plataformas de Governo Digital.



Subseção II

Da Base Nacional de Serviços Públicos

Art. 19. Poderá o Poder Executivo federal estabelecer Base Nacional de Serviços Públicos, que reunirá informações necessárias sobre a oferta de serviços públicos em cada ente federado.

Parágrafo único. Cada ente federado poderá disponibilizar as informações sobre a prestação de serviços públicos, conforme disposto nas suas Cartas de Serviços ao Usuário, na Base Nacional de Serviços Públicos, em formato aberto e interoperável e em padrão comum a todos os entes.

Subseção III

Das Plataformas de Governo Digital

Art. 20. As Plataformas de Governo Digital, instrumentos necessários para a oferta e a prestação digital dos serviços públicos de cada ente federativo, deverão ter pelo menos as seguintes funcionalidades:

I – ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos; e

II – painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

§ 1º As Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial, para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

§ 2º As funcionalidades de que trata o **caput** deste artigo deverão observar padrões de interoperabilidade e a necessidade de integração de dados como formas de simplificação e de eficiência nos processos e no atendimento aos usuários.

Art. 21. A ferramenta digital de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos de que trata o inciso I do **caput** do art. 20 desta Lei deve apresentar, no mínimo, as seguintes características e funcionalidades:

I – identificação do serviço público e de suas principais etapas;

II – solicitação digital do serviço;

III – agendamento digital, quando couber;

IV – acompanhamento das solicitações por etapas;

V – avaliação continuada da satisfação dos usuários em relação aos serviços públicos prestados;

VI – identificação, quando necessária, e gestão do perfil pelo usuário;

VII – notificação do usuário;

VIII – possibilidade de pagamento digital de serviços públicos e de outras cobranças, quando necessário;

IX – nível de segurança compatível com o grau de exigência, a natureza e a criticidade dos serviços públicos e dos dados utilizados;

X – funcionalidade para solicitar acesso a informações acerca do tratamento de dados pessoais, nos termos das Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso



à Informação), e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); e

XI – implementação de sistema de ouvidoria, nos termos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

Art. 22. O painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos de que trata o inciso II do **caput** do art. 20 desta Lei deverá conter, no mínimo, as seguintes informações, para cada serviço público ofertado:

I – quantidade de solicitações em andamento e concluídas anualmente;

II – tempo médio de atendimento; e

III – grau de satisfação dos usuários.

Parágrafo único. Deverá ser assegurada interoperabilidade e padronização mínima do painel a que se refere o **caput** deste artigo, de modo a permitir a comparação entre as avaliações e os desempenhos dos serviços públicos prestados pelos diversos entes.

Art. 23. Poderá o Poder Executivo federal:

I – estabelecer padrões nacionais para as soluções previstas nesta Seção;

II – disponibilizar soluções para outros entes que atendam ao disposto nesta Seção.

Seção V

Da Prestação Digital dos Serviços Públicos

Art. 24. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas competências:

I – manter atualizadas:

a) as Cartas de Serviços ao Usuário, a Base Nacional de Serviços Públicos e as Plataformas de Governo Digital;

b) as informações institucionais e as comunicações de interesse público;

II – monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;

III – integrar os serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica e de meios de pagamento digitais, quando aplicáveis;

IV – eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, as exigências desnecessárias ao usuário quanto à apresentação de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;

V – eliminar a replicação de registros de dados, exceto por razões de desempenho ou de segurança;

VI – tornar os dados da prestação dos serviços públicos sob sua responsabilidade interoperáveis para composição dos indicadores do painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos;

VII – realizar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital; e

VIII – realizar testes e pesquisas com os usuários para subsidiar a oferta de serviços simples, intuitivos, acessíveis e personalizados.



Art. 25. As Plataformas de Governo Digital devem dispor de ferramentas de transparência e de controle do tratamento de dados pessoais que sejam claras e facilmente acessíveis e que permitam ao cidadão o exercício dos direitos previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 1º As ferramentas previstas no **caput** deste artigo devem:

I – disponibilizar, entre outras, as fontes dos dados pessoais, a finalidade específica do seu tratamento pelo respectivo órgão ou ente e a indicação de outros órgãos ou entes com os quais é realizado o uso compartilhado de dados pessoais, incluído o histórico de acesso ou uso compartilhado, ressalvados os casos previstos no inciso III do **caput** do art. 4º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

II – permitir que o cidadão efetue requisições ao órgão ou à entidade controladora dos seus dados, especialmente aquelas previstas no art. 18 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 2º A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) poderá editar normas complementares para regulamentar o disposto neste artigo.

Art. 26. Presume-se a autenticidade de documentos apresentados por usuários dos serviços públicos ofertados por meios digitais, desde que o envio seja assinado eletronicamente.

Seção VI

Dos Direitos dos Usuários da Prestação Digital de Serviços Públicos

Art. 27. São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além daqueles constantes das Leis nºs 13.460, de 26 de junho de 2017, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais):

I – gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;

II – atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário;

III – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;

IV – recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas; e

V – indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

CAPÍTULO III

DO NÚMERO SUFICIENTE PARA IDENTIFICAÇÃO

Art. 28. Fica estabelecido o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como número suficiente para identificação do cidadão ou da pessoa jurídica, conforme o caso, nos bancos de dados de serviços públicos, garantida a gratuidade da inscrição e das alterações nesses cadastros.

§ 1º O número de inscrição no CPF deverá constar dos cadastros e dos documentos de órgãos públicos, do registro civil de pessoas naturais, dos documentos de



identificação de conselhos profissionais e, especialmente, dos seguintes cadastros e documentos:

- I – certidão de nascimento;
- II – certidão de casamento;
- III – certidão de óbito;
- IV – Documento Nacional de Identificação (DNI);
- V – Número de Identificação do Trabalhador (NIT);
- VI – registro no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep);
- VII – Cartão Nacional de Saúde;
- VIII – título de eleitor;
- IX – Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- X – Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Permissão para Dirigir;
- XI – certificado militar;
- XII – carteira profissional expedida pelos conselhos de fiscalização de profissão regulamentada;
- XIII – passaporte;
- XIV – carteiras de identidade de que trata a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983; e
- XV – outros certificados de registro e números de inscrição existentes em bases de dados públicas federais, estaduais, distritais e municipais.

§ 2º A inclusão do número de inscrição no CPF nos cadastros e nos documentos de que trata o § 1º deste artigo ocorrerá sempre que a instituição responsável pelos cadastros e pelos documentos tiver acesso a documento comprobatório ou à base de dados administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 3º A incorporação do número de inscrição no CPF à carteira de identidade será precedida de consulta à base de dados administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e de validação de acordo com essa base de dados.

§ 4º Na hipótese de o requerente da carteira de identidade não estar inscrito no CPF, o órgão de identificação realizará a sua inscrição, caso tenha integração com a base de dados da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério Economia.

§ 5º O estabelecimento do CPF ou do CNPJ como número suficiente de identificação fica sujeito a diretrizes a serem elaboradas pela ANPD, bem como à elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CAPÍTULO IV

DO GOVERNO COMO PLATAFORMA

Seção I

Da Abertura dos Dados



Art. 29. Os dados disponibilizados pelos prestadores de serviços públicos, bem como qualquer informação de transparência ativa, são de livre utilização pela sociedade, observados os princípios dispostos no art. 6º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 1º Na promoção da transparência ativa de dados, o poder público deverá observar os seguintes requisitos:

I – observância da publicidade das bases de dados não pessoais como preceito geral e do sigilo como exceção;

II – garantia de acesso irrestrito aos dados, os quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto, respeitadas as Leis nºs 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

III – descrição das bases de dados com informação suficiente sobre estrutura e semântica dos dados, inclusive quanto à sua qualidade e à sua integridade;

IV – permissão irrestrita de uso de bases de dados publicadas em formato aberto;

V – completude de bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada;

VI – atualização periódica, mantido o histórico, de forma a garantir a perenidade de dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e a atender às necessidades de seus usuários;

VII – designação clara, disponibilizados os dados de contato, de unidade responsável pela publicação, pela atualização, pela evolução e pela manutenção de cada base de dados aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso dos dados;

VIII – respeito à privacidade dos dados pessoais e dos dados sensíveis, sem prejuízo dos demais requisitos elencados, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

IX – intercâmbio de dados entre órgãos e entidades dos diferentes Poderes e esferas da Federação, respeitado o disposto no art. 26 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais); e

X – fomento ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e à melhor oferta de serviços públicos.

§ 2º Sem prejuízo da legislação em vigor, os órgãos e as entidades previstos no art. 2º desta Lei deverão divulgar na internet:

I – o orçamento anual de despesas e receitas públicas do Poder ou órgão independente;

II – a execução das despesas e receitas públicas, nos termos dos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

III – os repasses de recursos federais aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal;

IV – os convênios e as operações de descentralização de recursos orçamentários em favor de pessoas naturais e de organizações não governamentais de qualquer natureza;



V – as licitações e as contratações realizadas pelo Poder ou órgão independente;

VI – as notas fiscais eletrônicas relativas às compras públicas;

VII – as informações sobre os servidores e os empregados públicos federais, bem como sobre os militares da União, incluídos nome e detalhamento dos vínculos profissionais e de remuneração;

VIII – as viagens a serviço custeadas pelo Poder ou órgão independente;

IX – as sanções administrativas aplicadas a pessoas, a empresas, a organizações não governamentais e a servidores públicos;

X – os currículos dos ocupantes de cargos de chefia e direção;

XI – o inventário de bases de dados produzidos ou geridos no âmbito do órgão ou instituição, bem como catálogo de dados abertos disponíveis;

XII – as concessões de recursos financeiros ou as renúncias de receitas para pessoas físicas ou jurídicas, com vistas ao desenvolvimento político, econômico, social e cultural, incluída a divulgação dos valores recebidos, da contrapartida e dos objetivos a serem alcançados por meio da utilização desses recursos e, no caso das renúncias individualizadas, dos dados dos beneficiários.

§ 3º É facultada aos prestadores de serviços e aos órgãos e entidades públicos que tenham por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e o processamento de dados, em relação a dados abertos já disponibilizados ao público e devidamente catalogados de acordo com o inciso XI do § 2º deste artigo, a cobrança de valor de utilização, no caso de acesso tipicamente corporativo ou institucional, contínuo e com excessiva quantidade de usuários e de requisições simultâneas, com grande volume de dados e com processamento em larga escala.

Art. 30. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de abertura de bases de dados da administração pública, que deverá conter os dados de contato do requerente e a especificação da base de dados requerida.

§ 1º O requerente poderá solicitar a preservação de sua identidade quando entender que sua identificação prejudicará o princípio da impessoalidade, caso em que o canal responsável deverá resguardar os dados sem repassá-los ao setor, ao órgão ou à entidade responsável pela resposta.

§ 2º Os procedimentos e os prazos previstos para o processamento de pedidos de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), aplicam-se às solicitações de abertura de bases de dados da administração pública.

§ 3º Para a abertura de base de dados de interesse público, as informações para identificação do requerente não podem conter exigências que inviabilizem o exercício de seu direito.

§ 4º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de abertura de base de dados públicos.

§ 5º Os pedidos de abertura de base de dados públicos, bem como as respectivas respostas, deverão compor base de dados aberta de livre consulta.

§ 6º Consideram-se automaticamente passíveis de abertura as bases de dados que não contenham informações protegidas por lei.



Art. 31. Compete a cada ente federado monitorar a aplicação, o cumprimento dos prazos e os procedimentos para abertura dos dados sob seu controle.

Art. 32. A existência de inconsistências na base de dados não poderá obstar o atendimento da solicitação de abertura.

Parágrafo único. Eventuais inconsistências existentes na base de dados aberta deverão ser informadas e, se possível, detalhadas no arquivo gerado com os dados.

Art. 33. A solicitação de abertura da base de dados será considerada atendida a partir da notificação ao requerente sobre a disponibilização e a catalogação da base de dados para acesso público no **site** oficial do órgão ou da entidade na internet.

Art. 34. É direito do requerente obter o inteiro teor da decisão negativa de abertura de base de dados.

Parágrafo único. Eventual decisão negativa à solicitação de abertura de base de dados ou decisão de prorrogação de prazo, em razão de custos desproporcionais ou não previstos pelo órgão ou pela entidade da administração pública, deverá ser acompanhada da devida análise técnica que conclua pela inviabilidade orçamentária da solicitação.

Art. 35. No caso de indeferimento de abertura de base de dados, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias, contado de sua ciência.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 36. Os órgãos gestores de dados poderão disponibilizar em transparência ativa dados de pessoas físicas e jurídicas para fins de pesquisa acadêmica e de monitoramento e de avaliação de políticas públicas, desde que anonimizados antes de sua disponibilização os dados protegidos por sigilo ou com restrição de acesso prevista, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Art. 37. Aplica-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao procedimento de que trata este Capítulo.

Seção II

Da Interoperabilidade de Dados entre Órgãos Públicos

Art. 38. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, conforme estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), deverão gerir suas ferramentas digitais, considerando:

I – a interoperabilidade de informações e de dados sob gestão dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º desta Lei, respeitados as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e das comunicações, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;

II – a otimização dos custos de acesso a dados e o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos e entidades;

III – a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).



Art. 39. Será instituído mecanismo de interoperabilidade com a finalidade de:

I – aprimorar a gestão de políticas públicas;

II – aumentar a confiabilidade dos cadastros de cidadãos existentes na administração pública, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes;

III – viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos;

IV – facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo;

V – realizar o tratamento de informações das bases de dados a partir do número de inscrição do cidadão no CPF, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017.

Parágrafo único. Aplicam-se aos dados pessoais tratados por meio de mecanismos de interoperabilidade as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Art. 40. Os órgãos abrangidos por esta Lei serão responsáveis pela publicidade de seus registros de referência e pelos mecanismos de interoperabilidade de que trata esta Seção.

§ 1º As pessoas físicas e jurídicas poderão verificar a exatidão, a correção e a completude de qualquer um dos seus dados contidos nos registros de referência, bem como monitorar o acesso a esses dados.

§ 2º Nova base de dados somente poderá ser criada quando forem esgotadas as possibilidades de utilização dos registros de referência existentes.

Art. 41. É de responsabilidade dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º desta Lei os custos de adaptação de seus sistemas e de suas bases de dados para a implementação da interoperabilidade.

CAPÍTULO V DO DOMICÍLIO ELETRÔNICO

Art. 42. Os órgãos e as entidades referidos no art. 2º desta Lei, mediante opção do usuário, poderão realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não gera direito subjetivo à opção pelo administrado caso os meios não estejam disponíveis.

§ 2º O administrado poderá, a qualquer momento e independentemente de fundamentação, optar pelo fim das comunicações, das notificações e das intimações por meio eletrônico.

§ 3º O ente público poderá realizar as comunicações, as notificações e as intimações por meio de ferramenta mantida por outro ente público.

Art. 43. As ferramentas usadas para os atos de que trata o art. 42 desta Lei:

I – disporão de meios que permitam comprovar a autoria das comunicações, das notificações e das intimações;



II – terão meios de comprovação de emissão e de recebimento, ainda que não de leitura, das comunicações, das notificações e das intimações;

III – poderão ser utilizadas mesmo que legislação especial preveja apenas as comunicações, as notificações e as intimações pessoais ou por via postal;

IV – serão passíveis de auditoria;

V – conservarão os dados de envio e de recebimento por, pelo menos, 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO VI DOS LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO

Art. 44. Os entes públicos poderão instituir laboratórios de inovação, abertos à participação e à colaboração da sociedade para o desenvolvimento e a experimentação de conceitos, de ferramentas e de métodos inovadores para a gestão pública, a prestação de serviços públicos, o tratamento de dados produzidos pelo poder público e a participação do cidadão no controle da administração pública.

Art. 45. Os laboratórios de inovação terão como diretrizes:

I – colaboração interinstitucional e com a sociedade;

II – promoção e experimentação de tecnologias abertas e livres;

III – uso de práticas de desenvolvimento e prototipação de **softwares** e de métodos ágeis para formulação e implementação de políticas públicas;

IV – foco na sociedade e no cidadão;

V – fomento à participação social e à transparência pública;

VI – incentivo à inovação;

VII – apoio ao empreendedorismo inovador e fomento a ecossistema de inovação tecnológica direcionado ao setor público;

VIII – apoio a políticas públicas orientadas por dados e com base em evidências, a fim de subsidiar a tomada de decisão e de melhorar a gestão pública;

IX – estímulo à participação de servidores, de estagiários e de colaboradores em suas atividades;

X – difusão de conhecimento no âmbito da administração pública.

Art. 46. Os experimentos, as ideias, as ferramentas, os **softwares**, os resultados e os métodos inovadores desenvolvidos nos laboratórios de inovação serão de uso e domínio livre e público, compartilhados por meio de licenças livres não restritivas.

CAPÍTULO VII DA GOVERNANÇA, DA GESTÃO DE RISCOS, DO CONTROLE E DA AUDITORIA

Art. 47. Caberá à autoridade competente dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º desta Lei, observados as normas e os procedimentos específicos aplicáveis,



implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança, em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os mecanismos, as instâncias e as práticas de governança referidos no **caput** deste artigo incluirão, no mínimo:

- I – formas de acompanhamento de resultados;
- II – soluções para a melhoria do desempenho das organizações;
- III – instrumentos de promoção do processo decisório fundamentado em evidências.

Art. 48. Os órgãos e as entidades a que se refere o art. 2º desta Lei deverão estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e de controle interno com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos da prestação digital de serviços públicos que possam impactar a consecução dos objetivos da organização no cumprimento de sua missão institucional e na proteção dos usuários, observados os seguintes princípios:

I – integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis da organização, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;

II – estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de modo a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício;

III – utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle;

IV – proteção às liberdades civis e aos direitos fundamentais.

Art. 49. A auditoria interna governamental deverá adicionar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle, por meio da:

I – realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, conforme os padrões de auditoria e de ética profissional reconhecidos internacionalmente;

II – adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento de suas atividades e para a definição do escopo, da natureza, da época e da extensão dos procedimentos de auditoria;

III – promoção da prevenção, da detecção e da investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50. O acesso e a conexão para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pelo governo, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços públicos e a redução de custos aos usuários, nos termos da lei.



Art. 51. O art. 3º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

g) assinatura do dirigente do órgão expedidor;

h) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

§ 1º A inclusão do número de inscrição no CPF na Carteira de Identidade, conforme disposto na alínea “h” do **caput** deste artigo, ocorrerá sempre que o órgão de identificação tiver acesso a documento comprobatório ou à base de dados administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 2º A incorporação do número de inscrição no CPF à Carteira de Identidade será precedida de consulta e de validação com a base de dados administrada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

§ 3º Na hipótese de o requerente da Carteira de Identidade não estar inscrito no CPF, o órgão de identificação realizará a sua inscrição, caso tenha autorização da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.”(NR)

Art. 52. O art. 12 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.

§ 1º O órgão ou a entidade poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.

§ 2º Estará isento de ressarcir os custos previstos no § 1º deste artigo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.”(NR)

Art. 53. O **caput** do art. 3º da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de assinatura eletrônica.

.....” (NR)

Art. 54. A Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

§ 6º Compete a cada ente federado disponibilizar as informações dos serviços prestados, conforme disposto nas suas Cartas de Serviços ao Usuário, na Base Nacional de Serviços Públicos, mantida pelo Poder



Executivo federal, em formato aberto e interoperável, nos termos do regulamento do Poder Executivo federal.” (NR)

“Art. 10-A. Para fins de acesso a informações e serviços, de exercício de direitos e obrigações ou de obtenção de benefícios perante os órgãos e as entidades federais, estaduais, distritais e municipais ou os serviços públicos delegados, a apresentação de documento de identificação com fé pública em que conste o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) será suficiente para identificação do cidadão, dispensada a apresentação de qualquer outro documento.

§ 1º Os cadastros, os formulários, os sistemas e outros instrumentos exigidos dos usuários para a prestação de serviço público deverão disponibilizar campo para registro do número de inscrição no CPF, de preenchimento obrigatório para cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, que será suficiente para sua identificação, vedada a exigência de apresentação de qualquer outro número para esse fim.

§ 2º O número de inscrição no CPF poderá ser declarado pelo usuário do serviço público, desde que acompanhado de documento de identificação com fé pública, nos termos da lei.

§ 3º Ato de cada ente federativo ou Poder poderá dispor sobre casos excepcionais ao previsto no **caput** deste artigo.”

Art. 55. Esta Lei entra em vigor após decorridos:

I – 90 (noventa) dias de sua publicação oficial, para a União;

II – 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial, para os Estados e o Distrito

Federal;

III – 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial, para os Municípios.



Publicação da Mensagem Presidencial nº 111, de 2021, em 30 de março de 2021, recebida em 30/3/2021, que comunica as razões do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, que "Altera a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, para instituir os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), e a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e dá outras providências". (Veto nº 12, de 2021).

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 28 de abril de 2021.

A matéria está publicada em avulso eletrônico.

São os seguintes, a Mensagem e o autógrafo do projeto:





CONGRESSO NACIONAL

VETO Nº 12, DE 2021

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, que "Altera a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, para instituir os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), e a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e dá outras providências".

Mensagem nº 111 de 2021, na origem
DOU de 30/03/2021

Recebido o veto no Senado Federal: 30/03/2021
Sobrestando a pauta a partir de: 29/04/2021

DOCUMENTOS:

- [Mensagem](#)
- [Autógrafo da matéria vetada](#)

PUBLICAÇÃO: DCN de 01/04/2021



[Página da matéria](#)



DISPOSITIVOS VETADOS

- § 5º do art. 16A da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, com a redação dada pelo art. 3º do projeto
- § 1º do art. 20E da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, com a redação dada pelo art. 3º do projeto
- § 2º do art. 20E da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, com a redação dada pelo art. 3º do projeto
- inciso III do "caput" do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, com a redação dada pelo art. 4º do projeto
- inciso I do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, com a redação dada pelo art. 4º do projeto
- inciso II do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de Dezembro de 2004, com a redação dada pelo art. 4º do projeto



MENSAGEM Nº 111

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 5.191, de 2020, que “Altera a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, para instituir os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), e a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e dá outras providências”.

Ouvido, o Ministério da Economia manifestou-se pelo veto ao seguintes dispositivos:

§ 5º do art. 16-A e § 1º e § 2º do art. 20-E da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, alterados pelo art. 3º e art. 4º do projeto de lei

“§ 5º Não estão sujeitas à incidência do imposto de renda na fonte prevista no **caput** deste artigo as aplicações efetuadas pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), de que trata o art. 20-A desta Lei, nos ativos relacionados nos incisos IV e V do **caput** do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.”

“§ 1º O pagamento do imposto sobre a renda decorrente do ganho de capital sobre as cotas integralizadas com imóvel rural por pessoa física ou jurídica poderá ser diferido para a data definida para o momento da venda dessas cotas, ou por ocasião do seu resgate, no caso de liquidação dos fundos.

§ 2º Na alienação ou no resgate das cotas referidas no § 1º deste artigo, o imposto sobre a renda diferido será pago em proporção à quantidade de cotas vendidas.”

“Art. 4º O art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 3º
.....’



2

III – na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado;

.....
Parágrafo único.

I - será concedido somente nos casos em que os Fundos de Investimento Imobiliário ou os Fiagro possuam, no mínimo, 50 (cinquenta) cotistas;

II - não será concedido ao cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo Fundo de Investimento Imobiliário ou pelos Fiagro, ou ainda cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.’ (NR)”

Razões dos vetos

“A propositura legislativa dispõe acerca da concessão de benefícios tributários sobre o imposto de renda na fonte aos rendimentos auferidos pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) em instrumentos financeiros relacionados com o mercado do agronegócio.

Todavia, apesar de meritória a intenção do legislador, a medida encontra óbice jurídico por acarretar renúncia de receita, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória e sem que esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, o que viola o art. 113 do ADCT, o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o art. 125 da Lei nº 14.116, de 2020 (LDO/2021).

Ademais, a medida incorre na inobservância do art. 137, da Lei nº 14.116, de 2020 (LDO/2021), que estabelece que o prazo de vigência do benefício fiscal deve conter cláusula de, no máximo, cinco anos.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me conduziram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 29 de março de 2021.

Jair Bolsonaro



PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:

Projeto de Lei nº 5.191 de 2020*

Altera a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, para instituir os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), e a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro).

Art. 2º A ementa da Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro); e dá outras providências.” (NR)

Art. 3º A Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16-A

§ 5º Não estão sujeitas à incidência do imposto de renda na fonte prevista no **caput** deste artigo as aplicações efetuadas pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), de que trata o art. 20-A desta Lei, nos ativos relacionados nos incisos IV e V do **caput** do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.” (NR)

“Art. 20-A. São instituídos os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), a serem constituídos sob a forma de condomínio de natureza especial destinado à aplicação, isolada ou conjuntamente, em:

I – imóveis rurais;

II – participação em sociedades que explorem atividades integrantes da cadeia produtiva agroindustrial;

III – ativos financeiros, títulos de crédito ou valores mobiliários emitidos por pessoas físicas e jurídicas que integrem a cadeia produtiva agroindustrial, na forma de regulamento;

IV – direitos creditórios do agronegócio e títulos de securitização emitidos com lastro em direitos creditórios do agronegócio, inclusive certificados de recebíveis do agronegócio e cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados que apliquem mais de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio nos referidos direitos creditórios;

* Os dispositivos vetados se encontram grifados



V – direitos creditórios imobiliários relativos a imóveis rurais e títulos de securitização emitidos com lastro nesses direitos creditórios, inclusive certificados de recebíveis do agronegócio e cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados que apliquem mais de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio nos referidos direitos creditórios;

VI – cotas de fundos de investimento que apliquem mais de 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio nos ativos referidos nos incisos I, II, III, IV e V deste **caput**.

§ 1º Os Fiagro poderão arrendar ou alienar os imóveis rurais que venham a adquirir.

§ 2º No arrendamento de imóvel rural pelos Fiagro, prevalecerão as condições livremente pactuadas no respectivo contrato, ressalvado que, na falta de pagamento dos valores devidos pelo arrendatário, eventual determinação judicial de desocupação coincidirá com o término da safra que esteja plantada na época do inadimplemento, quando aplicável, respeitado o prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 1 (um) ano.

§ 3º Incluem-se no rol de ativos constantes do inciso III do **caput** deste artigo os títulos de crédito e os valores mobiliários previstos na:

I – Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994;

II – Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e

III – Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020.”

“Art. 20-B. Os Fiagro serão constituídos com prazo de duração determinado ou indeterminado, sob a forma de:

I – condomínio aberto; ou

II – condomínio fechado.

Parágrafo único. Poderão ser criadas categorias de Fiagro, com estabelecimento de requisitos de funcionamento específicos, de acordo com:

I – o público que poderá subscrever as cotas de sua emissão; e

II – a natureza dos investimentos a serem realizados pelos fundos.”

“Art. 20-C. Os rendimentos e os ganhos de capital auferidos e distribuídos, quando distribuídos pelos Fiagro, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 20% (vinte por cento).”

“Art. 20-D. Os ganhos de capital e os rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos Fiagro sujeitam-se à incidência do imposto de renda à alíquota de 20% (vinte por cento):

I – na fonte, no caso de resgate;

II – às mesmas normas aplicáveis aos ganhos de capital ou aos ganhos líquidos auferidos em operações de renda variável, nos demais casos.”

“Art. 20-E. As cotas dos Fiagro podem ser integralizadas em bens e direitos, inclusive imóveis.



§ 1º O pagamento do imposto sobre a renda decorrente do ganho de capital sobre as cotas integralizadas com imóvel rural por pessoa física ou jurídica poderá ser diferido para a data definida para o momento da venda dessas cotas, ou por ocasião do seu resgate, no caso de liquidação dos fundos.

§ 2º Na alienação ou no resgate das cotas referidas no § 1º deste artigo, o imposto sobre a renda diferido será pago em proporção à quantidade de cotas vendidas.

§ 3º Os imóveis rurais destinados à integralização de cotas dos Fiagro deverão ser previamente avaliados por profissional ou por empresa especializada, nos termos de regulamento.”

“Art. 20-F. Aplicam-se aos Fiagro o disposto nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI do **caput** do art. 10, e nos arts. 11, 12, 13, 14, 15, 16, 16-A, 19 e 20 desta Lei.”

Art. 4º O art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....
III – na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado;

.....
Parágrafo único.

I – será concedido somente nos casos em que os Fundos de Investimento Imobiliário ou os Fiagro possuam, no mínimo, 50 (cinquenta) cotistas;

II – não será concedido ao cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo Fundo de Investimento Imobiliário ou pelos Fiagro, ou ainda cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



DOCUMENTOS DIVERSOS



À publicação.

00100.030058/2021-92

(assinado digitalmente)
José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Brasília, 25 de março de 2021

A sua Excelência o Senhor
RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Carta aberta a respeito do veto ao PL de conectividade (PL 3477/2020).

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, o Coordenador, a Relatora e os Coordenadores Temáticos da Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação (CEXMEC) dirigem-se a Vossa Excelência para manifestar **preocupação com o veto do Presidente da República ao Projeto de Lei nº 3477/2020**, que garante acesso à internet para alunos e professores de escolas públicas do ensino básico, com fins educacionais, durante seis meses, no período da pandemia do novo coronavírus

Entendemos que **o veto é uma medida descabida e deslocada da realidade do ensino no Brasil**, já que o Projeto de Lei visava ocupar um vácuo de atuação do Ministério da Educação que até o momento não anunciou medida voltada à conectividade para a Educação Básica na pandemia e tampouco desempenhou o seu papel constitucional de coordenação junto com estados e municípios para garantir que estudantes não fiquem sem acesso às aulas neste período. Cabe pontuar que essa medida se soma a outras medidas do governo que dificultam sistematicamente o acesso a educação online aos estudantes, como o veto ao dispositivo da nova Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), posteriormente derrubado pelo Congresso Nacional, que garantia banda larga às escolas ou a baixa execução orçamentária do Programa Educação Conectada, cujo empenho foi de R\$ 100,3 milhões, menos que a metade (45,1%) dos recursos utilizados pelo programa em 2019.

A crise do novo coronavírus fez com que a internet fosse o canal prioritário de estudo e de disponibilização de aulas e de materiais didático-pedagógicos. Todavia, o acesso à internet é bastante desigual: **estima-se que aproximadamente 5,8 milhões de estudantes não têm acesso domiciliar à internet de qualidade para atividades remotas de ensino-aprendizagem¹. Nesse grupo, 2,6 milhões encontram-se em localidades com sinal de internet, mas sem dispor de pacotes de dados. Ainda: pelo menos 1,8 milhão desse grupo de 2,6 milhões precisariam também de equipamentos para conexão.**

Deve-se considerar ainda que o contingente de pessoas que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades naquele mês, foi de 6,1 milhões. Além disso, no Norte, 29,3% das crianças, adolescentes e jovens que frequentavam a escola estavam sem acesso às atividades escolares, enquanto no Sul, Centro-Oeste e Sudeste os percentuais eram bem menores, 5,1%, 7,4% e 9,2%, respectivamente.

¹ https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36561&Itemid=9

Ver: <https://www.camara.leg.br/noticias/717001-sancionada-lei-que-altera-fust-com-veto-a-banda-larga-em-todas-as-escolas-publicas-ate-2024/>



No que envolve o acesso à internet por meio de computador, a maioria dos estudantes das etapas de alfabetização (68%), ensino fundamental (67%) e ensino médio (59%) não possui tal acesso no domicílio de moradia. Aponta-se latentes desigualdades raciais: no ensino fundamental, 76% dos pardos e 75% dos pretos não têm acesso a computador com internet, enquanto nos brancos o percentual é de 53% –, assim como disparidades regionais – nas regiões Norte e Nordeste essas proporções são superiores a 80%. Acerca do percentual de estudantes sem acesso a internet via celular, observa-se que no ensino médio, o percentual de estudantes pardos sem acesso a celular com internet (14%) é mais do que o dobro daquele dos estudantes brancos (6%).²

A sanção do Projeto pelo Presidente da República poderia beneficiar cerca de 18 milhões de estudantes da rede pública pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) **e 1,5 milhão de professores**, além de abarcar as escolas de comunidades indígenas e quilombolas.

Antes da apresentação do Relatório sobre o PL, **houve diálogo com o Ministério da Economia (ME) e ajustes foram realizados a fim de respeitar as recomendações orçamentárias e fiscais** vindas do ME. **Cabe também ressaltar que em todo o contato que este Grupo de Parlamentares teve com o Ministério da Educação, não houve sequer menção ao Programa Brasil de Aprendizagem.** Apesar de considerarmos bem vinda quaisquer estratégias adotadas para possibilitar o acesso à internet a quem mais precisa, é necessário frisar que o novo Programa apontado na justificativa ao veto vem tarde e até o momento, não foi divulgado prazo para que este seja totalmente implementado.

Com o aumento de casos do novo coronavírus e o baixo número de vacinados no país, é necessário considerar que o ensino remoto será uma realidade em 2021. Estados e municípios até o momento estão sendo protagonistas na oferta de ferramentas para garantir a aprendizagem e o acesso às aulas, mas esse esforço não exime a União de realizar seu papel de coordenação, a fim de mitigar os efeitos da crise provocada pela pandemia na educação. O veto ao Projeto de Lei, porém, é um ato irresponsável, que aumentará ainda mais o fosso educacional existente no país, produzindo quedas de aprendizagem, aumento na evasão escolar e, assim, mais desigualdade.

Diante da situação de calamidade educacional enfrentada pelos estudantes e professores brasileiros, acreditamos que a derrubada do veto ao PL 3477/2020 é a melhor decisão. Sendo assim, solicitamos a Vossa Excelência a **convocação imediata e urgente de uma sessão para que o veto seja deliberado pela Casa Legislativa.**

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos e reiteramos nosso empenho em atuar na construção coletiva de um país com educação de qualidade para todos(as) os(as) brasileiros(as).

Brasília, 25 de março de 2021.

²<https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Informativo-3-As-desigualdades-educacionais-e-a-covid-19-.pdf>

Ver: <https://www.camara.leg.br/noticias/717001-sancionada-lei-que-altera-fust-com-veto-a-banda-larga-em-todas-as-escolas-publicas-ate-2024/>



Felipe Rigoni
Coordenador da
COMEX/MEC

Tabata Amaral
Relatora da COMEX/MEC

Eduardo Bismarck
Coordenador Temático da COMEX/MEC

Prof. Israel Batista
Coordenador Temático da COMEX/MEC

Luísa Canziani
Coordenadora Temática da Comex/MEC



Ver: <https://www.camara.leg.br/noticias/717001-sancionada-lei-que-altera-fust-com-veto-a-banda-larga-em-todas-as-escolas-publicas-ate-2024/>

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C2C3FEA0003BA6DD.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B41D83E7003C2DB6.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 11 Senadores e 31 Deputados

Designação: 28/09/2020

Instalação: 10/02/2021

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil**Número de membros:** 12 Senadores e 12 Deputados**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Aécio Neves (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Claudio Cajado (PP/BA) ⁽⁶⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ^(1,7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Carlos Zarattini (PT/SP) ⁽⁴⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Jaques Wagner (PT/BA) ⁽⁵⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Edio Lopes (PL/RR) ⁽²⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) ⁽³⁾

Notas:

- Designada a Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) para a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Maioria do Senado Federal, em 3.4.2019, conforme Ofício nº 141/2019 da Liderança da Maioria do Senado Federal. ([DCN de 04/04/2019, p. 276](#))
- Deputado Edio Lopes (PP) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 16.4.2019, conforme Ofício nº 6/2019 da CREDN-CD. ([DCN de 18/04/2019, p. 117](#))
- Senador Marcos do Val (Cidadania) é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 22.4.2019, conforme Ofício nº 18/2019 da CRE-SF. ([DCN de 25/04/2019, p. 117](#))
- Designado o Deputado Carlos Zarattini (PT) para a vaga destinada à Minoria da Câmara dos Deputados, em 9.5.2019, conforme Ofício nº 20/2019 da Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 16/05/2019, p. 8](#))
- Designado o Senador Jaques Wagner (PT) para a vaga destinada à Minoria do Senado Federal, em 11.6.2019, conforme Memorando nº 14/2019 da Liderança da Minoria do Senado Federal. ([DCN de 13/06/2019, p. 234](#))
- Designado o Deputado Cláudio Cajado (PP) para a vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 13.8.2019, conforme Ofício nº 5/2019 da Liderança da Maioria da Câmara dos Deputados. ([DCN de 15/08/2019, p. 153](#))
- 28/09/2020: Designado o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-4256

E-mail: cocm@senado.leg.br



**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 3 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 05/06/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Dário Berger - MDB/SC ⁽⁵⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente ⁽¹⁾ (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS, PL	
Delegado Waldir - PSL/GO ⁽³⁾	1. Delegado Marcelo Freitas - PSL/MG ⁽³⁾
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ ⁽³⁾	2. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. - PP/RJ ⁽³⁾
AVANTE, DC, PCdoB, PDT, PODEMOS, PV, SOLIDARIEDADE, PROS	
Márcio Marinho - REPUBLICANOS/BA ⁽³⁾	1. Damião Feliciano - PDT/PB ⁽³⁾
PT	
Reginaldo Lopes - MG ^(3,9)	1. VAGO ⁽³⁾
PSB ⁽²⁾	
VAGO ^(3,8)	1. Pastor Eurico - PATRIOTA/PE ^(3,7)

Notas:

*. PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO (para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2/2014-CN): Presidente: Senador Davi Alcolumbre (Presidente da Mesa do Congresso Nacional); Vice-Presidente: Deputado Marcos Pereira (Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional).

**. Composição da Câmara dos Deputados informada pelo Ofício nº 405/2019/SGM/P. Observações: 1) Deputada Rosângela Gomes (PRB) indicada para vaga de titular, cedida pelo PP; 2) Deputado Márcio Marinho (PRB) indicado para vaga de titular, cedida pelo PDT.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (Bloco Senado Independente-SF).

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



2. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum (PSB-CD).
3. Designados, por meio do Ofício nº 405/2019/SGM/P, os seguintes Deputados: 1. Bloco PSL,PP,PR,PSD,MDB,PRB,PSDB,DEM,PTB,PSD,PMN: Titulares: Delegado Waldir (PSL) e Rosângela Gomes (PRB); Suplentes: Delegado Marcelo Freitas (PSL) e Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr. (PP); 2. Bloco PDT,SD,PODE,PROS,PCdoB,AVANTE,PV,DC: Titular: Deputado Márcio Marinho (PRB); Suplente: Deputado Damião Feliciano (PDT); 3. PT: Titular: (vago); Suplente: (vago); 4. PSB: Titular: Deputado Rodrigo Coelho (PSB); Suplente: (vago). ([DCN de 06/06/2019, p. 206](#))
4. Designado, como titular, o Senador Izalci Lucas (PSDB), conforme Ofício nº 77/2019, da Liderança do PSDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 204](#))
5. Designado, como titular, o Senador Dário Berger (MDB), conforme Ofício nº 160/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 06/06/2019, p. 203](#))
6. Designado, como membro titular, o Senador Flávio Arns (REDE), conforme Memorando nº 91/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 06/06/2019, p. 205](#))
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Pastor Eurico (Patriota), em vaga cedida, em 8.8.2019, conforme Ofício nº 201/2019 da Liderança do PSB ([DCN de 15/08/2019, p. 152](#))
8. Dispensada a participação do Deputado Rodrigo Coelho (PSB), em 23.9.2019 conforme Ofício nº 268/2019 da liderança do PSB (decisão do diretório Nacional do PSB de 30.08.19). ([DCN de 26/09/2019, p. 358](#))
9. Designado, como titular, o Deputado Reginaldo Lopes (PT), conforme Ofício nº 84/2020 da Liderança do PT. ([DCN de 19/03/2020, p. 18](#))



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Finalidade: A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem por finalidade ser o órgão de ligação entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE PELO BRASIL NO PARLASUL: Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS-SP)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro - MDB/PI ⁽¹⁾	1. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽¹⁾	2. VAGO
Humberto Costa - PT/PE ⁽²⁾	3. Luis Carlos Heinze - PP/RS ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Rodrigo Cunha - PSDB/AL ⁽³⁾	1. VAGO
Soraya Thronicke - PSL/MS ⁽⁴⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽⁵⁾	1. Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽⁶⁾
Marcos do Val - PODEMOS/ES ⁽⁵⁾	2. Leila Barros - PSB/DF ⁽¹⁴⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ^(7,27)	1. Angelo Coronel - BA ^(7,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota - PROS/RR ⁽⁸⁾	1. Jaques Wagner - PT/BA ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Rodrigo Pacheco - DEM/MG ⁽⁹⁾	1. Jayme Campos - DEM/MT ⁽⁹⁾

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
DEM, MDB, PL, PMN, PP, PSC, PSD, PSDB, PSL, PTB, REPUBLICANOS ⁽¹⁰⁾	
Coronel Armando - PSL/SC ^(17,30,34)	1. Heitor Freire - PSL/CE ^(16,22,24,34)
Bibo Nunes - PSL/RS ^(16,21,34)	2. VAGO ⁽¹⁵⁾



TITULARES	SUPLENTE
Afonso Hamm - PP/RS	3. Fausto Pinato - PP/SP
Átila Lira - PP/PI (25,31)	4. Ricardo Barros - PP/PR
Dr. Jaziel - PL/CE	5. José Rocha - PL/BA (11)
Edio Lopes - PL/RR (11)	6. Giovani Cherini - PL/RS
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	7. Cezinha de Madureira - PSD/SP
Vermelho - PSD/PR	8. Hugo Leal - PSD/RJ
Moses Rodrigues - MDB/CE	9. Celso Maldaner - MDB/SC
Vinicius Farah - MDB/RJ	10. Rogério Peninha Mendonça - MDB/SC
Celso Russomanno - REPUBLICANOS/SP	11. Carlos Gomes - REPUBLICANOS/RS
Lucas Redecker - PSDB/RS	12. Beto Pereira - PSDB/MS
Alexandre Leite - DEM/SP	13. Pedro Lupion - DEM/PR
Wilson Santiago - PTB/PB (29,33)	14. Santini - PSDB/SP
VAGO (19,28)	15. Bruna Furlan - PSDB/SP
AVANTE, CIDADANIA, DC, PATRIOTA, PCdoB, PDT, PODEMOS, PROS, PV, SOLIDARIEDADE (10)	
Paulo Ramos - PDT/RJ	1. Afonso Motta - PDT/RS
Aureo Ribeiro - SOLIDARIEDADE/RJ	2. Tiago Dimas - SOLIDARIEDADE/TO
Bacelar - PODEMOS/BA	3. Roberto de Lucena - PODEMOS/SP
Perpétua Almeida - PCdoB/AC	4. Jandira Feghali - PCdoB/RJ
Pastor Eurico - PATRIOTA/PE	5. Marreca Filho - PATRIOTA/MA
PSB, PSOL, PT, REDE (10)	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Maria do Rosário - PT/RS
Odair Cunha - PT/MG	2. Paulão - PT/AL
Heitor Schuch - PSB/RS (18)	3. VAGO (18)
Sâmia Bomfim - PSOL/SP (32)	4. Glauber Braga - PSOL/RJ
Zeca Dirceu - PT/PR	5. VAGO
NOVO (10)	
Marcel Van Hattem - RS	1. Gilson Marques - SC (12,20,26)
PTC (10)	
Rosângela Gomes - REPUBLICANOS/RJ	1. Eros Biondini - PROS/MG (23)

Notas:

*. Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30 de 2019 (art. 6º da Resolução nº 1 de 2011-CN). Publicação no DOU de 22.5.2019 e no DCN de 23.5.2019.

** A indicação dos Deputados foi encaminhada por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P (DCN de 23.5.2019). Observações: 1) Deputado Eros Biondini (PROS) e Deputada Bruna Furlan (PSDB) são indicados para vagas cedidas pelo PSC; 2) Deputado Zeca Dirceu (PT) é indicado para vaga de titular cedida pelo Partido REDE; 3) Deputada Rosângela Gomes (PRB) é indicada para vaga de titular cedida pelo PTC.

1. Designados, como titulares, os Senadores Marcelo Castro (MDB) e Márcio Bittar (MDB); e, como suplente, o Senador Mecias de Jesus (PRB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 38/2019 da Liderança do MDB. (DCN de 11/04/2019, p. 50; DCN de 23/05/2019, p. 101)

2. Designado, como titular, o Senador Humberto Costa (PT), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 9/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, com anuência da Liderança do PP. (DCN de 11/04/2019, p. 51; DCN de 23/05/2019, p. 102)

3. Designado, como titular, o Senador Rodrigo Cunha (PSDB), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 61/2019 da Liderança do PSDB. (DCN de 11/04/2019, p. 52; DCN de 23/05/2019, p. 103)

4. Designada, como titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em vaga cedida, em 10.4.2019, conforme Ofício nº 15/2019 da Liderança do PSL. (DCN de 11/04/2019, p. 53; DCN de 23/05/2019, p. 104)

5. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB) e Marcos do Val (CIDADANIA), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 56/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 54; DCN de 23/05/2019, p. 105)

6. Designado, como suplente, o Senador Flávio Arns (REDE), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 71/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. (DCN de 11/04/2019, p. 55; DCN de 23/05/2019, p. 106)

7. Designados, como titular, o Senador Angelo Coronel (PSD); e, como suplente, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 22/2019 da Liderança do PSD. (DCN de 11/04/2019, p. 56; DCN de 23/05/2019, p. 107)

8. Designados, como titular, o Senador Telmário Mota (PROS); e, como suplente, o Senador Jaques Wagner (PT), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 21/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. (DCN de 11/04/2019, p. 57; DCN de 23/05/2019, p. 108)

9. Designados, como titular, o Senador Rodrigo Pacheco (DEM); e, como suplente, o Senador Jayme Campos (DEM), em 10.4.2019, conforme Ofício nº 24/2019 da Liderança do Bloco Vanguarda. (DCN de 11/04/2019, p. 58; DCN de 23/05/2019, p. 109)

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
http://www.senado.leg.br/ordiacn



10. Indicação dos Deputados encaminhada à Mesa do Congresso Nacional por meio do Ofício nº 382/2019/SGM/P. ([DCN de 23/05/2019, p. 1303](#))
11. Designado, como membro titular, o Deputado Édio Lopes (PR), em substituição ao Deputado José Rocha (PR), que passa à condição de suplente, em 16.5.2019, conforme Ofício nº 179/2019 da Liderança do PR. ([DCN de 23/05/2019, p. 99](#))
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), em 22/05/2019, conforme Ofício nº 70/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 23/05/2019, p. 100](#))
13. Designado, como membro titular, o Senador Luis Carlos Heinze (PP), em 4.6.2019, conforme Ofício nº 50/2019, da Liderança do PP. ([DCN de 06/06/2019, p. 208](#))
14. Designada, como membro suplente, a Senadora Leila Barros (PSB), em 12.6.2019, conforme Memorando nº 96/2019 da Liderança do Bloco Senado Independente. ([DCN de 13/06/2019, p. 238](#))
15. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL), em 13.6.2019, conforme Ofício nº 217/2019 da Liderança do PSL.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Sanderson (PSL), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL), que deixa de compor a Representação. ([DCN de 15/08/2019, p. 155](#))
17. Designado, como membro titular, o Deputado Coronel Armando (PSL), em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 329/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/09/2019, p. 226](#))
18. Designado, como titular, o Deputado Heitor Schuch (PSB/RS), em substituição ao Deputado Átila Lira (PSB/PI), conforme Ofício nº 240/2019 da Liderança do PSB). ([DCN de 26/09/2019, p. 395](#))
19. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC), em substituição ao Deputado Eros Biondini (PROS), em 26.9.2019, conforme Ofício nº 101/2019 da Liderança do PSC. ([DCN de 26/09/2019, p. 394](#))
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em substituição ao Deputado Gilson Marques (NOVO), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 105/2019 da Liderança do NOVO. ([DCN de 03/10/2019, p. 232](#))
21. Designado como titular o Deputado Delegado Waldir (PSL/GO), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
22. Designado como suplente o Deputado Sanderson (PSL/RS), em 7/10/2019, conforme Ofício nº 376/2019 da Liderança do PSL.
23. 10/10/2019: Designado como suplente o Deputado Eros Biondini (PROS/MG), conforme Ato do Presidente da Câmara dos Deputados de 10 de outubro de 2019. ([DCN de 17/10/2019, p. 14](#))
24. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição ao Deputado Sanderson (PSL), em 31.10.2019, conforme Ofício nº 459/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 67](#))
25. Solicitado o desligamento da Deputada Jaqueline Cassol (PP) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 20.11.2019, conforme Ofício nº 394/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PP. ([DCN de 21/11/2019, p. 206](#))
26. Designado, como membro suplente, o deputado Gilson Marques (NOVO), em substituição ao Deputado Tiago Mitraud (NOVO), em 21.11.2019, conforme Ofício nº 129/2019 da Liderança do Novo. ([DCN de 28/11/2019, p. 353](#))
27. Designado, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD), em substituição ao Senador Angelo Coronel (PSD), que passa à condição de suplente, em 10.12.2019, conforme Ofício nº 171/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 12/12/2019, p. 563](#))
28. Solicitado o desligamento do Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC) da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18.12.2019, conforme Ofício nº 137/2019 da Liderança do PSC.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim (PTB), em substituição ao Deputado Maurício Dziedricki (PTB), em 10.03.2020, conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do PTB. ([DCN de 12/03/2020, p. 327](#))
30. Designado, como membro titular, o Deputado Heitor Freire (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Armando (PSL), em 12.03.2020, conforme Ofício nº 55/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/03/2020, p. 17](#))
31. Designado, como membro titular, o Deputado Atila Lira (PP), em 03.04.2020, conforme Ofício nº 60/2019 da Liderança do PP.
32. 10/09/2020: Designada a Deputada Sâmia Bomfim como titular, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. ([DSF de 17/09/2020, p. 6](#))
33. 18/03/2021: Designado, como membro titular, o Deputado Wilson Santiago (PTB), em substituição ao Deputado Paes Landim (PTB), em 18.03.2021, conforme Ofício nº 26/2021 da Liderança do PTB.
34. 19/03/2021: Designados, como membros titulares, os Deputados Coronel Armando (PSL) e Bibo Nunes (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Heitor Freire (PSL); e como membro suplente, o Deputado Heitor Freire (PSL) em substituição ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 19.03.2021, conforme Ofício nº 51/2021 da Liderança do PSL.

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefone(s): 3216-6871

E-mail: cpcms.decom@camara.leg.br



Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Destinada a apresentar projetos de lei visando à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, bem como à modernização e ao fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Notas:

*. A composição da Comissão designada em 7/3/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

Secretário: Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
Telefone(s): 3303-4256



Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

(criada pelo Ato Conjunto do Presidente do Senado Federal
e do Presidente da Câmara dos Deputados nº 1, de 2019)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as questões afetas aos movimentos migratórios nas fronteiras do Brasil e aos direitos dos refugiados.

Número de membros: 12 Senadores e 12 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Designação: 27/11/2019

Instalação: 04/12/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Luiz Pastore ⁽¹⁷⁾	1. Jarbas Vasconcelos - MDB/PE ⁽¹⁷⁾
Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽¹⁷⁾	2. Jader Barbalho - MDB/PA ⁽¹⁷⁾
Diego Tavares ^(2,23)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Flávio Arns - PODEMOS/PR ⁽³⁾	1. VAGO
Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ⁽³⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Mara Gabrilli - PSDB/SP ⁽⁴⁾	1. Izalci Lucas - PSDB/DF ⁽⁴⁾
VAGO ^(5,20)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Paulo Paim - PT/RS ⁽¹³⁾	1. Paulo Rocha - PT/PA ⁽¹³⁾
Telmário Mota - PROS/RR ⁽¹³⁾	2. Zenaide Maia - PROS/RN ⁽¹³⁾
PSD	
Nelsinho Trad - MS ⁽⁶⁾	1. Lucas Barreto - AP ^(6,19,22)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO	1. VAGO
PODEMOS	
VAGO	1. VAGO



Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
MDB, PP, PTB	
VAGO	1. VAGO
Baleia Rossi - MDB/SP ⁽⁷⁾	2. Gutemberg Reis - MDB/RJ ⁽¹⁶⁾
PT	
Carlos Zarattini - SP ⁽⁸⁾	1. Maria do Rosário - RS ⁽⁸⁾
PSL	
Luiz Philippe de Orleans e Bragança - SP ⁽¹⁸⁾	1. VAGO
PSD	
Stefano Aguiar - MG ⁽⁹⁾	1. VAGO
PL	
Marcio Alvino - SP ⁽¹⁰⁾	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
REPUBLICANOS	
Jhonatan de Jesus - RR ⁽²¹⁾	1. VAGO
PSDB	
Bruna Furlan - SP ⁽¹¹⁾	1. Eduardo Barbosa - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Luis Miranda - DF ⁽¹⁴⁾	1. VAGO
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹²⁾	1. Silvia Cristina - RO ⁽¹²⁾
PODEMOS ⁽¹⁾	
Orlando Silva - PCdoB/SP ⁽¹⁵⁾	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (PODEMOS-CD).
2. Designada, como membro titular, a Senadora Daniella Ribeiro (PP), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 75/2019 da Liderança do PP.
3. Designados, como membros titulares, o Senador Flávio Arns (Rede) e a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 134/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar do Bloco Senado Independente.
4. Designada, como membro titular, a Senadora Mara Gabrilli (PSDB); e, como suplente, o Senador Izalci Lucas (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 115/2019 da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Anastasia (PSDB), em vaga cedida pelo PSL ao PSDB, em 27.11.2019, conforme Ofício nº 116/2019 da Liderança do PSDB (com anuência do PSL).
6. Designados, como membro titular, o Senador Nelsinho Trad (PSD); e, como suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 156/2019 da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Deputado Baleia Rossi (MDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 356/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
8. Designados, como membro titular, o Deputado Carlos Zarattini (PT); e, como suplente, a Deputada Maria do Rosário (PT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 596/2019 da Liderança do PT.
9. Designado, como membro titular, o Deputado Stefano Aguiar (PSD), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 473/2019 da Liderança do PSD.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Marcio Alvino (PL), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 367/2019 da Liderança do PL.
11. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB); e, como suplente, é designado o Deputado Eduardo Barbosa (PSDB), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 582/2019 da Liderança do PSDB.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadêlha (PDT); e, como suplente, é designada a Deputada Silvia Cristina (PDT), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 346/2019 da Liderança do PDT.
13. Designados, como membros titulares, os Senadores Paulo Paim (PT) e Telmário Mota (PROS); e, como suplentes, os Senadores Paulo Rocha (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 111/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
14. Designado, como membro titular, o Deputado Luís Miranda (DEM), em 27.11.2019, conforme Ofício nº 822/2019 da Liderança do Demócratas.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



15. Designado, como membro titular, o Deputado Orlando Silva (PCdoB), em vaga cedida ao PCdoB, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 279/2019 da Liderança do Podemos ([DCN de 05/12/2019, p. 155](#))
16. Designado como suplente o Deputado Gutemberg Reis, em 28.11.2019, conforme Ofício nº 226/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 05/12/2019, p. 153](#))
17. Designados, como membros titulares, os Senadores Luiz Pastore (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos); e, como suplente, os Senadores Jarbas Vasconcelos (MDB) e Jader Barbalho (MDB), em 3.12.2019, conforme Ofício nº 246/2019 da Liderança do MDB. ([DCN de 05/12/2019, p. 154](#))
18. Designado, como membro titular, o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 499/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 562](#))
19. Designado, como membro suplente, o Senador Paulo Albuquerque (PSD), em substituição ao Senador Lucas Barreto (PSD), em 05.02.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 06/02/2020, p. 38](#))
20. 03/03/2020: Desligado da titularidade o Senador Antonio Anastasia. (Of. 24/2020 da Liderança do PSDB)
21. Designado, como membro titular, o Deputado Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS), em 11.03.2020, conforme Ofício nº 33/2020 da Liderança do REPUBLICANOS. ([DCN de 12/03/2020, p. 323](#))
22. Designado, como membro suplente, o Senador Lucas Barreto (PSD), em substituição ao Senador Paulo Albuquerque (PSD), em 20.04.2019, conforme Ofício nº 45/2020 da Liderança do PSD. ([DCN de 23/04/2020, p. 6](#))
23. 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)

Secretário: Marcos Machado Melo



COMISSÕES MISTAS DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Comissão Mista Temporária da Reforma Tributária

Finalidade: Destinada a consolidar o texto da Reforma Constitucional Tributária.

Número de membros: 25 Senadores e 25 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Hildo Rocha (MDB-MA)

RELATOR: Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Designação: 19/02/2020

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/03/2020

Fim da suspensão de prazo: 31/07/2020

Prazo final: 28/08/2020

Prazo final prorrogado: 10/12/2020

Prazo final prorrogado: 31/03/2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PSD Deputado Hugo Leal (PSD/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Eduardo Braga (MDB/AM)
PODEMOS Deputado Léo Moraes (PODEMOS/RO)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)
PL Deputado Wellington Roberto (PL/PB) ⁽⁵⁾	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL Senador José Serra (PSDB/SP)
PP Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	PSD Senador Omar Aziz (PSD/AM)
PT Deputado Afonso Florence (PT/BA)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Marcos Rogério (DEM/RO)
PV Deputado Enrico Misasi (PV/SP)	PODEMOS Senador Reguffe (PODEMOS/DF)
DEM Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
MDB Deputado Hildo Rocha (MDB/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)
PDT Deputado Mauro Benevides Filho	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
PSB Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE)	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)
PSC Deputado Glaustin da Fokus (PSC/GO)	PSD Senador Angelo Coronel (PSD/BA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PSL Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG) ^(1,7)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)
PTB Deputado Santini	PODEMOS Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)
NOVO Deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senador Jaques Wagner (PT/BA)
PROS Deputada Clarissa Garotinho (PROS/RJ)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senadora Simone Tebet (MDB/MS)
PSDB Deputado Vitor Lippi (PSDB/SP)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) ⁽¹⁰⁾
PSOL Deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ) ⁽⁴⁾	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)
REDE Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)	PSD Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO) ⁽⁶⁾
PCdoB Deputado Renildo Calheiros (PCdoB/PE)	Bloco Parlamentar Vanguarda Senador Wellington Fagundes (PL/MT)
AVANTE Deputado Luis Tibé (AVANTE/MG)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
PATRIOTA Deputado Marreca Filho (PATRIOTA/MA)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)
CIDADANIA Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF)	Bloco Parlamentar Senado Independente Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)
REPUBLICANOS Deputado João Roma ⁽³⁾	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL VAGO ⁽²⁾
SOLIDARIEDADE Deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE/PE)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
PP Deputado Neri Geller (PP/MT)	Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) ^(8,9)

Notas:

- 05/08/2020: Desligado o Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança. (Of. 77/2020 da Liderança do PSL)
- 18.03.2021: vago em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
- (05/02/2020): Deputado João Roma (Republicanos) é designado, em substituição ao Deputado Silvio Costa Filho (Republicanos), conforme Ofício nº 20/2020 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 05/03/2020, p. 442](#))
- 04/03/2020: Designado como titular o Deputado Marcelo Freixo, em substituição à Deputada Fernanda Melchionna. (Of. 15/2020 da Liderança do PSOL) ([DCN de 05/03/2020, p. 441](#))
- 28/07/2020: Designado o Deputado Wellington Roberto, em substituição ao Deputado Marcelo Ramos. (Of. 84/2020 da Liderança do Bloco PL, PP, PSD, MDB, DEM, SOLIDARIEDADE, PTB, PROS, AVANTE). ([DCN de 30/07/2020, p. 6](#))
- 31/07/2020: Designado o Senador Vanderlan Cardoso, em substituição ao Senador Otto Alencar. (Of. 60/2020 da Liderança do PSD).
- 19/08/2020: Designado o Deputado Marcelo Freitas. (Of. 81/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 20/08/2020, p. 216](#))
- 28/09/2020: Designado como titular o Senador Diego Tavares, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. (Of. 42/2020 da Liderança do PP)
- 09/02/2021: Designada a Senadora Daniella Ribeiro, em substituição ao Senador Diego Tavares. (Of. 5/2021 da Liderança do PP)
- 09/02/2021: Designado o Senador Alessandro Vieira, em substituição à Senadora Katia Abreu. (Of. 6/2021 da Liderança do Bloco Senado Independente)



Secretário: Reinilson Prado
Telefone(s): 3303-3492

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Finalidade: Investigar, no prazo de 180 dias, os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

RELATOR: Deputada Lídice da Mata (PSB-BA)

Designação: 21/08/2019

Início da suspensão de prazo: 20/03/2020

Instalação: 04/09/2019

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Eduardo Braga - MDB/AM ⁽²⁾	1. Renan Calheiros - MDB/AL ⁽²⁾
Eduardo Gomes - MDB/TO ⁽²⁾	2. Luiz do Carmo - MDB/GO ⁽²⁾
Marcio Bittar - MDB/AC ⁽²⁾	3. Mecias de Jesus - REPUBLICANOS/RR ⁽²⁾
Ciro Nogueira - PP/PI ⁽³¹⁾	4. Esperidião Amin - PP/SC ⁽³²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
Veneziano Vital do Rêgo - MDB/PB ⁽³⁾	1. Fabiano Contarato - REDE/ES ⁽⁴⁾
Randolfe Rodrigues - REDE/AP ⁽³⁾	2. Alessandro Vieira - CIDADANIA/SE ⁽⁴⁾
Kátia Abreu - PP/TO ^(3,24,43)	3. Eliziane Gama - CIDADANIA/MA ^(4,24,34)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Roberto Rocha - PSDB/MA ⁽²¹⁾	1. Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS/RJ ⁽³³⁾
Soraya Thronicke - PSL/MS ^(26,44)	2. VAGO ⁽²⁶⁾
PSD	
Angelo Coronel - BA ⁽⁵⁾	1. Otto Alencar - BA ⁽⁵⁾
Nelsinho Trad - MS ⁽⁵⁾	2. Irajá - TO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Humberto Costa - PT/PE ⁽⁶⁾	1. Rogério Carvalho - PT/SE ^(6,68)
Jean Paul Prates - PT/RN ^(6,68)	2. Telmário Mota - PROS/RR ^(6,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



TITULARES	SUPLENTE
Chico Rodrigues - DEM/RR ⁽⁷⁾	1. Jorginho Mello - PL/SC ^(8,35,48)
Wellington Fagundes - PL/MT ⁽⁴⁸⁾	2. Zequinha Marinho - PSC/PA ⁽⁴⁸⁾
PODEMOS	
Eduardo Girão - CE	1. Styvenson Valentim - RN

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PSL, PP, PSD, MDB, PR, PRB, DEM, PSDB, PTB, PSC, PMN	
Hiran Gonçalves - PP/RR ⁽⁹⁾	1. Márcio Jerry - PP/PR ^(45,59)
Ricardo Barros - PP/PR ⁽⁹⁾	2. David Miranda - PSOL/RJ ⁽⁵⁰⁾
Walter Alves - MDB/RN ⁽³⁷⁾	3. Juarez Costa - MDB/MT ⁽³⁷⁾
PT	
Luizianne Lins ^(10,25)	1. Natália Bonavides - RN ⁽¹⁰⁾
Rui Falcão - SP ⁽¹⁰⁾	2. Carlos Zarattini - SP ^(10,25)
PSL	
Caroline de Toni - SC ^(11,46,52,62,63,65,66,67,69,70)	1. Carlos Jordy - RJ ^(11,36,60,62,63,67,69,70)
Filipe Barros - PR ^(11,49,52,62,63,67,70)	2. VAGO ^(11,51,52,58,62,63,67,70)
PSD	
Delegado Éder Mauro - PA ⁽¹²⁾	1. Márcio Labre - PSL/RJ ^(38,56)
PL	
Marcelo Ramos - AM ⁽⁴¹⁾	1. Wellington Roberto - PB ^(13,41)
PSB	
Lídice da Mata - BA ^(14,28)	1. Alessandro Molon - RJ ^(14,23,28)
REPUBLICANOS	
Celso Russomanno - SP ⁽¹⁵⁾	1. Silvio Costa Filho - PE ⁽³⁰⁾
PSDB	
Alexandre Frota - SP ^(16,42,57)	1. Shéridan - RR ^(54,57)
DEM	
Arthur Oliveira Maia - BA ^(17,29)	1. Elmar Nascimento - BA ^(17,53,61)
PDT	
Túlio Gadêlha - PE ⁽¹⁹⁾	1. Paulo Ramos - RJ ^(22,55)
PODEMOS	
José Nelto - GO ^(20,47,64)	1. José Medeiros - MT ^(39,47)
SOLIDARIEDADE ⁽¹⁾	
Dr. Leonardo - MT ⁽¹⁸⁾	1. Aureo Ribeiro - RJ ^(18,40)

Notas:

1. Rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional (Solidariedade-CD).
2. Designados, como titulares, os Senadores Eduardo Braga (MDB), Eduardo Gomes (MDB) e Márcio Bitar (MDB); e, como suplentes, os Senadores Renan Calheiros (MDB), Luiz do Carmo (MDB) e Mecias de Jesus (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 195/2019 da Liderança do MDB.
3. Designados, como titulares, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB), Randolfe Rodrigues (Rede) e Marcos do Val (Podemos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 102/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. Obs.: No período de indicações das lideranças, o Senador Marcos do Val estava filiado ao Cidadania.

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



4. Designados, como suplentes, os Senadores Fabiano Contarato (Rede), Alessandro Vieira (Cidadania) e Weverton (PDT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 103/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente.
5. Designados, como titulares, os Senadores Angelo Coronel (PSD) e Nelsinho Trad (PSD); e, como suplentes, Otto Alencar (PSD) e Irajá (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 119/2019 da Liderança do PSD.
6. Designados, como titulares, os Senadores Humberto Costa (PT) e Rogério Carvalho (PT); e, como suplentes, os Senadores Jean Paul Prates (PT) e Zenaide Maia (PROS), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.
7. Designado, como membro titular, o Senador Chico Rodrigues (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 51/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
8. Designado, como membro suplente, o Senador Zequinha Marinho (PSC), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 50/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
9. Designados, como membros titulares, os Deputados Hiran Gonçalves (PP) e Ricardo Barros (PP), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 142/2019 da Liderança do Bloco PP MDB PTB.
10. Designados, como membros titulares, os Deputados Carlos Zarattini (PT) e Rui Falcão (PT); e, como suplentes, os Deputados Nathália Bonavides (PT) e Luizianne Lins (PT), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 421/2019 da Liderança do PT.
11. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, os Deputados Coronel Tadeu (PSL) e Carla Zambelli (PSL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PSL.
12. Designado, como membro titular, o Deputado Delegado Eder Mauro (PSD), em 21.8.2019, conforme Ofício 318/2019 da Liderança do PSD.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Capitão Augusto (PL), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 271/2019 da Liderança do PL.
14. Designados, como membro titular, o Deputado Alessandro Molon (PSB); e, como suplente, a Deputada Rosana Valle (PSB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 194/2019 da Liderança do PSB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Celso Russomanno (Republicanos), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 157/2019 da Liderança do Republicanos.
16. Designada, como membro titular, a Deputada Bruna Furlan (PSDB), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 363/2019 da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Leite (DEM); e, como suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 601/2019 da Liderança do Democratas.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Dr. Leonardo (Solidariedade); e, como suplente, o Deputado Zé Silva (Solidariedade), em 21.8.2019, conforme Ofício nº 165/2019 da Liderança do Solidariedade.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Túlio Gadelha (PDT), em 27.8.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 29/08/2019, p. 323](#))
20. Designado, como membro titular, o Deputado Bacelar (PODE), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 196/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 05/09/2019, p. 106](#))
21. Designado, como membro titular, o Senador Roberto Rocha (PSDB), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 100/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 05/09/2019, p. 104](#))
22. Designado, como membro suplente, o Deputado Afonso Motta (PDT), em vaga existente, em 29.8.2019, conforme Ofício nº 311/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 05/09/2019, p. 108](#))
23. Designada, como membro suplente, a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), em substituição à Deputada Rosana Valle (PSB/SP), em 29/08/2019, conforme Ofício nº 230/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 107](#))
24. Designado, como membro titular, o Senador Weverton (PDT), em substituição ao Senador Marcos do Val (PODE), em 3.9.2019, conforme Memorando nº 119/2019 do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 05/09/2019, p. 105](#))
25. Designada, como membro titular, a Deputada Luizianne Lins (PT), em substituição ao Deputado Carlos Zarattini (PT), que passa à condição de suplente, em 3.9.2019, conforme Ofício nº 503/2019 da Liderança do PT. ([DCN de 05/09/2019, p. 109](#))
26. Designada, como membro titular, a Senadora Juíza Selma (PSL); e, como suplente, é designado o Senador Major Olímpio (PSL), em vagas existentes, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 78/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/09/2019, p. 100](#))
27. Designado, como membro suplente, o Senador Telmário Mota (PROS), em substituição à Senadora Zenaide Maia (PROS), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 86/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. ([DCN de 05/09/2019, p. 101](#))
28. Designada, como membro titular, a Deputada Lídice da Mata (PSB), em substituição ao Deputado Alessandro Molon (PSB), que passa à condição de suplente, em 4.9.2019, conforme Ofício nº 235/2019 da Liderança do PSB. ([DCN de 05/09/2019, p. 102](#))
29. Designado, como membro titular, o Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM), em substituição ao Deputado Alexandre Leite (DEM), em 4.9.2019, conforme Ofício nº 765 da Liderança do DEM. ([DCN de 05/09/2019, p. 130](#))
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos), em vaga existente, em 5.9.2019, conforme Ofício nº 172/2019 da Liderança do Republicanos. ([DCN de 12/09/2019, p. 223](#))
31. Designado, como membro titular, o Senador Ciro Nogueira (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 65/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 221](#))
32. Designado, como membro suplente, o Senador Esperidião Amin (PP), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do PP. ([DCN de 12/09/2019, p. 220](#))
33. Designado, como membro suplente, o Senador Flávio Bolsonaro (PSL), em vaga cedida pelo PSDB, em 10.9.2019, conforme Ofício nº 104/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 12/09/2019, p. 222](#))
34. Designada, como membro suplente, a Senadora Eliziane Gama (Cidadania), em vaga existente, em 10.9.2019, conforme Memorando nº 123/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 12/09/2019, p. 219](#))
35. Senador Zequinha Marinho (PSC) deixa de compor a Comissão, em 11.9.2019, conforme Ofício nº 64/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda.
36. Designado, como membro suplente, o Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 310/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 19/09/2019, p. 26](#))
37. Designado, como membro titular, o Deputado Walter Alves (MDB); e, como suplente, o Deputado Juarez Costa (MDB), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 317/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 19/09/2019, p. 27](#))
38. Designado, como membro suplente, o Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida pelo PSD, em 12.9.2019, conforme Ofício nº 406/2019 da Liderança do PSD. ([DCN de 19/09/2019, p. 29](#))
39. Designado, como membro suplente, o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODE), em 12.9.2019, conforme Ofício nº 207/2019 da Liderança do Podemos. ([DCN de 19/09/2019, p. 25](#))
40. Designado, como membro suplente, o Deputado Aureo Ribeiro (SD), em substituição ao Deputado Zé Silva (SD), em 16.9.2019, conforme Ofício nº 193/2019 do Solidariedade. ([DCN de 19/09/2019, p. 24](#))
41. Designado, como membro titular, o Deputado Marcelo Ramos (PL/AM); e, como suplente, o Deputado Wellington Roberto (PL/PB), em substituição ao Deputado Capitão Augusto (PL/SP), em 18.9.2019, conforme Ofício nº 336/2019 da Liderança do Partido Liberal. ([DCN de 19/09/2019, p. 28](#))

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



42. 19/09/2019: Designada como titular a Deputada Shéridan(PSDB/RR), em substituição à Deputada Bruna Furlan(PSDB/SP). (Of. 513/2019 - Liderança do PSDB) ([DCN de 26/09/2019, p. 393](#))
43. Designada, como membro titular, a Senadora Kátia Abreu (PDT), em substituição ao Senador Weverton (PDT), em 25.9.2019, conforme Memorando nº 126/2019 da Liderança do Bloco Parlamentar Senado Independente. ([DCN de 26/09/2019, p. 391](#))
44. Designada, como membro titular, a Senadora Soraya Thronicke (PSL), em substituição à Senadora Juiza Selma (PODE), em 01.10.2019, conforme Ofício nº 92/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 03/10/2019, p. 231](#))
45. Designada, como membro suplente, a Deputada Jandira Feghali (PCdoB), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB (PP), em 02.10.2019, conforme Ofício nº 180/2019 da Liderança do Bloco MDB PP PTB. ([DCN de 03/10/2019, p. 230](#))
46. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Julian Lemos (PSL/PB), em substituição ao Deputado Filipe Barros (PSL/PR). (Of.395/2019 - Liderança do PSL) ([DCN de 17/10/2019, p. 12](#))
47. 10/10/2019: Designado como titular o Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP), em substituição ao Deputado Bacelar (PODEMOS/BA); designado como suplente o Deputado José Medeiros (PODEMOS/MT), em substituição ao Deputado Pr. Marco Feliciano (PODEMOS/SP). (Of. 244/2019 - Liderança do PODEMOS) ([DCN de 17/11/2019, p. 11](#))
48. 15/10/2019: Designados os Senadores Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Zequinha Marinho como titular, 1º suplente e 2º suplente respectivamente. (Of.071/2019, Liderança Bloco Vanguarda. ([DCN de 17/10/2019, p. 10](#))
49. Designado, como membro titular, o Deputado Nereu Crispim (PSL), em substituição à Deputada Caroline de Toni (PSL), em 16.10.2019, conforme Ofício nº 417/2019 da Liderança do PSL.
50. Designado, como membro suplente, o Deputado David Miranda (PSOL), em vaga cedida pelo Bloco MDB PP PTB, em 17.10.2019, conforme Ofício nº 181/2019 da Liderança do Bloco. ([DCN de 24/10/2019, p. 194](#))
51. Solicitado o desligamento da Deputada Carla Zambelli (PSL), em 18.10.2019, conforme Ofício nº 426/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 192](#))
52. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Julian Lemos (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em vaga existente, em 22.10.2019, conforme Ofício nº 429/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 24/10/2019, p. 193](#))
53. Designado, como membro suplente, o Deputado Pedro Lupion (DEM), em substituição ao Deputado Elmar Nascimento (DEM), em 24.10.2019, conforme Ofício nº 810/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 24/10/2019, p. 191](#))
54. Designado, como membro suplente, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição ao Deputado Luiz Carlos (PSDB), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 591/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 31/10/2019, p. 215](#))
55. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Ramos (PDT), em substituição ao Deputado Afonso Motta (PDT), em 30/10/2019, conforme Ofício nº 358/2019 da Liderança do PDT. ([DCN de 31/10/2019, p. 214](#))
56. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Labre (PSL), em substituição ao Deputado Coronel Tadeu (PSL), em vaga cedida, em 06.11.2019, conforme Ofício nº 483/2019 da Liderança do PSD (com anuência da Liderança do PSL). ([DCN de 07/11/2019, p. 69](#))
57. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Frota (PSDB), em substituição à Deputada Sheridan (PSDB), que passa à condição de suplente, em 06.11.2019, conforme Ofícios nºs 593 e 594/2019 da Liderança do PSDB. ([DCN de 07/11/2019, p. 71](#); [DCN de 07/11/2019, p. 70](#))
58. Designado, como membro suplente, o Deputado Carlos Jordy (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL), em 06.11.2019, conforme Ofício nº 468/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 07/11/2019, p. 68](#))
59. Designado, como membro suplente, o Deputado Márcio Jerry (PCdoB), em 28.11.2019, conforme Ofício nº 225/2019 da Liderança do Bloco PP/MDB/PTB. ([DCN de 05/12/2019, p. 157](#))
60. Designada, como membro suplente, a Deputada Carla Zambelli (PSL), em substituição ao Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL), em 4.12.2019, conforme Ofício nº 497/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 05/12/2019, p. 156](#))
61. Designado, como membro suplente, o Deputado Elmar Nascimento (DEM), em substituição ao Deputado Pedro Lupion (DEM), em 10.12.2019, conforme Ofício nº 866/2019 da Liderança do Democratas. ([DCN de 12/12/2019, p. 565](#))
62. Designados, como membros titulares, os Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL), em substituição aos Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL); e, como suplentes, são designados a Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL) e o Deputado Julian Lemos (PSL), em substituição à Deputada Carla Zambelli (PSL) e ao Deputado Carlos Jordy (PSL), em 11.12.2019, conforme Ofício nº 510/2019 da Liderança do PSL. ([DCN de 12/12/2019, p. 564](#))
63. Designados, como membros titulares, os Deputados Filipe Barros (PSL) e Caroline de Toni (PSL), em substituição aos Deputados Delegado Waldir (PSL) e Nereu Crispim (PSL); e, como suplente, são designados a Deputada Carla Zambelli (PSL) e o Deputado Carlos Jordy (PSL), em 17.12.2019, conforme Ofício nº 528/2019 da Liderança do PSL.
64. Designado, como membro titular, o Deputado José Nelto (Podemos), em substituição ao Deputado Pr Marco Feliciano (Podemos), em 5.2.2020, conforme Ofício nº 15/2020 da Liderança do Podemos. ([DCN de 06/02/2020, p. 37](#))
65. 19/02/2020: Designado como titular o Deputado Otoni de Paula, em substituição ao Deputado Filipe Barros.(Of. 31/2020 da Liderança do PSL). ([DCN de 20/02/2020, p. 30](#))
66. 03/03/2020: Designado como titular o Deputado Filipe Barros, em substituição ao Deputado Otoni de Paula. (Of. 39/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 05/03/2020, p. 443](#))
67. 10/03/2020: Designados como titulares os Deputados Júnior Bozzella e Nereu Crispim, em substituição aos Deputados Filipe Barros e Caroline de Toni. Designados como suplentes os Deputados Delegado Waldir e Heitor Freire, em substituição aos Deputados Carla Zambelli e Carlos Jordy. (Of. 47/2020 da Liderança do PSL) ([DCN de 12/03/2020, p. 326](#))
68. Designado, como membro titular, o Senador Jean Paul Prates (PT), em substituição ao Senador Rogério Carvalho (PT), que passa a compor a Comissão como suplente, em 22.4.2020, conforme Ofício nº 16/2020 da Liderança do Bloco da Resistência Dmocrática. ([DCN de 23/04/2020, p. 7](#))
69. Designada, como membro titular, a Deputada Joice Hasselmann (PSL), em substituição ao Deputado Júnior Bozzella (PSL), que passa à condição de suplente, em substituição ao Deputado Delegado Waldir (PSL), em 04.06.2020, conforme Ofício nº 68/2020 da Liderança do PSL. ([DCN de 11/06/2020, p. 83](#))
70. Designados, como membros titulares, os Deputados Caroline de Toni e Filipe Barros, em substituição aos Deputados Joice Hasselmann e Nereu Crispim; designado, como suplente, os Deputados Carlos Jordy, em substituição aos Deputados Bozzella; e o Deputado Heitor Freire deixa de compor a comissão como suplente, em 25.03.2021, conforme Ofício nº 63/2021 da Liderança do PSL.

Secretário: Marcelo Assaife \ Lenita Cunha

Telefone(s): 3303-3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Resolução do Senado Federal nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
MDB VAGO
PDT VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Vago (Art. 3º da Res. 02/1999-CN).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br



Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)
1º Vice-Presidente Deputado Marcelo Ramos (PL/AM)	1º Vice-Presidente Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)
2º Vice-Presidente Deputado André de Paula (PSD/PE)	2º Vice-Presidente Senador Romário (PODEMOS/RJ)
1ª Secretária Deputado Luciano Bivar (PSL/PE)	1º Secretário Senador Irajá (PSD/TO)
2º Secretário Deputada Marília Arraes (PT/PE)	2º Secretário Senador Elmano Férrer (PP/PI)
3º Secretário Deputada Rose Modesto (PSDB/MS)	3º Secretário Senador Rogério Carvalho (PT/SE)
4º Secretário Deputada Rosângela Gomes (REPUBLICANOS/RJ)	4º Secretário Senador Weverton (PDT/MA)
Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Líder da Maioria Senador Renan Calheiros (MDB/AL)
Líder da Minoria Deputado José Guimarães (PT/CE)	Líder da Minoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputada Bia Kicis (PSL/DF)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Aécio Neves (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

Atualização: 19/02/2019

Notas:

*. A composição da Conselho com Eleição Geral em 7/2/2017 foi encerrada em virtude do final da legislatura.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (55 61 3303-4050)
<http://www.senado.leg.br/ordiacn>



Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

Eleição Geral: 03/03/2020

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 09/03/2020



SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5258
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

PRESIDENTE

Deputado Marcelo Ramos (PL-AM)

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Romário (PODEMOS-RJ)

2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

1º SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º SECRETÁRIO

Deputada Rose Modesto (PSDB-MS)

3ª SECRETÁRIA

Senador Weverton (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) PRESIDENTE Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) 1º VICE-PRESIDENTE Senador Romário (PODEMOS-RJ) 2º VICE-PRESIDENTE Senador Irajá (PSD-TO) 1º SECRETÁRIO Senador Elmano Férrer (PP-PI) 2º SECRETÁRIO Senador Rogério Carvalho (PT-SE) 3º SECRETÁRIO Senador Weverton (PDT-MA) 4º SECRETÁRIO SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC) 2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) 3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) 4º - VAGO	Deputado(a) Arthur Lira (PP -AL) PRESIDENTE Deputado(a) Marcelo Ramos (PL -AM) 1º VICE-PRESIDENTE Deputado(a) André de Paula (PSD -PE) 2º VICE-PRESIDENTE Deputado(a) Luciano Bivar (PSL -PE) 1º SECRETÁRIO Deputado(a) Marília Arraes (PT -PE) 2º SECRETÁRIO Deputado(a) Rose Modesto (PSDB -MS) 3º SECRETÁRIO Deputado(a) Rosângela Gomes (REPUBLIC -RJ) 4º SECRETÁRIO SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º - Deputado(a) Eduardo Bismarck (PDT -CE) 2º - Deputado(a) Gilberto Nascimento (PSC -SP) 3º - Deputado(a) Alexandre Leite (DEM -SP) 4º - Deputado(a) Cássio Andrade (PSB -PA)



LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL

Líder do Governo Senador Eduardo Gomes - MDB / TO	Líder da Maioria Deputado Aguinaldo Ribeiro - PP / PB	Líder da Minoria Deputado Arlindo Chinaglia - PT / SP
Vice-Líderes Senador Flávio Bolsonaro - REPUBLICANOS / RJ Senador Marcio Bittar - MDB / AC Senador Sérgio Petecão - PSD / AC Deputado Celso Russomanno - REPUBLICANOS / SP Deputado Claudio Cajado - PP / BA Deputado Pedro Lupion - DEM / PR Deputado Pr. Marco Feliciano - REPUBLICANOS / SP Deputado Eros Biondini - PROS / MG Senador Marcos Rogério - DEM / RO Deputada Aline Sleutjes - PSL / PR Senador Jorginho Mello - PL / SC	Vice-Líderes Deputado Carlos Henrique Gaguim - DEM / TO	Vice-Líderes Senador Jean Paul Prates - PT / RN Deputado Afonso Florence - PT / BA Deputada Professora Rosa Neide - PT / MT



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

